

RODRIGO MIRANDA

Um caminho de suor e letras:

A militância negra em Campinas e a construção de uma
comunidade imaginada nas páginas do Getulino
(Campinas, 1923-1926)

625209002

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação da Prof.^a Dr.^a Celia Maria Marinho
de Azevedo.

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 19/12/2005.

Banca

Prof.^a Dr.^a Celia Maria Marinho de Azevedo (orientadora)

Prof.^o Dr.^o Luiz Fernando Ferreira da Rosa Ribeiro

Prof.^o Dr.^o Marcos Chor Maio

Prof.^o Dr.^o Leandro Karnal (suplente)

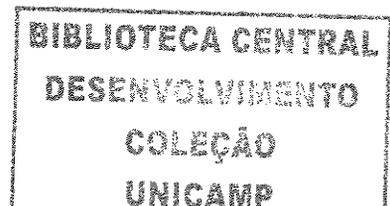
Prof.^a Dr.^a Luzia Margareth Rago (suplente)

Celia Maria Marinho de Azevedo

Luiz Fernando Ferreira da Rosa Ribeiro

Marcos Chor Maio

Dezembro/2005



UNIDADE BC
 1ª CHAMADA
T/UNICAMP
M672c
 / EX
 COMBO BC/ 06754
 PROC. 16.123-08
 C D
 PREÇO 12,00
 DATA 25/1/05
 1ª CPD

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

ib ID 374960

Miranda, Rodrigo

M672c "Um caminho de suor e letras: A militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas do Getulino (Campinas, 1923-1926)" / Rodrigo Miranda. -- Campinas, SP : [s. n.], 2005.

Orientador: Celia Maria Marinho de Azevedo.

Tese (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Imprensa Nacional (Brasil) - História. 2. Racismo. 3. Negros - Brasil. 4. Identidade. I. Azevedo, Célia Maria Marinho de II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(sfm/ifch)

Palavras-chave em inglês (Keywords): Printing press National (Brazil) - History
Racism
Blacks – Brazil
Identity

Área de Concentração: História Cultural

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Celia Maria Marinho de Azevedo (orientador)
Luis Fernando Ferreira da Rosa Ribeiro
Marcos Chor Maio
Leandro Karnal (suplente)
Luzia Margareth Rago (suplente)

Data da defesa: 19 de dezembro de 2005.

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo estudar a formação da militância negra na cidade de Campinas na década de 1920, identificando pontos de atrito e solidariedade entre seus membros. Partindo das orientações teóricas propostas pela História Cultural, pretende-se compreender os caminhos seguidos por essa militância no interior dos significados construídos pela linguagem para a constituição de identidades raciais. Nesse sentido, elege-se como fonte primária para essa pesquisa o jornal da imprensa negra campineira intitulado *Getulino*, cujo discurso será analisado a fim de se identificar as representações que nele são construídas. Para se compreender a relação entre o texto desse jornal e as ideologias que circulavam na sociedade da época, serão abordados os debates envolvendo perspectivas para a formação da nação brasileira, notadamente saturados pela idéia de “raça” e “evolução”. Pretende-se, ao final deste trabalho, tornar mais claro o processo de formação de identidades no interior de um movimento cultural e social e não fixar uma identidade estanque para essa militância.

Palavras-chave: 1. Imprensa Nacional - Brasil; 2. Negros - Brasil; 3. Racismo; 4. Identidades; 5. Campinas - São Paulo - História.

Abstract

The aim of this M.A. thesis is to approach the formation of the black militancy at the city of Campinas in the 1920's by identifying the points of conflict and solidarity among the militants. Having in mind the theoretical proposals from the New Cultural History, this thesis searches for the meanings emanating from the militants' specific language in their effort to construct racial identities. In this way this research focuses on the pages of a black newspaper – the *Getulino* – whose discourse is analyzed along with its diverse representations. The relationship between the text of this primary source and the ideologies, which impregnated society by then, may be better understood by examining the debates on the formation of the Brazilian nation. As one shall see, the notions of “race” and “evolution” deeply permeated those debates. In conclusion, by refusing to adopt the notion of fixed identities, this thesis allows to visualize the invention of identities within a social and cultural movement.

Key-words: 1. Printing Press National (Brazil); 2. Blacks - Brazil; 3. Racism; 4. Identities; 5. Campinas – São Paulo - History.

Sumário

Agradecimento	07
Introdução	11
Capítulo I – Campinas e seus jornais da imprensa negra	
> Campinas, palco novo para a militância negra	37
> Imprensa negra em Campinas: consumindo a ideologia hegemônica.	43
> Quatro páginas e muito trabalho	45
> Abrangência do jornal	51
> Fontes de recurso do jornal e sua inserção social	55
> Quem segura a pena e o papel.	67
Capítulo II – Qual será nosso futuro: discussões sobre raça	
> Miscigenação, atavismo e “raça”: múltiplas inspirações.	77
> Cenas de preconceito: culpa de quem?	94
> Sem o inferno não há o paraíso: representações sobre os EUA	101
> O outro nacional: representações sobre o mestiço	109
Capítulo III – Um passado para todos: a memória da escravidão e seus heróis	
> Memória: o ponto de partida para um passado comum.	119
> Muitas vítimas, nenhum culpado	125
> Um futuro sem mártires.	133
> Quem quero ser quando crescer?.	144
> Não importa a coroa, todos são reis.	159
> Que África queremos?	168
Capítulo IV – Nosso presente: combate aos vícios e disciplina moral	
> Como chamar meu semelhante: o jogo das palavras no jornal.	179
> Religiosidade católica e relação com demais crenças	188
> Instrumentos para purificação: família e educação	202
> Dança e esporte: a disciplinarização do corpo	214
> Relações de gênero: mulheres e jornalistas	224
> Conexões com outros jornais negros de Campinas e São Paulo	235
> O imigrante: admiração e ódio.	252
Conclusão	261
Bibliografia	265

Agradecimentos

Essa dissertação encerra dois anos e meio de uma pesquisa meticulosa, responsável por me tirar algumas noites de sono e me trancafiar nos finais de semana em um quarto silencioso acompanhado de livros e do computador. Porém, essa caminhada também foi repleta de novas descobertas, novos amigos e a dedicação de muitas pessoas com vistas a me ajudar nesse longo trajeto que termina neste texto aqui apresentado.

O que seria de um historiador sem os arquivistas? Meu muito obrigado para Ema, do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/UNICAMP), e Joana, do Arquivo Municipal de Campinas, pelo profissionalismo e esforço em encurtar os caminhos percorridos por mim até muitos documentos. Não apenas eu, mas a cidade de Campinas, deve congratular (*in memoriam*) a historiadora Maria Luiza, também bibliotecária do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, pelo seu apreço desinteressado pela história da sua cidade, organizando e preservando voluntariamente um acervo riquíssimo.

Agradeço à equipe do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAO/UFBA) que me proporcionou a chance de trocar experiências com pesquisadores latino-americanos e africanos no curso *Fábrica de Idéias*, durante três semanas, com recursos da Fundação Ford e do SEPHIS. Um obrigado sincero ao professor Lívio Sansone e às professoras Rosário e Ângela Figueiredo. Neste encontro em Salvador pude conhecer muitas pessoas e perceber como as identidades são realmente fluídas. Um grande abraço a Norma, Esther, Sulivan, Luiz Alberto, Carlos Eduardo, Carol, Ivo, Joceneide, Anny, Hilário, Júlio Cláudio, Mattia, Lúcia, e Fernanda.

Ao longo da graduação e do mestrado, muitas pessoas atravessaram meu caminho e deixaram suas contribuições — não só acadêmicas — responsáveis por me fazer guardar uma lembrança muito feliz e nostálgica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UNICAMP). Marcelo Yukio, Henrique, Gustavo, Karen, Márcia Alvim, Cláudia, Paula

Habib, Marli, João Paulo, Patrick (Claudinei), Luiz Estevan, Albina, Edu Mantovani, Wilson Penteado, Livia Tiede, Luiza, Raquel, Paula Veermeersch, Silvana Santiago, obrigado a todos.

Ao André, grande amigo com quem divido as dúvidas neste complicado terreno da história do racismo, agradeço as contribuições na leitura de alguns capítulos dessa dissertação e os bate-papos animados sobre a academia, a pesquisa e as experiências em sala de aula.

Apesar da distância, não podia esquecer de meus queridos amigos Juliana e Gonçalo. Quando encontro a Ju, por mais rápido que seja, lembro que a alegria e a amizade são duas conquistas que carregamos sempre conosco e, por mais que o tempo passe, jamais esmorecem. Quanto ao Gonçalo, não há palavras para classificá-lo, apenas desejo reforçar que se trata não apenas de um amigo, mas de um irmão.

Agradeço aos professores Leandro Karnal (UNICAMP) e Fernando Rosa Ribeiro (UNICAMP) pelos valiosos comentários na banca de qualificação. Sem eles, essa qualificação perderia muito em qualidade e refinamento. Também os agradeço pela presença na banca de defesa, juntamente com os professores Marcos Chor Maio (FIOCRUZ) e Luzia Margareth Rago (UNICAMP), cujas contribuições para o fechamento dessa dissertação com certeza enriquecerão sobremaneira o trabalho, permitindo-me alçar novos vãos acadêmicos nos anos seguintes.

Guardo uma consideração e admiração imensurável pela minha orientadora Celia Maria Marinho de Azevedo. Ao longo desses anos sua seriedade e compromisso com a carreira de historiadora me serviram de exemplo e estímulo para permanecer na academia, vendo nela não somente uma intelectual, mas uma amiga. Nesse trajeto final aprendi com ela que o conhecimento não precisa vir acompanhado de arrogância e mau humor, mas pelo contrário, o respeito, o carinho e a compreensão tornam os títulos acadêmicos menos pesados e encurtam distâncias intelectuais.

Meus pais João e Irene fizeram de mim o que sou hoje, ensinando-me que a honestidade e o trabalho só trazem benefícios. Nunca me abandonaram em nenhum momento da vida, fosse triste ou feliz e, tenho certeza, dariam a própria vida para tirar qualquer um dos

seus quatro filhos de algum apuro. Sempre que precisei, abriram seus braços para me receber e me deram a tranquilidade necessária para seguir em frente diante de vários obstáculos.

Apesar da distância física e do dia-a-dia corrido de trabalho e família, meu irmão, Ricardo, e minhas irmãs, Andréia e Adriana, representam uma felicidade em minha vida e espero que possamos dedicar mais tempo para nossos encontros.

Por fim, devo muito a duas pessoas que me acompanham nestes últimos cinco anos: minha esposa Elisa e minha filha Ana Clara. Primeiro, um pedido de desculpas pela ausência cotidiana, fruto das horas de leitura, escrita e trabalho nos sete dias da semana. Apenas o tempo me permitirá compensar os finais de semana perdidos, a tensão de estar sempre pressionado por prazos e a limitada atenção que deveria ter dedicado a elas. Também as agradeço pelos momentos difíceis em que me apoiaram e pelos momentos felizes que vivemos juntos nesses anos de casamento.

Muito obrigado a todos.

Campinas, verão de 2005.

Introdução

— *Eu sou rotineiro, um peregrino que viaja há muitos annos, a procura da grandeza e da união universal da raça negra, chamo-me Futuro e sou filho da vontade; porém neste momento, estou entregue a mercê do vendaval da vida, a tactear nas trevas e nem mesmo sei dizer em que terra estou.*

Em julho de 1923, na casa de número 298 da rua Regente Feijó, em Campinas, nascia o periódico *Getulino*, ou como seus redatores também afirmavam, o “órgão para defesa dos interesses dos homens pretos”. Fundado por dois *chauffeurs* e alguns jornalistas da imprensa campineira, esse jornal se orgulhava de dizer que era escrito e rodado por negros, apesar da colaboração de alguns brancos. Em uma cidade que carregava consigo a fama de ter sido cruel com seus escravos, esse jornal aparecia como uma nova opção para expressão dos anseios e esperanças de sua população negra. O objetivo maior desta dissertação é exatamente trazer o discurso desse jornal à tona, revelá-lo, deixá-lo construir as suas próprias representações, para entendermos melhor as motivações e ideais que moviam a militância negra local na luta por dignidade e respeito.

A citação que abre essa introdução foi retirada do conto *O Gigante Negro*, escondido entre as colunas da segunda página do jornal *Getulino* de 9 de dezembro de 1923. Escrito pelo poeta e jornalista Diocleciano do Nascimento, é impressionante perceber como ele encerra em poucas linhas os princípios norteadores desse periódico em suas 64 edições. Debatendo inúmeros assuntos, o jornal mantém, em meio à diversidade, uma linha que perpassa todos os artigos e os costura de forma a seguirem uma direção traçada, muito provavelmente, pelos seus redatores. No conto “Gigante Negro”, três tempos distintos se integram, harmonicamente, para a construção de uma narrativa para um grupo, com o intuito de transformá-lo em uma comunidade.

O personagem principal do poema é o gigante *Futuro*, como alegoria de um momento em que o negro ascenderá forte e imponente, ansiosamente esperado para integração do negro à nacionalidade brasileira. Quem por ventura daria à luz esse gigante? A vontade! Pré-requisito indispensável para ser leitor desse periódico, pois depositava sobre o negro as ações para a materialização desse futuro. Porém, perdido e confuso, o Futuro estaria a vagar, à mercê do vendaval da vida, em um presente ainda incerto. O poeta clama, metaforicamente, pela união de seus companheiros para a execução daquilo que o futuro lhes reserva, pois sem trabalho nem esforço nada se concretizará.

E o passado desse gigante, de onde ele provém? Não se sabe ao certo, pois ainda era estranho na terra de seu interlocutor, o próprio poeta. Mas o passado da terra deste possuía fama, pois o próprio gigante se assustou ao saber onde estava:

— *Estaes, peregrino, na Terra de Santa Cruz,
descoberta a mais de quatro seculos por um almirante da
patria de Camões.*

— *Ceus!... estou na terra onde é tolhida a liberdade
dos pretos!?*

Aflora a imagem do passado escravista, dos castigos e crueldade infringidos ao negro, deixando-lhe como herança as mazelas responsáveis pela sua precária condição do pós-Abolição. Mas o poeta esclarece que esse tempo passou e, com ele, as injustiças que pesavam sobre o negro, abrindo-se para o futuro a porta da igualdade sob a força da unidade nacional.

— *Não assuste, calma, foi nos tempos idos; mas hoje um
pendão auri-verde tremula nella no embate de uma morna
brisa, nos impellindo no seio da Igualdade-lei dictada ao
povo della, pelo immortal Patrocinio, em memoria de
Getulino, no seculo dezenove.*

A resposta do poeta é conclusiva: o Brasil, livre da escravidão, nadava em um mar de igualdade e compreensão, graças aos grandes abolicionistas do passado que lutaram

por dar ao negro brasileiro a condição de respeito e justiça diante da sociedade. Porém, é no final do conto que Diocleciano chega à apoteose. O jovem aconselha o gigante Futuro a seguir pela estrada do Brasil, pois será nela que ele encontrará o templo da “nossa regeneração social, cingido com o luminoso facho da Civilização Moderna”. Eis o Brasil como o país do futuro, no qual o paraíso racial se desenhava, sob os auspícios da razão e da modernidade, ao lado dos brancos. Ao se distanciar na estrada, o gigante Futuro concluía a narrativa com uma canção que clamava pela assimilação do negro na nacionalidade brasileira.

*Marchemos, ó pois, contentes.
Em demanda da instrução,
Ao lado das brancas gentes
Que nossos irmãos também são.*

De um passado comum, marcado pela escravização de seus antepassados africanos, submetidos aos piores vícios e maus costumes que o cativo poderia lhes infringir, a um presente austero, de luta e devoção pela superação desses supostos traços atávicos, a militância presente nas oficinas do *Getulino* esperava projetar um futuro de respeito, ascensão social e integração nacional para todos os afro-descendentes no Brasil. Como que antevendo o futuro e brincando com os historiadores, Diocleciano condensou em um pequeno conto os sonhos dos jornalistas fundadores do *Getulino*.

Essa narrativa aparece no jornal espalhada em vários artigos, não declarada, apenas escondida por detrás de matérias aparentemente independentes umas das outras. Porém, a leitura e encadeamento das informações de forma sistematizada indicam a existência desses três tempos diferenciados, caracterizados por artigos distintos, dispostos em várias edições. Cabe ao inconsciente do leitor gravar as frases, assimilar as imagens e, depois, colocá-las na seqüência, interiorizando ou não a mensagem transmitida pelos redatores.

Minha intenção é justamente juntar as peças deste quebra-cabeça com o intuito de compreender os passos dados por essa militância negra em Campinas para a construção de uma identidade própria a partir das palavras e valores que preenchiam as páginas deste jornal.

Analisar esse discurso, produzido pelos jornalistas no *Getulino*, foi a porta escolhida por mim para adentrar no espaço simbólico sobre o qual a militância negra campineira atuava e, ao mesmo tempo, ampliava o conhecimento sobre si mesma.

Apesar de ser um dos jornais da imprensa negra com maior quantidade de exemplares disponíveis para pesquisa, sem interrupções em sua periodicidade ao longo de dezoito meses, o *Getulino* foi muito pouco explorado nas pesquisas voltadas a analisar a militância negra paulista. Com exceção de Cléber da Silva Maciel, a maioria dos trabalhos se limitou unicamente a usá-lo para confirmar conclusões feitas a partir de uma análise generalizante sobre vários jornais negros, desprezando a riqueza de seu discurso¹. Se Maciel soube aproveitar melhor o material que tinha em mãos, por outro lado não se aprofundou na análise do discurso do *Getulino*, vendo-o como um documento explicativo das condições de vida da população negra em Campinas. Meu interesse neste jornal reside exatamente em assumi-lo como um canal de diálogo com o negro, extraíndo dele por meio da análise de seu discurso as fontes de onde uma militância adquiriu conceitos sobre os quais construiu a si mesma e ao indivíduo negro. Seu grande número de exemplares (64 no total) e seu quadro diversificado de colaboradores (jornalistas jovens como Lino Guedes, experientes como Benedito Florêncio e notórios como Evaristo de Moraes, todos negros, além de Lacerda Werneck, branco) foram para mim os grandes atrativos que me levaram a optar por este jornal em detrimento de outros.

É necessário identificar os mecanismos próprios da linguagem que, avançando além das intenções dos redatores do jornal e fugindo ao controle dos mesmos, construíram significados a partir das palavras. Desejo mostrar as diferentes formações discursivas com as quais o *Getulino* dialogava, desvelando a riqueza de seus argumentos, inserindo os redatores em seu tempo e em seu mundo cultural para escapar a uma visão simplificadora que admitia unicamente a resistência e indignação como combustíveis para a militância.

¹ Cléber da S. Maciel, *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas, UNICAMP, 1987.

Ao contrário da historiografia mais antiga sobre o movimento negro paulista, não vejo unidade no interior deste. Não existe uma militância única, facilmente discernível e de propostas previsíveis. Ao contrário, como todo movimento político-social, seus integrantes compartilham de muitos desejos, porém também visualizam caminhos diferentes. Pretendo demonstrar neste trabalho a emergência de uma dessas propostas, a do *Getulino*, pertencente a um universo discursivo no qual categorias como “raça” e “atavismo” podiam ser mobilizados para valorizar o negro tanto quanto para inferiorizá-lo. Mais que uma simples expressão de protesto, este periódico atuava como instrumento educativo e político, filtrando informações da grande imprensa, dos teóricos das “raças”, do pan-africanismo e dos manuais de comportamento social para sintetizar uma proposta visando à ascensão social do negro. Para compreender os militantes negros e suas motivações é necessário partir do princípio de que eles não combatem as representações sociais com as quais convivem, mas negociam com elas, seja as incorporando, negando ou as reelaborando.

Os trabalhos desenvolvidos sobre a imprensa negra do período republicano seguiram, em sua maioria, a tendência de se deter sobre o conteúdo informativo destes documentos, afastando-se de uma análise mais profunda do discurso presente neles. A quantidade de trabalhos nesse sentido é consideravelmente grande, mas todos costumam partir de uma mesma referência: a linha teórica fundada pelos professores Roger Bastide e Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo, entre as décadas de 1950 e 1960.

No livro *A integração do negro na sociedade de classes*, Fernandes rejeitou o mito da “democracia racial” e se propôs a estudar a integração do negro na sociedade que se construía em meio à desagregação do regime escravista e à afirmação de uma nova ordem social competitiva². Enfocando a sociedade paulistana das três primeiras décadas do século

² O mito da “Democracia Racial” impregna a interpretação de que o Brasil estaria livre do preconceito racial, um território no qual negros, brancos e índios se imanariam sem nenhum problema. Apesar dessa visão do Brasil como “paraíso racial” ter nascido ainda no século XIX, como esclareceu Celia Maria Marinho de Azevedo, a interpretação culturalista de Gilberto Freyre das relações entre brancos e negros, consideradas por ele harmoniosas graças à presença e atuação do “mulato”, serviram de forte impulso para a consolidação desse mito. Sobre as representações de paraíso e inferno racial, conferir: Celia Maria Marinho de Azevedo, *Abolicionismo*

XX, Fernandes buscou identificar as razões que teriam levado à marginalização progressiva do negro no interior do processo de desenvolvimento capitalista, impulsionado pelos lucros da lavoura cafeeira no estado³. Diante do ritmo acelerado de transformação da sociedade, abrindo novas oportunidades dentro de uma situação concorrencial, ele observa que o negro não encontrava forças para superar seu estado de desorganização social, herdado do período escravista, mantendo-se à margem de tais oportunidades⁴. Para ele, a herança da escravidão — analfabetismo, relativa aversão ao trabalho e pouca habilidade industrial — colocara o negro em situação inferior ao imigrante europeu que, desse modo, ocupava as melhores oportunidades abertas ao trabalho no meio urbano. Dessa forma, incapaz de se adaptar a um mundo competitivo em rápida expansão, o negro mergulhava ainda mais na miséria que “prolongada e aguçada convertia-se, por sua vez, em fator de persistência e de agravamento da *anomia social*”⁵.

Fernandes impunha ao indivíduo negro o peso de uma estrutura determinante de suas atitudes, com a ausência de um campo de negociação ou fuga⁶. Sendo submetido pela estrutura social vigente, o negro agia de acordo com as exigências que esta lhe colocava, tornando-se incapaz de assumir uma iniciativa própria e original, dando continuidade à sua situação anômica na sociedade. Ao afirmar que “as influências psicológicas e culturais operam em um campo organizado, estrutural e dinamicamente, por condições, fatores e forças especificamente sociais”⁷, Fernandes evidenciou a sua preferência pelos aspectos de ordem material na constituição da identidade, ignorada enquanto expressão individual e aceita unicamente como formação coletiva, em oposição às formações culturais. Claramente, ele

Estados Unidos e Brasil, uma história comparada. São Paulo, Annablume, 2003. Para a apreciação da visão de Gilberto Freyre sobre a miscigenação e o papel social do mestiço consultar *Casa-Grande e Senzala* (Rio de Janeiro, Record, 1994) e para a crítica de Fernandes a essa obra, ver: Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 volumes, São Paulo, Dominus, 1965.

³ Maria A. do N. Arruda, “Dilemas do Brasil Moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes”. In: Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, FioCruz, 1996, p.196.

⁴ Florestan Fernandes, *A integração do negro...*, volume I, p.137.

⁵ *Ibid.*; p.227.

⁶ *Ibid.*, p.296.

⁷ *Ibid.*; p.224.

reconhece um “real” externo à cultura, a partir do qual esta se projetaria, rejeitando assim a existência de representações culturais capazes também de influir nas formações sociais⁸. Desse modo, Fernandes não abriu espaço em sua argumentação para a subjetividade do indivíduo negro, colocando-o sob a ação de um determinismo social e negando-lhe a possibilidade de construir estratégias para sua própria integração.

Roger Bastide, orientador de Fernandes, analisou os jornais da imprensa negra paulistana em seu artigo *A imprensa negra do Estado de São Paulo*⁹. Tendo por objetivo “discernir [sobre] a mentalidade de uma raça” através do estudo desses jornais, ele construiu uma argumentação ampla, sob a qual esperava abarcar o discurso de todos os jornais negros, revelando como pensava a “raça negra”¹⁰. Bastide identificou na sua pesquisa a ligação desses jornais com as opiniões próprias de uma classe média negra em ascensão, afirmando que tais órgãos tinham por objetivo educar a comunidade negra e, também, servir de protesto a um grupo que emergia economicamente, mas que continuava relegado a um *status* inferior em função do preconceito racial¹¹. Bastide considerava que os jornais acabavam por rejeitar a origem africana do negro brasileiro, procurando valorizar sua raça pela adoção de um comportamento mais austero supostamente copiado dos brancos, em um movimento que ele denominou “puritanismo negro”¹².

Há dois aspectos na obra de Bastide, porém, que devem ser discutidos. Inicialmente, é necessário notar que, assim como Fernandes, ele reconhecia a existência de um “real” exterior ao texto dos jornais, capaz de explicar o conteúdo destes. Além disso, também partiu do pressuposto de que existe, a priori, um indivíduo consciente ou uma raça capazes de agir impulsionados por estímulos de ordem social. É difícil crer que Bastide tenha conseguido

⁸ Algumas das teses de Fernandes foram contestadas nos trabalhos de Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999; e Celia M. M. de Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco*. 2ª ed., São Paulo, Annablume, 2004.

⁹ Roger Bastide, “A imprensa negra do Estado de São Paulo”, *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo, Perspectiva, 1973.

¹⁰ *Ibid.*; p.50

¹¹ *Ibid.*; p.50-52.

¹² *Ibid.*; p.73-76.

definir a “mentalidade de uma raça”. Primeiramente, porque “raça” não passa de uma construção histórica incapaz por si mesma de condicionar os indivíduos a um determinado comportamento previsto; logo semelhanças fenotípicas não significam uma forma semelhante de pensar e de sentir¹³. Em segundo lugar, o indivíduo altera sua visão do mundo constantemente, em função das experiências pelas quais passa e das representações sociais com as quais convive, sendo impossível fixar-lhe uma identidade dotada de consciência plena e continuidade temporal¹⁴. Ao utilizar a idéia de “mentalidade”, Bastide elimina a subjetividade, praticamente faz desaparecer o indivíduo, este tragado por uma força maior que o leva a ignorar suas experiências pessoais em detrimento de uma identificação coletiva de longa duração.

Nas décadas de 1970 e 1980 ganharam destaque outros trabalhos na análise de periódicos da imprensa, porém seguindo, em linhas gerais, o mesmo caminho que já havia sido traçado por Bastide e Fernandes.

Mirian Nicolau Ferrara executou um trabalho de intensa pesquisa documental, abordando a imprensa negra paulista entre os anos de 1915 e 1963, porém se restringiu a confirmar as teses de Bastide segundo as quais os jornais convertiam-se em “instrumentos de luta ideológica”¹⁵. Ela não aprofundou a análise do discurso desses jornais, diante da preocupação estrita com o conteúdo informativo dos mesmos. Seria oportuno preocupar-se, também, com a forma pela qual as palavras assumem significados nestes textos jornalísticos, seguindo por caminhos nem sempre definidos por seus autores, pois experiências individuais se combinam com ideologias correntes para dar forma a um discurso. Nesse sentido, os

¹³ Para a contestação do conceito de “raça” tomo por base as proposições de Paul Gilroy (*Against Race: imagining political culture beyond the color line*. Cambridge, Harvard University Press, 2000).

¹⁴ Além de Gilroy, Stuart Hall (*A questão da identidade cultural*. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1998) e Joan Scott Joan Scott (“The evidence of experience”, *Critical Inquiry*, vol.17, n. 04, 1991) são minhas referências sobre o processo de construção de identidades.

¹⁵ Mirian Nicolau Ferrara, “A imprensa negra paulista (1915-1963)”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1986, p.38.

militantes negros não devem ser vistos simplesmente como autores, mas como atores e sujeitos¹⁶.

Clóvis Moura acentuou as críticas ao mito da “democracia racial” no país, além de ter reconhecido em práticas culturais como a dança e a religião, aspectos importantes para compreensão da constituição das culturas negras no Brasil. Em seu livro *Brasil: raízes do protesto negro*, o autor analisou diferentes manifestações culturais ligadas à população negra — como os terreiros, escolas de samba, os jornais e clubes dançantes — com o intuito de compreender como se constituía ali uma identidade e consciência coletivas¹⁷. Ele argumentou, com propriedade, que tais organizações tiveram importância capital no estímulo ao espírito associativo do negro e também para “avivar a sua consciência étnica”, contribuindo para a construção da imagem que o negro fazia de si mesmo¹⁸. Entretanto, a insistência de Moura em associar tais práticas culturais a uma consciência ligada prioritariamente à resistência, homogeneizou a população negra, dando à experiência um caráter unificado¹⁹. Desse modo, mesmo valorizando as representações culturais, ele levou à essencialização do negro na figura do escravo resistente, ignorando todos os outros que negociaram de forma diversa junto à essas culturas negras. Transmitiu-se assim a impressão de que todos os negros internalizaram de forma semelhante o passado escravista, as práticas racistas, a memória da África, etc.

Em seu livro *O Atlântico Negro*, Paul Gilroy aponta para as formas pelas quais a produção cultural nas comunidades negras assume um significado mais complexo mesclando a interpretação do homem e mulher negros sobre si mesmos e a realidade culturalmente construída pela qual eles são envolvidos²⁰. O indivíduo literalmente negocia com as

¹⁶ Sobre a relação entre discurso e ideologia, ver Eni P. Orlandi, *Análise de discurso*. Campinas, Pontes, 1999, pp.45-50.

¹⁷ Clóvis Moura, *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo, Global, 1983.

¹⁸ *Ibid.*; p.60.

¹⁹ Nesse aspecto, Moura critica Artur Ramos por não perceber como os elementos culturais dos africanos “passavam a funcionar com outros significados dentro de uma sociedade de classes e em que medida eles supriam as camadas oprimidas de elementos objetivos (materiais) ou subjetivos (ideológicos) como forças de resistência”. *Ibid.*; p.86.

²⁰ Ver, em especial, o capítulo III, no qual trata da música negra e sua relação com a cultura africana e ocidental sem, necessariamente, representar apenas uma resistência à desigualdade racial. Gilroy, *O Atlântico Negro*, pp.157-222.

representações culturais que apreende em seu contato com aqueles que julga serem seus “semelhantes” e com aqueles identificados como os “outros”, utilizando-se para isso de sua memória, através da qual recupera antigas experiências pelas quais passou. A resistência não é um comportamento padrão, nem as práticas culturais denominadas negras devem ser assumidas apenas como expressões de revolta.

Mais recentemente, da década de 1990 em diante, novos trabalhos sobre a imprensa negra foram publicados, especialmente no campo da história social²¹. Dentre eles podemos destacar a tese de Regina Pahim Pinto, com uma proposta alternativa de interpretação do movimento negro em relação aos estudos anteriormente inspirados em Fernandes e Bastide. Ela comentou criticamente as pesquisas cujo ponto de apoio foram as teses defendidas por Fernandes, identificando nelas, como ponto controverso, a valorização extrema do contexto econômico — preconizadas pelo determinismo de classe — em detrimento de elementos étnico-culturais na organização e manifestação da população negra brasileira²². Amparada no conceito de grupo étnico definido pelo antropólogo Frederick Barth, ela propôs “que se definam os grupos étnicos não em termos culturais, mas como um tipo de organização social, cujo ponto crítico é a característica de auto-atribuição pelos outros de uma identidade étnica (...) Assim, à medida que os atores usam a identidade étnica para caracterizarem a si próprios e aos outros para propósitos de interação, eles formam grupos étnicos, no sentido organizacional”²³.

Apesar de reconhecer as identidades como fruto de uma construção e não dadas a priori, Pahim Pinto levou à fixação das mesmas no tempo e no espaço ao considerá-las mais como fenômenos (construções) de ordem social que cultural. Ao ter afirmado que “a cultura é antes um resultado do que um fator de formação do grupo étnico”, ela assumiu a cultura como

²¹ Regina P. Pinto, “O Movimento negro em São Paulo: luta e identidade”. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1993; Marina P. de A. Mello, “O ressurgir das cinzas”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1999; Petrônio J. Domingues, “Uma história não contada”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2000.

²² P.Pinto, “O Movimento negro em São Paulo”, pp.06-07.

²³ *Ibid.*; p.36.

uma expressão do social, descartando a possibilidade de vê-los como campos estruturados numa relação de reciprocidade²⁴. O sujeito, como portador de experiências subjetivas que negociam com as representações sociais, é inserido por esta autora em uma formação coletiva que lhe imputa uma identidade e define uma fronteira étnica no interior da qual ele poderá se expressar. A identidade aparece, então como construída de fora para dentro, sob uma experiência coletiva, fazendo o sujeito abdicar de qualquer participação no processo.

Ao apresentar possíveis problemas deixados pelos trabalhos anteriormente elaborados acerca da participação do indivíduo negro na sociedade pós-abolicionista brasileira, desejo demonstrar como as contribuições teóricas dos estudos pós-modernos podem servir para lançar um novo olhar sobre antigas categorias muito utilizadas para caracterizar as chamadas “relações raciais”. Conceitos como identidade, cultura, intertextualidade e experiência precisam ser instrumentalizados, a fim de possibilitar uma compreensão mais ampla da participação do indivíduo negro na constituição de um saber sobre si mesmo na relação complexa com as diferentes representações de caráter social, culturalmente construídas.

Como alternativa às abordagens sobre a imprensa negra discutidas anteriormente, pretendo utilizar como inspiração para minha análise as concepções teóricas de quatro intelectuais do campo das ciências humanas. Efetuarei a análise discursiva à qual me proponho a partir das contribuições do historiador Dominick La Capra em relação à formação complexa dos textos e sua intertextualidade. Para uma compreensão mais abrangente do processo de formação das identidades, pretendo dialogar com as análises da historiadora Joan Scott quanto à importância da experiência nesse evento, com o estudioso de literatura comparada Stuart Hall no tocante ao caráter híbrido e inconstante das identidades e com o sociólogo Paul Gilroy para uma crítica do conceito de “raça” e uma nova proposta metodológica no estudo da experiência africana no Atlântico.

²⁴ *Ibid.*; p.45.

Em seus livros e artigos, Stuart Hall avaliou o fenômeno descrito por muitos historiadores como uma crise de identidades disparada pelo pós-modernismo²⁵. Colocando-se na corrente contrária a essas análises, Hall defende a idéia de que as identidades nunca foram fixas e, por isso, não há razão para se falar em uma crise de identidades.

A noção de que as identidades possuíam determinada centralidade, inalterável ao longo de suas mais variadas experiências, teria origem, segundo Hall, no Iluminismo. Ao definir uma visão cartesiana do sujeito, estabelecendo um eu universal “como indivíduo totalmente centrado e unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação”, o discurso iluminista o revestiu com uma identidade supostamente fixa, garantida pela sua racionalidade interior e seu sentido de individualidade²⁶.

Com a ascensão do Darwinismo Social e a institucionalização das ciências sociais no século XIX, o discurso iluminista seria revisto, com o sujeito tendo sua individualidade restringida em benefício de uma visão que o aproximava do conceito de sociedade. Hall argumentou que essa renovação produziu o sujeito sociológico, cujo núcleo interior “não era autônomo e auto-suficiente, mas formado em relação a “outros significativos”, que mediavam o sujeito pelos valores, significados e símbolos — a cultura — dos mundos que ele/ela habitavam”²⁷. Se por um lado, a identidade passou a ser revestida de atributos culturais, constituindo-se assim a partir da interação entre o *eu* e o mundo exterior, por outro, permaneceu a tentação de fixá-la a partir da idéia de que existe um real exterior capaz de modificar o *eu* interior.

A crítica de Hall a esse modelo de sujeito reside exatamente em sua previsibilidade, pois mantém a idéia de uma identidade estável e centrada. O sujeito sociológico projetaria sua identidade nas outras oferecidas por esse mundo exterior, colocando seus sentimentos subjetivos em conformidade com as exigências sociais que se espera do indivíduo. “A

²⁵ Hall trabalha com esse tema em seu livro *A questão da identidade cultural (op. cit.)* e também em artigos seus reunidos e publicados no livro *Da Diáspora* (Belo Horizonte, UFMG; Brasília, UNESCO, 2003).

²⁶ Hall, *A questão da identidade cultural*, pp.10 e 22.

²⁷ *Ibid.*; pp.10-13.

identidade desta forma costura o sujeito na estrutura”, suprimindo-lhe a subjetividade e o condicionando a um real exterior a ele²⁸.

Esses sujeitos centrados e unificados apresentados acima por Hall seriam, para ele, meras ilusões de uma sociedade moderna em busca de conforto e tranqüilidade interiores. A alta modernidade trouxe transformações que tornaram perceptível a fragmentação desses sujeitos, que reúnem múltiplas identidades dentro de si, conflitantes ou não. Surge assim o “sujeito pós-moderno, conceituado como isento de identidade fixa, permanente ou essencial. A identidade (...) é histórica, não biologicamente definida. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diversos, identidades que não estão unificadas em torno de um ‘self’ coerente”²⁹.

Neste ponto acredito ser importante delimitar bem de que forma os estudos de Hall podem contribuir em minha análise da militância negra no passado, especificamente no caso das identidades. É necessário perceber que aquilo que chamamos como pós-modernidade, com sua dinâmica e descontinuidade, não foi responsável por *fragmentar* as identidades, mas apenas por *tomar perceptível* a fragmentação. As identidades sempre foram instáveis, mutantes e livres de um centro em torno do qual se desenvolveriam, apesar dos esforços no sentido de domá-las e lhes impor uma coesão imaginária. Desse modo, seja no presente ou no passado, o sujeito nunca foi centrado, mas sim buscou estabelecer um centro para si mesmo. Os militantes negros do início do século, meu objeto de estudo, não possuíam uma identidade centrada; na verdade, imaginando que conheciam a si mesmos — sob as categorias de negro ou intelectual —, promoveram diferentes escolhas e viveram distintas experiências em sua trajetória. Essa negociação entre indivíduo e sociedade ou, mais especificamente, entre subjetividade e categorias sociais historicamente construídas, gradativamente deu forma à identidade desses militantes. Assim, acredito ser imprescindível evitar a essencialização das identidades e

²⁸ *Ibid.*; p.11.

²⁹ *Ibid.*; p.12.

percebê-las como um evento histórico, a ser analisado em sua historicidade, e não tomá-las como um conjunto de características previamente definidas³⁰.

Reforçando ainda mais suas proposições, Hall argumenta que os indivíduos nascem dentro da linguagem, ou seja, o sujeito não domina as palavras e seus significados, pois elas já existem antes dele³¹. Desse modo, é significado por elas e também age produzindo novos significados a partir delas, em uma relação dialógica. Todo tipo de significado é relativo, eles são sempre instáveis e só podem ser pensados em relação ao outro — o branco só existe em oposição ao negro, o homem em relação à mulher, etc. — sendo impossível fixá-los. Se o indivíduo se significa através das palavras, compondo uma identidade, e os significados são instáveis, não há como aceitar a noção de identidades imutáveis e fechadas.

Enfim, Hall classificou a identidade híbrida como uma construção feita a partir da memória do indivíduo (flexível e inconstante) e não de um passado coletivo (fixo e estável). Ao se deslocar de um território para o outro e vivenciar outros costumes e tradições, o indivíduo, valendo-se de sua memória, cria no presente uma representação do que seria “sua” cultura e estabelece assim um sentimento de pertencimento. Porém, não se deve imaginar que esse encontro do velho com o novo ocorra como um choque, uma confrontação que gera a resistência pura. Na verdade, o indivíduo “lê” suas experiências passadas em relação às novas, elaborando estratégias de sobrevivência nesse novo momento de sua vida que, por sua vez, o levam a formar uma identidade momentânea.

Assim como Hall, os conceitos de diáspora e identidade são centrais nas teses traçadas por Paul Gilroy³². Ele não deixa dúvidas quanto ao incômodo que a categoria “raça” lhe provoca, levando-o a perseguir uma outra maneira de tratar das diferenças entre as pessoas. Em *Against Race*, ele discutiu a crise da raciologia e reservou grande atenção à nova

³⁰ Hall, *Da Diáspora*, p.30.

³¹ Hall, *A questão da identidade cultural*, pp.31-32.

³² Conferir os dois livros de Paul Gilroy que tratam desse assunto: *Against Race* e *O Atlântico Negro*.

perspectiva de identidade trazida pelos intelectuais pós-modernos. Sua concepção de identidade se define a partir da própria discussão acerca da superação da categoria “raça”.

Gilroy chamou a atenção de seus leitores para a importância de se compreender a construção de uma identidade como um processo complexo que envolve tanto experiências subjetivas de mundo quanto “cenários” elaborados discursivamente³³. Penetrando na forma como esses dois focos interagem, pode-se desvendar como uma identidade se constitui. Gilroy destaca que, na formação de identidades, deve-se rejeitar a idéia de determinação — alguma força social ou cultural que leve alguém a assumir determinada identidade — ou de voluntarismo absoluto — acreditar que o indivíduo domina a construção de sua identidade.

Para Gilroy, as identidades assumem um caráter político na medida em que se relacionam a um jogo de poder. Nesse sentido, sua formação envolve forças que se articulam para responder a uma determinada necessidade histórica e, ao mesmo tempo, a ansiedade por relações de solidariedade em um grupo humano. Essa afirmação tem enorme sentido para a análise do processo de construção da militância negra, especialmente em relação às estratégias escolhidas por seus membros na busca por uma identidade, geralmente resultando na essencialização da diferença como forma de fixá-la³⁴. Gilroy alertou para o fato de que uma identidade intimamente ligada a noções como território, nação, ou “raça” leva as pessoas a perderem sua individualidade e a comprometer sua subjetividade, praticamente excluindo o que é próprio de cada um. A pessoa se vê, assim, absorvida pelo todo e se submete às vontades coletivas³⁵. Ao uniformizar um comportamento, identidades racializadas acabam por rejeitar todos que não se encaixam no padrão estabelecido pelo seu discurso, ambicionando assim uma pureza ilusória.

³³ “It offers far more than the obvious, common-sense way of talking about individuality, community, and solidarity and has provided a means to understand the interplay between subjective experiences of the world and the cultural and historical settings in which those fragile, meaningful subjectivities are formed”. Gilroy, *Against Race*, p.98.

Todas as traduções constantes desse trabalho são de minha autoria, exceto quando houver observação em contrário.

³⁴ *Ibid.*; p.99

³⁵ *Ibid.*; p.104.

Concordando com Hall, Gilroy acredita que as identidades, despidas de qualquer tipo de essencialização, assumem sua forma a partir da interação entre a subjetividade e o mundo cultural e histórico no qual se vive. Ele fala em identidades negociadas, ou seja, nossas escolhas individuais assumem sentidos diversos quando se relacionam com os elementos culturais próprios do espaço em que estamos inseridos³⁶. A constituição da identidade, assim, não depende unicamente de nós nem do cenário cultural, mas das conexões entre os dois. É sempre conveniente lembrar que esse cenário cultural não deve ser entendido como um “real” exterior ao discurso, mas como um espaço que assume significado também a partir da linguagem. Gilroy insistiu que não há como alcançar a dimensão da interação descrita nas linhas acima sem contestar a prática de se buscar raízes para as identidades. Ele afirmou que se deve deixar a busca por uma origem primordial de lado e concentrar sua atenção sobre os deslocamentos, as peregrinações do indivíduo por terras e culturas diferentes³⁷.

Como alternativa para trabalhar com esses deslocamentos, Gilroy propôs sua *diáspora cultural*, assim definida por ele: “como uma alternativa à metafísica da “raça”, nação, e ligação cultural codificada no corpo, diáspora é um conceito que problematiza os mecanismos culturais e históricos de pertencimento. Desfaz o poder fundamental do território para determinar a identidade ao quebrar a simples seqüência de ligações explanatórias entre lugar, locação e consciência”³⁸.

O conceito de diáspora definido por Gilroy e, também presente em Hall, foi concebido tendo como foco o Atlântico anglófono, mais especificamente o mundo cultural caribenho. Entretanto, vejo a possibilidade de me valer desse conceito também para pensar a construção das identidades negras no Brasil, não apenas no presente como também no

³⁶ *Ibid.*; p.106.

³⁷ *Ibid.*; p.111.

³⁸ “As na alternative to the metaphysics of ‘race’, nation, and bounded culture coded into the body, diaspora is a concept that problematizes the cultural and historical mechanics of belonging. It disrupts the fundamental power of territory to determine identity by breaking the simple sequence of explanatoy links between place, location, and consciousness”. Em *Against Race* (pp.112-123), Gilroy retoma o conceito de Diáspora Cultural detalhadamente descrito e analisado em *O Atlântico Negro*.

passado pós-escravista. De forma semelhante a outras regiões brasileiras³⁹, o estado de São Paulo também foi palco da constituição de culturas negras e esse processo recebeu inspiração de idéias e práticas que transitavam nesse trajeto do *Atlântico Negro*.

A representação mítica do continente africano e a circulação de práticas culturais representadas como reminiscências africanas (samba, capoeira, umbanda e candomblé, etc.) são identificadas por Patrícia Pinho como fenômenos “recorrentes na maioria das comunidades negras da diáspora”⁴⁰. Tais elementos não eram exclusivos da Bahia, inserida nessa rota do Atlântico Negro, mas também comuns em São Paulo. Além disso, o discurso do Pan-Africanismo tomado por Gilroy como uma expressão própria de um pensamento diaspórico dialoga com o jornal que é objeto desta dissertação e inspira os militantes. Desejo argumentar que ao pensar seu passado mediado pela memória, conectando-o a uma representação da África e, do mesmo modo, discutir as demais representações associadas ao fenótipo, o negro de São Paulo o fez sob inspirações diversas, entre elas, produções culturais advindas de uma corrente diaspórica.

A proposta de Gilroy exige a des-territorialização e des-racialização da identidade. Nessa perspectiva, deveríamos considerar a vida de uma pessoa não em função de uma origem, mas de contínuas diásporas. Tais deslocamentos propiciam ao indivíduo experiências diferentes, contatos distintos e, gradativamente, contribui para a construção da subjetividade daquele.

Fundindo-se as propostas de Hall e Gilroy em relação ao conceito de diáspora, podemos dizer que um indivíduo, em contato com um novo cenário cultural — seja por migração forçada ou deslocamento voluntário —, é levado a negociar as novas experiências pelas quais estaria passando com as anteriores, estas arquivadas em sua memória e desse

³⁹ O conceito de diáspora proposto por Gilroy serviu de base teórica para Patrícia Pinho desenvolver um estudo aprofundado da ligação entre a cultura negra baiana e a produção cultural de outras comunidades situadas naquilo que se convencionou denominar de *Atlântico Negro*. Ver: Patrícia Pinho, *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo, Annablume, 2004.

⁴⁰ *Ibid.*; p.21.

modo reconduzidas ao presente⁴¹. A resistência ao novo não é uma regra geral a ser assumida, mas apenas uma das possíveis resultantes desse processo de negociação cultural.

Como insiste Gilroy, o conceito de diáspora permite-nos quebrar a metafísica da “raça”, bem como superar os limites culturais impostos por características físicas e problematizar os mecanismos históricos e culturais de pertencimento⁴². Além disso, possibilita ao historiador associar locações de residência e de pertencimento com maior flexibilidade. A proposta de Gilroy, ao lado das considerações de Hall, apresentam-se para mim como a alternativa mais profícua para se opor à essencialização das identidades, principalmente no caso das identidades racializadas.

Para Hall e Gilroy o caminho para a compreensão dos processos de construção de identidades é a análise da forma como escolhas individuais e categorias culturalmente estabelecidas dialogam entre si. O termo experiência surge para ambos como chave nessa relação e a forma como é trabalhado pela historiadora Joan Scott complementa de forma bastante satisfatória a conceituação de identidade proposta nesta dissertação.

Scott pensa as identidades em consonância com a interpretação já desenvolvida por Gilroy e Hall. Para ela, não se pode considerá-las como auto-evidentes, sob o risco de naturalizar as diferenças⁴³. A experiência ocupa posição fundamental no processo de construção de uma identidade e a pergunta a se fazer é como operar com ela.

A experiência não deve ser tomada como a origem do conhecimento, o ponto de partida que ilumina determinado comportamento do sujeito, numa relação causal simples. Caso esse cuidado seja negligenciado, o historiador ignora não só a subjetividade do sujeito e as

⁴¹ Gilroy fornece um ótimo exemplo desse processo de negociação cultural em seu livro *Against Race*, quando analisa as experiências de uma poetisa e um poeta negro que foram transplantados da África para a América: Phillis Wheatley e Olaudah Equiano. Ele percebeu como esses dois poetas negros não resistiram às novas experiências pelas quais passaram na América, não se fecharam às novas formações culturais com as quais passaram a conviver, na verdade, negociaram as novas experiências com as anteriores, arquivadas em sua memória. Gilroy demonstrou, com isso, que Equiano constituiu uma nova identidade que se desprende de características físicas e fê-lo interpretar a escravidão sob um novo ponto de vista, marcado pela religiosidade cristã. Ver Gilroy, *Against Race*.

⁴² *Ibid.*; p.123.

⁴³ Joan Scott, “The evidence of experience”, p.777.

formas pelas quais este absorveu a experiência — mediada pela memória individual —, mas também, a sua própria subjetividade que atua na seleção e encadeamento das informações de modo a dar legibilidade a elas. À visão de que a experiência é uma categoria fechada, um conhecimento pronto e acabado, contrapõe-se outra, proposta por Scott, onde ela aparece discursivamente construída, operando no sentido de organizar o olhar do sujeito, constituindo as formas pelas quais as diferenças são definidas e apreendidas⁴⁴. Compreendendo-se como a própria experiência foi instituída pelo discurso, torna-se possível entender como ela opera no processo de construção de identidades e estabelecimento de diferenças.

Para Scott, a forma como os historiadores trabalharam com o conceito de experiência na maior parte do século XX foi equivocado. De um lado, consideraram-na como expressão de uma consciência individual, única e particular, e de outro, como um “real” a partir do qual o indivíduo age historicamente. Segundo ela, nos dois casos, transmitiu-se a idéia de que já existia, previamente, um indivíduo dotado de identidade através do qual a experiência operava. Ignoravam o sistema ideológico de constituição de sujeitos em uma formação discursiva que apresentava o conhecimento do *eu* como estanque e definitivo⁴⁵.

Para dar visibilidade à experiência, é preciso examinar as categorias previamente estabelecidas (homem/mulher, branco/negro, homossexual/heterossexual, entre outras), promovendo a desconstrução do sistema ideológico no qual elas operam e normatizam padrões e regras, criando e institucionalizando as diferenças. Segundo Scott, a historiografia precisa superar o simples ato de reconhecer os grupos minoritários e as formas de exclusão e resistência que os cercam, sinal de uma postura ainda metodologicamente insatisfatória, para se preocupar em identificar e entender o processo histórico de constituição da própria minoria⁴⁶. Ainda de acordo com os argumentos de Scott, “tornando visível a experiência de um grupo diferente, expõe-se a existência de mecanismos repressivos, mas não seu funcionamento e

⁴⁴ *Ibid.*; p.777.

⁴⁵ *Ibid.*; p.782.

⁴⁶ *Ibid.*; p.778.

lógica internos; nós sabemos que a diferença existe, mas não a compreendemos como constituída de forma relacional. Por isso, precisamos atentar para o processo histórico que, através do discurso, posiciona os sujeitos e produz suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas sujeitos que são constituídos através da experiência⁴⁷.

Com Edward P. Thompson o tratamento dado à experiência pareceu abrir uma nova porta para sua compreensão⁴⁸. Com ele, vislumbrou-se uma fusão entre influência externa (estrutura) e sentimento subjetivo (psicologia); nesse sentido, as pessoas experimentavam a experiência como sentimento. Contudo, a interpretação corrente de que Thompson fugira ao determinismo materialista em benefício do voluntarismo não se confirma. Ao mesmo tempo em que ele considerava a *classe* como uma categoria dinâmica e ativa, também percebia a experiência, a partir da qual tal categoria se construiu, confinada pelas relações de trabalho e produção que a determinavam. Thompson distinguia, assim, linguagem e experiência, desprezando a interação desses dois campos na construção de significados capazes de potencializar as diferenças⁴⁹.

Para Scott, esse aspecto unificador da experiência em Thompson excluiu a importância dos domínios da atividade humana, cujas ações não teriam influência alguma sobre a organização política e social⁵⁰. Enquanto a classe for concebida como uma identidade primordial, outras posições do sujeito são menosprezadas ou mesmo ignoradas, como as relações de gênero e etnia concernentes à pesquisa que aqui desenvolvo. Interpretadas como aspectos da experiência inscrita ao sistema capitalista, todas as demais relações que fogem ao determinismo materialista transfiguram-se em meros reflexos das relações sociais e materiais. O efeito disso é a essencialização da experiência em lugar de sua historicização.

⁴⁷ "Making visible the experience of a different group exposes the existence of repressive mechanisms, but not their inner workings or logics; we know that difference exists, but we don't understand it as relationally constituted. For that we need to attend to the historical processes that, through discourse, position subjects and produce their experiences. It is not individuals who have experience, but subjects who are constituted through experience". *Ibid.*; p.779.

⁴⁸ Edward P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. vols. 01, 02 e 03.

⁴⁹ Scott, "The evidence of experience", pp.784-785.

⁵⁰ *Ibid.*; p.785-786.

Deve-se levar em conta que as identidades são, muitas vezes, contraditórias e conflitivas. Scott defendeu a necessidade de desvendar como a subjetividade é construída, como categorias como gênero, sexualidade e “raça” se cruzam, e como a ação é possível⁵¹. A experiência produz significados, e caso seja separada dos efeitos da linguagem, o historiador perde a chance de analisar o conhecimento produzido por ela sobre algo. Aceitando que o sujeito se posiciona no interior de um discurso, deve-se ter em mente que linguagem e experiência se relacionam intimamente na produção de novos significados. Como bem definiu Scott quanto ao papel dos sujeitos nessa abordagem da experiência: “Os sujeitos são constituídos discursivamente (...) eles não são unificados, indivíduos autônomos exercendo livre-arbítrio, mas sim sujeitos cuja atuação é criada através de situações e *statuses* que lhes são conferidos. Ser um sujeito significa estar ‘sujeito a condições definidas de existência, condições de constituição de atores e condições de atuação’. Essas condições habilitam escolhas, entretanto elas não são ilimitadas”⁵².

Fica claro nos parágrafos anteriores que a experiência, na forma de um relato, também é recebida por nós como uma formação discursiva, ou seja, ela também é parte de um sistema no qual dialogará com outras formações discursivas (sob diferentes bases materiais, entre elas o texto escrito) dando contorno a novos significados e se apropriando de outros já existentes. Não se pode aceitá-la como o real, capaz de explicar as motivações do sujeito diante de decisões que a ele competiu tomar. É necessário historicizar a experiência e sua relação com a linguagem, e nesse sentido a intertextualidade é revestida de grande importância. Como bem resumiu Celia M. M. de Azevedo, “para Scott, historicizar a experiência de uma dada personagem não é simplesmente narrar a sua história de vida, mas sim analisar

⁵¹ *Ibid.*; p.789.

⁵² “Subjects are constituted discursively (...) they are not unified, autonomous individuals exercising free will, but rather subjects whose agency is created through situations and statuses conferred on them. Being a subject means being ‘subject to definite conditions of existence, conditions of endowment of agents and conditions of exercise’. These conditions enable choices, although they are not unlimited”. *Ibid.*; p.793.

como e quando se chegou àquela posição, ou seja, por meio de que processos ela se construiu naqueles termos”⁵³.

O historiador Dominick LaCapra apresenta uma proposta atraente para se operar com maior desenvoltura a relação do texto com o que ele chama de seus diferentes contextos interativos⁵⁴. O termo contexto, bastante discutido na historiografia pós-moderna e criticado quando assumido como um “real” exterior ao texto e capaz de explicá-lo, é utilizado por LaCapra, porém sob a designação plural (contextos) e no sentido de representar a historicidade do texto.

Como destacou Celia Azevedo, LaCapra criticou os historiadores por não lerem os textos, no sentido de extrair deles mais que dados documentais⁵⁵. Ele afirmou que a natureza do texto é complexa, não se fechando em si mesmo, mas dialogando com uma série de contextos que também se apresentam mediados pela linguagem, ou seja, são outros textos. Sob essa perspectiva, LaCapra defendeu um novo olhar sobre a oposição entre o que está dentro e o que está fora dos textos, mais precisamente “o problema passa a ser o de repensar os conceitos de ‘dentro’ e ‘fora’ em relação aos processos de interação entre a linguagem e o mundo”⁵⁶. A uma leitura meramente documental, restrita à superfície do texto, ele contrapôs outra, profunda e consciente em relação à ação do historiador, pois que envolve o diálogo estabelecido entre passado e presente. Celia Azevedo apreende em LaCapra a sugestão de se guiar a análise do texto na direção da busca de uma interpretação crítica, inovadora e profícua no aspecto reflexivo, fugindo à tentação documental de acumular pilhas de citações e fontes como atestados de veracidade⁵⁷. Não significa ignorar os documentos, pois como esclareceu LaCapra, “a demanda por documentação serve para impedir que interpretações responsáveis

⁵³ Celia M. M. de Azevedo, “A nova história intelectual de Dominick LaCapra e a noção de raça”. In: *Anti-racismo*, p. 83.

⁵⁴ Dominick LaCapra, “História Intelectual: repensar la historia intelectual y leer textos”. In: Paul Rabinow e Dominick LaCapra. *“Giro lingüístico” e historia intelectual*. Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

⁵⁵ Celia Azevedo, “A nova história intelectual...”, p.75.

⁵⁶ LaCapra, “História Intelectual...”, pp.240-241.

⁵⁷ Celia Azevedo, “A nova história intelectual...”, p.77.

se tornem irresponsáveis. Mas usar esta demanda para tentar escapar de nossa relação dialógica com o passado é tentar evadir nossa própria historicidade⁵⁸.

As proposições de LaCapra, em conjunto com Hall, Scott e Gilroy, serão úteis para, ao trabalhar com o conceito de “raça”, eu possa resolver dois problemas presentes no trabalho dos historiadores que se propõem a fazer isso: “saber como evitar a estereotipização racial ou a mitologização descontrolada, e, por outro lado, enfrentar a noção de raça de forma crítica e transformadora sem negar a necessidade histórica e política da população não-branca de encontrar vozes efetivas e de construir a sua posição como sujeitos (...)”⁵⁹. Para tanto, apoiando-me em LaCapra, buscarei valer-me da intertextualidade para penetrar no texto e traçar os diálogos que ele empreende com outras fontes escritas, recusando a visão de que o texto reflete um contexto exterior a ele. Da mesma forma, valer-me-ei dos documentos sem, no entanto, tomá-los como fontes fechadas e incontestes, puras bases de dados capazes de trazer à tona uma suposta verdade. Reconhecendo minha subjetividade, vejo com clareza que promoverei a recuperação de um passado que assume sentido para mim, na medida em que presente e passado dialoguem através das fontes documentais, levando a mais uma interpretação sobre o passado e uma reflexão sobre o nosso presente.

Como procurei exemplificar com o poema *O gigante negro*, o jornal parece construir uma narrativa com a intenção de “ensinar” aos seus leitores o caminho para sua ascensão social. Nessa narrativa, despontam vários assuntos, todos costurados, de algum modo, pelas categorias “raça” e “nação”. A ordem dos capítulos desse trabalho é a prova mais clara do meu papel de historiador nessa pesquisa. Procurei estabelecer uma seqüência que fizesse sentido ao leitor, agrupando os vários temas dispostos em doses homeopáticas pelo jornal ao longo de 64 edições.

No primeiro capítulo procuro apresentar o panorama sócio-cultural da cidade de Campinas na década de 1920, com as representações que por ela circulavam e as condições

⁵⁸ LaCapra, “História Intelectual...”, p.286.

⁵⁹ Celia Azevedo a partir das proposições de La Capra, “A nova história intelectual...”, p.82.

que propiciaram a organização de uma militância negra local. Discutirei a fundação do *Getulino* e sua inserção na imprensa negra local, dando atenção à origem social de seus proprietários e o apoio que receberam de um número considerável de anunciantes, especulando sobre as condições financeiras que permitiram manter a periodicidade desse jornal por muitos meses. A biografia concisa de cada um dos redatores é apresentada como subsídio para compreender a interação entre experiências pessoais e as representações com as quais conviviam na sociedade campineira.

O segundo capítulo tratará da forma como os jornalistas do *Getulino* apreendiam conceitos como “raça” e miscigenação, elaborando uma perspectiva de futuro para a população negra não apenas de Campinas, mas do Brasil como um todo. É por essa razão que os capítulos sobre o passado e o presente vislumbrados pelo jornal são antecidos por este, referente ao futuro. Nesta parte, discutirei o posicionamento do jornal diante do preconceito racial e das teorias que discutiam conceitos como “raça” e nação, além das representações construídas pelos seus jornalistas num impulso de reconhecer um “outro” racial (o caboclo) e um “outro” nacional (os Estados Unidos).

O terceiro capítulo é dedicado a descrever a busca dos jornalistas em construir um passado comum, a partir do qual esperavam estabelecer uma memória coletiva da escravidão como uma experiência traumática que acompanhava todos os negros. A celebração de determinados personagens nesse retrato do passado se tomava essencial tanto para reforçar o sentido coletivo dessa memória, como para apresentar ao negro modelos de comportamento e valores desejados no presente. Abordarei neste capítulo os heróis construídos pelo jornal, em sua maioria abolicionistas brancos e negros, além da família imperial brasileira e a devoção prestada à Princesa Isabel como a Redentora dos escravos. Mitificada como o era em todo discurso que lutava por fixar uma identidade negra com conotações raciais, a África emerge deste passado desenhado pelo *Getulino*, sendo analisada neste capítulo tendo em vista a circularidade do discurso pan-africanista e as representações de teor racista nos jornais brasileiros.

Finalmente, no quarto capítulo discutirei a representação do negro de seu próprio tempo presente feita pelo jornal. Veremos como o jornal manejava o conceito de atavismo, usado por teóricos das “raças”, para buscar no passado escravista as razões do menosprezo sentido pelo negro no presente. Ao imputar-lhe uma série de vícios, decorrentes de séculos de escravidão, o jornal o trata como vítima, porém veremos como se exige do próprio negro a reação a essa situação, cobrando dele um modelo de comportamento para alcançar a ascensão social. É nesse sentido que discutirei a importância dada pelos jornalistas do *Getulino* à educação intelectual, física e moral, além de sua postura diante de categorias tais como família, mulher e religião. Os dilemas do presente, que envolviam os jornalistas em debates acirrados em suas páginas completam o capítulo, com a discussão de suas relações com os imigrantes e outros periódicos da imprensa negra.

A pesquisa acabou se concentrando no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), onde se encontravam os microfilmes dos jornais da imprensa negra pesquisados por mim, além de outros periódicos da grande imprensa que chegaram a ser consultados. Os arquivos do Centro de Memória da UNICAMP (CMU) e Municipal de Campinas foram consultados com menor frequência, porém contribuíram com informações mais específicas sobre Lino Guedes e outras entidades campineiras. O Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas (CCLA), apesar dos recursos reduzidos de que dispõe em virtude do desinteresse de muitos setores sociais diante de nossa memória histórica, mantém uma biblioteca de mais de 100 anos onde se podem encontrar algumas pérolas ausentes de outras bibliotecas e arquivos. Entre elas, muitos exemplares originais do *Getulino*, suficientes para aguçar o sentimento de retorno ao passado.

Trazendo ao leitor os contos e artigos deste jornal, quero demonstrar como a militância negra campineira se organizava, com seus encontros e desencontros, em busca de defender os interesses dos homens e mulheres discriminados em virtude de serem negros. As angústias e esperanças desses jornalistas se materializavam em palavras que, postas no papel, deram contorno à sua identidade como homens negros e brasileiros. A proposta desses

militantes era justamente essa: desejavam ser respeitados como negros e aceitos na conformação da nacionalidade brasileira.

Capítulo I

Campinas e seus jornais da imprensa negra

Conhecer Campinas e as representações que sobre ela foram elaboradas é um bom início para mapearmos o cenário cultural no qual emergiram grupos de afinidade pessoal, responsáveis por fundar jornais e agremiações voltados para a população negra. Do mesmo modo, torna-se imprescindível apresentar os personagens, pessoas de carne e osso, que promoviam uma complexa negociação cultural entre sua subjetividade e o ambiente cultural, como caminho para revelar motivações, anseios e decepções que se articularam sob diferentes formas para construir a imagem de uma militância negra na cidade de Campinas¹.

Campinas, palco novo para a militância negra

As décadas de 1910 e 1920 são analisadas pela historiografia tradicional como um período de transição. Nesse período, o Brasil eminentemente agrário, centrado em uma estrutura econômico-social que concedia ao campo maior importância, assiste à emergência de novas forças sociais ligadas ao meio urbano, como resultado do advento da grande indústria fabril, processo impulsionado pelas restrições a importações decorrentes da Primeira Guerra na Europa². Tal processo de reconstrução das relações campo-cidade vêm sendo confirmado por estudos mais recentes, porém sob um enfoque que rejeita o determinismo econômico e abre

¹ O conceito de representação sobre o qual me apoio é tomado de empréstimo de Cornelius Castoriadis. Para ele, “Não há nenhuma possibilidade de compreender a problemática da representação se procurarmos a origem da representação fora da própria representação”, assim, devemos ter em mente que a representação não se constrói a partir de um real dado. O próprio real é uma representação. Ver: Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.325.

² Edgar Carone, *A República Velha*. São Paulo, Difel, 1972, vol. 01; Raymundo Faoro, *Os donos do poder*. 10ª ed., São Paulo, Globo/Publifolha, 2000, vol. 02; Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed., São Paulo, Publifolha, 2000.

novas perspectivas de compreensão do período³. Apesar das divergências teóricas, todas as análises concordam, porém, que as duas décadas citadas trazem consigo importantes transformações para a sociedade brasileira, contribuindo para criar entre a população da época a impressão de que o Brasil finalmente atingia a modernidade.

As oligarquias ligadas às novas áreas plantadoras de café do oeste paulista obtiveram êxito em aliar poder econômico e poder político, concedendo ao estado uma posição central na nova relação de forças que se impôs com a queda do Império⁴. Ao ganhar tal relevância, São Paulo atraiu para si novos investimentos e, do mesmo modo, seu panorama social e cultural se diversificou, assumindo posição central na transição para o que se convencionou denominar de modernidade, entre as décadas de 1910 e 1920. Constituindo-se como principal pólo econômico e populacional do interior paulista e distante apenas 100 quilômetros da capital, a cidade de Campinas se encontrava inserida neste fluxo contínuo de mudanças que envolvia o país e o estado.

Nascida de um pequeno núcleo de povoamento instalado em 1774 em um campo de descanso para tropeiros, Campinas⁵ teve sua economia amparada no cultivo da cana-de-açúcar até meados da terceira década do século XIX. O sucesso da empresa canavieira na cidade, em especial no final do século XVIII, pode ser relacionado à alta do preço do açúcar no mercado internacional, como resultado direto das perturbações sócio-políticas pelas quais

³ Helena C. Lorenzo (org.), *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. SP, Editora UNESP, 1997; Nicolau Sevcenko, *Orfeu extático na Metrópole*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992; Margareth Rago, *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

⁴ Conferir os artigos de Wilson Cano, "Base e Superestrutura em São Paulo: 1886 - 1929" e Renato M. Perissonto, "Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República". Ambos integrantes do livro organizado por Helena C. De Lorenzo (*A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. SP, UNESP, 1997).

⁵ A origem da cidade, segundo Antônio da Costa Santos (*Campinas, das origens ao futuro*. Campinas, Editora UNICAMP, 2002), estaria intimamente relacionada a um projeto mais amplo posto a cabo pela administração Pombalina, cujo objetivo seria fortalecer as posições portuguesas nos limites de sua colônia com os territórios castelhanos. A cidade foi fundada em 1774 sob a denominação de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso de Jundiá, sendo elevada em 1797 à condição de vila, com o nome de Vila de São Carlos. Por ordenação imperial foi-lhe outorgada o estatuto de município em 1842, quando finalmente assumiu o nome pelo qual é conhecida até hoje.

passava o Haiti, então maior produtor mundial desse gênero⁶. Desse modo, Campinas atraiu um número considerável de novos habitantes em função da riqueza que por ela passou a circular, da mesma forma que teve, desde seu início, uma significativa população escrava direcionada aos canaviais e engenhos. Em fins do século XVIII, como afirma Rosana Baeninger, cerca de 47% da população da então Vila de São Carlos era composta por escravos⁷.

Por volta de 1830, o café começou a se alastrar rapidamente pelas fazendas campineiras em substituição ao açúcar, levando a cidade a se tornar algumas décadas mais adiante o maior centro produtor de café da província de São Paulo. Como observou Celso Furtado, o custo reduzido de implantação e manutenção da lavoura de café, em comparação com a cana-de-açúcar, somado à abundância de terras cultiváveis no oeste paulista e disponibilidade de escravos ociosos da antiga mineração, explicam a intensa expansão desse produto por terras paulistas⁸. Apesar do declínio do preço internacional do café entre as décadas de 1830 e 1840, as vantagens apontados por Furtado estimularam muitos fazendeiros campineiros a migrar dos canaviais para os cafezais, abrindo um novo período histórico para a cidade⁹.

O braço escravo, usado largamente nos canaviais, também preponderou na lavoura do café, sendo prova disso o intenso crescimento da representatividade dos cativos na população da cidade, superando o montante de brancos a partir de 1836 e garantindo a Campinas o emblema de grande centro escravista da província¹⁰. Pouco a pouco os grandes fazendeiros ampliavam suas fazendas e, comprovando sua íntima relação com a corte imperial, acumulavam títulos nobiliárquicos. Foi um período marcado pelo ininterrupto fluxo financeiro

⁶ Caio Prado Júnior (*História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1969, p.80) aprofunda a discussão acerca da influência direta dos conflitos que sacudiram a ilha de São Domingos (Haiti) na retomada da produção açucareira no Brasil.

⁷ Rosana Baeninger, *Espaço e Tempo em Campinas*. Campinas, CMU-UNICAMP, 1996, p.22.

⁸ Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, p.119.

⁹ Pode-se afirmar que a partir da década de 1850 a zona rural da cidade praticamente havia sido tomada pelos cafezais, de acordo com os discursos de políticos no senado do Império. Conferir em Sérgio B. de Holanda, *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo, Cia. Das Letras, 1995, pp.174-175.

¹⁰ Baeninger, *Espaço e Tempo em Campinas*, p.23.

que propiciou a Campinas, à medida que o dinheiro circulava no meio comercial da cidade e entre seus trabalhadores livres, consideráveis aquisições na área cultural e educacional. Construía-se com o passar dos anos a imagem da cidade enriquecida pelo ouro verde, o café, logo recebendo da imprensa local o título de “Princesa D’Oeste”.

Após ter atravessado uma fase de enriquecimento rápido graças aos lucros promovidos pelo café na segunda metade do século XIX, Campinas foi atingida, na década de 1880, por graves epidemias de febre amarela com efeitos danosos na sua economia e convívio social¹¹. Amedrontados, muitos moradores, em especial aqueles dotados de boas rendas garantidas pela cafeicultura, retiraram-se para outras cidades para fugir da doença, promovendo um considerável decréscimo na população campineira e, por conseguinte, de sua atividade comercial e agrícola. Esse período traumático foi gravado com tanta intensidade na memória dos campineiros que, poucos anos depois, tendo se recuperado dos danos causados pela doença, a edilidade gravou no brasão que representa a cidade a *Fênix*, a ave que no imaginário ocidental sempre renasce das cinzas, contribuindo para dar ainda maior força à imagem de prosperidade que a cidade guardou para si¹².

O século XX se abriu para Campinas como um período de recuperação econômica, com a retomada do crescimento demográfico e do dinamismo econômico. O número de indústrias na cidade cresceu de forma significativa da primeira para a segunda década do novo século, convivendo com a lavoura cafeeira. Segundo apontam os dados dos censos populacionais da época, a retomada do crescimento populacional foi imediata, tendo a cidade registrado um crescimento de 56% em sua população nas duas primeiras décadas do novo século¹³.

¹¹ Sobre a febre amarela em Campinas, conferir Licurgo de C. Santos Filho, *A febre amarela em Campinas (1889–1900)*. Campinas, UNICAMP/CMU, 1996.

¹² Um artigo do próprio jornal *Getulino* (nº31, 24/02/1924, p.01.) serve de exemplo de como essa imagem da cidade arrasada pela febre amarela e, depois, reerguida em pouco tempo graças aos esforços monumentais de seus habitantes, conseguiu se sedimentar na memória de seus moradores nas décadas seguintes à epidemia.

¹³ No período que é abrangido pela minha pesquisa, foram realizados em Campinas recenseamentos nos anos de 1872, 1890, 1918, 1920 e 1926. Os dados de cada um deles foram publicados em jornais da época e se encontram reproduzidos em Cléber da S. Maciel, *Discriminações raciais: negros em Campinas*. Campinas, Editora UNICAMP, 1987, pp. 56-65.

Cléber da Silva Maciel notou que, apesar de manter uma curva ascendente em números absolutos, a população negra decaiu significativamente em relação à sua representatividade nos percentuais do total da população com o passar dos anos. Em 1872, no auge da produção cafeeira e ainda sob o regime escravista, o censo registrou que Campinas possuía uma população negra (no caso a soma dos números registrados sob a denominação de negros e pardos) de 17.853 pessoas, dos quais a imensa maioria era formada de escravos. Em 1918, já próximo da fundação do jornal *Getulino*, esse grupo no interior da população campineira cresceu, para 18.864 pessoas. Considerando que a população da cidade se elevou de 31.377 pessoas, em 1872, para 105.137 habitantes em 1918, vemos que o crescimento da população negra na cidade em comparação com o crescimento da população total foi ínfimo. Se em 1872 os negros representavam 56,9% da população, em 1918 houve um declínio significativo para 17,9%, significando que, em números absolutos, essa parcela da população na cidade em 1872 é praticamente a mesma que em 1918.

Algumas hipóteses podem ser traçadas para tentar explicar os dados do parágrafo anterior. Como Maciel destaca, Campinas recebeu um intenso fluxo de imigrantes europeus atraídos por sua lavoura de café, levando a um crescimento considerável da população de origem européia, que saltou de 12% da população total em 1872 para 20,3% em 1918¹⁴. Sem esquecer, além disso, que muitos descendentes desses imigrantes passaram a ser contados nos censos seguintes como nacionais brancos, acentuando ainda mais a queda da representatividade da população negra. Em um fluxo contrário ao dos imigrantes que chegavam, o fim da escravidão, em 1888, trouxe a mobilidade como um importante símbolo de liberdade para os ex-escravos, podendo ter contribuído para que muitos deixassem Campinas em busca de novas oportunidades em outros centros urbanos¹⁵.

¹⁴ Maciel, *Discriminações raciais*, pp.59-60.

¹⁵ Lúcia Helena Oliveira Silva estudou em sua tese de doutorado as migrações de libertos do estado de São Paulo com destino para o Rio de Janeiro, identificando um fluxo bastante intenso nesse sentido. Segundo ela, muitos ex-escravos se deslocaram para a capital do país fugindo da violência das autoridades paulistas e, também, com o intuito de recomeçar a vida em melhores condições. Ver: Lúcia H. O. Silva, "Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888-1926)". Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP, 2001, pp.86-88.

Se a entrada maciça de europeus e a intensa mobilidade da população negra foram responsáveis pelo decréscimo percentual da população negra em Campinas, não podemos ignorar, entretanto, a possível precariedade metodológica desses recenseamentos, aspecto que pode ter maquiado moderadamente os números referentes à população negra da cidade. Provavelmente os habitantes sem residência fixa, representados por moradores de cortiços, mendigos e andarilhos eram apenas parcialmente computados¹⁶. Ciente de que boa parte dessa população era constituída de indivíduos negros, marginalizados nas relações de trabalho e preteridos pela parcela branca da sociedade, acredito que sua presença nos números oficiais do Censo não era precisa.

Apesar de permanecer praticamente inalterada, em números absolutos, entre 1872 e 1920, a população negra em Campinas se mostrou bastante ativa, garantindo a manutenção de várias entidades desenvolvidas pela militância local. Entre 1890 e 1926 serão fundados 11 jornais da imprensa negra na cidade, além de mais de 20 entidades de ajuda mútua, recreativas e dançantes, demonstrando existir uma militância ascendente buscando se organizar. A sociedade como um todo, composto por brancos e negros, respirava a recuperação pela qual a cidade passava, fugindo dos efeitos das epidemias de febre amarela para retomar seu crescimento.

As mudanças na composição populacional, as novas atividades econômicas e o ambiente cultural agitado levavam seus moradores a constantemente recriar a cidade em seu imaginário. Podemos supor que a cidade dos velhos casarões senhoriais, dos bondes e de tradição escravista, passou a conviver a partir de 1920 com as mudanças no cotidiano trazidas pelos carros motorizados de passeio, pelas diversas fábricas que se espalhavam pela cidade e pela confusão lingüística diante dos inúmeros estrangeiros que nela viviam.

¹⁶ Como Maciel constatou, os jornais da época criticavam a ausência de precisão dos censos realizados em alguns anos, destacando exatamente a falta de preocupação em apurar a população sem residência fixa. Conferir Maciel, *Discriminações raciais*, p.58.

Duas décadas de intensa transformação não foram suficientes, contudo, para pôr fim a antigas práticas. A crença na inferioridade do negro em relação ao branco do período escravista ganhou, a partir das décadas finais do século XIX, revestimento científico com as teorizações sobre as “raças”. Os campineiros conviviam com diferentes experiências, propiciadas pela sua condição econômica, sexualidade, nacionalidade e cor da pele, interagindo com suas escolhas subjetivas no sentido de lhes conferir uma identidade, ainda que instável. O processo de construção das identidades, seja de brancos ou de negros, também sofreu a ação das situações nas quais ambos experimentaram práticas racistas. No caso de muitos negros, sempre inferiorizados em relação ao branco, a percepção do preconceito funcionou como um intenso estímulo para combatê-lo, fosse através da participação e construção da militância negra ou mesmo da negação de uma possível ligação com sua ancestralidade africana.

Imprensa negra em Campinas: consumindo a ideologia hegemônica

A centralidade de Campinas em relação à circulação de pessoas e recursos ligados à empresa cafeeira contribuiu para a efervescência cultural da cidade. Neste aspecto se destacava a imprensa campineira, representada por inúmeros periódicos responsáveis por manter informada sua população. Em 1858, pelas mãos de Hércule Florence, nasceu o primeiro jornal campineiro, intitulado *Aurora Campineira*. Daí para frente se seguiram muitos outros, verificando-se a circulação concomitante de cinco periódicos na cidade em meados da década de 1920¹⁷. Voltados para a totalidade da população campineira, adotavam, contudo, um certo distanciamento em relação à parcela de indivíduos negros da cidade.

Ao analisar o discurso dos jornais paulistanos — onde muitos jornalistas atuaram antes de fundarem seus jornais em Campinas — Lilia Schwarcz identificou a construção, sob um

¹⁷ A relação completa de jornais na história da cidade pode ser conferida em Júlio Mariano, *História da Imprensa em Campinas*. Campinas, Tipografia Paulino, 1946.

esquema que ela comparou a um caleidoscópio, de uma imagem negativa do indivíduo negro e da África¹⁸. Maciel constatou a mesma tendência nos jornais da grande imprensa campineira, apesar da contribuição destes para denunciar os abusos da polícia contra os habitantes negros da cidade¹⁹. Em diversos artigos dos jornais da época, a identificação da cor de pele dos indivíduos citados sempre se fazia em prejuízo daqueles que apresentavam tez mais escura. Essa ausência de paridade entre brancos e negros nos jornais, decorrente de uma formação discursiva que se aprimorou ao longo de séculos no caminho da construção de uma representação do indivíduo negro como inferior e incapaz, além de reforçar esse estereótipo, contribuía para amparar práticas discursivas de teor racista na sociedade. A forma como a população negra da cidade se apropriou e respondeu a essa representação foi variada.

Muitas entidades e jornais surgiram em Campinas com o intento de buscar maior espaço social para a população negra. Todos eles surgiram no sentido de rejeitar veementemente o discurso de inferiorização do negro, porém, concordando com a tese de Michel Foucault²⁰, acredito que todos esses periódicos o fizeram no interior desse mesmo discurso que buscavam atacar, utilizando-se das suas próprias regras e representações. Mas é importante perceber que não se trata de uma simples assimilação, muito menos de um determinismo discursivo. Buscando complementar a noção de discurso de Foucault, Michel de Certeau²¹ defendeu a concepção de que o consumo também é uma produção e, baseado nisso, eu traço como hipótese que os redatores e jornalistas de cada jornal na imprensa negra campineira *consumiram* de maneira subjetiva as representações originadas pelo discurso racial do início do século, confirmando assim a ausência de unidade ideológica na ascendente militância negra campineira.

¹⁸ Lília Schwarcz, *Retrato em branco e negro*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

¹⁹ Maciel, *Discriminações raciais*.

²⁰ Michel Foucault, *ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996, pp.08-13.

²¹ Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

Muitos jornais voltados para a população negra foram fundados em Campinas²². O primeiro deles passou a circular em 1903, com o título de *Baluarte*, como indica uma referência elogiosa feita a ele na imprensa regular campineira²³. Contudo teve vida efêmera, pois o único exemplar desse jornal ainda existente é de janeiro de 1904 e não se encontra nenhuma outra referência a ele na imprensa da cidade. É importante observar a presença do jornalista Benedito Florêncio entre os criadores desse jornal, nome de destaque na militância campineira e futuro fundador do *Getulino* em parceria com outros militantes no ano de 1923.

No espaço de tempo que separa os dois jornais citados no parágrafo anterior, foram fundados outros nove periódicos da imprensa negra, em sua grande maioria associados a outras entidades criadas com o intuito de atender a população negra²⁴. Desse modo, é possível que representassem apenas um apêndice das entidades às quais estivessem vinculados e ocupassem assim um plano subalterno em relação às atividades promovidas por estas, resultando em sua tiragem limitadíssima e seu rápido desaparecimento, pela falta de recursos destinados a eles. Dentre esses periódicos destacava-se o *União*, fundado pelo jovem revisor de um jornal da grande imprensa chamado Lino Guedes. Ele foi senão a alma do *Getulino*, um dos principais responsáveis pela orientação editorial do mesmo. A sua atuação no *União*, cuja data de fundação não é precisa — em um artigo do próprio *Getulino* é citado o ano de 1915, mas Maciel o localiza em 1917 —, aponta para o seu ativismo precoce na militância campineira, onde conheceu Gervásio de Moraes e Benedito Florêncio, com os quais fundaria o *Getulino*.

Quatro páginas e muito trabalho

Em 29 de julho de 1923 circulou em Campinas o primeiro exemplar do jornal *Getulino*, viabilizado pela união dos três jornalistas já citados com os empreendedores Alcino de

²² A relação completa de jornais da imprensa negra na cidade de Campinas e sua data de fundação, em alguns casos, é a seguinte: *O Baluarte* (1903), *O Bandeirante* (1910), *O Combate* (1912), *União* (1917), *Luiz Gama* (?), *A Juventude* (?), *O Discípulo* (?), *A Renascença* (?), *O Raio* (?), *A Protectora* (1922) e *Getulino* (1923). Conferir em Maciel, *Discriminações raciais*, pp.91-96.

²³ *Ibid.*; p.93.

²⁴ *Ibid.*; pp.93-96.

Moraes e os irmãos Martinho e Christino José de Andrade, todos negros. Como o próprio jornal revelava em seu número de abertura, o título prestava uma homenagem a um dos personagens negros mais reconhecidos da história então recente do abolicionismo.

*Getulino, nome de guerra do grande paladino da abolição, que foi o saudoso Luiz Gama, eis a denominação que escolhemos para a folha que hoje vem collocar-se em linha de combate na imprensa campineira.*²⁵

Nascido livre de um casamento entre um português e uma ex-escrava, Luiz Gama foi jogado na escravidão pelas mãos do próprio pai que o vendera como escravo ainda criança. Graças a seu esforço pessoal e à sua consciência de que era um homem livre injustamente escravizado, Gama fugiu e obteve sua liberdade²⁶. Ele se dedicou com afinco ao movimento abolicionista, no qual militava tanto a partir de sua atuação como advogado²⁷ quanto através de suas poesias, voltando toda sua energia para discutir os males da escravidão e os sofrimentos aos quais eram submetidos os negros cativos no Brasil. A forte ascendência de Gama sobre a imensa maioria dos militantes negros brasileiros se deve a uma composição envolvendo êxito pessoal e mitificação pela imprensa. Assim como José do Patrocínio e outros abolicionistas negros, Luiz Gama, apelidado de “Getulino” como referência ao seu trabalho poético mais famoso — *Trovas burlescas do Getulino* — foi sempre retratado pela imprensa em geral como o grande defensor dos escravos. Além de sua história pessoal fascinar pelas intempéries pelas quais passou e superou, sua formação intelectual e seus contatos políticos — foi defensor do republicanismo — lhe permitiram ter acesso a outros abolicionistas brancos, angariando-lhes o respeito e assumindo posição social destacada. Desse modo, sua imagem figurou na imprensa

²⁵ *Getulino*, n° 01 (29/07/1923), p.01

²⁶ Sobre a história de vida de Luiz Gama ver Elciene Azevedo, *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, UNICAMP, 1999.

²⁷ Como E. Azevedo esclareceu, Gama jamais se graduou em Direito, tendo assimilado o conhecimento das leis de sua época graças ao seu trabalho como amanuense na Secretaria de Polícia de São Paulo, onde contou com o apoio do delegado Furtado de Mendonça para se aprofundar nos estudos jurídicos. Contudo, obteve do Juízo Municipal uma provisão de solicitador interino de causas, trabalhando então como advogado e defendendo inúmeras causas, muitas delas objetivando a liberdade de cativos. *Ibid.*; pp.189-199.

negra por várias décadas como um exemplo a ser ambicionado pelos jovens negros, retratado sempre como um trabalhador, abolicionista obstinado, intelectualizado e respeitado pelos seus pares brancos²⁸.

A estrutura física do jornal seguia um padrão tradicional, comumente adotado por todos os órgãos jornalísticos, independente de serem voltados para o público em geral ou à população negra em particular²⁹. Feito de papel-jornal, material preferido das direções dos periódicos em função de seu baixo custo para quantidades elevadas de papel, o *Getulino* trazia medidas-padrão, com 47 cm de altura por 32 cm de largura, comportando assim pelo menos cinco colunas por página impressa.

No cabeçalho do jornal, encontra-se o seu título em letras maiores — apresentando um efeito visual imediato, semelhante aos jornais de melhor apresentação estética da época —, acompanhado de um dístico, de uma ilustração e dos nomes dos seus redatores. Composto o plano de fundo do título, a ilustração — pouco comum nos demais jornais — mostra, à direita, um sobrado e um automóvel em frente a este último. No canto oposto, três transeuntes em uma praça: dois homens de postura elegante trajando terno, chapéu e bengala, além de uma moça acariciando o próprio cabelo liso. É interessante observar que nenhuma das personagens aparece representada como negro. Abaixo do título encontra-se o dístico “Órgam para a defesa dos interesses dos homens pretos”.

²⁸ A imagem de Luiz Gama circulou constantemente, desde os anos de 1910 até 1945, em diversos jornais da imprensa negra da capital paulista e no próprio *Getulino*, sempre retratado como o “paladino da Abolição” e grande abolicionista negro. E. Azevedo constata, na conclusão de seu livro já citado, a grande popularidade da qual Gama gozava já no ano de sua morte (1882), tendo atraídos milhares de admiradores ao seu sepultamento, dentre as quais muitos negros e ainda escravos. A repercussão de seu falecimento nos jornais da imprensa tradicional da época comprovava a sua importância no movimento abolicionista, além de contribuir para a mitificação de sua imagem para as décadas seguintes. *Ibid.*; pp.265-272.

²⁹ Sobre os jornais paulistas e sua estrutura entre o fim do século XIX e início do século XX, consultar Schwarcz, *Retrato em branco e negro*. Para obtenção de dados comparativos sobre jornais da imprensa negra, ver Regina P. Pinto, “O Movimento negro em São Paulo: luta e identidade”. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1993 e Marina P. de A. Mello, “O ressurgir das cinzas”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1999.

Getulino

Redactor-chefe — LINO GUEDES

Directores proprietarios: Andrade & Moraes

Redactor secretario — GERVASIO DE MORAES

Anno I

Assinaturas

Annos

1923

Campinas, 5 de Agosto de 1923

Assinaturas

Annos

1923

Numero

Num. 2

O nosso apparecimento

Muito nos desvanceo o modo em que foi recebido a nossa folha, e as referencias alias imerecidas que fizeram as collegas, do nosso gesto em produzir uma revista que, como a Phœnix, reunisse as cinco da ignorancia do preconceito, do sofrimento, para a ordena e progresso do Brasil.

A Phœnix, o vespertino paulista de Araujo Leozar, na sua correspondencia local assim se exprime:

TEM VERGAS DA CLASSE

Centos sobrado antigo, o primeiro numero do bem feito semanario "Getulino", organ fundado para a defesa dos interesses da classe humilde de nós.

Dedicado, sob a Lino Guedes e Gervasio de Moraes, o "Getulino" esta felico a fazer rapida carreira. O primeiro numero teve a seguinte para saude:

O "Diario do Povo", publicando as frases e dos opprimidos da terra, tem a sua batallha inextinguivel para o progresso da terra. Alfredo Ribeiro, brilhantemente organizado para os seus magistrados, tem a sua funcao e bem cumprida.

O "GETULINO"

Tanto sobre a mesa o n. 1 do "Getulino", corre animado que se de de apparecer toda cidade, e dedicado a defesa dos interesses da classe.

O compo as officinas proprias, onde em breve sera publicado o numero, tra na sua 1.ª pagina se tem servido da grande Luis Gama, (Getulino), notavel jornalista, advogado, e potencia de polica, que tanto honra a raza negra no Brasil.

O redactor-chefe do officio semanal, Lino Guedes, moço de de de mais educado, e como grande multiplicador servico.

Como secretario da redacao esta Gervasio de Moraes, que bem vem, se ja um servico e que a uma newspaper prestamos da sua raza.

Os directores proprietarios os sr. Martiano Andrade e Alfredo Moraes, dois elementos que oprimos servico tem prestado a ganta da sua raza.

O "Getulino" tem o seu primeiro numero todo collaborado por honras de obr, excepto um artigo, tratando bons trabalhos, merecendo mesmo destaque o soneto de Augusto Macedo.

No nivel coliga desejamos vida longa e prospera.

E da Gazeta de Campinas, bem feito organ official do Partido Republicano, dirigido pelo sr. Galdino de Moraes Almeida, a noticia que se segue:

"GETULINO"

Circulo ludico o primeiro numero do "Getulino", periodico dirigido pelo sr. Lino Guedes e Gervasio de Moraes.

Agradecemos o exemplar enviado a nossa redacao.

O sr. Alfredo Petris, distinto cavalheiro, admirador e



É com o meu religioso respeito que transcrevo a nota do nosso amigo Getulino, gesto extraordinario que, mesmo hoje que não figura mais na vida, realisa a grandeza da humanidade.

O brasileiro brasileiro, a maior villa de sua epocha, são de tanto a pedir, qual aqua viva, acima das nuvens da terra, seria, a primeira, a grande dos que clamam pela liberdade, e, composto de um dos homens fiéis a todo dos abolicionistas, sem deixar que tal attitude lhe influenciasse alguma politica.

Foi desceado a abolicionista, foi defender das opprimidos. E justu, pois, justissimo a pallida homenagem que lhe tributamos hoje.

Amigo sincero dos pobres, alheio a todos os preconceitos, serviu-nos attencioso officio, cujos typicos damos abaixo:

Sendo este o primeiro numero que se organice em Campinas para fins tão altruisticos e humanitarios, veio, adon certo, preencher uma lacuna de ha muito existente no seio da classe, que necessita da imprensa para fazer valer os seus direitos tanto vezes apesalhados por aqueles que são contra os principios da igualdade.

Fazendo votos de prosperidade e uma vida longa ao novo jornal, subscrovo-me como assim.

Do sr. Francisco de Assis Paulo, secretario da S. D. F. Nova Horença, uma das associações que ornam o nosso meio social, recebemos o seguinte officio:

Ilmo. Sr. Redactor do "Getulino"

As nobres e "Getulino" esta sociedade melhora de espirito, por ter agora a classe, um organ para defesa dos honras pobres.

A director do "Nova Horença" ao votar de prosperidade ao "Getulino" que nos trahu e a nossa classe, o qual vem enriquecendo as listas de contribuintes da imprensa local.

Meia gente não gostou de fazenda do velho costume de passearem por fora do jardim Carlos Gomes. Mas que fazer? Infortunadamente aliamos uma verdade.

E, hoje nos contrangidos somos obrigados a apelar nos nossos petições, desamovendo nos dizer que nos subscrovo nos honras da raza, que é o que se collecciona a fundo das necessidades, e a nobreza da humanidade de nós.

Esses abolicionistas do século são de de mais verdadeira patriotas, demostro a falta de educação religiosa, e que não nos reconhecemos bem.

Não queremos dizer com isto que ficamos na velleza economica, nada do pallu, amon-to-pé e sem-linda todos os abolicionistas que queriam de sermos em sequias, mas andar na frente... Amadeu.

Immortal Carlos Gomes, ou o todos os seus filhos orgulhamos em ser brasileiros. Ser brasileiro, dizer nunca vaidado, porque nas paginas da historia retribuem ingratos feitos que demonstram claramente a herosmo de um povo abolitista e forte.

Com nobres que não necessitam de maiores elogios, quando Brasil, seja poderoso, o Progresso, de não é o teu ideal, como o de seu fillos.

Mocidade sobrevive a mesma situação para o passado, venha então, que a manilha negra da escravido toldava o do brasileiro. Estas humanitas se ardeir suffocante do sol, tremula, exangues eram vergastados e obrigados a arrancar de solo o fruto que os seus senhores em pouco subscrova.

Mais tarde, veio uma aurota que trouxa consigo o raiar da liberdade.

Hoje, a sociedade toda cambriga se de prazer, de alegria, aquella triste e horrerosa situação se não se, deita-se aquella humilhacao.

Os descendentes d'aquella mesma raza, d'aquelles miseros escravos grassam hoje os direitos que lhe contra os escravos da escravidão.

Esses abolicionistas que se abalaram para comprarem a liberdade da escravidão da Civilizacao.

Brasileiros... porque os vossos olhos nas vadezentes matias, olhas bem distantes e no horizonte verca a luz rutilante de sol lançar os seus reflexos de ouro traçando o nome surfulgente—Liberdade—e os vossos corações transbordam de alegria anelando o nome sacrosanto de Brazil.

Oraçao de Moraes

De ausculto e binoculo

Depois de um dia quente e laborioso, sem sol e sem chuva, dia carrancudo, nebuloso, de aurotas poeiras e um murmuro desalentador, aqui em buca de um pouco de ar, onde sabia encontrar-o, pois que nunca deixou de ter viração onde existam arvores.

Fui até o jardim da praça Carlos Gomes e ahi, sentado à sombra das imperias palmeiras fidalgas, comeci a sentir a brisa branda e macia que me chegava caritiosa, com o perfume subtil de ramos frescos das roseiras do jardim...

Parto de mim, num hancão, estava sentado um velhinho de face enrugada, com a cabeça de branura da neve, as mãos tremulas e um pigarro continuo...

Acendi um cigarro e, perpassando, na indolencia natural de quem se reconforta com o balsamo das flores e com o amolvente perianthio, vaguei o olhar preguiçoso, por entre as espirais da fumaça azul do meu *Mildreda*, para o velhinho que olhava para algum, com um riso ironico nos labios curvos de mania.

Os cabellos brancos tem so-

Me próximo numero: O papel do escravo na civilização brasileira. — por — Dr. Eurisio de Moraes

Se não tem um poder sobrenatural, Parece que, ao vel-o, sinto em mim qualquer coisa que me obriga a respeit-o, a reveren-o.

E o velhinho desportou-se com interesse, principalmente porque dirigia o seu olhar inquieto para o meu rosto, attendendo, como se alguma coisa me accusava, a seguir, seguiu, até encobri-lo na curva do jardim...

Segui a direcção do seu olhar e vi, na extremidade do pequeno parque, um par de namorados, braços dados, muito unidos, muito enlaçados, como que cercando-se, com os olhos muito juntos...

Vi que era para esse par que o velhinho olhava com tanto interesse, e sorria, cada vez que os pombinhos multiplicavam os seus arrulhos.

Segui a mulher... e passei que se via o sorriso e a sua alegria radiante, sentiam pelas respirações de sua mocidade, pelas tomas em que elle pedia, como aquele par ia, guisar todas as doçuras do amor...

Esseram ambos perto de mim. Vi-os bem. Ella—descendi a mim, flor miada em botão, e linda. Elle—viado e cinco annos, typo de conquistador de solta, certamente um deitos *novatos riche*, capazes de amar até o ultimo vintem, sem anda conhecer nem aproveitar do verdadeiro amor...

Por fim, na extremidade do passeio publico, e namorado de decido-se o eu vi, com surpresa, que elle se dirigia, sé, riçona e feliz, para junto do velhinho, que havia sido, até momentos antes, o objecto da minha admiração.

—Então, papae? —Tens gozto, minha filha. Um bonito rapaz... bonito e rico... Tens nas mãos o teu futuro...

E lá se foram os dois, sorridentes... venturosos... Com honras excepto-a, não sem os amores de hoje...

Seu bonito é um começo de victoria; ter dinheiro é a conquista e o trabalho; ter as duas coisas, e a proprio ideal...

E os pass. facilitando o *res-diz-vos*, facilitando a existencia, estimulando a progria e abito, quantas vezes, as suas filhas, as portas brechos da perdicao.

A conquista do amor pelo caracter, pelo trabalho, e pelo talento... hoje em dia nos romances e nas filhas da cinema...

Ahrei para o segoto a ponta de cigarro que já me queimava se dedos a segui o meu caminho, pensando: *esta cidade é uma lastima...*

Ferreira

A mocidade!

Dia e dia aproxima-se o sagrado momento, de abandonar o meu lar, e todos que me são caros, mas mesmo assim, sinto uma indistincta vontade d'partir, o meu coração treme de emoção quando me lembro que vou cumprir o dever de todos Brasileiros nobres que conhecem e sabem honrar a seu berço adorado.

Sacrificio? não! é apenas aprender defender as gloriosas tradições deste torro abandonado, é apenas ter util nos momentos supremos em que a Patria carece de nós.

Campinas, sacrosanta berço de

FIGURA 01 - Reprodução reduzida da primeira página da edição de nº 02 do jornal Getulino Getulino

Com exceção de duas edições comemorativas, o *Getulino* costumava apresentar suas matérias dispostas em quatro páginas, divididas cada uma delas em cinco colunas estreitas. Iniciando logo após o cabeçalho, as colunas cediam poucos espaços a ilustrações, com exceção da primeira página, onde comumente eram apresentados retratos de pessoas a serem homenageadas pelo jornal. Proporcionalmente, o retrato ocupava 1/5 da primeira página, o que demonstra relativa preocupação com essas homenagens, assunto a ser discutido em outro capítulo. Porém, são as seções do jornal e sua disposição que mais nos interessam.

Assim como os demais jornais, o *Getulino* costumava trazer nas primeiras colunas de sua primeira página as matérias mais impactantes para seu público leitor, com a clara intenção de conquistar-lhes a atenção e estimular a aquisição do periódico. Voltando-se com maior atenção para o leitor negro, as matérias seguiam, então, a tendência de abordar grandes debates e discussões que envolvessem essa parcela da população. Porém, essas matérias de primeira página também eram crivadas pela proposta moralizadora do jornal, trazendo muitas vezes certos julgamentos morais e juízos de valor por parte dos seus autores. Debates que enfocavam o papel das “raças” na sociedade também foram bastante comuns neste espaço citado, dialogando inclusive com as teorias científicas da época em questão.

Ao lado dessas matérias, apareciam na primeira página as cartas enviadas pelos leitores ou jornais de outras cidades, elogiando ou criticando o *Getulino* e/ou algumas de suas matérias, críticas curtas marcadas pelo sarcasmo em relação a cenas do cotidiano, anúncios sobre o concurso de beleza que o jornal promoveria, além de contos que traziam algum ensinamento de base moral. Esporadicamente, apareciam entre as colunas poesias de autoria de algum literato negro, na maioria das vezes identificado por algum pseudônimo. Elas falavam de amores idealizados, boêmia, alegrias cotidianas, preconceito, amizade, etc. As temáticas e sentimentos trabalhados por essas poesias são tão diversificados que se torna difícil estabelecer algum tipo de padrão, convertendo-se mais em uma forma de projetar o nome de jovens poetas, provavelmente em sua maioria negros, do que em transmitir algum tipo de valor predeterminado ou regra social.

Na segunda página, encontramos as colunas dedicadas à *vida social* — nascimentos, batismos, falecimentos, estima de melhoras a pessoas adoentadas, festas e bailes que se enquadravam nos valores morais defendidos pelo jornal —, à *vida esportiva* — notícias sobre diferentes esportes no âmbito municipal, sem uma orientação exclusiva para a participação do indivíduo negro nos mesmos — e um folhetim intitulado *A Boa Severina*, tendo aparecido no segundo número do jornal, prolongando-se até o número 54, contando-se 48 episódios³⁰. Além dessas três colunas principais, encontramos também pequenos contos, poesias, homenagens de menor envergadura a personagens do presente e do passado, além de matérias que, pela sua temática, deveriam ocupar a primeira página, mas foram transferidas para a segunda em virtude da extensão de matérias principais. Se o folhetim nunca transitou para um espaço diferente na segunda página, o mesmo não se pode dizer das demais secções. Desde o segundo número, as colunas sobre vida social e esportiva flutuavam de acordo com o surgimento de outras matérias de maior atratividade para o leitor, como debates sobre “raças” e o “preconceito de cor”, acontecimentos políticos, eventos como o concurso de beleza, etc. Em vários números, inclusive, tais colunas acabam deslocadas para a terceira página do jornal, compartilhando espaço com três outras colunas tomadas unicamente por anunciantes.

A secção esportiva parece não ter obtido grande apreciação dos leitores, pois perdeu espaço de destaque e mesmo número de linhas, de edição para edição do jornal, praticamente desaparecendo a partir da edição número 27. Seu lugar acabou por ser ocupado por uma nova secção, denominada *Movimento Associativo*, descrevendo as relações entre o jornal e entidades voltadas para a população negra, especialmente atuantes na capital paulista.

³⁰ Esta novela foi escrita por José de Nazareth, pseudônimo do jornalista José Ignácio de Lacerda Wemeck, como revelado pelo próprio jornal. O jornal lhe presta uma homenagem na edição nº 56 (12/10/1924) onde publica sua foto, através da qual têm-se a impressão de que se tratava de um jornalista branco. Ao afirmar que ele pertencia a uma família tradicional do Rio de Janeiro, o jornal dá ainda mais força a essa possibilidade, comprovando a participação de jornalistas brancos em seus quadros, pois a família Lacerda Wemeck contou com um deputado no Congresso Nacional sendo que ele assumiu, à época da escravidão, um discurso de teor racista. Contudo, pela impossibilidade de reconstituir a trajetória desse jornalista e pela baixa qualidade dos retratos publicados nestes jornais, não posso considerá-lo, sem dúvidas, um homem branco, sendo possível que fosse afro-descendente e, participando do jornal, demonstrasse a aceitação dessa descendência. Conferir: Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e Botequim*. Campinas, Unicamp, 2001, p.66.

Por fim, as duas últimas páginas do jornal eram praticamente monopolizadas por anúncios de vários produtos e empresas. Na terceira página, três colunas continham uma seqüência de pequenos anunciantes, tais como barbearias, lavanderias, estacionamentos, quitandas, farmácias, funerárias e lojas de calçados. A quarta página continha um único anúncio, de página inteira, veiculado pela loja de vestuário “Casa di Lascio”. A presença desses anunciantes aponta para os aspectos relativos à manutenção financeira do jornal, sobre os quais me deterei agora.

Abrangência do jornal

Nos seus dezoito meses de existência, o *Getulino* atingiu determinada abrangência entre a população negra campineira, levando-se em conta as cartas enviadas por leitores e dados quantitativos apresentados em artigos do próprio jornal, além de observações feitas pelos seus redatores acerca dos efeitos que seu discurso teve entre a população negra da cidade.

O jornal contava com correspondentes em diferentes cidades, atuando estes também como representantes de vendas do jornal, autorizados a receber pagamentos por assinaturas contratadas. Ele era distribuído em cidades da região de Campinas, como Limeira, Itapira, Mogi-Guaçu, Socorro e, também, na capital, como evidenciam cartas enviadas por seus leitores. No caso de Campinas, acredito que o *Getulino* tenha obtido um número considerável de assinantes com base em informações constantes em suas páginas. Como analisarei ainda neste capítulo, o número elevado de anúncios e a ligação estreita com uma entidade recreativa do movimento negro podem ser tomados como bons indícios da penetração que o jornal obteve entre a população negra. Trabalhando sobre alguns dados quantitativos essa suposição pode ganhar mais sustentação.

Segundo afirma o jornal, sua tiragem atingia, em agosto de 1924, a marca de 1.500 exemplares impressos por mês³¹. Podemos pensar um pouco no significado deste número comparando-o com os dados do censo realizado em Campinas em 1926³². O impacto do jornal sobre a população total da cidade é bastante tímido, visto atingir apenas 1,22% dela, mensurada em 122.257 habitantes na época. Contudo, devemos lembrar que em se tratando de um jornal da imprensa negra, seu objetivo era angariar leitores no interior do segmento negro da população. Este mesmo censo constatou que 14,64% da população da cidade era constituída de “pessoas de cor”, ou seja, 17.898 habitantes. Pensando-se exclusivamente nesse público alvo, o jornal seria capaz de atingir 8,34% dele. Entretanto, essa porcentagem ainda cresce se imaginarmos que um mesmo exemplar pode ser lido por toda uma família, excluindo-se ainda as crianças não alfabetizadas ou muito novas, sobre as quais a imprensa da época exerceria pouca atração. A análise dos dados apresentados pelo jornal por ocasião do fechamento do concurso de beleza promovido nos seus dois primeiros meses de circulação aparece como recurso para se buscar números mais precisos.

Lançado já na primeira edição do jornal, o concurso aceitava somente a inscrição de mulheres negras, tendo alcançado a marca de 41 inscritas. Na cédula destinada ao voto, constavam espaços a serem preenchidos com os nomes do votante e de sua preferida, estratégia para evitar que uma mesma pessoa votasse mais de uma vez. Esse detalhe e a necessidade de se enviar os votos para a redação do jornal, onde seriam conferidos, levam-me a crer que do total de votos, poucos possam ter partido de uma mesma pessoa. Desse modo, penso serem confiáveis os números que se referem a esse concurso. Ao final de dois meses a votação foi encerrada e o jornal tornava público o resultado, tendo sido computados um total de 7.642 votos, dos quais 1.755 foram endereçados à primeira colocada, uma moça chamada Laís

³¹ *Getulino*, n° 50 (24/08/1924), p.03.

³² Além deste censo, encontra-se disponível nos arquivos da Prefeitura Municipal de Campinas os dados referentes à contagem populacional realizada no ano de 1920. Entretanto, preferi o censo de 1926 por estar mais próximo dos anos de atuação do jornal e por trazer dados mais detalhados sobre a população identificada como branca ou negra na cidade, aspecto este deixado de lado no censo de 1920.

de Moraes, sobrinha de um dos proprietários do jornal³³. Imaginando que deste total a imensa maioria representava votos dados por pessoas negras, chego à conclusão de que, se o jornal não era lido, ao menos era conhecido por aproximadamente 42% da população negra da cidade.

Em alguns artigos escritos pelos próprios redatores, o impacto do jornal sobre a população é discutido, dando-se a entender que ele era considerável, a ponto de promover alteração em alguns costumes tradicionais.

*Folgamos, pois em dizer que graças a nossa eficaz acção em um anno, não é mais notada aquella odiosa separação que havia na ampla platéa do Colyseu; e que está consideravelmente reduzido o numero de pessoas que tinha o pessimo costume quase obrigação de passearem na parte externa do jardim da Praça Carlos Gomes (...)*³⁴

Gervásio de Moraes se refere, nesta passagem extraída de um de seus artigos, a dois costumes que foram diretamente criticados logo nos primeiros números do jornal. Negros e brancos cumpriam a risca uma separação espacial nestes locais, que se tornara uma convenção social respeitada por ambos, apesar de não existir nenhuma lei que regulasse esta segregação. Pelas palavras de Moraes, concluímos que a campanha movida pelo *Getulino*, apesar de gerar protestos, como foi verificado na edição seguinte, logrou êxito. Assim, alguns hábitos eram paulatinamente alterados na cidade, prova de que o jornal possuía relativa penetração no meio negro.

As cartas enviadas por leitores de Socorro, São Paulo, Limeira e da própria Campinas, também indicam que o jornal conseguia atingir um número considerável de pessoas. Algumas dessas cartas traziam elogios e mensagens de estímulo ao trabalho executado pelo periódico. Outras cartas, ao contrário, são provas claras de que uma boa parcela da população negra de Campinas discordava de algumas opiniões e mesmo orientações dadas pelos

³³ *Getulino*, n° 11 (07/10/1923), p.03.

³⁴ *Getulino*, n° 50 (24/08/1924), p.01.

redatores através de suas páginas. Na edição 58, o jornal fez uma dura crítica aos proprietários de salões de bailes por utilizarem mulheres como iscas para atrair mais homens aos seus eventos, oferecendo a elas entrada gratuita desde que levassem acompanhantes do sexo masculino, logicamente pagantes. Pois bem, três edições depois, Benedito Florêncio assume a defesa do *Getulino* contra uma carta endereçada ao jornal por um proprietário ofendido com as críticas feitas anteriormente³⁵. A preocupação deste dono de salão só tem sentido na medida em que ele vislumbra um prejuízo certo e, para isso, muitos dos seus clientes deveriam ser leitores do jornal. Indo além, ele só pode ter se manifestado por ser leitor do jornal ou ser inquirido por freqüentadores do seu estabelecimento, conscientes da crítica por terem acesso ao *Getulino*, aspectos que mais uma vez comprovam a circulação do discurso proferido pelas linhas desse periódico.

Se a postura mais rígida do jornal em relação à questão moral atraiu muitos leitores e ganhou adeptos em um movimento negro que, como veremos mais adiante, se encontrava cingido, também ampliou a coleção de inimizades acumuladas pelos seus redatores. Os artigos mais ácidos e críticos endereçados aos próprios negros campineiros foram recebidos como ofensas por alguns, levando a reações extremas, como a agressão sofrida por Benedito Florêncio a caminho de sua casa durante a madrugada de 21 de abril de 1924. Tais rivalidades, em conjunto com a rejeição de parcela da população negra ao discurso moralizador proferido pelo jornal e com as dificuldades financeiras, teriam levado o jornal à sua derradeira edição.

Agora, como que pondo uma nota triste no conjuncto que se vos afigura alegre, num arranco de dôr pesada e omára vos digo que todas aquelas idéas boas, sãs, nobres abortaram. (...)

*É incalculavel o pouco causo, com que os homens pretos de Campinas, recebem o Getulino. Envergonham-se em ler o orgam que defende os seus interesses, negando as vêses a sua raça infeliz que trabalhava ao zunir constante do chicote (...)*³⁶

³⁵ *Getulino*, n° 61 (16/11/1924), p.01.

³⁶ *Getulino*, n° 64 (20/12/1924), p.01.

A mensagem final de Lino Guedes, presente na última edição do jornal em Campinas, pode dar ao leitor a impressão de que o *Getulino* não fora abrangente e, por isso, não obtivera êxito. Porém, como tentei demonstrar, o jornal circulara e se não era lido, ao menos as notícias que divulgava se espalhavam pela comunidade campineira, haja visto o número de votos no concurso de beleza e a reação de seus leitores. A razão para seu fim estaria ligada ao aspecto que o próprio Guedes reconhece em seu texto: o problema não foi chegar à população negra, mas como ela recebeu o jornal.

Fontes de recurso do jornal e sua inserção social

Todos os pesquisadores que analisaram jornais da imprensa negra paulista são unânimes em apontar as dificuldades financeiras que atingiam praticamente todos esses periódicos, salvo raras exceções³⁷. José Correia Leite, militante negro de São Paulo e fundador do jornal *Clarim da Alvorada*, confirma a precariedade das instalações de seu jornal, apesar de ter sido um dos periódicos de maior regularidade na imprensa paulistana. Segundo seu relato, a oficina gráfica fora montada em um cômodo de sua própria residência, além do jornal sofrer algumas alterações de periodicidade em função da insuficiência de recursos³⁸. Para os jornais que se constituíam como órgãos de comunicação de entidades literárias ou recreativas ainda existia a possibilidade da obtenção de recursos, advindos das rendas de bailes e demais eventos com grande afluxo de pessoas, como foi o caso do *Kosmos*³⁹. Para os demais que operavam de forma isolada, sua dependência exclusiva dos valores obtidos com as vendas de seus exemplares os mantinham em uma situação financeira constantemente delicada. Nos dois

³⁷ P. Pinto, "O Movimento negro em São Paulo"; Mello, "O ressurgir das cinzas"; Petrónio J. Domingues, "Uma história não contada". Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2000.

³⁸ José Correia Leite. *...E disse o velho militante José Correia Leite: Depoimentos e artigos*. São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura, 1992, pp.47-48.

³⁹ Mello, "O ressurgir das cinzas", pp. 52-53.

casos, entretanto, a regra foi o fechamento do periódico após alguns meses de circulação, depois de tentativas fracassadas de reduzir custos espaçando sua periodicidade⁴⁰.

Pelo menos em um aspecto, a trajetória do *Getulino* parece ter se diferenciado dos demais jornais da imprensa negra: manteve sua periodicidade inicial praticamente até o seu fechamento — uma das maiores entre seus congêneres — e sobreviveu por um longo tempo comparado a outros. Analisando melhor a estrutura que se escondia por detrás do jornal, penso ser possível jogar mais luz sobre essa questão.

O capital inicial utilizado para abertura do jornal era proveniente de três empreendedores negros da cidade: Alcino de Moraes e os irmãos Martinho e Christino José de Andrade. Não consegui informações acerca da ocupação de Alcino de Moraes, porém, observando com maior atenção os próprios anúncios contidos em várias edições do jornal, foi possível descobrir a profissão dos irmãos Andrade. Como os próprios anúncios indicam, ambos eram *chauffeurs*, condutores de veículos para transporte de passageiros mediante pagamento. Ambos atuavam no mesmo ponto, o largo da estação de trem da Companhia Paulista, melhor local da cidade para este tipo de ocupação, visto o fluxo constante de pessoas chegando e saindo da cidade através da ferrovia.

Segundo um comunicado emitido pelo próprio jornal, Alcino de Moraes aplicou a quantia de 500\$000 para a abertura do jornal, em parceria com os irmãos Andrade, cuja contribuição não foi revelada.

*Os irmãos Andrade, proprietários da empresa "Getulino" pela presente declaram que pagaram ao sr. Alcino de Moraes, a quantia de 500\$000, correspondente ao capital que este sr. dispendeu na empresa, tendo o mesmo sr. Alcino Moraes desistido de receber 447\$000 de lucro a que tinha direito pelos rendimentos verificados até esta data. A empresa continua assim na mais franca prosperidade e harmonia, tendo sido tudo liquidado amigavelmente.*⁴¹

⁴⁰ P. Pinto, "O Movimento negro em São Paulo", p.70.

⁴¹ *Getulino*, nº 14 (28/10/1923), p.03.

Diante da ocupação dos irmãos Andrade, cujo rendimento era considerável, porém incapaz de enriquecê-los, sugiro trabalhar com a hipótese de que eles contribuíram com mais 500\$000 réis cada um, junto a Alcino de Moraes, totalizando a quantia de 1:500\$000 réis e perfazendo uma sociedade totalmente eqüitativa. Essa quantia representava pouco para a época, que imagino ser o resultado de alguns anos e meses de economia de três trabalhadores comuns da cidade de Campinas. Fazendo-se uma comparação com os salários pagos a trabalhadores negros em uma empresa de grandes proporções no mercado carioca, na mesma época, cheguei à conclusão de que essa quantia é pequena diante do empreendimento ao qual se propunham⁴². Outra prova disso é o lucro aferido após apenas treze edições do jornal. Como a nota apresentada acima esclarece, num pequeno espaço de tempo e com tiragem limitada, se comparada a outros jornais da imprensa, os sócios praticamente já haviam recuperado o capital investido⁴³.

Esse capital inicial não impediu que a redação do jornal fosse montada na residência de Martinho Andrade, prática comum entre os jornais da imprensa negra como vimos. Cheguei a essa conclusão atinando para a indicação de que o telefone através do qual se contratava o serviço de Martinho como *chauffeur* no período noturno era o mesmo informado para se contactar a redação do *Getulino* durante o dia. Ainda que possa ter sido importante para que o jornal iniciasse sua história com certa tranqüilidade, esse capital inicial não pode ser considerado o responsável pela estabilidade com a qual o jornal contou por dezoito meses. A própria dissolução da sociedade, indicada na mesma nota onde é revelado o investimento,

⁴² Segundo Melo, Araújo e Marques o salário médio pago a um trabalhador negro na Cervejaria Brahma do Rio de Janeiro, em 1923, atingia 179\$792 réis e, em certas profissões, como motorista, o mesmo trabalhador podia receber um salário de até 470\$000. Os autores ainda advertem que o salário médio no estado de São Paulo tendia a ser ligeiramente inferior. Levando em conta tais dados, chego à conclusão de que um motorista trabalhando em São Paulo poderia reunir a quantia disponibilizada por um dos sócios do jornal *Getulino* em menos de três meses de trabalho, o que demonstra ser essa quantia bastante acessível a um trabalhador sem maior especialização na época. Conferir: Hildete P. Melo, João L. Araújo, Teresa C. de N. Marques, "Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: O caso da Cervejaria Brahma". *Revista Brasileira de Economia*, n.57, p.557.

⁴³ Segundo dados do próprio jornal, sua tiragem atingia os 1500 exemplares.

demonstra como havia alguma outra fonte de recursos, uma vez que os outros dois sócios puderam restituir o desistente, bem como evitar que isso compromettesse as próximas edições.

No período de julho de 1923 a dezembro de 1924, o jornal manteve sua periodicidade semanal, contando-se a circulação de 64 edições, dentre as quais se registra uma única interrupção. A causa desta interrupção não aparenta ser financeira, levando-se em consideração a nota abaixo, emitida pelo próprio jornal referente ao cancelamento de uma festa de um grêmio dramático com o qual mantinha estreita colaboração:

Devido a premente situação a que se ve presa o nosso Estado, o festival que o Grupo D.Luiz Gama devia realizar no dia 26 de Julho, em homenagem a nossa folha, ficou transferido para dia que oportunamente publicaremos. Outrosim, avisamos tambem que o numero especial que estávamos organizando em comemoração ao nosso primeiro aniversario publicaremos logo que este estado de coisas permittam.⁴⁴

A “premente situação” à qual se refere o jornal é a eclosão da chamada Revolução Liberal Paulista no mês de junho de 1924, movimento de inspiração tenentista que tomou a cidade de São Paulo e levou o governo federal a bombardeá-la continuamente até desalojar os insurrectos. A repressão desmedida levou milhares de paulistanos a abandonar a capital, dirigindo-se para as cidades de Campinas e Itu, nas quais também se verificaram embates violentos, no início do mês de julho, como registrou Edgar Carone, provocando confusão e a paralisação de diferentes serviços, que iam do comércio à imprensa⁴⁵. Nesse breve período, o *Getulino* interrompeu sua circulação por cerca de 30 dias, para retomá-la em seguida, mantendo a periodicidade anterior.

Essa estabilidade, incomum entre os jornais da imprensa negra, reforça minha hipótese de que o *Getulino* gozava de uma saúde financeira sustentável, a ponto de mantê-lo

⁴⁴ *Getulino*, nº 48 (10/08/1924), p.01.

⁴⁵ Carone, *A República Velha*, pp.373-374. O posicionamento do jornal em relação aos eventos políticos durante seu período de existência na República Velha será discutido no próximo capítulo.

em pleno funcionamento apesar de problemas políticos e econômicos que pudessem ocorrer. Porém, de quais fontes os seus mantenedores extraíam os recursos necessários para a manutenção do jornal? Para esclarecer tal questionamento, devem-se analisar os valores cobrados pelo jornal e sua relação com anunciantes.

A partir da TABELA 01 é possível verificar a política de preços praticada por diferentes jornais da imprensa negra, em comparação com um jornal de maior tradição e circulação por toda a sociedade. Como se vê, todos os periódicos, fossem eles voltados para a população negra ou para todo o conjunto da sociedade, cobravam o mesmo valor (\$200 réis) pela edição avulsa, comprada em bancas ou em locais de grande concentração pública. Porém, a distinção econômica entre a imprensa negra e a imprensa tradicional começa a ser notada em relação aos valores das assinaturas.

TABELA 01 – Preços de venda de jornais pela imprensa no ano de 1924

Jornal	valores em réis - ano 1924			
	anual	semestral	avulso	periodicidade
<i>O Estado de São Paulo</i>	40\$000	22\$000	\$200	diária
<i>Elite</i>	5\$000	3\$000	\$200	quinzenal
<i>O Clarim da Alvorada</i>	N/I	2\$500	\$200	mensal
<i>O Kosmos</i>	5\$000	3\$000	\$200	mensal
<i>O Getulino</i>	12\$000	7\$000	\$200	semanal

O Estado de São Paulo distribuía, em média, 135 edições ao custo total de 22\$000 réis para quem contratava uma assinatura semestral do jornal, ou seja, concedia ao seu assinante um desconto de 28% sobre o valor que seria pago por cada exemplar avulso. O desconto aumentava consideravelmente ao se tomar a assinatura anual, ou seja, assinar o jornal representava uma economia para o leitor⁴⁶. No caso dos jornais da imprensa negra, a lógica se inverte. O *Kosmos* distribuía aos seus assinantes semestrais o total de seis edições,

⁴⁶ Para um exemplo mais próximo de Campinas, podemos analisar o jornal *A Comarca*, sediado na cidade de Mogi-Mirim e único meio de imprensa da cidade em 1923. Da mesma forma que o *Estado de São Paulo*, este jornal concedia a seus assinantes descontos progressivos. Assim, sua assinatura semestral podia ser adquirida pelo valor de 12\$000 réis, enquanto a anual por 20\$000 réis. Este periódico se encontra disponível na Biblioteca do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas (CCLA), ainda sem catalogação.

ao custo total de 3\$000 réis, o que representa um acréscimo de 60% em relação ao valor dos exemplares avulsos. No caso da imprensa negra, sairia mais em conta adquirir os jornais avulsos que efetuar uma assinatura. O *Getulino* não fugia a essa regra, impondo aos seus leitores um acréscimo de 23% na assinatura semestral e de 10% na anual em relação ao preço dos exemplares avulsos. Qual a possível razão para essa diferença entre os jornais mais tradicionais e os pertencentes à imprensa negra?

A explicação pode estar na relação de caráter financeiro que envolve o jornal, seus assinantes e seus anunciantes. Ao analisar a imprensa paulistana na passagem do século XIX para o século XX, Schwarcz concluiu que a principal renda dos maiores jornais concentrava-se na quantidade de anúncios vinculados por ele, mais do que no seu número de leitores ocasionais e assinantes⁴⁷. Tais periódicos concentravam sua política orçamentária no sentido de obter mais anunciantes e, para isso, era necessário ampliar seu público leitor, daí uma estratégia de valores decrescentes para períodos mais longos de fidelidade, como forma de atrair mais assinantes. A queda na arrecadação por exemplar era totalmente compensada pelos lucros obtidos com um número maior de anúncios publicitários.

Se os jornais da imprensa tradicional se organizavam essencialmente como empresas, cujo parâmetro principal era a multiplicação de seu capital, os jornais da imprensa negra, ao contrário, estruturavam-se sobre uma ação idealista, qual seja, a de integrar e educar a população negra⁴⁸. Esse objetivo tornava a linguagem e os temas abordados por estes jornais bastante restritos, voltados para atender aos anseios e necessidades da parcela negra da sociedade. Tal particularidade era responsável por reduzir a abrangência desses periódicos, cuja tiragem era limitada e atingia um grupo bastante específico, tendo por efeito o desinteresse de muitos anunciantes⁴⁹. A insuficiência de recursos provenientes dos anúncios transformava a

⁴⁷ Schwarcz, *Retrato em branco e negro*, p.64.

⁴⁸ P. Pinto, "O Movimento negro em São Paulo", p.64.

⁴⁹ Ao fazer um levantamento entre os jornais da imprensa negra paulistana, P. Pinto concluiu que a maioria deles caracterizava-se pelo pequeno número de anúncios, o que reforça sua dependência à quantidade de assinantes ou a alguma entidade. *Ibid.*; p.68.

ação de comprar uma assinatura em um compromisso ideológico, aproximando o assinante da proposta de atuação do jornal.

Como assignante do seu sem rival organ para defesa dos interesses dos homens pretos, cabe-me embora demasiadamente tarde cumprimental-o, almejando ao "Getulino" um futuro brilhante e duração perpetua para vermos não muito tarde a Raça Negra collocada no lugar que deve occupar no convívio nacional.⁵⁰

Várias cartas escritas pelos leitores, como esta enviada pelo assinante Francisco Oliveira Camargo ao *Getulino*, podem servir de base para o argumento de que ao assinar o jornal, o leitor da imprensa negra não tinha por objetivo angariar alguma vantagem financeira nem mesmo se prevenir da falta de um exemplar esgotado — possibilidades descartadas diante dos aspectos que já apresentei aqui⁵¹. Tal ação buscava contribuir com um projeto maior, de cunho ideológico, através do qual enxergava a valorização da "Raça Negra", fosse acreditando em um processo de conscientização ou, simplesmente, por vê-la como personagem principal de um órgão de imprensa.

Contudo, a irregularidade no pagamento feito pelos assinantes se configurou em uma grande dificuldade para os jornais da imprensa negra. O *Getulino* também contabilizou prejuízos decorrentes da inadimplência de seus assinantes, como diversos comunicados publicados nele revelam.

Pedimos aos nossos assignantes em atrazo a saldar seus débitos com o sr. Osorio de Castro, ou nesta redacção

⁵⁰ *Getulino*, nº 05 (26/08/1923), p.02.

⁵¹ Em outra carta, o leitor Mario Prado também se demonstra estimulado com o jornal: "Como campineiro, é com a alma transpassada de elevado jubilo que escrevo-lhe estas ligeiras linhas. Foi com indiscriptivel prazer que recebi o n. 1º. do «Getulino», e apreciando o seu mui bem elaborado artigo de fundo, muito sensibilizado fiquei, pela magnanimidade dos seus nobres e elevados sentimentos patrioticos em pról dos nossos irmãos de raça" (nº 05, 26/08/1923). Em outra edição, a professora Maria Augusta dos Santos também demonstra seu alinhamento com a ideologia proposta pelo jornal: "Lendo GETULINO, deprehendi o que é um semanario que trabalha para a emancipação da nossa cor, envio parabéns, fazendo votos pela sua prosperidade e que alcance exito almejado por todos os collaboradores" (nº 03, 12/08/1923).

*das 18 às 22 horas; senão vemos obrigados a suspender a remessa desta folha.*⁵²

É sintomático o fato desse primeiro comunicado ter aparecido exatamente na edição que se segue à dissolução da sociedade que havia fundado o jornal. Tendo sido privada de uma boa quantidade de capital que fora embora junto com o ex-sócio, a diretoria do *Getulino* deve ter sentido a necessidade dos recursos advindos das assinaturas. A presença de outra nota, no início de 1924, com o título chamativo de “AVISO” e assinada pela gerência, já na primeira página do jornal, parece confirmar o agravamento da situação financeira do jornal. Além disso, as notas anteriores, constantes na segunda página e um pouco mais contenciosas, foram substituídas neste novo comunicado por um tom mais severo e de ameaça direta de exposição pública do nome dos inadimplentes.

*Avisamos aos nossos bondosos assignantes, que somos obrigados, não só, suspender a remessa de nossa folha, a todos aquellos que estão com mais de três meses de atraso; e, assim sendo, constrangidamente, publicamos também, os seus nomes.*⁵³

Entretanto, apesar desses problemas de arrecadação e ao contrário de outros jornais que viveram a mesma situação, o *Getulino* continuou a ser publicado por mais doze meses, sem alterar sua periodicidade — a mais regular entre os jornais da imprensa negra de sua década. Apontei em um parágrafo anterior a dificuldade dos jornais dessa imprensa específica em atraírem anunciantes, segundo dados levantados por Regina Pahim Pinto, aspecto que os tornava por demais dependentes dos valores obtidos com as assinaturas⁵⁴. No caso do *Getulino*, essa observação não se confirma, apresentando um número bastante significativo de anunciantes.

⁵² *Getulino*, nº 15 (04/11/1923), p.03.

⁵³ *Getulino*, nº 24 (06/01/1924), p.01.

⁵⁴ P. Pinto, “O Movimento negro em São Paulo”, p.64.

Entre os jornais da imprensa negra paulistana não se contavam mais que dez anunciantes, tomando-se como parâmetro o primeiro ano de funcionamento dos mesmos. Em alguns nem mesmo havia anúncios, realidade comum para aqueles vinculados a alguma associação ou entidade recreativa, como foi o caso do jornal *O Kosmos*. Já o *Getulino*, atingia a marca de 23 anunciantes em seu segundo número, mantendo uma média de dezoito anunciantes até iniciar uma queda dessa média em seus meses finais de funcionamento. De todos os anúncios, oito deles chamam a atenção, tanto pelo espaço ocupado — geralmente maior e em destaque na folha — quanto pela continuidade, tendo acompanhado o periódico em, pelo menos, dois terços de sua existência. O principal anunciante do jornal, a *Casa di Lascio* ocupava toda a última folha e manteve sua propaganda nele do segundo ao último número.

A variedade de anunciantes e produtos oferecidos, que iam de medicamentos e cigarros, a roupas e livros, prova que os anúncios não poderiam ser todos derivados de um único grupo empresarial, muito menos dos sócios-proprietários do jornal. O projeto de criação do *Getulino* parece ter sido antecedido de uma eficiente estratégia de atração de anunciantes, entre os quais se encontravam pequenas lojas e profissionais liberais e, também, empresas tradicionais da cidade, como a *Casa di Lascio* e a loja de livros *Mousinho*⁵⁵. É importante considerar aqui também que Martinho Andrade, além de ser proprietário do jornal, também era fundador do *Grêmio Dramático Luiz Gama*, instituição que organizava bailes e festividades direcionadas à população negra de Campinas⁵⁶. Tal condição pode ter sido um facilitador para que o *Getulino* fosse distribuído durante esses eventos, atingindo assim um público mais significativo, além de atraente aos anunciantes, visto seu relativo poder aquisitivo, possibilitador

⁵⁵ A presença dessas empresas em anúncios em outros jornais de maior circulação na cidade, bem como sua citação por parte de cronistas campineiros comprova sua tradição na cidade. Conferir José P. Soares Martins, *Campinas século XX: 100 anos de história*. Campinas, RAC, 2000, pp.18-19; e arquivo de fotografias da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, disponível em brochura no Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA).

⁵⁶ *Getulino*, nº 40 (01/05/1924), p.01.

de gastos com diversão e lazer. Outras duas edições especiais do jornal colaboram no sentido de confirmar tal hipótese.

Ao final do primeiro concurso de beleza para moças negras organizado pelo *Getulino*, cuja procura deve ter crescido consideravelmente, às quatro páginas tradicionais somam-se outras cinco, totalmente preenchidas por informes publicitários⁵⁷. Entre os novos anunciantes, encontram-se grandes empresas da cidade, tais como a *Cia. Lidgerwood do Brasil*, a *Casa Alemã*, a *Casa Tupy* e os *Armazéns Gerais A. Santos e Cia.*, comumente encontrados nos grandes jornais da cidade e, também, da capital paulista. Em nova edição comemorativa, a de número 64, completando dezoito meses de jornal, ocorre uma nova inserção de páginas com anúncios. Além de alguns dos anunciantes já citados, novamente presentes, aparecem agora o *Éden Bar*, a *Casa Havaneza* e a *Floricultura Campineira*, estabelecimentos tradicionais da cidade⁵⁸.

Para um jornal atrair tantos anunciantes e, entre eles, algumas empresas tradicionais e de grande porte, ele precisaria contar com um público leitor considerável ou possuir em seus quadros, profissionais de relativa importância, capazes de transmitir confiança a um possível anunciante. A tiragem do *Getulino* atingia os 1.500 exemplares, número pouco expressivo em uma cidade com mais de 100 mil pessoas. Porém, esta tiragem representava aproximadamente cerca de 8% da população no universo dos indivíduos negros da cidade, sendo possível atingir até mesmo 42% desse extrato populacional, como demonstrei nas páginas anteriores, o que pode ter atraído maior atenção por parte dos anunciantes, considerando-se que boa parte dos leitores do jornal seria formada por pessoas alfabetizadas e de situação sócio-econômica mais compatível com o consumo esperado.

Além do interesse comercial que acompanha a veiculação de um anúncio em jornais, através do qual a empresa busca ampliar suas vendas, penso ser necessário observar

⁵⁷ *Getulino*, nº 12 (13/10/1923).

⁵⁸ *Getulino*, nº 64 (20/12/1924).

também outros aspectos associados a essa ligação de estabelecimentos tradicionais da cidade ao *Getulino*. Alguns dos anúncios se referem, como o próprio nome acusa, a lojas e fábricas de propriedade de estrangeiros — Casa di Lascio, Casa Alemã, Cia. Lidgerwood e Casa Havaneza. A decisão, por parte de um anunciante, em associar a marca de sua empresa com um jornal não representa unicamente uma decisão de caráter econômico, mas também leva em consideração a mensagem transmitida por ele. A ideologia expressa por um jornal pode, muitas vezes, levar à construção de uma imagem negativa do mesmo e, assim, ameaçar inclusive a respeitabilidade e *status* adquirido pelas marcas de seus anunciantes. A presença dessas empresas tradicionais da cidade através de anúncios no *Getulino*, permite-me supor que, se não apoiavam amplamente a proposta ideológica do jornal — a defesa dos interesses dos homens pretos —, ao menos não se sentiam ameaçadas pela repercussão da mesma na sociedade. Essa possibilidade me leva a avaliar de forma crítica as representações construídas sobre Campinas, pelas quais esta aparece como a “Bastilha Negra”, expressão que nasceu no século XIX e se prolongou pelo século XX⁵⁹. A cidade aparecia como um dos grandes centros racistas do estado de São Paulo desde o século XIX, chegando a ganhar tanta fama neste sentido, que os proprietários ameaçavam seus escravos de venda para senhores campineiros como estratégia para coagi-los a trabalhar mais intensamente⁶⁰. A constatação da presença de anunciantes brancos em um jornal negro não significa que a cidade estivesse livre do preconceito racial, pois no próximo capítulo veremos a descrição de várias cenas denunciativas de ações racistas em suas ruas, porém Campinas aparenta não ter sido tão diferente de outros núcleos urbanos paulistas em relação ao tratamento dado aos seus habitantes negros.

⁵⁹ O termo “Bastilha Negra” teria sido cunhado pelos primeiros representantes da imprensa republicana em Campinas. Em pesquisa de iniciação científica realizada entre 1998 e 1999 em bairros ligados à população afro-descendente de origem mais antiga na cidade, constatei a preservação desse mito entre as pessoas mais velhas, fossem elas brancas ou negras. Para maiores detalhes, consultar o relatório de pesquisa que consta do acervo do Centro de Memória da UNICAMP sob o título “Da ‘Bastilha Negra’ à proletarização: a formação dos bairros da Ponte Preta e Vila Marieta”, Campinas, CMU, 1999.

⁶⁰ Os historiadores que se referem a Campinas nesse sentido, realçando sua fama de “purgatório dos escravos”, acabam baseando seus comentários em artigos de jornais do século XIX, porém sem se aprofundar na questão do jogo de poderes que pode estar envolvido em torno da reprodução ou não desse discurso. Conferir: Celso M. M. Pupo em *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969 e Luiz R. Benedetti, *Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido*. São Paulo, Paulinas, 1983.

O número considerável de anunciantes foi importante para o jornal se manter em circulação por um prazo de dezoito meses, sem alterações em sua periodicidade e quantidade de textos. Pelos dados que possuo, os recursos advindos dos anúncios parecem ter sido a fórmula para tal continuidade, incomum se comparada a outros periódicos da mesma natureza. Entretanto, tais recursos se mostraram insuficientes para assegurar a sobrevivência do *Getulino* em longo prazo, posto que seu exemplar de número 64 encerrou esse ciclo de publicação ininterrupta. Após cinco meses de silêncio absoluto, entre dezembro de 1924 e maio de 1925, o jornal reapareceria com uma edição comemorativa do dia 13 de Maio, com a qual concluiu suas atividades.

Acredito que a situação financeira do jornal se agravou a partir do mês de agosto de 1924, quando do aumento dos custos de manutenção decorrente da alta dos preços do papel e da mão-de-obra no mercado.

Devido a enorme alta do papel e da mão-de-obra a acontecer do dia 1º do proximo mês, a nossa folha será distribuída em Campinas pelos preços seguintes (...).⁶¹

O lucro projetado pelo comunicado de 28 de outubro de 1923, bem como a afirmação de que a “empresa continua assim na mais franca prosperidade e harmonia, tendo sido tudo liquidado amigavelmente”, soam doze meses depois mais como uma tentativa de transmitir segurança e confiança do que a simples verdade. Sem uma reserva financeira razoável, os administradores foram levados a aumentar em 50% o preço do exemplar avulso do jornal e em 25% sua assinatura anual, com o intuito de equilibrar as contas. Talvez esses aumentos tenham sido extremos para muitos de seus leitores, resultando na queda das vendas e em maior inadimplência nas assinaturas. Acompanhando essa má fase, o número de anunciantes do jornal também parece ter sofrido redução, em uma tendência que já se

⁶¹ *Getulino*, nº 50 (24/08/1924), p.01.

observava há algumas edições. Essa combinação foi fatal para que os administradores do jornal decidissem pela sua extinção após dezembro de 1924.

Em 1926, ao se mudar para a capital paulista acompanhado de Gervásio de Moraes e Benedito Florêncio, Lino Guedes trouxe o nome *Getulino* consigo. Em maio daquele ano, aproveitando-se das comemorações da Abolição da escravidão, tentou fazer o periódico renascer. A inscrição “segunda phase” no seu cabeçalho e a demarcação de que se tratava do exemplar número 1 do ano 3, são provas de que esses jornalistas desejavam dar continuidade ao periódico. Contudo, tal tentativa foi frustrada, muito provavelmente pelas dificuldades econômicas que acompanharam esses jornalistas ao longo de sua carreira. Tomemos como exemplo Benedito Florêncio: apesar de ser um tradicional jornalista da cidade de Campinas, há muitos anos empregado no mesmo jornal, o *Diário do Povo*, seria excluído do quadro de sócios da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas em 1922, por não quitar seus débitos com a entidade, na qual fazia parte do Conselho Financeiro⁶².

Quem segura a pena e o papel

Discutimos anteriormente a importância do conceito de discurso nas ciências humanas e sua importância para a compreensão dos eventos históricos, destacando como um discurso circula na sociedade e estabelece regras próprias para sua sobrevivência. Entretanto, não podemos nos deixar levar por um possível determinismo discursivo, ignorando o papel dos indivíduos nos diferentes processos históricos. O jornal, cujo discurso me propus a analisar nessa dissertação, era escrito por indivíduos de carne e osso, pessoas que, em determinados momentos, viveram diferentes experiências e fizeram escolhas amparadas em sua

⁶² Ata de reunião da Diretoria (10/10/1922), *Coleção Federação Paulista dos Homens de Cor*. Centro de Memória da UNICAMP. O desligamento de Florêncio desta entidade não aparenta carregar consigo algum conflito interno grave entre seus dirigentes e ele, pois na edição número 03 (12/08/1923) do *Getulino*, a FPHC é citada como tendo sido hostilizada pela *Associação dos Brasileiros Pretos*, instituição declaradamente adversária do jornal. Desse modo, a matéria citada transmitia a sensação de que a FPHC e o *Getulino*, no qual Florêncio atuava como jornalista, estavam do mesmo lado em um conflito interno à militância negra da cidade. No capítulo IV discutirei em profundidade as disputas no interior do movimento negro

subjetividade. Conhecer um pouco mais desses jornalistas significa entender a forma como determinados discursos foram assimilados, consumidos e, depois, rerepresentados através dos artigos do jornal.

O enriquecimento e crescimento de Campinas nas primeiras décadas do século XX serviram de grande estímulo para que muitos moradores do restante do interior paulista convergissem para ela, atraídos pela representação de cidade próspera, capaz de oferecer novas possibilidades intelectuais e profissionais. Desse modo, não apenas imigrantes, mas também migrantes desceram em sua estação ferroviária para nela encontrarem seu caminho. Foi assim que um jovem jornalista de nome Lino Guedes chegou na cidade e, poucos anos depois, ajudou a fundar o *Getulino*.



FIGURA 02 – principais redatores do jornal *Getulino*
Da esquerda para a direita: Gervásio de Moraes, Lino Guedes e Benedito Florêncio

Segundo nos revela o próprio jornal *Getulino* e artigos publicados em homenagem a ele após sua morte, Lino Guedes nasceu em 24 de junho de 1897, na cidade de Socorro, interior paulista⁶³. Os dados sobre sua infância são escassos, mas com algumas informações

⁶³ *Getulino*, n.º 45 (22/06/1924), *Diário de São Paulo* (04/03/1951), *Correio Popular* (07/03/1951), *Folha da Manhã* (25/03/1951) e *A Gazeta* (24/06/1961).

me foi possível traçar sua trajetória até chegar a Campinas. Seus pais eram dois ex-escravos e, com orgulho, Guedes afirmava ser descendente de africanos, “sem o contingente de outra raça”, considerando-se um genuíno brasileiro. Dois meses após seu nascimento, seu pai falecia e deixava à sua mãe os cuidados com sua educação e de sua única irmã, Gracinda Guedes. Provavelmente foi um período muito difícil para sua progenitora, pois ele admite ter contado com o apoio e com a “carinhosa filantropia” do líder político de Socorro, a quem chama de “coronel” Olympio Gonçalves dos Reis⁶⁴. Esse apoio imediato, partindo de um chefe político local, no caso um fazendeiro que pertencia à lógica senhorial do período, pode ser tomado como um indício de que os pais de Guedes tenham pertencido como escravos à família deste. A “carinhosa filantropia” se encaixaria, dessa forma, em um ciclo paternalista de relacionamento, herdado do período escravista, ainda sobrevivente no país recentemente livre do trabalho escravo. Em resposta à ajuda recebida, a família Guedes guardara a admiração e gratidão para com seu “coronel”, representado nas palavras de Lino Guedes como “benemérito cidadão” que lhe “estendera a mão protetora”. Tais informações indicam ser possível afirmar que Guedes teve, desde cedo, um contato bastante próximo de uma família aristocrática de sua época, estabelecendo para com ela uma relação de dependência harmoniosa.

Em um período marcado pelo preconceito que fechava as portas a muitas crianças negras nas melhores escolas das cidades paulistas⁶⁵, Lino Guedes teve o privilégio de ser encaminhado a uma escola logo que sua idade o permitiu. Sua passagem por um grupo escolar de Socorro não passou despercebida, tendo sido um dos criadores do jornal estudantil *O Espião*, em 1908. Após ter concluído os estudos primários em sua cidade natal, Guedes se mudou para Campinas em 1912, com o intuito de seguir seus estudos na escola normal da

⁶⁴ *Getulino*, 45 (22/06/1924), p.02.

⁶⁵ Ao discutir a importância de Rui Barbosa para a educação dos libertos após a Abolição, a escritora negra Carolina Maria de Jesus acaba por reconhecer em sua fala a resistência das escolas em aceitar alunos negros. Conferir: José C. S. Bom Meih e Robert M. Levine, *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994, p.191. O preconceito existente nas escolas em Campinas também pode ser comprovado pelas palavras de um dos articulistas do *Getulino* que lembra, em certo ponto de seu artigo: “visto como é de ontem que lhe [ao negro] fôra dado a liberdade de instrução, e ainda assim mesmo não é sem dificuldade, que podemos galgar os nossos ideaes em um banco collegial, sem que arrostemos com as perseguições dos nossos professores e collegas pertencentes á classe adversa” (nº22, 23/12/1923).

cidade, ambicionando o diploma de professor. O amparo de seu protetor, Olympio Gonçalves dos Reis, parece ser indiscutível nesta fase de sua vida, tanto pelo acesso facilitado que teve para ingressar nas escolas quanto pelos custos que tal dedicação deveria despende.

Em Campinas, Lino Guedes descobriu não ter vocação para a carreira docente, entregando-se totalmente ao jornalismo. Ele obteve somente em 1920 seu certificado propedêutico, depois de cursar uma escola na capital paulista em paralelo ao seu ofício de revisor em um jornal da cidade. Esse espaçamento entre sua decisão de não seguir a carreira docente e a conclusão do propedêutico indicam que Guedes se afastou da escola por alguns anos, sendo levado a obter alguma ocupação como forma de encaminhar sua vida de forma independente. Em 1912, com a fundação de um novo jornal em Campinas, o *Diário do Povo*, foi contratado para trabalhar como revisor auxiliar. Esse primeiro emprego parece lhe ter aberto várias possibilidades no campo jornalístico. A partir daí, Lino Guedes registra em sua carreira uma “performance” considerável, tendo transitado por outros periódicos campineiros de expressão e, após 1926, por grandes jornais paulistanos. Em 1918 foi contratado como revisor-chefe do *Correio de Campinas*, mas com a falência deste jornal no ano seguinte, retornou ao *Diário do Povo*, tendo permanecido nele apenas algumas semanas, para depois se transferir definitivamente para a redação do *Correio Popular* de Campinas. Essa série de mudanças de emprego pode ser um indicativo do livre trânsito que Guedes possuía no interior do meio jornalístico campineiro, certamente se constituindo em um formador de opinião. Sua trajetória na capital do estado, após sua saída de Campinas em 1926, dá ainda maior força a esse argumento. Em São Paulo, ele começou a trabalhar no *Jornal do Comércio*, tendo depois atuado nos jornais *O Combate*, *A Razão*, *Correio Paulistano* e, finalmente, no *Diário de São Paulo*, de onde não sairia mais até seu falecimento em 1951. É possível aventar que essa mobilidade desfrutada por Guedes aponte para um posicionamento condizente com a linha ideológica dos jornais da grande imprensa, expressando-se sobre assuntos diversos, entre eles as questões que versavam sobre “raça”, de modo a não constranger ou incomodar seus superiores hierárquicos. Mas esta ainda é uma possibilidade a espera de ser pesquisada.

Concomitantemente à carreira profissional, Lino Guedes desenvolveu outras duas paixões: a poesia e a imprensa negra⁶⁶. A dedicação e o caráter de sua produção, nesses dois campos, permitem-me afirmar a associação profunda desse jornalista negro com a questão do preconceito racial e da luta pela constituição de uma comunidade negra solidária em Campinas. As experiências de Guedes, sem dúvida estreitamente relacionadas à sua condição de homem negro, encontram-se em sua poesia e em seus textos, onde ele constrói a si mesmo e uma representação da sociedade sobre a qual projeta seus sonhos. A sua dedicação à poesia e o espaço que obteve a partir desta no meio literário paulista contribuíram, certamente, para sua notoriedade como jornalista na capital do estado. Ao contrário, sua dedicação à imprensa negra, se lhe garantiu amizades sinceras e reconhecimento de muitos, também lhe legou adversários e consumiu muito de suas energias.

Lino Guedes publicou suas primeiras poesias de forma esparsa em jornais da imprensa negra, tanto em Campinas quanto em São Paulo. Sua grande inspiração foi o abolicionista negro Luiz Gama, a quem analisou na obra *Luiz Gama e sua individualidade* (1924)⁶⁷. Guedes jamais escondeu sua admiração e devoção por ele que, na época, já se tornara o grande ícone do movimento pela integração plena dos negros na sociedade. A partir de artigos nos jornais e campanhas para homenagear Luiz Gama, ele contribuiu para consolidar a aura mítica que se criou em torno desse personagem histórico⁶⁸. Não foi por acaso que, tendo tido papel importante na fundação de um jornal negro em Campinas, em 1923, ele convenceu seus companheiros a dar ao novo órgão jornalístico o título de *Getulino*, como justa homenagem a seu maior ídolo. As análises feitas pela crítica literária sobre as obras poéticas

⁶⁶ Não considero a imprensa negra como um vínculo profissional em virtude das dificuldades financeiras sempre associadas a essa modalidade particular de jornalismo, cujos recursos mal pagavam os simples custos de impressão e manutenção do periódico, que diga do virtual pagamento de salários ou dividendos aos seus jornalistas e mantenedores. Logo, a atuação de um jornalista nessa modalidade de imprensa está mais ligada a uma questão de princípios e paixão por tal atividade.

⁶⁷ E. Azevedo, *Orfeu de Carapinha...*, pp.265-272.

⁶⁸ Após se mudar para São Paulo, Guedes fundou o jornal *O Progresso* com o intuito declarado de buscar recursos para a construção de uma herma a Luiz Gama no Largo do Arouche.

de Guedes contribuem para reforçar ainda mais essa ligação com Luiz Gama, pois nelas é possível identificar vários traços comuns a esses dois poetas⁶⁹.

Guedes conseguiu publicar seu primeiro livro de poesias somente em 1926, com o título de *Black*, sendo seguido depois por outras onze obras⁷⁰. É interessante observar que a maioria das publicações se concentra num curto espaço de três anos, entre 1936 e 1938, quando foram publicados sete livros. Poderia concluir que esse foi o período mais produtivo da carreira literária de Guedes, mas considerando que boa parte de suas obras fora publicada sem o patrocínio de uma editora, não podemos anular a hipótese de que ele precisou acumular recursos para financiar a publicação dos próprios livros. Apesar disso, ele parece ter se destacado como um dos principais poetas negros do seu período, como o nomeiam os jornais logo após sua morte. No periódico *A Gazeta*, de 24 de junho de 1961 podemos encontrar estampada, em um quarto de página, uma foto onde Lino Guedes aparece perfilado com Arthur Ramos, Mário de Andrade e Couto de Magalhães Neto. Este retrato reforça a convicção de que, se ele não fora parte integrante dos elevados círculos intelectuais da época, ao menos não era desprezado por eles, pois recebera críticas elogiosas por parte de literatos como Coelho Neto e Orígenes Lessa, além de outros artigos menos empolgantes escritos por Afonso Schmidt⁷¹.

A outra paixão de Guedes, a imprensa negra parece ter lhe absorvido muito de suas energias, pois fora fundador de três jornais dessa modalidade, além de ter contribuído como articulista em outros. Sua primeira experiência junto à militância negra se deu em Campinas, exatamente com a fundação, ainda no início de sua carreira jornalística em 1915, do periódico intitulado *A União*. Em 1923, em companhia do poeta negro Gervásio de Moraes e Benedito

⁶⁹ Pela metodologia proposta neste trabalho analisarei as discussões teóricas sobre as obras de Lino Guedes combinando-as com a análise do próprio discurso do jornal nos capítulos seguintes. Sobre Guedes, ver: David Brookshaw, *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983; e Zilá Bernd, *Introdução à literatura negra*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

⁷⁰ São de autoria de Lino Guedes: *O Canto do Cisne Preto* (1926); *Ressurreição Negra* (1928); *Urucungo* (1936); *Negro Preto Cor da Noite* (1936); *O Pequeno Bandeirante* (1937); *Mestre Domingos* (1937); *Sorrisos de Cativoiro* (1938); *Vigília de Pai João* (1938); *Ditinha* (1938); *Nova Inquilina do Céu* (1951) e *Suncristo* (1951).

⁷¹ Brookshaw, *Raça e cor na literatura brasileira*, p.182.

Florêncio, seu colega de redação no *Diário do Povo*, Guedes fundou o *Getulino*⁷². Após o fechamento desse último jornal, ele se mudaria para São Paulo, onde um dia antes de completar 31 anos de idade, fundaria seu último periódico: *O Progresso*. Nestes dois últimos, a cujos exemplares tive acesso, acredito que ele imprimiu sua marca pessoal, materializada em seus princípios de integração, moralidade e valorização da educação, uma vez que foi o redator-chefe de ambos. Liderando os jornalistas que colaboravam com estes periódicos, Guedes buscou convencer seu público leitor de que seu modelo de integração seria o mais correto de acordo com a história do negro no Brasil. A partir de 1930 seus artigos e posições ideológicas começaram a se chocar diretamente com membros da própria militância negra paulistana, pessoas que anos antes o elogiavam e compartilhavam com ele espaço em outros periódicos. Guedes chegaria ao fim de sua carreira comemorado pela elite literária branca como um dos maiores expoentes da poesia negra, contudo menosprezado pelos seus antigos parceiros de militância e cada vez mais isolado. Essas desavenças e as relações de Guedes e do *Getulino* com outros jornais serão discutidas no capítulo IV.

Esteve ao lado de Guedes até o fim do jornal *Getulino*, o poeta negro Gervásio de Moraes. Assumindo o cargo de redator-assistente, colaborou com o jornal através de artigos e poemas de sua autoria, além de também ter atuação destacada em outros jornais da imprensa negra paulistana⁷³. Os dados sobre ele são muito escassos, uma vez que não foi, como Guedes, alvo direto dos críticos literários de sua época. Através do jornal *Clarim da Alvorada*, consegui recuperar algumas poesias de sua autoria e, a partir delas, acredito que será possível compreender um pouco melhor a atuação de Gervásio de Moraes na seleção dos textos que deveriam compor o *Getulino*. Segundo Oswaldo de Camargo, Moraes era contador de

⁷² Em minhas pesquisas nos arquivos de Campinas e de São Paulo encontrei apenas exemplares do *Getulino* (64 edições no total) e do *Baluarte* (apenas um exemplar), não tendo acesso, desse modo, aos outros jornais da imprensa negra fundados em Campinas. Nos arquivos da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, além de encontrar o mesmo exemplar do *Baluarte*, também está disponível um exemplar do jornal *A Protectora*, datado de 1920.

⁷³ *O Clarim d' Alvorada*, n.º 12 (06/01/1929).

*malungo*⁷⁴. De origem *bantu*, mais precisamente da fusão entre palavras dos dialetos *kimbundu*, *kikongo* e *umbundu*, falados na região de Angola, essa palavra passou a ser usada pelos africanos capturados como escravos pelos europeus para designar companheiros que se conheciam nos navios negreiros e criavam um laço de amizade durante a travessia do Oceano Atlântico⁷⁵. “Contador de malungo” pode ser traduzido, desse modo, como um indivíduo que contava histórias sobre amigos, companheiros que compartilhavam uma convivência marcada pelo sofrimento, possivelmente ligada à experiência da escravidão. Essa particularidade pode ajudar a compreender a imagem da escravidão que fora construída em vários artigos do jornal, baseada na concepção de sofrimento e dor. Após ter se mudado para São Paulo, em 1926, Moraes continuou atuando em outros jornais, além de ser um dos fundadores do Centro Cívico Palmares, entidade que buscava ampliar a militância negra e conscientizá-la a partir de seu programa. Ele veio a falecer em 13 de janeiro de 1945, como registrado em uma pequena homenagem feita a ele pelo jornal paulistano *Alvorada*.⁷⁶

Entre os colaboradores mais assíduos do *Getulino* encontramos o jornalista negro Benedito Florêncio. Ele escreveu o editorial de lançamento do jornal, um forte indicativo de sua importância na fundação e direção desse periódico. Florêncio acumulava uma longa trajetória na imprensa tradicional campineira onde trabalhava desde o início do século XX. Reconhecido como profissional experimentado em Campinas, foi concedida a Florêncio uma coluna no jornal *Diário do Povo*, cuja receptividade junto aos leitores garantiu sua publicação regular até a morte do jornalista. Todas as semanas, utilizando o pseudônimo de “Machadinho”, ele escrevia sua coluna intitulada *Tome Nota*, onde abordava os costumes da sociedade campineira emitindo julgamentos de caráter moral⁷⁷. A expressão latina que fechava a coluna — *ridendo castigat*

⁷⁴ Oswaldo de Camargo, *O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na Literatura Brasileira*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

⁷⁵ Robert W. Slenes analisou pormenorizadamente a etnologia da palavra “malungo”, propondo o significado transcrito no corpo do texto. Ver: “África Coberta e Descoberta do Brasil”. *Dossiê Quinhentos Anos de América*, n. 12, pp. 48-67, 1991.

⁷⁶ *Alvorada*, janeiro de 1946, p.01.

⁷⁷ Artigo do *Diário do Povo* (13/04/1958) extraído da hemeroteca João Falchi Trinca do Centro de Memória da Unicamp (CMU).

mores — demonstra a posição privilegiada que Florêncio ocupava na escolha das matérias publicadas pelo *Getulino* anos depois, pois foi citada no editorial de abertura desse jornal negro como o princípio que o guiaria.

Florêncio assumiu uma posição destacada na militância negra da cidade, tendo participado da fundação de outros periódicos nessa linha, além de ter ocupado a função de tesoureiro na Federação Paulista dos Homens de Cor, entidade que nas décadas seguintes assumiria a liderança da militância negra campineira e cresceria consideravelmente. Ao lado de Guedes, foi membro do Clube Literário Culto à Ciência, que reunia intelectuais influentes de Campinas, como o bispo D. João Nery, Coelho Neto e Benedito Otávio, demonstrando ter acesso a membros da aristocracia local⁷⁸. Após o fechamento do *Getulino*, em princípios de 1926, ele se demitiu do *Diário do Povo* e acompanhou Lino Guedes em sua mudança profissional para São Paulo, onde deu continuidade à sua carreira jornalística em outros periódicos, sem nunca deixar de enviar sua coluna para o jornal campineiro no qual trabalhava.

⁷⁸ Conferir os artigos de Henrique L. Alves no jornal *A Gazeta* (24/06/1961) e Júlio Mariano no *Correio Popular* (07/03/1981). O Clube Literário Culto à Ciência nasceu a partir do Colégio Culto à Ciência, fundado em abril de 1873 por um grupo de cafeicultores e políticos campineiros ligados à maçonaria e aos ideais positivistas, segundo afirmações de José Roberto do Amaral Lapa. Desde sua fundação a Escola contou com vários serviços destinados a aprimorar a formação intelectual e física de seus jovens, entre eles o Clube Literário, criado inicialmente pelos próprios alunos e, depois, adotado por intelectuais da cidade que passaram a participar dos encontros. Conferir: José Roberto do Amaral Lapa. *A cidade: os cantos e os antros (Campinas: 1850-1900)*. São Paulo, EDUSP, 1996 e Carlos F. Paula, *Culto à Ciência: monografia histórica*. Campinas, 1946.

Capítulo II

Qual será nosso futuro: discussões sobre “raça”

Como já me referi na Introdução, podemos discernir três tempos distintos — passado, presente e futuro no discurso do *Getulino*. Nesses tempos, o discurso racial flui de forma constante, atravessando os debates sobre escravidão, família, trabalho e nacionalidade. Analisar e identificar as formas pelas quais os redatores e articulistas do jornal absorveram os vários discursos sobre raça e assimilação que circulavam na sociedade brasileira das décadas de 1910 e 1920 ajudará a compreender melhor a imagem do negro que construíram em suas páginas.

Ao discutir o papel social do negro e, também, elaborar um código de conduta a partir do qual a ascensão deste na sociedade seria possível, os artigos do jornal colocam o conceito de “raça” e “branqueamento” no centro do seu discurso. Nestes debates, será elaborada a representação do negro ideal, ou seja, o homem que abandonou determinadas mazelas que o acompanhavam e se regenerou com a adoção de uma nova vida, o negro do futuro.

Miscigenação, atavismo e raça: múltiplas inspirações

Denominado de *belle époque* brasileira, o período situado entre 1890 e 1914 foi caracterizado, no plano intelectual, pela obsessão por modelos europeus de comportamento¹. As idéias de progresso material, civilização e ciência que por aqui já grassavam desde o Império, assumiram força considerável nos institutos científicos como Manguinhos e Butantã, nos livros de literatos do porte de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, nas faculdades de Medicina e em centros tecnológicos como a Escola Politécnica. Nos debates políticos e nas páginas dos principais jornais do

¹ Fernando A. Novais, *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998. Vol. 03.

período a discussão acerca da constituição do povo brasileiro ganhava cada vez mais destaque, com enfoque privilegiado no papel dos ex-escravos nesse processo de formação do cidadão republicano.

A partir dos intensos debates em torno da abolição da escravidão e transição para um modelo de mercado de trabalho livre, em fins do século XIX, os abolicionistas brasileiros passaram a conjugar ao já antigo preconceito contra o negro, uma série de imagens absorvidas de um discurso iluminista que projetava os efeitos nefastos da ausência de liberdade sobre o ser humano, segundo concluiu Celia M. M. de Azevedo². Desse modo, passou a se consolidar nos discursos de abolicionistas como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco uma representação do negro na qual ele figurava como um inimigo doméstico, tomado de vícios e degenerado por ter sido privado dos benefícios trazidos pela condição de homem livre³. Essa imagem do negro bestializado se associará, na passagem do século XIX para o século XX com os pressupostos cientificistas que ganhavam terreno nos centros de produção intelectual do Brasil da época, como a escola de Direito de Recife e Faculdade de Medicina da Bahia⁴.

Ao discutir o papel do negro na sociedade brasileira e os vícios que impediam sua ascensão social, o *Getulino* demonstrou dialogar com esses debates, trabalhando com os conceitos de miscigenação e atavismo da forma como eram pensados pelos teóricos das “raças”, além de determinados comentários bastante próximos da imagem do escravo bestial traçada desde o abolicionismo. Incorporando o discurso que interpretava a miscigenação como um processo favorável à constituição da população brasileira, os redatores do jornal introduziam o negro como parte necessária do processo. Para eles, a integração do negro à nacionalidade era vista como uma ação patriótica, movimento necessário para consolidação da nação e fortalecimento desta perante os desafios futuros.

[A educação formal e moral do homem negro] *Terá duplo efeito, evidentemente, porque então a raça negra amparará a si*

² Celia M. M. de Azevedo, *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada*. São Paulo, Annablume, 2003. pp.101-114.

³ *Ibid.*; p. 102.

⁴ Para maiores detalhes sobre a onda cientificista que se implantará no Brasil nesta época, conferir: Lilia M. Schwarcz, *O espetáculo das raças*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

*propria num trabalho titanico e indestructivel e coadjuvará para que a nacionalidade caminhe forte, cohesa e una apta para enfrentar os vendavaes.*⁵

O termo “coadjuvará” presente na passagem acima anunciava, de antemão, uma representação do negro que transitaria ao longo de todo o jornal, de seu número de abertura ao último exemplar, qual seja, a do negro problemático, repleto de vícios herdados de seu passado tomado pelas agruras da escravidão. Ainda que o jornal buscasse valorizar o negro, não escapava de inferiorizá-lo em relação ao branco, fazendo-o assumir apenas o papel de ator coadjuvante na sociedade brasileira, cuja presença se fazia à sombra do ator principal, o branco.

Analfabetos, embrutecidos, alcoolicos, inconscientes, carregando no organismo uma pesadissima contribuição de males hereditarios e heranças atavicas, os pretos constituiram no momento [no imediato pós-abolição] um perigoso invasor na harmonia social da nação.

*Inferiores em tudo ao seu competidor branco, os pretos tiveram que lutar homericamente para não ser a sua raça exterminada do convívio brasileiro.*⁶

Neste trecho que discutia a situação do negro logo após o 13 de Maio, os redatores dialogam diretamente com as representações criadas pelos defensores da emancipação dos escravos no século XIX, reproduzindo um julgamento moral presente também em muitos textos escritos sob as regras desse discurso abolicionista que associava à população escrava o álcool, a violência e o barbarismo, como demonstrou Celia Azevedo⁷. A imagem do inimigo doméstico persistia, contudo reinterpretada sob a nova condição, deixando para trás a residência senhorial para se infiltrar no seio da nação, ameaçando uma suposta harmonia social. Esses nexos entre o discurso abolicionista e os artigos do *Getulino* podem ser explicados não somente pela intensa circulação, através de jornais e livros, dessa representação do negro bestializado, bem como pela história

⁵ *Getulino*, nº 13 (21/10/1923), p. 03. (colchetes meus)

⁶ *Getulino*, n.º 04 (19/08/1923)

⁷ Celia Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco*. 2ª ed., São Paulo, Annablume, 2004.

pessoal de alguns de seus colaboradores. Tomemos como exemplo o jornalista Benedito Florêncio, figura importante no jornal. Ele teve a oportunidade de conhecer pessoalmente Rui Barbosa em 1910, quando representou o jornal *Comércio de Campinas* nas comemorações pela visita deste político à cidade, fazendo-lhe homenagens⁸.

Rui Barbosa foi um dos maiores expoentes do movimento abolicionista do Brasil, além de assumir papel destacado na política nacional, candidatando-se por duas vezes à presidência da República entre 1910 e 1922. Em seus textos, emanava uma imagem do escravo derivada do imaginário senhorial, sendo o negro descrito como uma ameaça, um perigo iminente incrustado no seio da família brasileira. Segundo Celia Azevedo, ao se apoiar sobre uma tradição intelectual iluminista, Rui Barbosa, assim como outros abolicionistas imaginavam que “os escravos assemelhavam-se a bestas, pois a negação da liberdade significava a supressão da razão, a qual os abolicionistas consideravam como o fulcro da natureza humana”⁹. Já no período republicano, os discursos de Rui Barbosa também ganharão uma forte conotação racista, como verificou Marcos Chor Maio¹⁰. Advogando em defesa da imigração européia como instrumento para o branqueamento da população, Rui Barbosa considerava a constituição racial da população brasileira como fator principal para os problemas então enfrentados pela nação, na ótica de vários intelectuais da época. Cada um desses momentos representou, de certo modo, um esforço de Rui Barbosa em direcionar seus discursos para determinados fins. A imagem do “escravo bestial” serviu de forte argumento para assustar e convencer os proprietários de escravos a conceber a possibilidade da emancipação dos cativos. Superado o problema escravista, seu foco se voltou para a construção de uma nação forte e coesa, valendo-se da categoria “raça” para hierarquizar brancos, negros e índios e apresentar sua proposta de miscigenação.

⁸ Cléber da Silva Maciel, *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas, Editora UNICAMP, 1987, pp.87-88

⁹ Celia Azevedo, *Abolicionismo*, pp.102-103.

¹⁰ Marcos Chor Maio, “Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX”. In: Simone Monteiro e Lívio Sansone. *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro, FioCruz, 2004.

As constantes homenagens feitas a Rui Barbosa pelo *Getulino* demonstravam a estima que seus colaboradores nutriam por esse abolicionista, de certo modo eternizado na memória de boa parte da população negra como um de seus defensores¹¹. A concepção do jornal a respeito da miscigenação, inclusive, não difere muito daquela proposta por este político baiano.

É importante não deixarmos de atentar para outros termos que surgem com certa freqüência nos artigos do *Getulino*, como “males hereditários” e “heranças atávicas”. O uso de tais expressões evidencia também a aproximação com o discurso racista que, a partir da segunda metade do século XIX tornava-se mais abrangente no Brasil, e se alinhava à imagem então difundida pelos abolicionistas da inferioridade do escravo negro.

O Brasileiro negro, esse é naturalmente inimigo do trabalho, é indolente, é preguiçoso, mas não por sua culpa.

*O nosso negro é atavicamente, uma vítima do passado e do viciado captivo de quatrocentos annos.*¹²

Neste trecho, os redatores do jornal respondem a uma crítica do jornal *A Protectora*¹³ à imigração européia no interior de um debate acerca da importância ou não da presença desses europeus no Brasil. Assim como na citação apresentada anteriormente, o uso de termos como “atavicamente” e “viciado” denota, pelo menos, um conhecimento mínimo das teorias raciais então em voga no Brasil na época em que o jornal era editado.

Como destacaram Mariza Côrrea e Lilia M. Schwarcz, as décadas finais do século XIX registram a consolidação do conceito de “raça”, sob diferentes interpretações, no interior do discurso que buscava pensar a nação e os mecanismos para o progresso desta¹⁴. A partir da Abolição da

¹¹ Essa imagem favorável de Rui Barbosa pode ser constatada no depoimento de Carolina Maria de Jesus, escritora negra que alcançou fama nacional e internacional na década de 1960 com a publicação de seu livro *Quarto de Despejo*. Segundo ela mesma informa, conheceu a história de Rui Barbosa através de sua protetora Maria Leite Monteiro de Barros, mulher branca que lhe garantiu os estudos quando criança. Ela retrata Rui Barbosa como devotado à causa do negro mesmo após a abolição, tendo lutado pela introdução deste nas escolas e pela sua educação. Conferir: José B. S. Bom Meihy e Robert M. Levine, *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

¹² *Getulino*, nº 05 (26/08/1923), p.02.

¹³ Jornal também pertencente à imprensa negra e abordado no capítulo IV.

¹⁴ Schwarcz, *O espetáculo das raças*, pp.47-66; Mariza Corrêa, *As ilusões da Liberdade*. Bragança Paulista, USF, 2001, pp.41-42.

escravidão, em 1888, artigos e contos que se propunham a discutir questões de cunho racial se tornaram mais freqüentes nos jornais da imprensa tradicional paulistana, bem como surgiram as chamadas “secções científicas”, nas quais a reprodução de artigos de renomados teóricos racistas como Silvio Romero, Nina Rodrigues e João B. de Lacerda era comum¹⁵. Celia Azevedo afirma que, nos debates travados no Brasil sobre a abolição da escravidão, os argumentos provenientes dos defensores da imigração européia contribuíram para que “a idéia da inferioridade dos africanos, vista até então em termos do seu ‘paganismo’ e ‘barbarismo’ cultural, [começasse] a ser revestida por sofisticadas teorias raciais, impressas com o selo prestigioso das ciências”¹⁶.

Entre os pensadores que se dispuseram a estudar a denominada “questão racial”, Schwarcz distingue duas vertentes principais, de onde derivavam as propostas para o progresso de uma nação: monogenistas e poligenistas. Os primeiros acreditavam no caráter uno da humanidade, ou seja, “o homem, segundo essa versão, teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos apenas um produto ‘da maior degeneração ou perfeição do Éden’”¹⁷. Já os segundos, acreditavam em vários centros de criação, tendo as espécies se dividido em um estágio bastante prematuro, o que explicaria as diferenças raciais entre brancos, negros e amarelos. Esta última versão, como destacou Schwarcz, contribuiu para o fortalecimento de propostas de compreensão do comportamento humano em termos biológicos, como resultados de condicionamentos naturais¹⁸. Teorias como a frenologia e a antropometria encontraram a base para seus pressupostos sobre o desenvolvimento humano nesta linha poligenista, arrogando-se a posse de métodos científicos eficazes para determinar as características que seriam inatas a cada “raça”. Dois importantes expoentes dessa corrente foram o italiano Césare Lombroso e o suíço Louis Agassiz, este último tendo exercido forte influência sobre pensadores brasileiros, uma vez que visitara o país e escrevera comentários sobre sua constituição “racial”¹⁹. Ambos procuraram

¹⁵ Lília M. Schwarcz, *Retrato em branco e negro*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987. p.100-101.

¹⁶ Celia Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco*. pp. 52-53.

¹⁷ Schwarcz, *O espetáculo das raças*, p.48.

¹⁸ *Ibid.*; p.48.

¹⁹ *Ibid.*; p.36.

estabelecer uma relação entre comportamento criminoso e inferioridade racial, esta observável a partir de medições detalhadas do crânio e face²⁰.

Do mesmo modo que o *Getulino* dialogava com a tradição abolicionista em textos sobre Rui Barbosa e outros abolicionistas, também se mostrava inserido nestes debates que ganhavam complexidade cada vez maior, envolvendo “raça”, evolucionismo, darwinismo social e eugenia²¹. A citação abaixo é uma mostra que alguns articulistas conseguiam, inclusive, ironizar tais teorias, dando um toque cômico à descrição de campineiros mais populares.

*Craneo perfeitamente aryano (e que bello craneo!); nariz aquilino, nem tanto, mas nobre, nascido num largo frontal revelador evidente de intelligencia portentosa, olhar de lealdade, cheio de affecto e, como o dos sabios, profundamente pesquisador; bocca grega; orelhas arabes; pestanas queimadas em longas vigílias academicas; «pade menton» e «peu de chevelare»...*²²

Os anos iniciais da década de 1920, momento em que era publicado o *Getulino*, assistiam a um intenso debate envolvendo a questão da miscigenação e sua relação com a formação da nacionalidade brasileira. As propostas de forte cunho racista da sociedade eugênica conduzida pelo médico Renato Kehl, condenando a mestiçagem como um processo de degeneração da espécie humana e defendendo o uso de métodos de esterilização, eram rebatidas por estudos que buscavam ver no mestiço a solução para o problema brasileiro²³. É interessante perceber que o jornal se alinhou a um desses lados, contudo manteve uma linguagem permeada de expressões que, por vezes, contradiziam posicionamentos que seus redatores afirmavam adotar.

²⁰ Sobre a influência de Agassiz no pensamento racial brasileiro pode-se consultar Lilia M. Schwarcz (*O espetáculo das raças*, pp.53-54). No caso de Lombroso, é possível traçar a penetração de seus estudos no Brasil através da análise de Mariza Côrrea sobre a obra de Nina Rodrigues em *As ilusões da Liberdade* (pp.68-74).

²¹ Outro indício do contato dos jornalistas com as teses poligenistas e monogenistas é a citação que sobre elas fazia o articulista branco Lacerda Werneck: *Os polygenistas sustentavam que o negro viera ao mundo separado da humanidade, mas Prichard em seu «Researchs into Physical History of Man» sustentou com tanto talento a these monogenista que o próprio Jean Finot (...). Getulino*, n.º 31 (24/02/1924), p.01.

²² *Getulino*, n.º 32 (02/03/1924), p.01.

²³ Conferir Nancy L. Stepan, *The hour of Eugenics*. Ithaca, Cornell, 1991, p. 158-162; ver também Maio, “Raça, doença e saúde pública no Brasil, pp.35-41.

Os redatores colocavam para si mesmos diferentes perguntas sobre o negro e, para uma delas, a resposta parecia ser clara e bem definida. Por que o negro ocupava posição secundária em relação ao branco na sociedade brasileira de 1920? Resposta: o atavismo, as heranças nefastas de um passado imerso na escravidão, responsável por lhes tolher a chance de desfrutar dos mesmos recursos oferecidos pelo meio ao homem e mulher brancos, além de afastá-los de uma educação cristã.

Somos viciados, somos incultos, somos atrasados?

A culpa não é nossa: interrogae os quatrocentos annos do nosso ferrenho captiveiro, interrogae o miseravel regimem de obscurantismo em que fomos creados, interrogae a lei do atavismo e da hereditariedade.

*O nosso livro foi a chibata e a nossa escola foi a senzala.*²⁴

No Brasil, o atavismo foi um conceito central nas teses de dois importantes estudiosos das “raças” humanas: o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues e o então diretor do Museu Nacional, João Baptista de Lacerda. Contudo, apesar de concordarem quanto à questão da inferioridade do negro em relação ao branco, apresentavam opiniões distintas quanto à relação entre atavismo e miscigenação.

Para Nina Rodrigues a questão não era discutir a inferioridade do negro, uma vez que esta já seria comprovada segundo ele mesmo diz, mas analisar até que ponto os vícios que acompanhavam essa raça seriam superáveis ou não. Apoiando-se nos dados que coletara em seus estudos, ele concluía pela capacidade do negro em evoluir e civilizar-se, porém negava-lhe a possibilidade de atingir o mesmo estágio civilizatório no qual se encontravam os brancos²⁵. Mas Nina Rodrigues era enfático em relação ao fracasso da miscigenação, atribuindo a ela a capacidade de produzir elementos inferiorizados, pois herdariam os piores caracteres de seus progenitores. Ele argumentava que o cruzamento entre “raças” diferentes não seria capaz de eliminar os vícios que

²⁴ *Getulino*, nº 54 (28/09/1924), p.02.

²⁵ Raimundo Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil. Os africanos no Brasil*. 5.ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977, pp.388-390.

acompanhavam o negro, vítima da herança atávica da escravidão²⁶. Como esclareceu Mariza Côrrea, Nina Rodrigues reconhecia três “raças puras” — o branco, o negro e o índio — e lhes conferia qualidades específicas, com evidente superioridade para a primeira, mas o mestiço era alijado de qualquer atributo positivo, aparecendo como o último degrau da escala evolutiva²⁷.

Baptista de Lacerda representou o Brasil, ao lado de Edgar Roquete-Pinto, no *Congresso Universal das Raças*, realizado em Londres, no ano de 1911. Ambos apresentavam teses muito parecidas quanto à questão da miscigenação, reconhecendo os efeitos positivos dela para a formação do povo brasileiro, apesar de divergirem quanto à influência de fatores raciais no resultado final desse processo²⁸.

Lacerda hierarquizava os indivíduos em “raças” e naturalizava as diferenças existentes entre eles, do mesmo modo como procediam todos os teóricos racistas de sua época, porém defendia não existir uma relação de superioridade e inferioridade entre elas. Para ele, existiriam apenas “raças” adiantadas ou atrasadas na escala evolutiva, diferença resultante das influências do meio físico. Introduzindo um discurso que lhe serviria de suporte para a defesa da miscigenação como a solução para o “problema racial brasileiro”, ele concluía que “uma nação atrasada, que está ainda atravessando uma fase pela qual outras já passaram, não pode pretender no concílio das nações, um pé de igualdade com outras que conseguiram adiantar-se obedecendo ao influxo das condições do meio e às qualidades hereditárias das raças que entraram na sua formação”²⁹.

Ao falar em hereditariedade das raças, Lacerda demonstrava ser apenas retórico o argumento de que não existiriam raças inferiores ou superiores. Procedeu do mesmo modo ao advogar os benefícios da miscigenação, pois discutindo os resultados desse processo ele argumentava que “a influência da seleção natural (...) tende a neutralizar a do atavismo e remove dos descendentes dos *métis* todos os traços da raça negra”; e ainda completava: “em virtude desse

²⁶ *Ibid.*; pp. 391-392.

²⁷ Mariza Corrêa, *As ilusões da Liberdade...*, p.138.

²⁸ Maio discute brevemente a visão racista de Lacerda, para quem a única solução para o Brasil seria desaparecer com os negros da população, e a anti-racista de Roquete-Pinto, que ainda acreditava na importância da política sanitária e educativa para recuperar a população brasileira. Conferir Maio, “Raça, doença e saúde pública no Brasil”, pp.35-41.

²⁹ João Baptista de Lacerda. *O Congresso Universal das Raças*. Rio de Janeiro, Papelaria Macedo, 1912. p.07.

processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século os *métis* tenham desaparecido do Brasil. Isso coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio³⁰. Para ele, não seriam a educação ou o contato com “raças mais adiantadas” os instrumentos para superar o atavismo do negro brasileiro, papel unicamente desempenhado pela mestiçagem. A grande contribuição desta para a formação da nacionalidade brasileira seria, assim, “diluir” o sangue negro na população branca, deixando depois que as próprias leis da seleção natural permitissem que a herança atávica fosse gradualmente extinta, conjuntamente com o próprio negro e o mestiço. Na perspectiva de Lacerda, a solução do “problema racial brasileiro” era muito mais simples que o norte-americano: fazer desaparecerem o negro e o mestiço³¹.

As obras de Nina Rodrigues e de Lacerda não eram estranhas aos colaboradores e redatores do *Getulino*, visto o primeiro ter um de seus artigos reproduzido na última edição do jornal enquanto o segundo fora citado em um dos artigos³². Suas concepções sobre hereditariedade e atavismo foram bem aceitas, visto serem parte importante do argumento de seus redatores sobre como superar os problemas presentes do negro. Mas não se pode dizer o mesmo a respeito de sua visão de que a miscigenação acarretaria o fim da “raça negra”.

*Um dos mais deploráveis denegridores dos mestiços, o Dr. João Baptista de Lacerda (...) não pôde recusar o reconhecimento das suas aptidões [do indivíduo negro], dizendo, perante o 1º Congresso Internacional das Raças (...)*³³

*Sociólogos e psychologos de meia tigela prognosticam o desaparecimento da gloriosa raça negra (“O Brasil” de 17 de Setembro e “Following and facts”, etc. de Halper), e entretanto é cousa vã e descabida e insustentável deante da limpidez dos factos. A crítica de acção e mente de espirito de preconceito sabe bem aquilatar do valor de taes asserções gratuitas.*³⁴

³⁰ Citado em Thomas E. Skidmore, *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.82.

³¹ João Baptista de Lacerda. *O Congresso Universal das Raças*, p.99.

³² Na edição de número 64, o jornal reproduz um texto de Nina Rodrigues no qual ele promove uma análise da contribuição cultural dos africanos na formação da sociedade brasileira. Nele, o racismo de seu autor é evidente na forma como dá à cultura material africana tom exótico e a trata em condição de inferioridade em relação à cultura européia.

³³ *Getulino*, nº 12 (13/10/1923), p.03. (colchetes meus)

³⁴ *Getulino*, nº 13 (21/10/1923), p.03.

Escritos por dois articulistas diferentes, esses trechos de dois artigos do jornal demonstram discordar da projeção feita por Lacerda a respeito do desaparecimento do negro a partir do processo de miscigenação. Em muitos artigos, este evento, sempre nomeado como *fusão das raças*, é compreendido como uma necessidade para o país, uma estratégia indispensável para enriquecer os atributos do povo brasileiro e apagar as diferenças raciais existentes entre os indivíduos que o formaram. Essa foi a tendência na maioria dos artigos do jornal que se dispuseram a debater a miscigenação, porém isso não significa a inexistência de vozes discordantes.

*A vinda dos negros norte-americanos será o golpe de morte para aquella obra mathematica, do desaparecimento gradativo da raça negra do Brasil.(...)*³⁵

Benedito Florêncio discutia neste artigo o projeto do deputado federal Fidélis Reis, propondo a proibição da entrada de imigrantes de pele negra, diante da possibilidade de grande número deles penetrar no Brasil vindos dos Estados Unidos. Uma das justificativas apresentadas por ele para concordar com o projeto deste deputado reproduz fielmente a tese da necessidade de branqueamento da população, com a injeção de população branca européia e a recusa de imigrantes negros. Ao tomar público seu posicionamento, alinhou-se às propostas de Baptista de Lacerda, vendo na miscigenação a “obra matemática” do desaparecimento do negro no Brasil. Em alguns de seus artigos, Florêncio chegava mesmo a fazer coro com aqueles que afirmavam ser o negro inferior ao branco.

Não queremos rebater essas afirmativas e mui propositadamente mesmo, não discutiremos as origens scientificas do atraso da nossa forte e heroica raça, pois que esse assumpto é familiar a todo e qualquer curioso dos livros, desses que estudam os segredos da ethnographia e as belezas da ethnogenia.

*E por que sejamos representantes de uma raça inferior, devemos ser condenados á força do preconceito social?*³⁶

³⁵ Getulino, nº 09 (23/09/1923), p.02.

³⁶ Getulino, nº 54 (28/09/1924), p.02.

A opinião de Florêncio não representava porém a da maioria dos articulistas que debateram o tema da miscigenação. Para eles, o negro somente poderia incluir-se neste processo se, antes, buscasse se livrar dos vícios que o acompanhavam desde a escravidão. Mas é de se notar o destaque dado pelo articulista Evaristo de Moraes³⁷ — que antes condenara Lacerda por insinuar ser possível o desaparecimento do negro — bem como por outros colaboradores, a um outro teórico das “raças”, Silvio Romero.

Membro da Escola de Direito de Recife, importante centro produtor de teses a respeito da sociedade brasileiro no final do século XIX, Romero propunha o estudo da formação da nacionalidade brasileira a partir de dois pilares: constituição racial de um povo e as influências que o meio exercia sobre ele³⁸. Ao estabelecer uma “escala etnográfica” ele evidenciou sua crença numa hierarquização entre as “raças”, a partir da qual operou com o binômio inferioridade/superioridade. Tratando o Brasil como um caso particular, Romero concebia o povo brasileiro de então como resultado da fusão de três “raças”: a branca, a negra e a indígena, sendo a primeira evidentemente superior às outras duas³⁹. Esse mesmo argumento é encontrado em vários artigos do *Getulino*.

Não ha duvida que a nacionalidade brasileira se compõe do sangue do leal indigena, do heroico portuguez e do valoroso africano.

*Bem verdade é que na Europa, as raças tem outra genese, mas, finalmente, estamos na nossa adorada Patria, onde se acolhe o estrangeiro, sem os preconceito tolos...*⁴⁰

³⁷ Quanto a Evaristo de Moraes, mesmo sem nunca residir em Campinas, foi intenso colaborador do *Getulino*, além de outros jornais da imprensa negra paulistana, constituindo-se em um importante militante do movimento negro de amplitude nacional. Desenvolveu sua carreira como jornalista e professor no Rio de Janeiro, tendo escrito um livro (*A Campanha Abolicionista*. Brasília, UNB, 1986) e obtido aceitação entre os abolicionistas e estudiosos do negro no Brasil. Em 1888, teve contato pessoal com Silvio Romero e, em seu livro, não deixou de descrever sua admiração e respeito por ele, admitindo buscar nele forte inspiração. Conferir o prefácio do livro de Evaristo de Moraes, elaborado pelo seu filho Evaristo de Moraes Filho.

³⁸ Skidmore, *Preto no Branco...*, pp. 48-49.

³⁹ *Ibid.*; pp. 50-51. Além de Romero também Nina Rodrigues concebeu o povo brasileiro como a fusão das três raças citadas em seu livro *Os africanos no Brasil*.

⁴⁰ *Getulino*, nº 07 (09/09/1923), p.01.

Além de reproduzir a mesma definição dada antes por Romero e Nina Rodrigues, o autor desse texto também essencializa esses “tipos raciais” na medida em que os faz vir acompanhados, cada qual, de um adjetivo. Desse modo, o índio aparece como leal (talvez submisso), o negro como valoroso (por ter produzido riquezas com seus braços) e, por fim, o branco como heróico (o líder que venceu todas as adversidades). Essa hierarquização aparecia nas obras de diferentes teóricos e era reproduzida por outros colonistas, sempre se conferindo ao branco as qualidades ligadas à inteligência e uso da razão, enquanto outras qualidades visivelmente secundárias eram associadas ao negro, ao índio ou aos orientais⁴¹. O próprio Romero acabava por conferir maior força a essa representação ao destacar a contribuição do negro na formação da nação pela sua força e robustez, necessária à adaptação nos trópicos⁴².

A mestiçagem entre as três raças assumia posição central na proposta de Silvio Romero para o progresso brasileiro, alinhada aos pressupostos do Darwinismo Social. Ele reinterpretou os conceitos de hereditariedade e miscigenação, argumentando que a fusão das diferentes “raças” que se encontravam no país levariam à formação de um tipo mais forte, adaptado ao clima brasileiro e capaz de absorver apenas os caracteres mais promissores de cada uma das “raças” formadoras⁴³. Considerando o negro inferior ao branco, Romero considerava a mestiçagem o caminho para a superação do problema racial brasileiro, enxergando nesse processo a extinção do negro em prol do mestiço, para ele, um tipo ariano superior, como evidenciado abaixo:

A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir ao branco; mas que este, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que útil as outras duas raças lhe podem fornecer, máxime a

⁴¹ Na edição de número 13 do jornal (21/10/1923), o articulista Christovan A. Júnior analisa outro modelo hierárquico das “raças”, proposto pelo sociólogo francês Du Chaillu Asrango. Ainda que protestando por este modelo conferir ao negro o sentimentalismo e ao branco a inteligência, dessa forma colocando o negro em posição de inferioridade, Christovan acaba, ao final do artigo, concordando com a necessidade de se prover este último de maior educação para compensar essa diferença em relação ao branco.

⁴² Skidmore, *Preto no Branco...*, p.51.

⁴³ Comentando a utilização das teorias do Darwinismo Social no Brasil, Schwarcz argumenta que foi feito “um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista”. Desse modo, a classificação de Romero como Darwinista Social não significa que tenha se colocado de forma contrária à miscigenação, pois promoveu uma leitura bastante particular dessas teorias. Conferir: Schwarcz, *O espetáculo das raças*, pp.65 (citação) e 154-155 (maiores detalhes sobre Romero).

*preta, com que tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente.*⁴⁴

A preferência declarada pelo branco, entendido como elemento predominante na miscigenação, não impediu que os articulistas e redatores do *Getulino* se apropriassem da proposta de Romero para projetar soluções para a aceitação plena do homem negro na sociedade. Na verdade, a idéia da miscigenação posta dessa forma também foi defendida por Roquete Pinto e Oliveira Vianna, cujas obras circulavam intensamente no período em que o jornal era editado⁴⁵. Porém, de forma distinta ao que ocorreu no caso de Baptista de Lacerda, Evaristo de Moraes e outros articulistas não criticaram o fato da proposta de Romero também preconizar o desaparecimento do negro. Suponho que na leitura que fizeram desse autor, cujos textos por vezes apareciam na grande imprensa, deram maior atenção à defesa que ele fez do mestiço, não como uma simples etapa de passagem, mas como o resultado permanente desse processo de branqueamento⁴⁶.

Não há tergiversar que salta á vista, ser problema nacional a fusão das raças, no Brasil.

*Do emplasto de tintas varias fazem-se esses tons intermediarios que tanto encanto dão á vista, e tomam dos componentes o necessario, para a formação de um «quid» distincto e proprio.*⁴⁷

Apenas se identificando como U.C., o articulista que escrevera o artigo intitulado “Fusão das Raças”, do qual retirei o trecho acima, defendia a necessidade de se apressar a miscigenação no

⁴⁴ Silvio Romero, *A Litteratura Brasileira e a Critica Moderna*. Citado em Celia M. M. de Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco*, p.60.

⁴⁵ Jair de Souza Ramos (“Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna”. *História, Ciências, Saúde . Manguinhos*, vol. 10, pp.573-601, 2003) estudou um dos livros de Vianna e constatou a grande circulação que sua obra obtinha já na década de 1920, quando publicou a *Evolução do Povo Brasileiro* (1ª edição: 1922). Edgar Roquete Pinto divulgava seus estudos em revistas nas décadas de 1910 e 1920, além de contribuir em obras de seus colegas de profissão, como o diretor do Museu Nacional João Baptista de Lacerda. As idéias de Roquete-Pinto seriam posteriormente condensadas em seu livro *Ensaio de antropologia brasileira* (1ª edição: 1933).

⁴⁶ Schwarcz, *O espetáculo das raças*, pp.154.

⁴⁷ *Getulino*, nº 11 (07/10/1923), p.01.

Brasil para acelerar o avanço do país e evitar os perigos provenientes das grandes diferenças entre imigrantes e nacionais, negros e brancos no país. Note-se que o trecho acima era muito semelhante à tese defendida por Romero, de que o cruzamento de “raças” diferentes levam ao nascimento de um descendente que herda os melhores caracteres de seus pais, além de constituir uma “raça” genuinamente brasileira.

Em outro artigo, continuação desse anterior, o mesmo articulista conferiu um enfoque muito próximo ao que Romero utilizou ao prever a vitória evolutiva do branco com a miscigenação.

Que poderemos exigir do estrangeiro isolado, sem o concurso do nacional, nessa extensão infinda de território? A sua acção se anulará dada a sua minoria palpavel em nossa terra.

Que pedir ao nacional sem o concurso do braço e capital estrangeiro, e, que se obtenha sem immensos e talvez infructiferos esforços?!

Querer do preto, que se eleve, que se nobilite, que risque com novos habitos a pecha de indolente e outros, que lhe impuzeram o desprezo de muitos e os pre-juizos de outros, sem que ao menos o branco o deixe livre nessa conquista justa, é querer utopia.(...)

Para que se estribe em verdade qualquer interpretação sobre nosso futuro, é preciso vermos em realidade os primeiros passos efficazes, para a condição primordial de nossa nacionalidade, que se arriba tão só na fusão das raças..⁴⁸

Neste trecho o autor, assim como Romero, coloca a necessidade de uma raça se fundir com a outra, numa relação de interdependência, porém difere dele ao não traçar de forma tão enfática a possível vitória do branco. Em sua visão, todos sairiam beneficiados pela miscigenação, inclusive o negro até então discriminado e excluído socialmente. Este é o detalhe que nos permite perceber a forma como os responsáveis pelo *Getulino* incorporaram em seu discurso as diferentes correntes que discutiam o conceito de “raça” e nação no país.

No jornal, a utilização da idéia de “raça” em sua perspectiva biológica, ou seja, responsável por certas características inatas do indivíduo que o condicionam a apresentar um comportamento esperado, convive com a noção de que o negro herdara vícios do passado

⁴⁸ *Getulino*, nº 32 (02/03/1924), p.01.

escravista, sendo possível superá-los a partir de ações práticas. Discordando dos “cientistas” que previam o desaparecimento da população negra do Brasil, os responsáveis pelo *Getulino* viam no negro a esperança de regeneração, passo exigido para ele se tornar, então, um ingrediente indispensável na fórmula de branqueamento proposta por vários teóricos do período. Ainda que insistissem na idéia de que o negro não iria desaparecer, redatores e articulistas não negaram a perspectiva de branqueamento, nem tampouco se afastaram das teses defendidas por Sylvio Romero.

Não precisamos declinar os nomes de Tobias Barreto, Sylvio Romero, Arthur Orlando, Clóvis Bevilacqua e Martins Junior. Dentre todos, foi Sylvio Romero quem, mais persistentemente, insistiu na propaganda da enorme contribuição da raça negra para a amalgama do povo brasileiro. Foi ele também quem ridicularizou a prosapia de uns supostos «latinos» que, entre nós toleravam, apenas, a mescla com o «caboclo» e repeliam qualquer suspeita de ligação com a raça negra...⁴⁹

Penso estar aqui o grande paradoxo do jornal: buscava lutar pela valorização e ascensão do negro na sociedade, além de formar uma comunidade identificável pela cor da pele; contudo, apoiava como solução para a nação um processo cuja razão de ser era exatamente extinguir a “raça negra” via miscigenação embranquecedora.

Em meio a esse paradoxo, competia ao negro educar-se, moral e intelectualmente, para tomar lugar nesta trilha do branqueamento. Neste aspecto, os artigos seguiam uma tendência própria da década de 1910, momento em que os futuros organizadores do *Getulino* ganhavam experiência no meio jornalístico. Como destacou Skidmore, escritores de livros didáticos, como Basílio de Magalhães, reproduziam o debate sobre a formação do povo brasileiro, valorizando o mestiço e enfatizando o papel da educação como recurso apropriado para a superação dos seus vícios⁵⁰. Na década seguinte essa revisão do conceito de “raça”, permitiu que o ideal do branqueamento se consolidasse e, junto dele, uma reinterpretação do papel do mestiço. O problema brasileiro se distanciava dos debates sobre a matéria-prima racial e se voltava para os recursos humanos e

⁴⁹ *Getulino*, nº 15 (04/11/1923), p. 01.

⁵⁰ Skidmore, *Preto no Branco...*, pp. 183-186.

materiais necessários ao desenvolvimento, como a educação⁵¹. Em vários artigos, o *Getulino* seguiu esses argumentos, atribuindo ao negro a responsabilidade pela superação dos vícios que o acompanhavam desde o passado.

*O que se torna necessario é que se lute, com afinco, numa campanha de saneamento afim de se separar do mau o bom elemento. Elemento este que, baseado numa solida educação, possa de novo reerguer o moral dos negros brasileiros, equiparando-os ao de seus irmãos brancos que em nada lhes poderão superar.*⁵²

Como explicar essa fusão feita pelo jornal de assertivas sobre características inatas dos indivíduos com outras que abriam espaço para a evolução individual através da educação? Para responder a esta questão, é interessante termos aqui em mente os modos variados como o darwinismo social ganhava então crescente projeção em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

Mike Hawkins propõe uma interpretação do darwinismo social não como uma teoria fechada, mas como uma “visão de mundo” que, segundo suas palavras, “consiste de uma série de suposições e proposições sobre natureza, tempo e como a humanidade é situada dentro deles”⁵³. Desse modo, o sucesso do darwinismo social residiria justamente na possibilidade de ser utilizado e adaptado para diferentes posições ideológicas, pois permite várias configurações possíveis na relação entre diferentes assertivas da teoria darwinista⁵⁴. Exemplos disso seriam os conceitos de evolução e caracteres adquiridos, para os quais Hawkins mostra usos diversos por parte de alguns teóricos e a impossibilidade de atribuir o primeiro unicamente a Darwin e o segundo a Lamarck⁵⁵.

⁵¹ Skidmore demonstra a importância dos estudos de Roquete Pinto para a consolidação do papel preponderante do mestiço na formação da nacionalidade brasileira na década de 1920, bem como a importância da educação no processo de superação do atraso nacional. *Ibid.*; pp. 205-209.

⁵² *Getulino*, nº 55 (05/10/1924), p. 01.

⁵³ Mike Hawkins, *Social Darwinism in European and American Thought (1860-1945)*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 31-32.

⁵⁴ *Ibid.*; p.32.

⁵⁵ *Ibid.*; p.27, 32-35.

Levando-se em conta os apontamentos de Hawkins, podemos ver a diversidade de idéias presente nos debates sobre as “raças” no Brasil como resultado da flexibilidade que caracterizava o darwinismo social, abrindo assim espaço para abordagens diversas dos componentes da teoria evolucionista de Darwin. Nesse sentido, poderemos compreender o paradoxo apontado acima. Ao afirmar o poder da educação de corrigir os vícios herdados do passado e, ao mesmo tempo, advogar em prol da miscigenação — assumida como um processo de branqueamento da população —, os jornalistas do *Getulino* nada mais faziam que seguir uma tendência própria de sua época, qual seja, a de adaptar os diferentes elementos teóricos que compunham o darwinismo social a uma configuração que lhes fosse mais interessante.

Com seu discurso, o *Getulino* colaborou para a divulgação das representações do negro como um indivíduo inferiorizado, eivado de vícios, contudo em processo de evolução graças à educação. Também ajudou a consolidar as novas correntes intelectuais que defendiam o mestiço como a regeneração da nacionalidade, capaz de atenuar a influência do negro no meio social, bem como integrá-lo da forma que melhor condizia aos interesses da parcela branca. Nessa relação complexa, o jornal contribuiu na conformação de uma representação do Brasil como um país mestiço e, também, racialmente harmônico.

Cenas de preconceito: culpa de quem?

Com uma população negra estimada em torno de 16% por volta de 1923, ano de lançamento do jornal, Campinas foi palco de inúmeros atos de preconceito racial, registrados através dos periódicos da grande imprensa e, também, da imprensa negra. O *Getulino* assume uma postura por vezes contraditória em relação a esse assunto, ora desenhando o Brasil como um paraíso racial, ora reconhecendo a existência do preconceito como um mal que assolava o país.

Nessa época, em Campinas, não havia nenhuma postura municipal instituindo a separação espacial entre negros e brancos e, muito menos, leis que determinassem condutas baseadas em distinções ditas “raciais”. Entretanto, desde sua primeira edição, o *Getulino* começou a

descrever e criticar aquilo que seria um código de comportamento adotado pelos moradores da cidade como convenção.

O Jardim Carlos Gomes é, não só o mais bello como aprazível [parque] da formosa Campinas (...) não podemos comprehender porque os nossos patricios (referimo-nos ás pessoas de côr) abandonam as arborizadas e oxygenadas aleas do jardim, para circunda-lo.

Por que essa separação, será ordem dos poderes competentes? Não!

A nossa “Carta Magna” de nada disso cogita e as leis do Municipio tampouco, ellas não distinguem branco nem preto, somente vê — cidadãos brasileiros. A desculpa que os pedregulhos estragam sapatos não é acceitavel (...) Por isso, de hoje em diante, devem ir ao “Carlos Gomes”, ouvir musica ou passear, mas, lá dentro, porque o “costume das leis”, ou por outra, “o uso do cachimbo deixa a boca torta.”⁵⁶

O Jardim Carlos Gomes situava-se no centro da cidade de Campinas em 1924, sendo o maior e mais atraente parque da cidade, para onde convergiam casais, jovens e crianças para apreciar uma apresentação em seu coreto ou simplesmente para passear. A crítica acima denunciava a separação espacial entre negros e brancos no ambiente do parque. Assim, enquanto os brancos costumavam caminhar no lado de dentro do parque, os negros se restringiam a circundá-lo pelas suas calçadas externas.

Para o jornalista autor da crítica, tal divisão não era fruto de leis ou posturas municipais, mas de uma auto-exclusão colocada em prática pelo próprio negro. Sem dúvida, trata-se do reconhecimento do preconceito existente na cidade. Se a população negra evitava cruzar o interior do parque é porque se sentia ameaçada por algum tipo de atitude daqueles que ali se concentravam. Os trabalhos historiográficos sobre Campinas e os jornais da grande imprensa da cidade em diferentes épocas, quando abordam a questão se furtam a explicar a origem dessa prática⁵⁷. Suponho que tal

⁵⁶ *Getulino*, nº 01 (29/07/1923), p.01.

⁵⁷ É importante ressaltar que Cléber Maciel observou esse costume, contudo sua fonte a respeito do assunto é o próprio *Getulino*, não citando nenhum outro jornal da grande imprensa que tenha registrado essa divisão verificada especificamente na Praça Carlos Gomes. Conferir: Maciel, *Discriminações raciais...*, pp.32-38.

divisão tenha origem no período escravista, tendo se prolongado depois da Abolição e sua justificativa sido esquecida, fato pelo qual tornara-se uma convenção, respeitada por cada grupo sem que os mesmos soubessem determinar quando ela começou.

Em uma série de entrevistas com moradores negros de Campinas, estabelecidos na cidade entre as décadas de 1920 e 1930, pude coletar inúmeras referências a essa divisão⁵⁸. Duas das entrevistadas, Ana de Campos Oliveira, com onze anos em 1924, e Paula de Souza, com quinze anos na mesma data, confirmaram a existência dessa segregação voluntária, atribuindo-a ao preconceito que intimidava os negros e os desestimulava a percorrer o interior da praça⁵⁹. Contudo, a confissão feita por Paula de Souza de que ela e seus colegas não respeitavam tal separação, andando nas calçadas internas do parque, revelam estar correto o jornal quando atribui aos próprios negros a manutenção dessa prática.

O preconceito, esse sentimento que é as vezes sinonimo de desconfiança, muito amesquinha aqueles que o praticam, e é em Campinas manejado com pericia por aqueles que se dizem suas victimas...

Não podemos compreender qual motivo porque o lado do Colyseu, da rua Irmã Seraphina, é somente ocupado por pretos?...

Seria isso um privilegio da nossa classe, alguma determinação superior ou uma separação voluntaria?⁶⁰

Novamente a crítica acusava a população negra de Campinas de promover sua auto-exclusão, agora não mais nos parques, mas nas ruas que margeiam um dos principais cinemas da cidade na época, o Cine Colyseu. Os negros se concentrariam em uma das ruas laterais ao cinema, enquanto os brancos, presumo, ocupavam outra rua. As entrevistadas, já citadas no parágrafo anterior, também revelavam existir um outro ponto de separação, envolvendo outras duas ruas de

⁵⁸ As entrevistas aqui citadas foram todas realizadas no âmbito de um projeto ampliado de iniciação científica do qual participei entre os anos de 1998 e 1999. As fitas com as gravações das entrevistas, as transcrições e os relatórios finais resultantes desse projeto, intitulado *Da "Bastilha Negra" à proletarização: bairro, identidade e memória de espaços negros de Campinas*, encontram-se nos arquivos do Centro de Memória da UNICAMP (CMU), departamento responsável pelo projeto.

⁵⁹ As entrevistas foram concedidas nas seguintes datas: Ana de Campos Oliveira (07/10/1999) e Paula de Souza (02/10/1999).

⁶⁰ *Getulino*, nº 03 (12/08/1923), p.01.

Campinas: a Barão de Jaguará, freqüentada somente pelos brancos, e a Francisco Glicério, por onde caminhavam os negros. Esta última separação não foi identificada pelo jornal em nenhuma de suas edições, mas atesta a existência de muitos espaços racializados na cidade, tendo o *Getulino* selecionado apenas alguns deles para comentar.

*Moço é um rapaz branco e rapaz são os moços da nossa cor. Depois de lamentarmos essa obtusa designação, e de demonstrarmos que eramos eguaes em tudo ao branco, gerando perante as leis do mesmo direito e frizar que o maior inimigo do preto é o próprio preto, arrazaram com a nossa logica com a sabedoria do vulgo: **Rapaz é filho de negro**, sempre ouvimos dizer...*⁶¹

Neste trecho acima, copiado de outro artigo, o articulista pode ter respondido a pergunta feita pelo seu colega na citação anterior sobre a rua Irmã Serafina. Ao afirmar que o “maior inimigo do preto é o próprio preto”, ele nos permite imaginar a possibilidade do negro manejar o preconceito de modo a justificar sua exclusão social, servindo de justificativa para fracassos e decepções pessoais. O articulista reclamava dos vocábulos usados nas ruas como mais uma forma de distinção racial, atribuindo-se ao jovem negro a palavra “rapaz” e ao branco a palavra “moço”. Novamente ele demonstrava indignação e repulsa ao fato dos próprios jovens negros se utilizarem desses termos para identificarem a si mesmos, reforçando a impressão de que o preconceito servia, em alguns casos, como uma “bengala”, um apoio para a auto-vitimização.

Em outro artigo, um dos redatores do jornal, Gervásio de Moraes, acentuava essa crítica e promovia um levantamento dos resultados obtidos pelo jornal ao longo de um ano de circulação. Novamente identificava outros comportamentos de auto-exclusão que criticava, como “a mania de acompanharem a procissão na frente” adotada pelos negros⁶². Sendo coerentes com a proposta do jornal para a evolução de seus leitores na sociedade, tanto este redator quanto o autor das demais

⁶¹ *Getulino*, nº 22 (23/12/1923), p.02.

⁶² *Getulino*, nº 50 (24/08/1924), p.01.

críticas exigiam dos negros campineiros uma postura adequada de valorização pessoal, aliada a um comportamento condizente com as regras sociais instituídas pela parcela branca da sociedade.

Os colaboradores do jornal também reconheceram, em alguns artigos, a existência do preconceito contra o negro praticado por brancos ou até mesmo por aqueles classificados como “mulatos”.

Cremos que a intenção da autoridade não é melindrar quem quer que seja quando se trata de estabelecer a ordem...

Mas... segundo o noticiário dos jornais, parece que, unicamente por elas ser pretas, morar em cortiço e não ter ocupação (o que não é verdade) é que lhes movem guerra.⁶³

Nesta crítica curta, o articulista protestava contra a ação da força pública campineira, responsável por comandar batidas nos cortiços com o intuito de reprimir as mulheres negras, acusadas de serem desocupadas. O reconhecimento do preconceito é evidente, na medida em que se identificam as vítimas da ação policial em função de sua cor de pele e classe social, além da habitação.

Ao estudar a questão sanitária no Rio de Janeiro e sua ligação com interesses públicos e privados, Sidney Chalhoub verificou uma intensificação do combate policial aos cortiços, tidos então como ambientes insalubres e perniciosos à saúde pública⁶⁴. Este autor argumenta que entre fins do século XIX e início do XX, passou a se impor na sociedade um discurso higienista apoiado, de um lado, por empresários ligados à especulação imobiliária interessados nos terrenos centrais ocupados pelos cortiços e, por outro lado, pelas autoridades públicas, desejosas de levar à frente um projeto de branqueamento da população brasileira⁶⁵. Marcos Chor Maio contesta a argumentação de Chalhoub centrada na relevância que teria assumido nesse discurso higienista a questão da Febre Amarela, discordando especificamente da proposição feita por este de que a ideologia racial influenciou decisivamente nas políticas públicas de saúde⁶⁶. Porém, para ambos, o discurso higienista era uma

⁶³ *Getulino*, nº 15 (04/11/1923), p.01.

⁶⁴ Sidney Chalhoub, *Cidade Febril*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

⁶⁵ *Ibid.*; pp.47-48.

⁶⁶ Maio, “Raça, doença e saúde pública no Brasil”.

realidade e circulava pela sociedade, propondo medidas de controle sociais voltadas a combater a insalubridade e a precariedade habitacional, fatores considerados como responsáveis pelas epidemias no país. Essa preocupação em controlar o cotidiano da população já se impusera nos debates sobre a abolição, com a representação do negro ocioso e vadio que deve ser controlado e direcionado ao trabalho, fosse através de medidas educacionais ou de coerção policial⁶⁷.

Antônio da Costa Santos reconheceu o mesmo influxo higienista na administração do prefeito Orosimbo Maia em Campinas, nas duas primeiras décadas do século XX, quando se iniciou um esforço na cidade, comandado pelo engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito — formado justamente na Escola Politécnica do Rio de Janeiro — para implantar o modelo de “cidade higiênica”⁶⁸. Em Campinas, assim como no Rio de Janeiro, era comum que se representasse todo tipo de habitação popular coletiva como “cortiços”, estigmatizando seus moradores como desocupados e doentes. Eis a razão pela qual a polícia promovia na cidade, em 1923, uma espécie de força-tarefa direcionada aos cortiços, principalmente para impelir seus moradores ao trabalho, ao mesmo tempo em que contribuía na tarefa higienizadora posta a cabo por Saturnino Brito.

*O bonito em tudo isso, é em afirmar-se que o resultado da campanha policial, “será de benefício para as donas de casas, que luctam com falta de empregadas”, esquecendo-se de passar uma olhadela para os pequenos anuncios dos jornaes, onde, não raro encontramos: “Precisa-se de empregada à rua tal, numero tanto. Prefere-se branca”.*⁶⁹

Complementando a acusação de parcialidade do poder público no jornal seguinte, o articulista do *Getulino* confirma o meu argumento anterior. Inspirado no discurso da ociosidade do negro e interpretando o cortiço como o ambiente do não-trabalho, o chefe da força pública avançava sobre os cortiços para impelir seus moradores — neste caso específico as mulheres — ao trabalho.

⁶⁷ Dois estudos que avaliaram esse discurso sobre a ociosidade do negro e as estratégias disciplinares para forçá-lo a interiorizar a pedagogia do trabalho livre a serviço do capital são Celia Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco* (pp.110-115) e Chalhoub, *Cidade Febril* (pp. 20-25).

⁶⁸ Antonio da Costa Santos, *Campinas, das origens ao futuro*. Campinas, UNICAMP, 2002. p.186-188.

⁶⁹ *Getulino*, nº 16 (11/11/1923), p.01.

Novamente, o articulista reconheceu outra forma de preconceito, ligada ao mercado de trabalho para empregadas domésticas, ocupação muito comum entre as mulheres negras mais humildes da época⁷⁰. Segundo denunciou, as “patroas” brancas privilegiavam em sua escolha indiscutivelmente empregadas brancas, chegando mesmo a explicitar esta preferência no próprio anúncio de oferta da vaga.

Mas o preconceito racial não era exclusividade campineira, como destacou o jornal em outra edição, quando repreende os barbeiros da cidade de Limeira por se recusarem a fazer a barba ou cabelo de clientes negros.

*Limeira, a bella flor da zona paulista, é sob todos os pontos de vista digna de admiração dos forasteiros, principalmente no que toca aos barbeiros que se primam em tornar conhecida áquella cidade, por terem d'vísa unica não fazer barba de qualquer cidadão brasileiro, na plena posse de seus direitos politicos e sociaes; que tenha por ventura a pelle pigmentada, isto é, que seja preto.*⁷¹

O jornal reconhecia, desse modo, existirem várias demonstrações de preconceito racial na sociedade na qual viviam, constatando a circulação de diferentes representações do negro que convergiam nos sentido de menosprezá-lo em comparação com os brancos. Mas, novamente, alguns artigos depositavam no próprio negro a responsabilidade pela existência de tais situações, acusando-o de se manter em silêncio, quando devia se levantar como mais uma voz de protesto.

*Mas, infelizmente, os nossos irmãos em côr descuram criminosamente destas coisas pois conhecem melhor a história pugilística de um Harry Willis, nos Estados Unidos, ou a situação detalhada de um campeonato varzeano na capital, do que as necessidades prementes da nossa defeza racial!*⁷²

⁷⁰ Nas entrevistas realizadas no projeto *Da “Bastilha Negra” à proletarização: bairro, identidade e memória de espaços negros de Campinas*, constatei que das cinco entrevistadas, quatro trabalharam quando mais jovens, duas como empregadas domésticas, uma como babá em tempo integral e outra como passageira em uma loja. Ou seja, três delas atuavam em serviços ligados às tarefas domésticas.

⁷¹ *Getulino*, nº 16 (11/11/1923), p.01.

⁷² *Getulino*, nº 53 (21/09/1924), p.01.

Neste trecho acima, Benedito Florêncio responde à carta de um leitor que reclamava não conseguir um emprego na capital por ser negro. O articulista questiona justamente a morosidade da população negra em reagir a esses atos preconceituosos, mais preocupada com temas classificados por ele como fúteis que com sua própria inserção social. Seguindo uma tendência comum ao longo de todo o jornal, Florêncio e outros articulistas do *Getulino* imputavam ao negro a resolução de seus próprios problemas relativos à sua constituição “racial”. Homens e mulheres brancas agiam de forma preconceituosa, o jornal reconhecia isso, mas exigia de homens e mulheres negras um esforço pessoal para pôr fim a essas manifestações racistas, buscando dentro de si os elementos para isso: educação, conscientização, auto-valorização, etc.

Com esse reconhecimento do preconceito racial em vários artigos do jornal, conviveu de forma contraditória uma imagem, ainda que relativizada, do Brasil como paraíso racial. Essa representação, também comum no discurso abolicionista do século XIX, ganhava força na projeção de outra, simetricamente oposta: a dos Estados Unidos como o inferno racial.

Sem o inferno não há o paraíso: representações sobre os EUA

Segundo Celia Azevedo, duas representações totalmente opostas emergiram no interior do discurso abolicionista brasileiro e americano⁷³. Em ambos, o Brasil era representado como o território livre do ódio racial e harmônico na convivência entre as “raças”. Já os Estados Unidos assumiam uma imagem contrária, marcada pelo conflito racial declarado, perseguições e oposição insuperável entre “raças” diferentes. Nasceram assim as representações do Brasil como o paraíso racial e dos Estados Unidos como o inferno racial já em meados do século XIX.

Na difusão desta representação do Brasil foram determinantes os relatos de viajantes, no século XIX, impressionados com as particularidades da escravidão brasileira, para eles menos severa

⁷³ Celia Azevedo, *Abolicionismo...*, pp.153-154. David Hellwig também trabalhou com a construção da representação do Brasil como o paraíso racial em *African-American reflections on Brazil's racial paradise* (Filadélfia, Temple University Press, 1992).

e mais humana se comparada ao regime praticado na Europa ou nos Estados Unidos⁷⁴. Do mesmo modo, abolicionistas brasileiros, como André Rebouças, também viajaram para os Estados Unidos e coletaram impressões próprias do racismo americano, reforçando essas representações⁷⁵. A partir daí, o próprio movimento abolicionista de cada país cuidou de sedimentar essas imagens contrastantes de acordo com seus objetivos na luta pelo fim da escravidão. Com a emancipação de 1888 e o fim do abolicionismo, tais representações sobreviveram no Brasil uma vez que foram assimiladas no interior da ideologia do branqueamento, como estratégia para alcançar a chamada harmonia racial.

Em muitos artigos que discutem o papel do negro na civilização brasileira e abordam o tema das relações entre ele e os brancos, os Estados Unidos são utilizados como exemplo para firmar aquilo que o Brasil não era. Mas para compreender a imagem exata construída pelo *Getulino* a respeito dos “irmãos do norte” é válido analisar a reação dos articulistas do jornal diante da possibilidade de uma emigração negra dos Estados Unidos para o país em 1921.

Segundo Jair de S. Ramos, o governo brasileiro tentou, através de propaganda, atrair colonos americanos para o país em 1921⁷⁶. A imagem de paraíso racial, veiculada pelo governo em território americano, teria sido imediatamente consumida por periódicos da imprensa negra daquele país, como o *Chicago Defender*, que passaram a estimular seus leitores a estudar a hipótese de se transferirem para o Brasil. Membros desse jornal, em associação com empresários negros nos Estados Unidos, fundaram a *Brazilian American Colonization Syndicate* (BACS) com o objetivo declarado de adquirir terras no Brasil e levar americanos negros a se tornarem agricultores no estado de Mato Grosso. Na época, o governador do estado, alertado dessa possibilidade, vetou o projeto da BACS e evitou sua concretização. Preocupados com o assunto, dois deputados, Cincinato Braga (SP) e Andrade Bezerra (PE) apresentaram um projeto de lei no Congresso brasileiro que, se

⁷⁴ *Ibid.*; pp.154-159.

⁷⁵ *Ibid.*; p.162.

⁷⁶ Jair de S. Ramos, “Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920”. In: Marcos Choir Maio (org.), *Raça, Ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, FioCruz, 1996. p. 63.

aprovado, impediria a imigração de negros de qualquer procedência para o Brasil⁷⁷. O projeto foi duramente criticado por vários deputados à época, tendo sido abandonado em uma das comissões internas do Congresso.

Em 1923, outro deputado, Fidélis Reis (MG) retomou tal idéia apresentando novo projeto, buscando com ele restringir tanto a entrada de imigrantes negros quanto orientais, através do estabelecimento de cotas proporcionais, estimulando apenas a entrada de mais europeus no país⁷⁸. A apresentação desse novo projeto suscitou ainda mais protestos que em 1921, levando a intensos debates nos jornais da imprensa de todo o país, além do próprio *Getulino*.

A Imigração negra norte-americana, prejudica a solução do problema negro brasileiro e ameaça a harmonia da raça e a paz da nação.(...)

Apoiamos francamente attitude patriotica assumida pelo governo ante a grave ameaça da imigração negra (...)

Nós, os pretos brasileiros não repellimos os nossos irmãos norte-americanos, não sermos alheios á sua sorte e acompanhamos com maximo interesse e maior carinho, todos os acontecimentos sociaes de nosso povo lá dentro dessa babylonica Republica.

A vinda dos negros norte-americanos será o golpe de morte para aquella obra mathematica, do desaparecimento gradativo da raça negra do Brasil.(...)⁷⁹

Neste trecho do artigo escrito por Benedito Florêncio — o mesmo jornalista que antes destacara o preconceito racial no Brasil — vários pontos chamam a atenção. Inicialmente, fica claro o apoio dado por ele à iniciativa das autoridades brasileiras de impedir a imigração de americanos negros para o país. Em seguida, ele buscou justificar sua posição apresentando duas justificativas: a introdução do ódio racial no país e a ameaça que tal injeção de sangue negro representaria no processo de branqueamento da população. É interessante observar que Florêncio defendia a mesma tese de importantes teóricos brasileiros das “raças”, tomando como benéfica a miscigenação em

⁷⁷ *Ibid.*; p.65.

⁷⁸ Tiago de Melo Gomes, “Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 02, 2003, pp.307-301.

⁷⁹ *Getulino*, nº 09 (23/09/1923), p.02.

virtude da possibilidade desta em homogeneizar a população e desaparecer com o negro. Mas sua opinião, nesse sentido, não representou a orientação geral do jornal, como já vimos neste mesmo capítulo. Além dessa justificativa, era perceptível no texto de Florêncio a imagem do Brasil como paraíso racial, ao se referir à harmonia racial e à paz da nação, e considerando o negro estrangeiro como portador do ódio racial contra o branco. Isto fica ainda mais evidente em outro artigo do mesmo autor.

Quem testemunha essa harmonia, quasi essa confusão de raças e cores, essa completa confraternização de brancos e pretos nas ruas, nos theatros, nos hotéis, nos bailes, e nos vehiculos; (...) quem encontra nos grandes collegios e estabelecimentos de ensino official professors e cathedricos pretos lecionando brancos, tem a natural impressão de estar num paiz de direitos e conquistas excepcionaes, onde não existe preconceito de cor nem distincção de raças.

Aqui, felismente, o ódio contra o negro não assume proporções tão bárbaras, pois não somos queimados vivos em fogueiras publicas, nem lynchados pelas multidões sedentas de vingança.⁸⁰

Apesar de reconhecer, ao final do artigo que o preconceito racial no Brasil era uma realidade, Florêncio, antes de o fazê-lo, esboçou a representação do paraíso racial ao reconhecer a “confusão de raças e cores, essa completa confraternização de brancos e pretos”. Do mesmo modo, constrói a imagem do terror racial americano, dando ao leitor a noção de que todo americano branco linchava e queimava seus vizinhos negros. Florêncio reconhecia a existência das “raças” distintas e do preconceito no Brasil, mas, assim como os antigos abolicionistas, acreditava em um Brasil ainda bem mais aprazível para o negro do que os Estados Unidos.

O posicionamento de Florêncio combina, sobremaneira, com a opinião expressada por grande número de intelectuais e jornalistas brasileiros da época. Como comprovou Tiago de Melo Gomes, os argumentos que, repetidamente, apareciam nos jornais da grande imprensa para aprovar a iniciativa de Fidélis Reis iam sempre no sentido da preservação do caldeamento brasileiro e da

⁸⁰ *Getulino*, nº 13 (21/10/1923), p.03.

manutenção da harmonia existente entre as “raças”, como nesta matéria publicada em um jornal carioca:

Mas porque não cultivamos preconceitos não se deve concluir que possamos aceitar uma imigração condenável no ponto de vista eugênico, e perigosa, pelo menos, do ponto de vista social e econômico.

Mais ou menos instruídos, com uma longa tradição de ódios, os negros norte-americanos viriam trazer para o nosso meio uma divisão de raças que não conhecemos, além de perturbar profundamente o lento processo de caldeamento e depuração que cumprimos há quatro séculos.⁸¹

A semelhança dos argumentos entre o texto de Florêncio e do jornal carioca são inegáveis, pois que tocavam nos mesmos assuntos, tão em voga na época. Por um lado, tomava-se a questão racial como um problema já encaminhado para sua solução com o processo de branqueamento pelo qual o país estaria passando. O caldeamento não seria apenas retórico, mas como Florêncio afirmou, seria uma obra “matemática”, precisa e real, cujos resultados já estariam sendo notados. Por outro lado, os dois textos ressaltavam a suposta ausência de ódio racial como um fator de orgulho nacional, uma verdadeira bandeira a ser preservada contra qualquer ataque que viesse a ser feito.

Em que pese os demais colaboradores do *Getulino* não concordarem na íntegra com a opinião de Florêncio sobre os resultados do branqueamento, eles também embutiam em seus artigos as mesmas representações sobre o Brasil e os Estados Unidos, como no caso de Afonso Celso.

Infelizmente, persiste nos Estados Unidos forte e injusta corrente contra a raça negra.

O modo como a tratam, e que a tradição bem como os costumes consagraram, mostra que um paiz pode ser perfeitamente democrático, e, ao mesmo tempo, acessível aos preconceitos de côr. (...)

⁸¹ Citado em Tiago de Melo Gomes, “Problemas no paraíso...”, pp.315-316.

*Mal hajam, portanto, os estrangeiros que, além da sizania religiosa, pretendem inculcar na comunidade brasileira retrógrados, odiosíssimos preconceitos de raça.*⁸²

Além da imagem de ódio racial novamente associada aos Estados Unidos, persiste também a concepção de que a imigração de americanos negros apenas importaria o conflito racial para o país. É interessante perceber a tentativa dos autores do *Getulino* de não envolver a recusa a essa onda imigratória com uma justificativa racial — com exceção feita a Benedito Florêncio. Para eles o problema estava na previsão da incapacidade do americano negro em se integrar à sociedade e cultura brasileiras, bem como na aversão que traziam consigo pelo elemento branco. Nesse sentido, a construção da imagem do Brasil como um paraíso racial ganha especial funcionalidade, justificando essa rejeição aos “irmãos do norte”.

Fomos sempre, intransigentemente, contrários á entrada dos negros norte-americanos no Brasil, isso porque não era um individuo que buscava agasalho em nossa Pátria, mas um bando de homens que pretendia invadir a nossa terra, trazendo além da diferença de costumes, de hábitos, de tradições e de língua, o odio indomavel á raça branca existente nos negros «yankees». (...)

*Mas, porque o negro norte-americano não nos convenha como elemento de colonisação, não deveríamos levar a medida ao ponto radical de vedar a entrada no território nacional do negro de qualquer procedencia.*⁸³

*Oxalá que esse estado de coisas melhore, ou fique como está; não se realizando o que dizíamos, quando no começo d'aquela questão [a imigração de negros norte-americanos para o Brasil], demonstramos os perigos a que nos expunhamos si o Brasil se abarrotar de irmãos nossos na verdade, mas de costumes, sentimentos e religião diversos.*⁸⁴

Nessas duas citações, fica evidente de que não se tratava de rejeitar o negro em si, mantendo-se a aparência de solidariedade racial entre negros brasileiros e americanos, mas de

⁸² *Getulino*, nº 07 (09/09/1923), p.01.

⁸³ *Getulino*, nº 31 (24/02/1924), p.01.

⁸⁴ *Getulino*, nº 04 (19/08/1923), p.01. (colchetes meus)

recusar a introdução de indivíduos que não conseguiriam se integrar visto sua cultura distinta. Esse argumento também se mostrava coerente com o discurso do branqueamento, uma vez que se pressupunha nas propostas de atração de imigrantes europeus que eles seriam facilmente assimilados na população nacional, deixando de lado seus antigos costumes, para adotar aquilo que os defensores da miscigenação entendessem como cultura brasileira.

A única crítica mais incisiva encontrada no *Getulino* à proposta do deputado Fidélis Reis, partiu de Evaristo de Moraes. Este jornalista, adepto intransigente da miscigenação e das teorias colocadas por Silvio Romero, condenava a justificativa dada pelo deputado para a aprovação do seu projeto de lei, pois ela fazia referência a padrões estéticos.

Todos nós estamos convencidos de que mais negros no Brasil, seria augmentar o infortunio da raça infeliz.

Mas, o que nos fére a alma, como ferro em brasa, é incontestavelmente, a forma porque certo parlamentar justificou o seu projecto (...)

Não o move pelo visto, somente o temor do augmento dos degenerados — quaes, no seu entender, são todos os mestiços; não se arroga elle, apenas, de desandar o Brasil com a nova entrada de gente inferior; afflige-o, também, sua angustia de artista, amante do Bello⁸⁵.

Acredito que Moraes tenha cometido um pequeno deslize aqui. Como vimos em tópicos anteriores, ele era adepto das teorias de Silvio Romero, porém não aceitava as hipóteses traçadas por alguns pensadores (inclusive o próprio Romero) que previam o desaparecimento do negro com o sucesso do branqueamento. Contudo, observe-se que ao reiterar sua opinião logo na abertura da citação, ele não indica que o problema seriam os americanos negros, o que faria eco com a maioria dos articulistas. Afirmando simplesmente que “mais negros” seriam um problema, Moraes se aproxima da opinião de Benedito Florêncio, segundo a qual, o problema não se trata apenas de ódio racial, mas da injeção de mais sangue negro em um país que lutava por diluí-lo em sangue europeu.

⁸⁵ *Getulino*, nº 25 (13/01/1924), p.01.

Na verdade, Moraes rebate a acusação feita por outros articulistas e mesmo pela grande imprensa de que o americano negro traria o ódio racial para o Brasil, como demonstrado na citação abaixo.

Pedir aos representantes da raça negra, nos Estados Unidos, gentilezas e carinhos para com os brancos; tentar dissipar, as suas almas doloridas, o agravo das afrontas sofridas, equivaleria a exigir, delles, uma paciência evangelica, incompativel com a natureza humana; a pretender transformal-os em criaturas sobrenaturaes, de uma bondade infinita.(...)

Lá, quem provoca a luta é o que se julga, até agora, mais forte, aqui, o mais forte, a maioria nacional, innegavelmente composta de mestiços se não imbuída de preconceito racial, não dará motivos para a repulsa, nem para a má vontade dos adventicios.⁸⁶

Pelo exposto, ele colocava como razão do ódio racial observado nos Estados Unidos, a intensa campanha movida pelo branco contra o negro, reproduzindo em seu artigo a representação do inferno racial. No Brasil, o paraíso racial, povoado por uma população “inegavelmente” mestiça e livre do preconceito, os americanos negros seriam recebidos de braços abertos — o que não vem a ser o caso, como Moraes esclareceu no começo desse mesmo artigo — e não teriam nenhuma razão para entrar em conflito com os nacionais. Essa justificativa apresentada por ele para explicar o ódio tão alardeado dos negros nos Estados Unidos contra os brancos, permite aventar que ele concordasse com Florêncio em relação aos problemas de trazer mais negros para o Brasil, independentemente de onde viessem. Pelos artigos escritos por ele e pelas pequenas contradições nas opiniões que expressava, Moraes parecia ainda confuso em relação ao papel da miscigenação e da posição do negro nesse processo. Ele recorria ao próprio Romero para afirmar a beleza da mulher mestiça e condenar o gosto discutível do deputado Fidélis Reis, adepto do padrão helênico de beleza, além de condenar aqueles que diziam ser o negro inferior. Porém, ao dizer que “mais negros” seria ruim para o Brasil, Moraes acaba por dar razão àqueles que viam no negro a degeneração e derrota.

Nos três tópicos analisados até aqui, percebe-se um diálogo constante entre o *Getulino* e as inúmeras representações legadas pelo discurso abolicionista ou pelo discurso cientificista. Ao

⁸⁶ *Ibid.*; p.01.

absorverem tais discursos, os redatores e articulistas procuraram entendê-los de acordo com as suas necessidades, rejeitando ou mesmo tolerando determinados aspectos — como a hipótese do desaparecimento do negro com o branqueamento — e reproduzindo outros — o paraíso e o inferno racial. Do mesmo modo, seu posicionamento em relação a alguns aspectos das doutrinas racistas da época, demonstra que esse terreno ainda lhes era pantanoso. Inseridos em uma sociedade que respirava diariamente conceitos como “raça” e “branqueamento”, tentaram defender o negro a partir das regras do mesmo discurso que o inferiorizava e rejeitava. Ao mesmo tempo, sentiam-se brasileiros, portanto, deviam pensar nas melhores escolhas para o país, debate que também era envolvido pela temática racial. Numa negociação cultural tensa, os redatores e articulistas conciliaram uma representação que possuíam do negro — atávico, atrasado, porém importante para a nação e capaz de se regenerar — com outra sobre ser brasileiro — nação mestiça, isenta de preconceito. É a partir dessa premissa que se pode compreender a sua rejeição à imigração negra: a identidade nacional se manifestando para a proteção do projeto nacional de branqueamento. No entanto, devemos perceber o quanto essa identidade nacional se funde à identidade étnica, pois que o branqueamento assume, para os membros do *Getulino*, o próprio *status* de integração e valorização do negro na formação da nacionalidade. Com isso, acredito ser possível visualizar não a reprodução de identidades dadas pelo meio social, mas a construção das mesmas (étnica e nacional) numa negociação tensa com as representações em constante circulação e “re-interpretação” na sociedade.

O outro racial: representações sobre o mestiço

Nos tópicos anteriores, discutimos as formas pelas quais o conceito de “raça” estava presente no *Getulino*, constatando a emergência de um discurso que reviu o papel do negro na sociedade brasileira, considerado então como elemento necessário na amálgama que constituiria o povo brasileiro. A tese do branqueamento consolidava-se a partir da segunda década do século XX e o mestiço, até então tomado como um indivíduo degenerado na obra de Nina Rodrigues, ganha o status de solução imediata para o “problema racial” brasileiro. A partir desse debate, torna-se

interessante identificar e compreender a forma como o mestiço ganha espaço no *Getulino*, estabelecendo algum tipo de relação com o negro.

É importante, de início, explicar os termos usados no jornal para se referir ao mestiço. O jornal identifica duas categorias de mestiço: “mulato” e o “caboclo”. O primeiro se refere ao filho da união amorosa entre branco e negro, enquanto o segundo ao filho de branco e índio⁸⁷. Essas duas denominações são emprestadas da linguagem corrente na imprensa e sociedade da época e, no caso de “mulato”, tomada pelos jornalistas sem a percepção crítica de sua etimologia⁸⁸. Na história brasileira anterior à valorização da miscigenação, o “mulato” era concebido como uma aberração, um indivíduo degenerado, ainda que fosse visto num patamar superior se comparado ao negro⁸⁹.

Em artigo intitulado “A ascensão dos mulatos...”, Evaristo de Moraes profere uma seqüência de elogios aos “mulatos” brasileiros, identificando na nossa história uma série de nomes importantes, como os irmãos Rebouças, por exemplo⁹⁰. Todos eles teriam se destacado graças aos seus próprios talentos e aptidão, vencendo os preconceitos que sobre eles pesavam. Porém, é interessante observar as duas citações que usa, uma de Silvio Romero e outra de Delgado de Carvalho, para dar maior força a seus argumentos favoráveis aos mulatos.

⁸⁷ Essa classificação em mulato e caboclo é explicitada no artigo escrito por Evaristo de Moraes sobre a ascensão dos mulatos. *Getulino*, nº 12 (13/10/1923), p.03.

⁸⁸ O termo mulato era usado no idioma espanhol, no século XVI como diminutivo de mula, animal estéril descendente do intercurso sexual entre o cavalo e o jumento, duas espécies diferentes. Ao ser transposta para o português, a palavra passou a designar os mestiços de brancos e índios, e negros e índios. A partir do século XVII, “mulato” passou a ser utilizada apenas para os mestiços de negros e brancos, como constatado nas poesias de Gregório de Matos e nos decretos régios sobre proibição de negros e mulatos de portarem armas. A partir do século XIX, com a emergência das teses poligenistas sobre as diferentes espécies humanas, a palavra chegou a ser usada para comparações entre a esterilidade da mula e a suposta degeneração do mestiço. Schwarcz identificou tal uso na obra do antropólogo francês Paul Broca. Conferir em Schwarcz, *O espetáculo das raças...*, p. 54.

⁸⁹ Skidmore, *Preto no Branco...*, p. 71.

⁹⁰ A família Rebouças tinha por patriarca o Conselheiro Antônio Pereira Rebouças, filho de um casamento entre um português e uma liberta. Após se casar teve os filhos Antônio e André, destacados engenheiros que obtiveram acesso à corte de D. Pedro II e trabalharam a serviço do Império brasileiro. Em jornais da imprensa negra e, também, em análises feitas por teóricos da miscigenação, eles sempre são citados ora como exemplo de degeneração (Nina Rodrigues apontava que um dos irmãos falecera louco e o outro se suicidara), ora como registros positivos da mistura racial. Conferir Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

“O cruzamento trouxe mais doçura aos costumes e produziu o mestiço, “que constitue a massa da nossa população, e, em certo gráo, a beleza da nossa raça.

Ainda hoje os mais lindos typos de nossas mulheres são essas moças ageis, fortes, vividas, de tez de um doce amorenado, de olhos negros, cabellos bastos e pretos, sadias, jovens em cujas veias circulam, por certo já bem diluídos, muitas gottas de sangue africano” (Silvio Romero)

O mestiço que resulta do cruzamento do branco com o negro tem tendencia a afastar-se do typo africano.

É neste cruzamento que se revelam os typos de maior beleza, com formas graciosas e bem proporcionadas. (Delgado de Carvalho)⁹¹

Os dois trechos se dedicam a elogiar a beleza dos mestiços, no caso do jornal, a beleza dos “mulatos”. Ambos colocavam ressalvas à influência do sangue negro sobre o resultado final da miscigenação, aspecto pelo qual se justificava a beleza do “tipo” nacional. Como advertia Romero, havia muitas gotas de sangue negro nas veias do mulato, porém “já bem diluídas”. E Carvalho também não se furtava a observar que no “cruzamento” entre o branco e o negro, o mestiço tende a “afastar-se do typo africano”, talvez por isso se revelavam aí os tipos de maior beleza. O silêncio absoluto de Moraes acerca dessas observações, mesmo depois de ter condenado Fidélis Reis por este dar preferência à “beleza ariana”, alinhava-se à sua crença sincera nos efeitos do projeto de branqueamento. Tanto Moraes quanto os teóricos das “raças”, defensores da miscigenação, concordavam com a premissa, elaborada em sua época, de que o problema brasileiro era a sua imensa população negra. A miscigenação, como já foi dito, visava justamente o branqueamento da população, ou seja, eliminar gradualmente os traços de ascendência africana. Contudo, os objetivos desse processo não visavam apenas uma correção estética que se aproximasse da representação de beleza da elite branca. De acordo com as representações feitas sobre o mestiço e sua associação com a formação de uma “raça tipicamente brasileira” ou, como dito em uma das citações do próprio jornal, um “*quid* distinto e próprio”, tratava-se de aglutinar em um mesmo indivíduo as melhores

⁹¹ *Getulino*, nº 12 (13/10/1923), p.03.

qualidades do branco e do negro⁹². Desse modo, a maior semelhança do mestiço com o branco, como propunham Romero e Carvalho, não incomodava Evaristo de Moraes, pois a contribuição do negro já estava dada, tendo deixado de ser um problema, para se tornar ingrediente benéfico dessa “mistura racial” chamada por ele de “mulato”. Adepto das obras de Romero, Moraes provavelmente se satisfazia com a afirmação feita por ele de que o negro era um “agente robusto, civilizador, que ajudara a nova raça a adaptar-se ao clima tropical”⁹³.

Elevado pelo jornal e pelos teóricos da miscigenação à condição de representante máximo da nacionalidade brasileira pelo modo como o *Getulino* aceita a tese do branqueamento, ao “mulato” eram direcionados elogios e consideração, pois que representava a superação das desigualdades raciais no Brasil e a consolidação do paraíso racial. Tal concepção sobre a miscigenação, expressa pelo jornal na década de 1920, é bastante semelhante às teses defendidas por Gilberto Freyre na década seguinte. Em *Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mocambos*, Freyre procurou definir a contribuição das três “raças” na formação da população brasileira, considerando-as igualmente importantes nesse processo, representadas pelo índio, o branco e o negro⁹⁴. Segundo ele, a miscigenação empreendida por essas três “raças” teria sido fundamental para a harmonização das relações raciais no Brasil, provendo-nos do mestiço, elemento capaz de amenizar as diferenças culturais, e também sociais, entre a “casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala”⁹⁵. Essa visão positiva da miscigenação circulava pelos meios intelectuais da década de 1920 antes mesmo do *Getulino* vir a público, motivo pelo qual podemos supor que o jornal e Freyre, antes de serem originais, apenas seguiram o fluxo natural dos debates da época⁹⁶. Porém, a representação

⁹² Skidmore, *Preto no Branco...*, p. 81-86.

⁹³ Citado em Skidmore, *Preto no Branco...*, p. 51.

⁹⁴ Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Record, 1994 (1ª. edição: 1933); Gilberto Freyre, *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro, Record, 1990 (1ª. edição: 1936).

⁹⁵ *Ibid.*; p.50 (prefácio).

⁹⁶ Além de outros nomes já citados, como Silvio Romero e Edgar Roquete-Pinto, também é necessário lembrar das obras de Manoel Bonfim, especialmente de seu livro *A América Latina: males de origem*. Nele, este autor defende a miscigenação como um processo benéfico a todos os povos, contestando as teses que imputavam a negros e índios uma contribuição nefasta por serem, supostamente, inferiores aos brancos. Bonfim reconhecia no negro vícios herdados do período escravista e defendia a educação como instrumento para a superação destes, neste ponto se aproximando bastante dos mesmos argumentos defendidos pelo *Getulino*. Porém, seu nome é citado somente uma única vez em um texto de Evaristo de Moraes. Esse detalhe, somado à posição do jornal favorável à idéia de branqueamento e as citações constantes do nome de Silvio Romero, fazem-me crer que sua influência direta sobre os jornalistas deste periódico foi

do mestiço como agente atenuador dos conflitos entre brancos e negros, sem que se postulasse o futuro desaparecimento deste, aparece de forma pioneira no *Getulino* e, depois, ganha notoriedade com a divulgação da obra de Freyre.

O fato de o *Getulino* construir tal representação sobre o mestiço não significava a aceitação, por parte deste, dessa identidade híbrida (fusão do branco e do negro). Analisando alguns artigos do jornal, notei existir uma resistência daqueles que se viam como mestiços em se aproximar do negro, pois em uma sociedade que valorizava amplamente o indivíduo branco em detrimento daqueles que possuíam a pele pigmentada, boa parte daqueles reconhecidos como “mulatos” vislumbrava na possibilidade de serem confundidos com o branco uma estratégia possível para sua aceitação por este último. Como complemento a essa estratégia surgia também a recusa de qualquer ascendência africana, ponto de partida para conflitos com o indivíduo negro, além da indiferença diante de manifestações racistas.

Somos tão malquistos que ha occasiões que como intuito de nos insultar, os outros negros nos chamam também de negros!!...

Quanto não, é o próprio mulato que se revolta contra nós taxando-nos de pretos!!...⁹⁷

Ha quasi 20 annos existiu mesmo em Campinas uma sociedade dansante composta somente de mulatos e que não admittia pretos como socios nem como convidados, mas apenas elles e... os brancos.⁹⁸

Tais citações não deixam dúvida quanto à existência de conflitos entre pessoas que se assumiam como negros e mestiços em Campinas na época em que o *Getulino* era publicado. Elas demonstram claramente a recusa por parte de muitos mestiços em se identificarem com uma ancestralidade africana. Ao buscarem um relacionamento mais próximo com o branco e se recusarem a aceitar o negro em seu meio, estes “mulatos” chegavam a interpretar o negro como seu “outro”, ou

bastante pequena. Para compreender as teses de Manoel Bonfim, ver *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro, Garnier, 1905.

⁹⁷ *Getulino*, nº 31 (24/02/1924), p.02.

⁹⁸ *Getulino*, nº 59 (02/11/1924), p.02.

seja, a representação daquilo que não seriam e, por isso, as palavras “preto” ou “negro” se tornavam ofensivas. Utilizadas normalmente pelos articulistas do *Getulino* como forma de identificação, tais palavras assumiam imediata conotação negativa ao serem proferidas pelo mestiço. Isto porque ao defender a miscigenação, estes articulistas obrigatoriamente colocavam o “mulato” um degrau acima do negro, porém sob a condição de se afirmar a presença do sangue africano nele. Recusando sua ligação com o negro, o mestiço subvertia os motivos pelos quais os jornalistas do *Getulino* aceitavam a tese do branqueamento como positiva, ao mesmo tempo em que se alinhava às propostas originais desse processo, ou seja, eliminar gradualmente de seu corpo os resquícios da estética e do “sangue” negro. Ao fazer essa opção, o “mulato” se transformava, na visão dos jornalistas, no “outro”, concorrente direto em termos de mobilidade social, pois que se opunha ao negro e passava a agir como o branco.

Não há muitas referências no jornal à figura do caboclo, o mestiço de branco e índio, porém, um conto escrito pelo articulista Theophilo F. Camargo permite compreender a forma como as relações entre negros e caboclos podem ter sido captadas pela memória daqueles que viveram a década de 1924.

O conto trata de um desafio feito por um caboclo de nome nhô Juca a um negro chamado Romualdo. O primeiro convidara este último para uma visita a seu sítio, onde eles determinariam qual dos dois seria o mais astuto a partir da composição de pequenas trovas cantadas ao violão. Já no início do conto, as caracterizações dos dois personagens permitem visualizar os respectivos estereótipos.

*Alto, musculatura rija, ligeiro como gato, astucioso, como raposa, **cantadô** invencível e batuqueiro incomparável era o Romualdo, preto conhecido em toda a zona.*

Não era valente, mas sim, capaz de tudo dado a sua rusticidade e o seu physico exageradamente forte (...)

Caboclo redondamente fallando é o typo do qual trata Monteiro Lobato no seu «Urupês».

*É o insuportavel jeca que se não adapta a cousa nenhuma, que nem sabe para onde vae, a sua morada, como affirma com verdade absoluta, é uma **pineia**.*

*O caboclo contenta-se regaladamente com doze palmos de parede por dezóto de cumieira, uma sala aonde possa acender um foguinho nos dias de inverno e accomodar a prole rachitica e emphesada (...)*⁹⁹

Romualdo, o negro, era destacado pela sua rusticidade e força bruta, atributos comuns na representação do negro quando lembrado como a mão-de-obra no período colonial, sendo o “braço” necessário para erguer os engenhos e roçar a cana¹⁰⁰. Mas se acena com a possibilidade de reabilitação do negro, vítima do passado escravista, através da educação:

*Um dia alguém scismou de educar um [negro], prompto! Foi o mesmo que lançar gazolina á fogueira. Pintou a manta o diabo do preto. Batalhou, fallou, escreveu e quando senão quando alvora o pavilhão da liberdade em plena praça publica... E é o que se vê. Um pouquinho de leitura que se lhe empurra na cabeça, o **cafuzo** desanda e não há quem possa com elle*¹⁰¹.

Apesar de falar em cafuzo, que seria a amálgama do índio com o negro, o autor do conto está se referindo ao indivíduo negro. Projeta-se aqui novamente a concepção presente nos demais artigos sobre a possibilidade do negro superar os vícios que lhe eram imputados.

Já a representação do caboclo seguia exatamente as linhas sugeridas pelo literato paulista Monteiro Lobato, como o próprio autor do conto revelava. Em seu livro *Urupês*, Lobato pintava o caboclo como um ignorante, tomado pela letargia e superstição, incapaz de erguer uma casa decente, cultivar seus alimentos e armazenar a pobre colheita, exatamente da forma como o conto do jornal também o retrata¹⁰². Segundo nos indica Skidmore, tal representação ganhou notoriedade após Rui Barbosa utilizar-se do personagem Jeca-Tatu, criado por Lobato para representar o caboclo, em sua campanha presidencial¹⁰³. Na interpretação deste literato, o grande problema brasileiro era sua matéria-prima racial, constituída de elementos inferiores, incapazes de

⁹⁹ *Getulino*, nº 30 (17/02/1924), p.01.

¹⁰⁰ Representação semelhante pode ser encontrada na obra de Sílvio Romero, segundo afirmou Skidmore, *Preto no Branco...*, p. 51.

¹⁰¹ *Getulino*, nº 30 (17/02/1924), p.01. (colchetes meus)

¹⁰² Monteiro Lobato, *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

¹⁰³ Skidmore, *Preto no Branco...*, p.200.

legar qualquer benefício para a formação da nacionalidade brasileira, daí o Jeca ser tomado como indolente e incapaz.

Entretanto, Lobato alteraria sua visão sobre o caboclo brasileiro em um curtíssimo espaço de tempo. Com a reimpressão do relatório dos médicos Belisário Pena e Artur Neiva em 1918, a indolência do caboclo era revista e se afastava a justificativa racial para sua explicação. Na conclusão do relatório, os médicos atribuíam a morosidade e letargia do caboclo à sua alimentação e higiene precárias, levando-o a adquirir doenças que o impediam de trabalhar e produzir¹⁰⁴. Como apontaram Skidmore e Schwarcz, Lobato teria sido influenciado pelo relatório e recuado em sua interpretação do caboclo, reabilitando-o em obras como *A ressurreição do Jeca Tatu* e *O problema vital*¹⁰⁵. Afastando-se de uma justificativa racial, Lobato cobrava nesta nova fase, o esforço das autoridades no combate às moléstias que acometiam o Jeca, representado agora como um homem sadio, trabalhador e empreendedor depois de curado.

Ignorando essa revisão do próprio Lobato da imagem que fizera do caboclo, o conto do *Getulino* se mantinha fiel ao estereótipo criado no *Urupês*. Essa resistência em encontrar no caboclo algum tipo de esperança pode ser fruto da negativa em aceitar uma solução que prescindia do “sangue negro”, uma vez que o Jeca não o possuía. Talvez por isso, o autor do conto ainda mantenha certa condescendência pelo caboclo do Norte do país, mas não do sudeste, como demonstra a citação abaixo.

*Para o norte do Paiz, o caboclo apresenta um característico mais acceitavel, por mais acudir á denominação, pois é o verdadeiro mestiço, cruzamento já generalizado em sub-raça — sangue portuguez, negro e indigena.*¹⁰⁶

¹⁰⁴ *Ibid.*; pp.202-203.

¹⁰⁵ Lilia M. Schwarcz, *O espetáculo das raças...*, p.249; Thomas E. Skidmore, *Preto no Branco...*, p.200.

¹⁰⁶ *Getulino*, nº 30 (17/02/1924), p.01.

Sob a pena do articulista, negros e caboclos apareciam como inimigos mortais, trazendo desde o período escravista um ódio originado na disputa entre ambos pela sobrevivência em uma sociedade na qual eram desqualificados pelo branco.

*Antes era o negro que odiava o caboclo por vel-o feitor carniceiro e cruel. Agora, a cousa mudou e é elle quem o faz porque o diabo do **tição** lhe tirou a **occupaçãosinha**. São, afinal, cães e gatos irreconciliáveis.*¹⁰⁷

O uso de algumas palavras em negrito ao longo do conto indica, a meu ver, a tentativa do seu autor em se prender a um vocabulário popular próprio da época, tentando com isso transmitir certo ar de ironia. O tom de ensinamento moral que acompanha o desfecho do conto pode explicar melhor essa ironia, tentando praticamente transmitir ao leitor a sensação de que estava realmente ouvindo tanto o caboclo quanto o negro, estereotipados tal como já vimos.

Ao chegar à casa do caboclo, Romualdo senta-se próximo à fogueira e nhô Juca saca do violão para dar início ao embate. Na forma de versos cantados, assim o caboclo descreve o negro:

*O que fais eu vivê triste co'
éssa dor que me arrebatá
É de tê nascido feio co' éssa
cor que me martrata.
Catingando bode macho que
me trais atordoado
Criado no bacalhau e de cabelo
Ingruvinhado.*¹⁰⁸

As referências depreciativas são várias, desde a “cor que maltrata” até o cheiro de “bode macho”, tendo o autor preservado a linguagem que seria típica do caboclo. Ainda que tenha permanecido sorrindo, como se ignorasse o desrespeito de nhô Juca, Romualdo responde com outra modinha acusando o fato do caboclo ter sido capitão-do-mato durante o período colonial. Ambos se

¹⁰⁷ *Ibid.*; p.01.

¹⁰⁸ *Getulino*, nº 31 (24/02/1924), p.02.

entreolham com ódio, mas a filha de nhô Juca impede o enfrentamento, tendo Romualdo partido logo em seguida, maquinando em sua mente uma vingança. Após algumas semanas sem se encontrarem, o caboclo decide caçar tatus e deixa a filha de 16 anos, a esposa e um bebê de seis meses em casa, enquanto se embrenhava no meio da mata. Na ausência do caboclo, Romualdo reaparece, invade a casa deste, violentando a filha e a esposa do caboclo, assassinando-as logo em seguida. Nem mesmo o bebê seria salvo, tendo Romualdo o afogado no berço com uma das mamas cortadas da irmã morta, obstruindo a respiração do recém-nascido. Os detalhes acerca da crueldade e sadismo do crime com que o autor do conto pinta a cena levam o leitor a comparar Romualdo com uma fera irracional. Ao voltar para casa e encontrar toda a família morta, o caboclo enlouquecera, desaparecendo para sempre no meio da mata. Enquanto era julgado pelo crime, outros caboclos raptaram Romualdo do tribunal, amarrando-o a cavalos que o arrastaram pelas ruas, para depois linchá-lo e atar fogo em seu corpo.

Surpreende o final catastrófico do conto, com toda a irracionalidade e desejo de vingança que tomara conta dos dois contendores, o caboclo e o negro. Acredito que o autor do conto fê-lo com o intuito de despertar o choque nos leitores, fazê-los perceber a inutilidade da rivalidade entre caboclo e negro e os prejuízos derivados dela. Transformados em feras, ambos apareciam aqui como degenerados, incapazes de contribuir para a formação de um tipo nacional equilibrado e harmônico. É possível aventar, pensando nos demais temas abordados pelos artigos do jornal, que ao caracterizá-los da forma como fez, ainda sem terem tido acesso aos benefícios da educação e da moral, o autor quis transmitir a mensagem ao leitor de que índios, negros e brancos só encontrariam a redenção na fusão completa entre si, deixando de lado desavenças do passado e agindo mais com a razão que com o instinto.

Capítulo III

Um passado para todos: A memória da escravidão e seus heróis

A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas utilizações e manipulações (...) é um fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente.¹
Pierre Nora

Memória: o ponto de partida para um passado comum

A década de 1920 é classificada por muitos historiadores como o momento em que a modernidade, finalmente, transpôs as portas dos salões franceses para atravessar o Atlântico e vicejar em terras brasileiras². O historiador Nicolau Sevcenko analisa os efeitos do crescimento agudo da cidade de São Paulo nesse período, advento da chamada modernidade³. O cotidiano do residente urbano era então resignificado pelo barulho dos automóveis, pela fumaça das chaminés, pelas corridas atléticas, enfim, pela aceleração da vida diária. As antigas construções cediam espaço a novos prédios, o *footing* em torno das praças registrava agora o estranhamento diante de uma nova paisagem que se erguia. Esse crescimento frenético da metrópole paulistana não seria um fenômeno isolado, o capital proporcionado pelo café refinava os gostos e hábitos do paulista do interior, também afetado pelas transformações em curso.

¹ Edgar S. de Decca, "Memória e Cidadania". *Departamento do Patrimônio Histórico*, São Paulo, DPH, 1992, p.130.

² Como exemplos dessa perspectiva sobre a década de 1920, podemos citar, entre outros: Antônio Cândido, *Literatura e sociedade*. São Paulo, T.A. Queiroz/Publifolha, 2000; Helena C. Lorenzo (org.), *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. SP, UNESP, 1997; Nicolau Sevcenko, *Orfeu extático na Metrópole*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

³ Nicolau Sevcenko, *Orfeu extático na Metrópole*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

Enriquecida pelo café, Campinas figurava, no início do século, como a maior cidade do interior paulista. O crescimento da cidade entre os anos de 1918 e 1920 foi similar ao da capital (4,8%), e com as políticas de valorização do café adotadas pelo Estado, o fluxo de imigrantes para a cidade manteve taxas elevadas de crescimento populacional pelos anos seguintes⁴. Concentrando mais de 90 fábricas e mantendo a posição de maior centro produtor de café do estado, a cidade atraía grande volume de dinheiro. Carros, bondes elétricos, lojas de tecidos finos, apresentações teatrais e de acrobacias aéreas eram registrados na cidade. De forma bem mais tímida, contudo relevante, Campinas vivia um período de rápida transformação urbana⁵.

Ao mesmo tempo em que trouxe novas tecnologias, acelerando a vida cotidiana, a década de 1920 estimulou, no ambiente urbano, maior competição social. A concorrência e o individualismo, herdados do século XIX com a constituição de um pensamento liberal, fortaleceram-se como valores referenciais, segundo Sevcenko⁶. Todas essas mudanças contribuíram também para que o sentimento de afastamento em relação ao passado se acentuasse. A imagem da cidade antiga, com suas construções de estilo colonial e ritmada pelo trote dos cavalos cedia espaço à agitação dos canteiros de obras de novos prédios e ao barulho dos motores dos primeiros automóveis.

Não devemos ignorar os efeitos provocados pela rápida mudança do panorama urbano, entre eles, a alteração da maneira como seus habitantes apreendem a relação espaço-tempo. Proponho analisar essa nova situação estabelecendo um paralelo com as observações de Stuart Hall, sobre as formas através das quais a globalização atua sobre a constituição de identidades nos dias atuais. Para ele, as mudanças trazidas por esse fenômeno teriam “comprimido” o espaço-tempo, ou seja, as novas tecnologias teriam encurtado as distâncias,

⁴ Rosana Baeninger, *Espaço e Tempo em Campinas*. Campinas, CMU-UNICAMP, 1996, pp.35-36.

⁵ A área urbana da cidade cresceu, entre 1900 e 1929, cerca de 108%, com a proliferação de pequenos edifícios, estradas de ferro, iluminação elétrica e instalação de novas indústrias. Conferir Ulysses C. Semeghini, *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas, UNICAMP, 1991, pp.121-122

⁶ Sevcenko, *Orfeu extático na Metrópole*, p.43.

ligando territórios e culturas distantes no espaço e no tempo através de cabos telefônicos, imagens digitalizadas e redes comerciais⁷. Se pensarmos a noção de tempo nas últimas décadas do século XIX no interior paulista, quando aquele é vivenciado pelo ritmo das carroças e ainda muito orientado pelas atividades rurais, a expansão das linhas férreas pelo interior de São Paulo, bem como a construção e ligação das cidades por meio de estradas e cabos telefônicos pode ter tido efeito semelhante.

Uma vez que as identidades são localizadas no tempo e espaço simbólicos, ou seja, dependem da invenção de tradições e mitos fundantes para ter credibilidade, uma perspectiva não linear de tempo e de espaço — tal como as derivadas das mudanças trazidas pela modernidade no início do século ou pela globalização nos anos atuais — provocam o rompimento de seu aspecto unificado⁸.

Como o próprio Hall afirma, e outros autores concordam⁹, os sujeitos sentem a necessidade de encontrar para si uma identidade fixa, visível e demarcada, capaz de lhes garantir segurança, ainda que meramente ilusória. Mesclando motivação política — constituir uma comunidade negra unida —, com o impulso de retomar um passado que se distancia, os redatores do *Getulino* voltaram-se para a memória da escravidão. Eles sentiram que as experiências do passado, ligadas à escravidão e acontecimentos correlatos a ela, poderiam iluminar o presente, constituindo-se como uma “argamassa” na construção de uma identidade aparentemente unificada.

Através dela, experiências esquecidas em um tempo que se esfacelava lentamente poderiam, de algum modo, estabelecer uma linha entre passado e presente, criando estruturas de sentimento¹⁰ capazes de unir o grupo. Tal como definido por Edward Said, tais estruturas

⁷ Stuart Hall, *A questão da identidade cultural*. Campinas, IFCH-UNICAMP, col. textos didáticos n.º 18, 1995, p.52.

⁸ Hall, *A questão da identidade cultural*, p.54.

⁹ Pesquisadores como a historiadora Joan Scott, sociólogo Paul Gilroy e o filósofo Kwame Anthony Appiah também apontam essa perspectiva da busca por identidades aparentemente imutáveis e seguras por parte dos sujeitos sociais. Conferir Joan W. Scott, “The evidence of experience”, *Critical Inquiry*, vol.17, n. 04, pp. 773-797, 1991; e Paul Gilroy, *Against Race: imagining political culture beyond the color line*. Cambridge, Harvard University Press, 2000; e Kwame Anthony Appiah, *In my fathers house*. New York, Oxford University Press, 1993.

¹⁰ O conceito de “estruturas de sentimento” aparece primeiramente na obra de Raymond Williams, como citado por Edward Said em *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995, p.88. O mesmo conceito aparece em

responderiam por uma determinada forma de apreender o sofrimento, a dor e a lembrança das experiências de nossos antepassados, aproximando pessoas de forma a comporem um grupo. Ligados por uma aparente unidade cultural, os membros desse grupo se constituem como uma comunidade imaginada.

A memória social detém para si o efeito de ligar passado e presente de forma a confundí-los para aquele que relembra. Ao se voltar para suas lembranças do passado, o indivíduo o faz sob motivações do presente, mediado pelos demais eventos que separam esse passado do instante exato da rememoração. Pierre Nora afirmou, “a memória (...) é um fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente”¹¹. Bethânia Mariani confirma essa dimensão aparentemente “pluritemporal” da memória, valendo-se da premissa já defendida por Michel de Certeau de que a memória não se prende unicamente ao passado, mas se liga a tempos múltiplos¹². Mas qual seria o papel dessa memória?

Apoiando-se em Walter Benjamin, Olgária Mattos afirma que “identificar-se com o passado não é tão somente identificar-se com um cadáver insepulto, mas é sobretudo uma maneira de abordar os acontecimentos segundo a qual a consciência confere identidade, permanência e estabilidade aos acontecimentos do passado”¹³. Inevitavelmente, a memória alimenta a busca de grupos sociais por uma apreciada “origem”, um ponto de partida capaz de lhes dar a impressão de uma identidade estável e segura. Seu resgate permite aos membros desses grupos presenciarem um passado disperso e fugaz se transformar em algo vívido e empolgante, como se em suas veias ainda corresse o mesmo sangue de seus antepassados. É nessa relação com o vivido que o indivíduo constrói uma imagem de si mesmo e busca afirmar uma identidade unificada para si. Gilroy confirma essa perspectiva ao constatar que “o contar e recontar dessas histórias [sobre o passado comum dos escravos africanos] desempenha um

Paul Gilroy, que se vale dele para analisar as culturas daquilo que chama de Atlântico negro. Paul Gilroy, *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro, Editora 34, 2001, p.396.

¹¹ Decca. “Memória e Cidadania”, p.130.

¹² Citado em Bethânia Mariani, *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998, p.34.

¹³ Olgária Mattos, “Memória e História em Walter Benjamin”. In: *Departamento do Patrimônio Histórico*, São Paulo, DPH, 1992, p.152.

papel especial organizando socialmente a consciência do grupo 'racial' e afetando o importante equilíbrio entre atividade interna e externa — as diferentes práticas, cognitivas, habituais e performativas, necessárias para inventar, manter e renovar a identidade”¹⁴.

Edgar de Decca considera essa manipulação da memória social por grupos minoritários, na busca por consolidar identidades, uma das questões mais delicadas a ser discutida no interior da produção histórica. Segundo afirma, tal movimento daria origem a uma modalidade de memória que ele denomina de “memória histórica”, cuja síntese seria ser “nem memória, porque alheia à experiência do vivido, nem história, porque destituída de seu valor crítico com relação ao passado”¹⁵. Ao analisar a construção da revolução de 1930 como fato histórico, Decca nos dá maiores detalhes acerca do significado da memória histórica. Ela pode ser definida como o resultado da ação de um grupo social na tentativa de impor um determinado sentido a um acontecimento do passado, conferindo-lhe legitimidade em detrimento de outras interpretações¹⁶. A produção de sentidos na memória histórica, em primeira instância, não está ligada necessariamente à historiografia, mas pode ser confirmada e reproduzida por esta, como Decca constatou em relação à revolução de 1930.

A definição discutida acima pode nos dar a impressão de que a memória é passível de ser manipulada de forma totalmente consciente, além de confirmar a premissa de que existiria uma memória formada espontaneamente, capaz de se perpetuar ao longo dos tempos de forma pura. Devemos considerar que, na própria concepção desta memória, já havia formações discursivas capazes de negociar sentidos com as próprias experiências das pessoas. Esta memória “pura”, ou mesmo aquela que se acredita totalmente manipulável, também sofreu o efeito do jogo de poderes entre as instituições existentes antes e depois de sua afirmação.

¹⁴ Gilroy, *O Atlântico Negro*, p.370. (Colchetes meu)

¹⁵ Decca, “Memória e Cidadania”, p.133.

¹⁶ Decca, *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo, Brasiliense, 1997, p.16.

Decca ainda nos revela o papel excludente da memória histórica, responsável por definir os sentidos que devem ser “exorcizados” para sua completa consolidação¹⁷. Contudo é muito importante destacar que esse efeito — excluir outros sentidos — é comum também à memória social, formada espontaneamente a partir da disputa de sentidos entre os diferentes discursos que circulam no universo social¹⁸. Assim, qualquer que seja a modalidade de memória envolvida, ela sempre atua confirmando ou excluindo alguns sentidos, como verificamos na definição dada abaixo:

Entendemos por memória social (...) um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais.¹⁹

Tanto Decca quanto Mariani concordam quanto à idéia de que outros sentidos possíveis mantêm-se vivos, podendo inclusive permanecer como resíduos no interior do sentido predominante. Desse modo, podemos crer que na memória social estaria “garantido um efeito imaginário de continuidade entre as épocas, ou, em outras palavras, a manutenção de uma narrativa coerente para uma formação social em função da reprodução/projeção dos sentidos hegemônicos”²⁰.

O esquecimento é um efeito sempre presente no âmbito da memória. Para que um determinado sentido seja imposto, é necessário o esquecimento e, do mesmo modo, é através dele que outros sentidos dissonantes acabam por se formar. Apoiando-me em Foucault, acredito ser possível imaginar a sociedade moderna imersa num jogo de relação de forças, na

¹⁷ *Ibid.*; p.73.

¹⁸ Bethânia Mariani reforça essa impressão, constatando que toda modalidade de memória se comporta de forma semelhante ao que ela chama de “memória histórica oficial” no sentido de excluir sentidos outros produzidos sobre um mesmo acontecimento. Conferir Mariani, *O PCB e a imprensa*, p.35.

¹⁹ *Ibid.*; p.34.

²⁰ *Ibid.*; p.35.

qual a luta pela apoderação de sentidos se dá através da formação discursiva²¹. Nessa perspectiva, a atuação da memória em seu trabalho de preservar determinados sentidos, enquanto outros são esquecidos, é buscar eternizar uma determinada visão do passado.

Muitas vítimas, nenhum culpado

Através dos vários artigos que compõem o cenário da escravidão no jornal *Getulino*, constatei o esforço de seus colaboradores em contrapor uma imagem relativamente positiva do escravo a outra irremediavelmente negativa do regime escravista. Os contos, o folhetim semanal e os “estudos críticos” se fundem nesta tarefa que, fugindo à simples intencionalidade dos redatores, também se constitui através do diálogo com o discurso racial sedimentado entre o final do século XIX e início do XX no seio das instâncias acadêmicas e jornalísticas do Brasil²².

*Há uma aspiração que é inata ao ser humano: a liberdade. Para ser livre o homem expõe seu peito à bala; as nações se digladiam; as mães não hesitam em sacrificar seus filhos, porque todos preferem a morte à submissão.*²³

Parte de um artigo escrito por B. H. Ferreira, um dos colaboradores do *Getulino*, a passagem acima reproduz um discurso herdado do século XVIII, originalmente articulado pelos filósofos iluministas. O ser humano, entendido como um modelo universal, seria dotado de atributos naturais inerentes à sua experiência, dentre os quais figurava o desejo de liberdade. Lacerda Werneck, escrevendo em um número comemorativo do jornal, reforçou esse discurso humanizador:

²¹ Michel Foucault, *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996. Coleção Leituras Filosóficas, pp.08-13.

²² Para uma compreensão mais apurada da relação entre o texto e a intencionalidade de seu autor, consultar Dominick LaCapra, “História Intelectual: repensar la historia intelectual y leer textos”. In: Paul Rabinow e Dominick LaCapra. *“Giro lingüístico” e historia intelectual*. Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

²³ *Getulino*, nº 22 (23/12/1923), p.01.

*Pois bem, o negro tem a alma igual à do branco; sua constituição anatomica é igual á deste; elles tem coração e cerebro iguaes; elle é um homem como outro. Que diferença póde haver entre o tegumento preto, o branco, o amarello e o vermelho.*²⁴

Percebi nos artigos voltados ao tema da escravidão ou à discussão mais explícita das qualidades da "raça negra", um esforço em humanizar a figura do africano escravizado. Por diferentes estratégias, os articulistas buscaram apresentar aos seus leitores a concepção de que tanto brancos quanto negros são iguais ao nascerem, para depois serem, cada qual ao seu modo, moldados pela sociedade escravista. Contudo, é importante destacar as descontinuidades neste discurso, a partir das quais é possível afirmar a existência de uma relação intertextual entre os artigos do *Getulino* e as obras dos teóricos racistas do início do século XX. Basta reproduzir um último trecho do mesmo artigo de Werneck sobre a "raça negra":

*A prova da superioridade da raça africana resalta aos olhos observadores, rutilantemente, si estabelecermos um paralelo entre o negro e o índio.*²⁵

Como podemos verificar, mesmo sob a iniciativa de pregar a igualdade entre grupos unicamente diferenciados pela cor da pele, os colaboradores do jornal acabavam por se precipitar inconscientemente no interior de um discurso racializante. Assim também se deu, quando eles buscaram explicar a origem dos supostos vícios que acometiam o escravo. Se tentavam desvincular os vícios de algum tipo de hereditariedade biológica, logo em seguida, entravam em contradição, naturalizando certas diferenças.

[o escravo africano era identificado] *por índole passiva, caracter submisso, mulsumana resignação a par de sua*

²⁴ *Getulino*, nº 64 (20/12/1924), p.03. Segundo o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (Enciclopédia Britânica, São Paulo, 11.ª ed., 1989) o termo tegumento significa "aquilo que reveste externamente o corpo do animal (a pele, as escamas, as penas, os pelos, etc.).

²⁵ *Ibid.*; p.02.

resistencia organica nos mais arduos trabalhos mecanicos e que se sujeitava em estorvo; [esse conjunto de características] muito concorreu para a prolongada inferioridade no meio social²⁶.

O africano acabava sendo definido, de forma pré-concebida, como um ser passivo e ingênuo, incapaz de reagir à escravidão. Pintava-se assim uma imagem que se queria positiva na medida em que reiterava ser o indivíduo negro dotado da mesma capacidade intelectual que o branco. Entretanto, atribuem-se a ele certas características inatas, como índole passiva e caráter submisso, utilizadas posteriormente para justificar sua aceitação da escravidão e os vícios que o perseguiam mesmo após a abolição. O africano aparece, dessa forma, como um ser ingênuo em sua essência, incapaz de produzir o mal ao outro.

Contraopondo-se a essa imagem positiva do escravo na ótica dos jornalistas do *Getulino*, o regime escravista era retratado como um tumor na evolução do país rumo à civilização e unidade nacional. Como o jornal repetirá incessantemente, a escravidão trouxera apenas atraso moral e econômico para o país, jogando boa parte de sua população nas sombras do cativeiro. Em um artigo dedicado a resumir o passado escravista do país, o articulista Duarte de Barros destacou que a escravidão não era própria dos africanos, sendo sua origem atrelada à própria espécie humana.

A escravidão não foi primitiva dos pretos africanos, nasceu do dominio do mais forte sobre o mais fraco; sua genesis confunde-se nos primevos da humanidade. (...) A escravidão foi sempre usurpação, embora permittida do direito de então; oriunda de ambição e de violencia constituia macula grosseira e indelevel nos seus inícios.²⁷

O artigo parecia tecer uma malha de significados, buscando desassociar a instituição escravista da figura do africano. Ao tratar a escravidão como uma atividade

²⁶ *Getulino*, nº 59 (02/11/1924), p.02. (colchetes meus)

²⁷ *Getulino*, nº 58 (26/10/1924), p.01.

econômica movida pela cobiça, o articulista desvinculava a existência desta da figura do africano. Caracterizado como um ser humano dotado de alma semelhante ao branco, porém submisso e passivo, o escravo era transformado em vítima de um regime aviltante.

*O escravo foi sempre vítima supliciado, anima vilis, ser fora do genero humano, sem protecção nem direito, servindo ao senhor que tinha sobre elle supremacia absoluta, direito de vida e morte.*²⁸

Essa forma adotada pelo jornal para a representação da escravidão e do escravo indica sua ligação com o discurso, desenvolvido ainda no século XIX, pelos abolicionistas brasileiros em sua campanha para convencer os congressistas brasileiros da nulidade daquele regime de trabalho. Comparando os discursos dos abolicionistas brasileiros e estadunidenses, Celia M. M. de Azevedo nos mostra a consolidação no Brasil de um debate mais preso à justificativas pragmáticas para se condenar a escravidão, impondo representações do senhor e do escravo no interior de uma lógica liberal e racional, mais que religiosa²⁹. A imagem do escravo desumanizado por força das agruras de um cativo cuja motivação é unicamente a cobiça dos senhores repete tal discurso abolicionista. Em conformidade com a trama desenvolvida na novela intitulada “A Boa Severina”, constante no *Getulino* ao longo de um ano e meio, desenha-se, pouco a pouco, um quadro no qual o jornal projetará a escravidão como uma instituição capaz de desumanizar tanto senhores quanto escravos, bons em sua essência, porém cruéis e animalizados depois de marcados por ela.³⁰

²⁸ *Getulino*, nº 59 (02/11/1924), p.02.

²⁹ Celia M. M. de Azevedo, *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada*. São Paulo, Annablume, 2003. Conferir especificamente os capítulos II e III do livro.

³⁰ Tal aspecto desumanizador da escravidão pode ser constatado com uma análise mais detalhada da novela semanal publicada na segunda página de cada número do jornal. Seja de forma direta, como acontece nos números 24 (06/01/1924) e 25 (13/01/1924), ou indireta, ao longo de toda a trama, a novela demonstra como a escravidão pode levar um cativo a roubar e praticar um ato condenável para fugir das atrocidades às quais se via submetido. Do mesmo modo, feitores e proprietários são descritos em sua crueldade e ignorância, até que uma situação adversa revela sua humanidade oculta.

Respiramos num paiz, cuja religião official era a catholica, apostolica, romana, onde não se reconhecia a alma do escravo, equiparando-se-o a um animal.(...)

O escravo era objecto de penhor e muitas infelizes menores nascidas no captiveiro, servindo de meio para torpe commercio, para o vil exercicio do lenocínio.³¹

Essa visão também foi compartilhada por Lacerda Werneck em um artigo poético no qual traçava como tema o tráfico de escravos. Nele, pintava o africano sob as cores da ingenuidade e ignorância, aproximando-se da concepção de “bom selvagem” difundida por Rousseau. Citando os monogenistas, asseverava que mesmos estes africanos teriam a mesma origem que seus caçadores, todos nascidos do mesmo homem: Adão. Werneck conferiu aos traficantes a imagem de feras, tal a violência e desejo de sangue, seduzidos pelo lucro fácil.

[o traficante de escravos] distingue uns seres humanos [os africanos], uns dormindo ao relento nas noites cálidas — são os últimos representantes de uma humanidade ida. (...) [Os africanos] teem a tez empretecida pelo escaldante sol daquellas paragens, não falam lingua certa; não conhecem sob o mesmo nome que os do Occidente, o verdadeiro Deus, mas são os filhos daquelle Adão que os monogenistas fazem Pae do Homem³².

Concebida como um ato de violência, desejo incontido de lucro alimentado pela ganância, a escravidão devia ser apresentada aos leitores — muitos dos quais já nascidos após a Lei Áurea — com traços de bestialidade, sob o signo do horror e da intolerância. Homens, mulheres, idosos e crianças, o sofrimento de todos devia ser recuperado para que o leitor se sentisse penetrando naquele triste relato.

Esses meninos, que nasceram depois do 13 de maio (...) já não encontram pelas ruas, como nós encontravamos, o doloroso espetaculo: (...) as levadas de escravos maltrapilhos e chagados, que sahiam das casas de comissão, manadas de gado humano consignadas à ferocidade dos eitos; pobres

³¹ *Getulino*, nº 25 (13/01/1924), p.02.

³² *Getulino*, nº 41 (13/05/1924), p.02. (colchetes meu)

*mulheres e pobres homens que traziam no rosto uma máscara de ferro, como prevenção e castigo da intemperança; miseros anciãos, cambaios e tremulos, tendo a alvura da carapinha em contraste com a escuridão da pele (...) molecotes nus e esqueléticos que chupavam seios sem leite (...)*³³

Todos os contos e histórias, capazes de confirmar a crueldade do senhor para com os seus escravos, tornavam-se potencialmente úteis para os redatores do *Getulino*. Tendo sido um grande centro escravocrata no século XIX, o passado da região de Campinas, vivo na memória de antigos moradores, ganhava diferentes contornos a cada novo relato.

*O infeliz rapaz sabia que iam para Campinas, e sempre ouvira dizer que Campinas era um lugar de martyrio, pois sempre ouvia os companheiros, cantarem assim:
Quem tiver de ir pra Campinas,
Leve contas pra rezar:
É Campinas purgatório
Onde as almas vão penar...*³⁴

Entre os sentidos que acabaram por se impor, destacava-se a fama da cidade ser a “Bastilha Negra”³⁵. O trecho acima, escrito pelo articulista José Marques — que reforçava ter ouvido a história da boca de um escravo que vivera em Campinas — contribuiu para dar continuidade a essa possível lenda³⁶. A canção não deixava dúvidas: “é Campinas o purgatório onde as almas vão penar”. Buscando aguçar um sentimento comunitário entre a população afro-descendente de Campinas, o jornal se valia dessa antiga lenda como meio de reforçar o laço entre seus leitores e um passado de horror e sofrimento. A escravidão era recuperada sob

³³ *Ibid.*; p.02.

³⁴ *Getulino*, nº 22 (23/12/1923), p.01.

³⁵ Sobre a origem desse termo, conferir capítulo I, nota 59.

³⁶ Os historiadores que se referem a Campinas nesse sentido, realçando sua fama de “purgatório dos escravos”, acabam baseando seus comentários em artigos de jornais do século XIX, porém sem se aprofundar na questão do jogo de poderes que pode estar envolvido em torno da reprodução ou não desse discurso. O historiador Celso M. M. Pupo em *Campinas, seu berço e juventude* (Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969) foi o primeiro a citar esse possível mito, buscando contestar sua validade, sem se preocupar com a genealogia do mesmo. Em sentido contrário a Pupo, Luiz R. Benedetti defenderá em seu livro *Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido* (São Paulo, Paulinas, 1983) que tal mito referia-se às relações reais entre senhores e escravos na cidade.

a lente de uma situação cruel e penosa de sobrevivência de africanos e seus descendentes no Brasil, associando-se inclusive a imagens bastante antigas, como a metáfora do purgatório reproduzida na passagem acima e criada pelo padre jesuíta André João Antonil em seu livro *Cultura e opulência do Brasil*, escrito no período colonial brasileiro³⁷.

Contudo, não se pode negligenciar a postura do jornal em evitar atribuir ao branco a responsabilidade pela existência e manutenção da escravidão. Os articulistas se eximiam de julgar quem seriam os culpados, preferindo exaltar o seu caráter negativo sobre a humanidade de todos os envolvidos, brancos e negros. A impressão predominante, como vimos antes, era a de que esse sistema existia há séculos, independente da vontade de algum povo ou grupo social. Ao relatar, com espanto, a existência da escravidão na Abissínia, o jornal dava vida à escravidão, que se imporia aquém da vontade dos próprios escravizadores:

*Até os criados europeus residentes no paiz possuem escravos seus proprios, e muitas vezes é impossivel aos americanos e a outros estrangeiros evitar a posse de escravos.*³⁸

Do mesmo modo que o escravo se via desumanizado pelo regime escravista, o mesmo acontecia com o branco. O desprezo pelo sofrimento dos escravos era transmitido espontaneamente de geração a geração, pois que o olhar da criança se acostumava a registrar como normais as cenas de terror.

Os filhos dos senhores de escravos, salvo assaz raras excepções, tinham no coração uma cellula vasia, onde a philanthropia costuma habitar.

*Acostumados a verem o suplicio e a ouvirem os gemidos das victimas, os seus olhos começavam, desde a infancia, a se habituarem a esse espectaculo, tomando-se brutaes e indiferentes ao soffrer daqueles que se lhes ensinava serem os reprobos da sociedade.*³⁹

³⁷ André João Antonil, *Cultura e opulência no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1976.

³⁸ *Getulino*, nº 26 (20/01/1924), p.01.

³⁹ *Getulino*, nº 41(13/05/1924), p.03.

A convivência de duas imagens opostas do senhor no discurso abolicionista — representado ora como cruel ora como generoso — aparecem também no folhetim semanal publicado no *Getulino*⁴⁰. Enquanto esteve vivo, o proprietário da fazenda, cenário principal da novela, era lembrado pela crueldade e mesquinhez para com seus escravos, sendo acompanhado nesta postura pela esposa. Com a morte do marido e a perda da fazenda em razão de dívidas, esta última encontraria amparo e apoio num casal de escravos que lhe acolheu e sustentou. Os diálogos que se travavam entre a antiga senhora e os escravos reconstituem o passado, porém reabilitando os proprietários como indivíduos cegados então pela escravidão.

— *Oh! Não me trates assim! Vocês não são meus escravos...* [D. Margarida, a proprietária]

— *Mais do que nunca, sinhá, o que manda a gratidão: escravos humildes até a hora da morte.* [Severina, a escrava]

— *Porque? Si eu te vendi, Laurindo, e si, por dividas entreguei Severina aos nossos credores...*⁴¹

*D. Margarida, nas suas vigílias, entregava-se á oração e não pedia ella a volta da sua perdida grandeza, mas o perdão das suas faltas horrorizando-lhe a lembrança de tudo o que praticara nos ominosos dias em que mantinha no nefando cativo, aquelles pobres africanos, roubados ás suas familias e á sua patria.*⁴²

Esse posicionamento do jornal era condizente com a postura, já indicada em vários artigos, de propor harmonização das relações entre brancos e negros na sociedade, colocando-se contra o conflito direto e a favor da ascensão destes últimos com a concordância dos primeiros. Evitando a identificação de culpados, os articulistas esperavam preservar uma rede

⁴⁰ Celia Azevedo demonstra a existência dessas duas representações em seu livro *Abolicionismo...*, pp.90-93.

⁴¹ *Getulino*, nº 38 (13/04/1924), p.02.

⁴² *Getulino*, nº 41 (13/05/1924), p.03.

de relacionamento estável, alinhando negros e brancos em torno da idéia de uma convivência comum e eqüitativa. Para eles, desnudar os efeitos perversos do regime escravista sobre a humanidade de senhores e escravos, seria o caminho para recuperar o homem negro de sua condição de “inferioridade” na sociedade, levando à sua aceitação pelos brancos.

Um futuro sem mártires

A escravidão e as marcas deixadas por ela na sociedade são visíveis até os nossos dias, sendo que seus efeitos nocivos na nossa formação social, política e econômica já foram analisados exaustivamente pela historiografia brasileira. Contudo, vimos que a demonização do regime escravista posta a cabo pelos diversos artigos do *Getulino* tinha um objetivo. Este processo visava construir entre seus leitores, uma memória clara dos males provocados pela escravidão, desenterrando as origens dos supostos vícios atribuídos ao negro pelos brancos da década de 1920. Porém, essa construção também apresenta descontinuidades, fissuras no discurso que nos auxiliam a compreender as vertentes ideológicas com as quais os articulistas do *Getulino* dialogavam.

Já em seu terceiro número, o jornal dedicava um artigo de primeira página ao papel do escravo na “civilização brasileira”. Condenando veementemente a escravidão como um “deplorável fenômeno social”, o jornalista Evaristo de Moraes destacava, em seguida, sua avaliação da contribuição dos antigos escravos para a formação do país.

Pode-se dizer que, por meios indirectos, a raça escravizada, pela transformação do seu trabalho muscular em estradas, academias, esquadra, armamentos, etc., foi quem trouxe ao Brasil o pouco da civilização que nelle existe.⁴³

⁴³ *Getulino*, nº 03 (12/08/1923), p.01.

Na passagem acima, identifico dois pontos de vista comuns em outros artigos do jornal. Em primeiro lugar, a concepção de civilização como o topo de um estágio evolutivo, melhor que os anteriores, medido através das conquistas materiais. Em segundo lugar, o escravo é concebido como o responsável por ter cedido, compulsoriamente, seu esforço físico em benefício da nação, ou seja, valorizado enquanto mão-de-obra. Não por acaso, Evaristo de Moraes argumentava que o escravo era o “verdadeiro elemento econômico criador do país”⁴⁴. Concordando com este julgamento, aparecia o próprio redator-chefe do jornal, Lino Guedes, afirmando ter sido a “raça [negra] que mais concorreu para a riqueza e pujança do Brasil”⁴⁵.

É importante atentar aqui para o aspecto dialógico deste discurso que se pauta pela representação do escravo em termos puramente materiais, como responsável pela riqueza do país. Como afirma Robert Daibert Jr., no início da República, em conjunção a um discurso formado com o intuito de promover o apagamento da memória da Princesa Isabel das comemorações referentes à Abolição do 13 de Maio, emergia a concepção de que o escravo não legou contribuições culturais à história nacional, mas apenas um espólio econômico. Em um livro didático utilizado até 1918, Osório Duque-Estrada⁴⁶ assim classificava a importância cívica do dia 13 de Maio:

*(...) Emancipou-se naquele dia a raça negra, que até então vivia-se escravizada, não obstante haver sido, durante cerca de quatro séculos, o principal fator de grandeza e de prosperidade econômica do Brasil”*⁴⁷

Tendo feito parte de um livro destinado ao ensino de crianças, esse texto nos permite traçar a hipótese de que tal discurso consolidara-se fortemente entre os brancos,

⁴⁴ *Ibid.*; p.01.

⁴⁵ *Getulino*, nº 49, (17/08/1924), p.01.

⁴⁶ Osório Duque Estrada (1870-1927) destacou-se como literato e jornalista no Brasil, tendo sido defensor da causa abolicionista como auxiliar do congressista José do Patrocínio. No ano da Abolição da Escravidão passou a frequentar os clubes republicanos, aos quais se uniu. Através de concursos públicos obteve diferentes funções em órgãos educacionais nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo também professor do tradicional Colégio D. Pedro II. Foi autor de livros didáticos sobre História do Brasil e eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL). A biografia completa de Duque Estrada pode ser obtida nos arquivos da ABL.

⁴⁷ Robert Daibert Jr., *Isabel: a redentora dos escravos*. Bauru, EDUSC, 2004, p.142.

possivelmente sendo transmitido, via educação formal ou convivência cotidiana, aos afro-descendentes⁴⁸. Em sua pesquisa sobre a abordagem do conceito de raça nos manuais didáticos de História do Brasil, Renilson Rosa Ribeiro confirma a circulação dessa imagem do escravo como o “braço vigoroso” responsável por garantir o crescimento econômico do Brasil⁴⁹. Se durante o período escravista o trabalho foi, de alguma forma, associado à escravidão e a uma vida inferior, com a abolição e o advento da República, a valorização do trabalho torna-se arma das autoridades para impor ou mesmo direcionar os libertos para o trabalho⁵⁰. Desse modo, um discurso antes utilizado de forma a menosprezar o escravo se transmutou em outro cujo esforço foi “encaixá-lo” na história brasileira sem reconhecer sua influência social mais ampla.

*Nossa patria muito deve aos negros, não só como colonizadores de nosso solo como auxiliares em nossas guerras onde se bateram em prol do território, com heroísmo.*⁵¹

Todos os articulistas do *Getulino* que procuraram estabelecer o papel do negro ou da “raça negra” na história brasileira, o fizeram tendo em conta o apelo nacionalista. O escravo teria de assumir uma função objetiva no conagraçamento nacional, processo iniciado com a independência do país em 1822. Neste sentido, valorizaram o escravo por ter se convertido na mão-de-obra sobre a qual o país foi construído, além de seu papel como elemento povoador. O

⁴⁸ Um indício dessa abrangência da obra de Duque-Estrada é uma citação que dele é feita por Lino Guedes, no jornal *Progresso* (15/11/1928, p.05), citando sua performance como abolicionista ao lado de Patrocínio e uma de suas obras.

⁴⁹ Renilson Ribeiro indica outros escritores de livros didáticos, como José Francisco da Rocha Pombo e João Ribeiro, que também contribuíram para difundir e reforçar essa representação do escravo como força econômica, pois era valorizado como mão-de-obra e produtor de riquezas materiais. Renilson Rosa Ribeiro, “Colônia(s) de identidades: discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil”. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 2004, pp.257-262. Ver também: Renilson R. Ribeiro (org.), Mairon E. Valério, Gláucia C. C. Fraccaro, “O negro em folhas brancas: ensaios sobre as imagens do negro nos livros didáticos de história do Brasil”. *Cadernos de Graduação*, 02, pp.01-125, 2002.

⁵⁰ Para maiores detalhes acerca dessa transição da concepção do trabalho com o fim da escravidão, ler Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, Editora UNICAMP, 2001; e também Regina Celia A. Xavier, *A Conquista da Liberdade*. Campinas, CMU-UNICAMP, 1996.

⁵¹ *Getulino*, nº 59 (02/11/1924), p.02.

discurso hegemônico, iniciado desde o século XIX e reforçado por teóricos das “raças” como Silvio Romero, do papel do negro na história nacional era consumido pelo jornal com o intuito de valorizar o negro na construção da nacionalidade brasileira. Como tal representação ignorava e marginalizava outras contribuições culturais proporcionadas pela presença de africanos no Brasil, sua incorporação pelo *Getulino* apagava das páginas deste outras práticas culturais ligadas à população negra.

Essa valorização do escravo pela contribuição que prestou ao Brasil, sendo assimilado como mão-de-obra, além do silêncio acerca de práticas e costumes que pudessem ser interpretados como herança trazida pelos diferentes africanos que vieram para o Brasil, alinhava-se, em alguns aspectos, ao discurso comum nos jornais da grande imprensa paulistana desde o século XIX. Segundo Schwarcz, a “grande parte das qualidades positivas do negro estariam ligadas a seu contato com a civilização brasileira, enquanto, por outro lado, tudo o que havia de pior em seu comportamento, estaria vinculado à sua origem primeira: a África”⁵².

No mesmo sentido, é construída uma representação do escravo adequada ao projeto dos jornalistas do *Getulino* de obter a ascensão do negro a partir de sua inserção como elemento na formação da nacionalidade brasileira. Assim, a coragem e resistência do negro foram representadas sob um cenário pintado como harmonioso no tocante às relações históricas entre brancos e negros. Em lugar do escravo rebelde, aquele que batalha em busca de sua liberdade, ganhará terreno o cativo resoluto, cuja aceitação de sua condição lhe permite batalhar não contra seu senhor, mas ao lado dele, em uma união que somente traria benefícios para a comunhão nacional⁵³. Essa representação é bastante sintomática em um artigo, cujo

⁵² Lília Moritz Schwarcz, *Retrato em branco e preto*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p.99.

⁵³ O escravo rebelde também é retratado no jornal, porém na história fictícia criada por Lacerda Werneck na forma de folhetim, já citado páginas atrás. Na novela *A Boa Severina* seus primeiros dez episódios são dedicados a descrever a fazenda na qual toda a trama se desenvolverá e, também, suas cercanias. A imaginação do autor criou um quilombo próximo à fazenda e, em um dos episódios, narrou a vitória dos quilombolas sobre os jagunços do fazendeiro. Aparentemente seria a prova de que o jornal reconhece e comemora a resistência física dos cativos contra seus senhores. Entretanto, nos três episódios seguintes o destino destes quilombolas confirma a hipótese aventada de que os colaboradores do *Getulino* preferiam retratar não a luta entre brancos e negros, mas a parceria entre eles. Cansados da perseguição senhorial, os quilombolas se deixaram enganar facilmente por um aventureiro espanhol (perceba o detalhe: o vilão da novela era branco, mas não brasileiro) e acabaram sendo aprisionados e vendidos para outro fazendeiro. Combinado com o fim da novela, na qual a velha proprietária passa

título em relação ao seu conteúdo é bastante expressivo: “A Republica dos Palmares”, escrito por Duarte de Barros.

*Certo é porem que dominada a Republica [dos Palmares], com ella terminou o feito mais notavel dos escravos no Brasil, em favor de sua liberdade.*⁵⁴

Imersos em uma sociedade racista, na qual a resistência do negro perante a escravidão sempre fora tratada como um ato de violência e marginalidade, os redatores não deixavam de reconhecer os esforços dos escravos para sua libertação no passado, como mostra a passagem acima, fazendo referência ao Quilombo de Palmares. Se nas décadas de 1960 e 1970 muitas instituições da militância negra transformaram Palmares e Zumbi em ícones, como parte de um esforço para exaltar o orgulho negro e repensar a história da escravidão a fim de renovar a luta contra o preconceito racial, o mesmo não pode ser cobrado da militância negra da década de 1920. A resistência cotidiana dos escravos, bem como suas revoltas, muitas bem documentadas pela historiografia mais atual⁵⁵, permaneciam esquecidas pelos historiadores da época e quando não, apareciam em livros didáticos e obras acadêmicas sob a condenação de um olhar preconceituoso. Skidmore, Bittencourt e Renilson Ribeiro apresentam inúmeros exemplos de livros didáticos escritos, inclusive, por literatos que trabalhavam com o chamado “problema racial”, nos quais o escravo era representado em

a conviver harmoniosamente com um casal de negros que haviam sido seus escravos, esse triste fim dos quilombolas aparenta ser uma mensagem de confirmação da necessidade do entendimento entre brancos e negros, ao invés do enfrentamento. Conferir o jornal *Getulino* no intervalo entre o nº 03 (12/08/1923) e o nº 10 (30/09/1923).

⁵⁴ *Getulino*, nº 59 (02/11/1924), p.02. (colchetes meu)

⁵⁵ São inúmeros os trabalhos de qualidade sobre as revoltas escravas no Brasil colonial e imperial, como exemplos, temos: Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês*. São Paulo, Brasiliense, 1986; João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

condição de inferioridade em relação ao branco e Palmares interpretado sob o bojo da marginalidade⁵⁶.

*De 1630 a 1694 constituiu-se a celebre Republica dos Palmares o mais bello registro que deixou a escravidão entre nós. (...) formando a princípio pequeno nucleo de resistencia, a que se juntaram depois outros grupos, estabelecendo-se entre elles um poper, do qual foi chefe **Zumbi**.*⁵⁷

Sob essa perspectiva, é compreensível ver os quilombos e Zumbi, que então ainda não fora elevado à condição de maior representante da resistência escrava no Brasil, pouco retratados ao longo das várias edições do jornal⁵⁸. O único registro do nome de Zumbi, encontrado no jornal, apresenta-se transcrito na citação acima, inserido em um artigo que se propunha a contar a história do Quilombo de Palmares, o maior da história do Brasil, em duas edições. Existe o reconhecimento da resistência e da bravura dos quilombolas, pois se destaca que muitos deles são assassinados quando da invasão comandada por Domingos Jorge Velho, preferindo a morte a voltar ao cativeiro⁵⁹. Porém, nenhum outro artigo do jornal seria dedicado à resistência escrava nos quilombos e, ao promover uma comparação, temos que o número de homenagens direcionadas àqueles que se envolveram com a campanha abolicionista do século XIX, supera sensivelmente as dedicadas ao papel resistente do próprio escravo⁶⁰.

⁵⁶ Thomas E. Skidmore, *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, pp.184-188; Circe Maria F. Bittencourt, *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo, Loyola, 1990, p.126; Renilson R. Ribeiro, "Colônia(s) de identidades", pp. 236-272.

⁵⁷ *Getulino*, nº 58 (26/10/1924), p.01.

⁵⁸ O militante José Correia Leite confirma que a mitificação de Zumbi só seria efetivada pelo movimento negro das décadas seguintes, ao reconhecer que Palmares já era fruto de comemoração entre a militância das décadas de 1920, mas Zumbi não. Ver: José Correia Leite, *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. São Paulo, SMC, 1992, p.68.

⁵⁹ Neste aspecto, a intertextualidade entre o discurso do Getulino e os livros didáticos que circulavam pelo meio educacional brasileiro da época toma-se latente. Essa representação da coragem dos Palmarinos, com a máxima "preferiram a morte à rendição" aparece em diferentes obras, tendo sido usada primeiramente nos livros de Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Manuel de Macedo. Conferir: Renilson R. Ribeiro, "Colônia(s) de identidades", pp. 244-245.

⁶⁰ Os quilombos só serão lembrados novamente em um dos números da novela semanal *A Boa Severina*, escrita por Lacerda Werneck.

Contemporâneo de Zumbi na história, o negro livre Henrique Dias, ao contrário, será citado todas as vezes que o jornal buscar na história de seus antepassados africanos um exemplo de valentia, coragem, honra e patriotismo. Henrique Dias lutou na Insurreição Pernambucana (1645 – 1654), oferecendo-se ao governador da Bahia com um grupo de seguidores para lutar pela expulsão dos holandeses⁶¹.

*(...) os negros de Henrique Dias mostraram saber pelejar com firmeza e precisão, e fizeram-se respeitar dos invasores de sua pátria.*⁶²

*Sinto agitar se-me o coração em convulsões de alegria quando ao ler a Historia Patria, encontro um negro como Henrique Dias e José do Patrocínio, aquele defendendo o Brasil no campo de batalha (...)*⁶³

*A raça negra tem tradições que não poderão ser esquecidas em nossa história: basta lembrar os nomes de Marcílio Dias e Henrique Dias, este citado desde a ocupação holandesa (...)*⁶⁴

Henrique Dias é lembrado efusivamente em artigos espalhados por vários números do jornal, sempre no sentido de representar o exemplo magnânimo do caráter da “raça negra”⁶⁵. Podemos especular um pouco mais sobre as razões que levaram o jornal a depositar maior atenção em Henrique Dias e não em Zumbi, pois afinal, um dos dois teve de ser escolhido para a função de maior herói negro da história nacional.

Devemos, neste momento, lembrar dos capítulos anteriores desta dissertação e das primeiras páginas deste capítulo para compreender a insuficiência da figura de Zumbi no

⁶¹ Sobre a participação de Henrique Dias e de seu regimento na luta pela expulsão dos holandeses, entre 1644 e 1654, conferir Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000, pp.218-243.

⁶² *Getulino*, nº 01 (29/07/1923), p.01.

⁶³ *Getulino*, nº 51 (07/09/1924), p.01.

⁶⁴ *Getulino*, nº 59 (02/11/1924), p.02.

⁶⁵ Henrique Dias ainda seria lembrado nos seguintes números do jornal: 15, 43 e 64.

contexto vivenciado pelos redatores do jornal e, também, em função das aspirações que projetavam para a população negra.

Os redatores traçaram para o jornal o objetivo de buscar a ascensão do negro na sociedade a partir de duas balizas: a superação do que acreditavam serem seus vícios, com a conseqüente adoção de um comportamento socialmente reconhecido como adequado editado pela moral católica, e sua inserção na formação da nacionalidade brasileira através da miscigenação. Nesta perspectiva, a crueldade do período escravista e o conflito com o branco devem ser trabalhados de modo a não se tornarem obstáculos para o estabelecimento de uma convivência harmoniosa em meio à sociedade embranquecida. Pelo contrário, a crueldade pode ser recuperada para a construção de uma memória comum que aproxime os indivíduos negros e faça-os sentir a necessidade de trilhar um caminho conjunto planejado, sob a batuta do *Getulino*. Neste rumo, a exaltação da nacionalidade também é colocada como necessária e, por isso, o conflito racial é esquecido em prol da união nacional. Se a figura de Henrique Dias coadunava-se com esta proposição, o mesmo não acontecia com Zumbi.

O fato da matéria sobre o Quilombo de Palmares ter sido estampada na primeira página, confirma que este núcleo negro, nos anos 1920, já se consolidara como imagem da resistência escrava em nossa história⁶⁶. Contudo, a via escolhida pelos redatores do *Getulino* para o estabelecimento de uma memória do passado escravista, levava ao apagamento da figura do negro que habitava as margens do sistema, desse modo afastando a imagem do quilombola, como foi o caso de Zumbi. O conflito étnico era evitado e substituído pelo exemplo maior da união entre brancos e negros, aproximados pela sua nacionalidade.

Henrique Dias foi exaltado e glorificado nas páginas do jornal pela sua bravura e honra que garantiu à “raça”. Entretanto, ele não lutou contra a escravidão. Sua valentia foi útil à

⁶⁶ Em seu artigo “As múltiplas identidades de Palmares: as construções da História e Arqueologia” (*Revista eletrônica História e-História*, www.historiaehistoria.com.br, 17/09/2004) a historiadora Aline Vieira de Carvalho estuda a forma como o Quilombo de Palmares foi analisado pela historiografia brasileira ao longo do século XX. Nele, lembra que se formaram, ainda no século XIX, duas imagens acerca do quilombo: “a primeira encarna o exemplo comovente e “digno de piedade” da movimentação escrava em oposição às autoridades coloniais; enquanto a segunda enaltece o quilombo como exemplo heróico de resistência do povo negro”.

expulsão dos invasores estrangeiros, num gesto de integração com a população branca de origem portuguesa. Ao eleger Henrique Dias, os redatores também contribuíam para reforçar a imagem, construída pela historiografia brasileira do século XIX, da presença holandesa no país como uma ação hostil, uma invasão de um povo contra o outro, alheia à inconsistência do sentimento nativista dos combatentes brasileiros no conflito⁶⁷. Reforçada por essa representação, projetava-se na figura de Henrique Dias a identidade nacional, talvez entrecruzada pelo pertencimento étnico, mas sob clara proeminência da primeira.

*No caso da campanha abolicionista, porém, impõe-se a pessoa de Patrocínio, por ser a mais representativa da revolta de toda uma raça contra a iniquidade que a esmagára, sem protesto eficaz, durante 300 anos.*⁶⁸

A citação acima apenas demonstra como a resistência negra acabava sendo tratada com pouca exaltação, citada timidamente em um ou outro artigo. Se a princípio, Palmares é “o feito mais notável dos escravos no Brasil”, em seguida, acaba como um protesto sem eficácia, pois teria sido a única em trezentos anos⁶⁹. No lugar das revoltas, seria o movimento abolicionista o “momento mágico” reconhecido pelos redatores no caminho para o fim da escravidão.

Essa contradição pode indicar que o trabalho de esquecimento posto a cabo no *Getulino*, mais que opção deliberada, resultava da própria inserção de seus jornalistas em um discurso no qual a única possibilidade de futuro para o negro no Brasil seria a sua assimilação

⁶⁷ Renilson Ribeiro apresenta em seus trabalhos vários exemplos de obras do século XIX que exaltavam a imagem de Henrique Dias na luta pela defesa da colônia portuguesa contra incursões estrangeiras. Renilson R. Ribeiro, “Colônia(s) de identidades”, pp. 242-243.

⁶⁸ *Getulino*, nº 38, (13/04/1924), p.01.

⁶⁹ Sobre a resistência dos escravos ao longo da história do Brasil, conferir: Celia M. M. de Azevedo, “13 de Maio e Anti-racismo”, in: Celia M. M. De Azevedo. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo, Annablume, 2004; Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês*. São Paulo, Brasiliense, 1986; João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

em uma sociedade miscigenada que caminharia para o “caldeamento”⁷⁰. O desejo de aceitação social ocultava, em si mesmo, a negação da resistência histórica do escravo brasileiro, os ressentimentos e os conflitos remanescentes de um passado de evidente desigualdade social baseada na diferença da cor da pele. Para romper o véu imaginário⁷¹ que separava brancos e negros no interior desta sociedade preconceituosa, obtendo a integração plena como cidadãos, o negro deveria alinhar-se ao branco no passado projetado para a nação.

Resignado, estóico e humilde, estes adjetivos perseguiram a figura do escravo ao longo de todo o jornal, naturalizando o comportamento do mesmo durante a história da escravidão no Brasil. Na citação abaixo, a palavra resistência assume o sentido de capacidade para suportar esforço físico e castigos exagerados, não como uma reação a determinada situação.

“Não se dava ao negro outro direito, senão o de trabalhar exaustivamente, sob chicote, para felicidade do “senhor”. E, sempre stoico, resignado, cheio de humildade, sofrendo perseguições cuja lembrança, hoje, faz vibrar os nervos, o negro cumpria o seu fadário, dando ao mundo uma prova de estupenda resistência.”⁷²

Nesse trabalho de vitimização do escravo empreendido pelos colonistas do *Getulino*, a porta para a resistência escrava no interior do regime escravista era trancada a chave. Desse modo, a espera do escravo pela liberdade se prolongaria até o surgimento dos primeiros abolicionistas reconhecidos pelo jornal. A preocupação deste em produzir números

⁷⁰ Esse discurso, que propunha a integração do negro na nação através da miscigenação, foi resultado da difusão do pensamento formado na Faculdade de Direito de Recife, de onde partiram Sílvio Romero e Tobias Barreto, além do trabalho de outros pensadores nacionais, como Edgar Roquette Pinto. O debate acerca dessas teorias raciais no Brasil será discutido em outro capítulo.

⁷¹ Em seu livro *As almas da gente negra* (Rio de Janeiro, Lacerda, 1999), W. E. B. Du Bois, eminente líder negro do início do século XX, assim descrevia a sociedade que o excluía: *Então me ocorreu, com uma certa urgência, que eu era diferente dos outros, ou talvez semelhante no coração, na vida e nos anseios, mas isolado do mundo deles por um imenso véu* (p.54). Complementando seu pensamento, Du Bois explicaria ainda que a alegoria do véu era adequada, pois o negro enxergava e desejava participar das atividades a que todo branco tinha acesso, porém era como se uma película muito fina e quase imperceptível se colocasse entre o desejo e a realidade, impedindo a integração.

⁷² *Getulino*, nº 15 (04/11/1923), p.01.

especiais, de caráter comemorativo, no dia 13 de maio, reforçava essa dependência do escravo em relação a alguma força externa para atingir a liberdade.

*Depois de grandes luctas o dia 13 de Maio de 1888 sorriu-lhes praseiroso trazendo-lhe [ao escravo] a liberdade bemdicta (...) bemdizemos aqueles que com amor ardorosamente trabalharam para nos dar essa ventura.*⁷³

Podemos verificar a sutileza no uso das palavras: “trazendo-lhe” a liberdade e “dar” essa ventura. Nos vários artigos que trabalham com a abolição da escravidão, é constante o uso de palavras como “concedida”, “trazida”, “dada”, ignorando o esforço do próprio escravo⁷⁴. Tomando o escravo como uma massa inerte, impassível diante de seu sofrimento e exploração, o jornal concentrava todos os esforços para libertação daquele nas mãos dos abolicionistas, verdadeiros deuses aos olhos de nossos colonistas.

*O 13 de Maio foi a quebra dos grilhões do captiveiro; foi a evolução social com que, de muito, já sonhava o Brasil e que vinha de se realizar.*⁷⁵

Retomando aquele artigo, com o qual iniciamos a análise da construção da imagem do escravo, cujo título era “A República dos Palmares”, a passagem acima vêm confirmar a concepção dos articulistas do jornal quanto à libertação dos escravos. É muito significativo que um artigo, cujo título se referia ao maior quilombo já formado no Brasil, fosse concluído com a exaltação do ato da Princesa Isabel no 13 de maio de 1888. A mensagem que se esconde por detrás desse artigo é clara: a incapacidade do escravo em obter a liberdade pelas suas próprias forças, acabaria sendo compensada pelo sucesso de abolicionistas brancos e negros, unidos, para libertar os escravos.

⁷³ *Getulino*, nº 12 (13/10/1923), p.03. (colchetes meus)

⁷⁴ É importante lembrar aqui as palavras de Celia Azevedo, quando ela destaca que, fosse entre republicanos ou monarquistas, valorizando ou desvalorizando o papel da Princesa Isabel, a abolição foi sempre atribuída, até a década de 1970, “a um grande feito benemérito de homens brancos progressistas e humanitários, com o apoio de alguns ‘mulatos’ clarividentes”. Celia Azevedo, “13 de Maio e Anti-racismo”, p.90.

⁷⁵ *Getulino*, nº 59 (02/11/1924), p.02.

A conciliação era desenhada pelo jornal como a grande bandeira a ser hasteada, cuja sombra deveria ocultar os conflitos que marcaram o passado escravista. Esse posicionamento dos redatores do jornal, como verdadeiros equilibristas, valorizando o negro e destacando suas particularidade histórica sem, no entanto, construí-lo em oposição cerrada ao branco, pois que este é parte importante da projeto de ascensão social do negro, caracteriza a construção dessa memória coletiva. Ao proceder dessa forma, o jornal iluminava apenas uma das faces do escravo brasileiro na história nacional: aquela voltada para a resignação e aceitação do domínio senhorial, enquanto a outra, daqueles que se associaram às fugas e conflitos contra o sistema, sumia aos olhos do leitor.

Quem quero ser quando crescer?

Uma memória coletiva, identificável pelo grupo, é de suma importância para que este se reconheça enquanto comunidade. Da mesma forma que as experiências passadas, personagens do passado também são importantes para que sobre eles se projete a expectativa do grupo em relação a comportamentos e qualidades a serem valorizados. Neste sentido, o resgate de determinadas figuras e o esquecimento de outras, também reflete, além de uma seleção consciente, o efeito de determinados discursos sobre a forma como as pessoas entendem o mundo à sua volta e a si mesmas.

Os redatores do *Getulino*, desde o primeiro número do jornal, transformaram em costume publicar, na primeira página, o retrato de um personagem do passado ou do presente, como uma forma de prestar uma homenagem a pessoas que consideravam importantes para a população negra, para a cidade ou para o país. Em muitos números, a ausência do retrato não impedia que a mesma homenagem fosse concedida na forma de um texto breve, neste caso geralmente apresentado na segunda página do jornal.

Quando o jornal estampava em suas páginas um personagem do presente, havia um esforço no sentido de difundir e consolidar determinados valores morais, diretamente

ligados ao modelo de comunidade defendido pelo meio social no qual o *Getulino* se inseria. A seleção feita pelos redatores, neste caso, deixava evidentes certas relações de poder no interior da sociedade. As homenagens se dividiam, no caso de pessoas ainda vivas, praticamente de forma equitativa entre negros e brancos.

No caso das homenagens dirigidas a negros, elas se concentravam principalmente nos proprietários do jornal e seus jornalistas, profissionais da imprensa negra paulistana, cantores, professores e demais personagens de expressão no círculo de relacionamentos dos redatores. Num cenário de conflito entre a militância negra, como discutirei no capítulo IV, restringir o número de pessoas homenageadas unicamente a campineiros e paulistanos que se coadunam com a proposta do *Getulino*, também serve de estratégia aos seus redatores para consolidar sua imagem no seio da população negra leitora desta imprensa. Não é por acaso que a foto dos proprietários do jornal, tratados como defensores resolutos da “raça” negra, aparecem em pelo menos três edições, tanto em seus aniversários, quanto em números comemorativos, o mesmo sendo comum em relação ao redator Lino Guedes.⁷⁶

Já no caso dos brancos ainda vivos, os principais homenageados eram da própria Campinas, como políticos, delegados de polícia, jornalistas do *Diário do Povo* e empresários, indivíduos reconhecidos não apenas pelo *Getulino*, como também na cidade em geral por serem sempre destaque nos grandes jornais. Essas homenagens, de certo modo, podem indicar um esforço dos redatores em estabelecer uma convivência pacífica com as autoridades locais e possíveis anunciantes, estratégia importante em um período no qual a República se encontrava em estado de sítio e sob o peso da censura⁷⁷. Como visto no capítulo I, a relação do

⁷⁶ *Getulino*, nº 01 (ano III, 13/05/1926), nº 64 (20/11/1924), nº 40 (01/05/1924).

⁷⁷ O jornal também teceu críticas a políticos, porém sempre dirigidas ao governo federal, na época conduzido por Arthur Bernardes, responsável pela decretação do estado de sítio. Em sua edição 16 (11/11/1923) o jornal tece uma dura crítica à aprovação da lei de imprensa sugerida pelo presidente, acusando-a de tolher a liberdade de expressão e a democracia. As críticas se repetiriam nas edições de números 20 (09/12/1923) e 61 (16/11/1924). Também são feitas reclamações de caráter mais específico, relativas ao alto custo de vida e à perseguição de mulheres negras moradoras de cortiços pela força pública, mas dirigidas ao governo federal e polícia, respectivamente. No momento da eclosão da Revolução Paulista de 1924, conduzida pelo movimento tenentista em São Paulo, o jornal chegou a ter sua publicação temporariamente interrompida, mas não fez nenhum comentário direto sobre o episódio, tachando-o apenas de “premente situação pela qual passa o nosso estado”.

jornal com seus anunciantes teria sido importante para a sua manutenção, da mesma forma que as críticas feitas à política em nível federal não levaram a nenhuma represália das autoridades locais contra seus redatores.

Tanto para brancos quanto para os negros ainda vivos retratados pelo jornal, as qualidades destacadas são bastante parecidas. As homenagens realçavam os mesmos predicados postulados pelo jornal aos seus leitores, com o conselho de que os seguissem, como a dedicação ao trabalho, à instrução formal, à correção política e moral, além do patriotismo e da religiosidade católica. No caso destas duas últimas “qualidades”, repetem-se para quase todos os homenageados, indicando serem pré-requisitos importantes na seleção então empreendida pelo jornal. Tais escolhas refletem, desse modo, a tentativa dos redatores em construir a imagem ideal para o negro no presente, adequando-o à representação do cavalheiro construída no imaginário elitista da época.

Quanto à seleção de personagens já falecidos, o resgate de determinados nomes abre-nos a possibilidade de compreender melhor a forma como esses redatores negros captavam as imagens do passado que desejavam para si.

Contabilizando o número de vultos do passado homenageados, chegamos a trinta e uma pessoas diferentes, dentre as quais dezoito têm seu retrato publicado na primeira página do periódico. O critério de escolha adotado pelos redatores é facilmente identificado: para que alguém tivesse seu retrato publicado, era determinante que lhe fossem atribuídos os adjetivos *abolicionista* e *patriota*, independentemente da cor de sua pele. Muitos são os artigos dedicados a famosos abolicionistas, alguns deles aparecendo por duas ou três vezes ao longo de todos os números do jornal — casos da Princesa Isabel, Luiz Gama e José do Patrocínio.

Attendendo a taes razões, multiplicam-se infinitamente os benefícios prestados à raça negra, vítima da ganancia que a escravizou, pelos abolicionistas, cujos nomes adornam

Sobre o governo Arthur Bernardes conferir: Lúcia O. Silva, “A crise política no quadriênio Bernardes”. In: Helena C. De Lorenzo, *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. SP, UNESP, 1997.

*as paginas da historia, como heróes que são da grande lucta da luz contra as trevas, do bem contra o mal.*⁷⁸

A escolha do abolicionismo como virtude maior dentre todas que produziam um herói tem um significado. Sem dúvida, tal decisão demarca a importância que o passado escravista assume na narrativa que o jornal estrutura sobre a história do negro no Brasil. Se o passado, recuperado como memória a ser assimilada pelo grupo, precisa ser demarcado e lembrado como um período de sofrimento e vícios, é natural que dele tenham que surgir os responsáveis pela redenção da comunidade imaginada. Assim, os abolicionistas surgem nas linhas do jornal como os anjos que resgataram o negro de um estado de brutalidade, abrindo-lhe a porta da regeneração e ascensão social.

De todos os personagens, ao menos cinco deles devem ser destacados, diante da eloquência da homenagem e da quantidade de aparições registrada nos dois anos do jornal. Seriam eles a Princesa Isabel, Luiz Gama, José do Patrocínio, Rui Barbosa e o Visconde do Rio Branco⁷⁹. Seus retratos apareciam em posição privilegiada, ou seja, ocupando pelo menos um quarto da primeira página, sempre ao centro, acompanhados de um texto biográfico, onde se destacavam suas realizações⁸⁰. Além dessas homenagens mais diretas, eles foram constantemente tema de outros artigos, ou citados como grandes nomes a serem sempre lembrados. Não por acaso, na edição de número 41 do jornal, comemorativa do 13 de maio e

⁷⁸ *Getulino*, nº 22, (23/12/1923), p.01.

⁷⁹ Os dados biográficos de Luiz Gama, Rui Barbosa e da Princesa Isabel foram ou serão discutidos em outros tópicos da dissertação, dispensando apresentá-los neste momento. Quanto ao Visconde do Rio Branco e José do Patrocínio é interessante conhecer suas biografias resumidamente. José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, destacou-se como político no período imperial, ocupando funções no Congresso Nacional e, também, sendo nomeado Primeiro Ministro pelo Imperador D. Pedro II em 1871. Foi responsável direto pela aprovação da lei do Ventre Livre, com o objetivo de dar a liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Apesar da lei ter se mostrado inócua e pouco efetiva, sendo depois anulada com a aprovação da Lei Áurea (1888), sua aprovação rendeu forte popularidade ao Visconde do Rio Branco, como vemos aqui. José do Patrocínio, filho de uma mulher negra e um padre branco, formou-se em Farmácia e exerceu a profissão por um curto período, tendo se direcionado para o jornalismo e a política. Foi eleito para o Parlamento e destacou-se como um dos principais defensores da Abolição da escravidão, apesar das críticas que recebera dos republicanos, pois defendia ardorosamente o regime monárquico. Foi um dos principais responsáveis pela consolidação da mitificação da Princesa Isabel como "A Redentora". Conferir: Clóvis Moura, *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2004, p.237-240 e p.303

⁸⁰ Os jornais em que seus retratos são estampados desse modo, são os seguintes: Princesa Isabel (n.º 10, 18 e 41), Luiz Gama (n.º 01), Rui Barbosa (n.º 02), José do Patrocínio (n.º 64) e Rio Branco (n.º 10)

dedicada ao tema da escravidão, eles são os únicos, com exceção de Joaquim Nabuco, a ter seus retratos novamente publicados⁸¹.

Apesar de menos numerosas, as referências a Francisco Glicério também chamam a atenção, estabelecendo-se sobre ele uma admiração tanto por seu envolvimento com o abolicionismo quanto pela sua imagem de republicano convicto⁸². Na edição comemorativa do 13 de Maio, Glicério será lembrado pelos redatores, com a publicação de sua foto e alguns comentários sobre sua biografia. Entretanto, ao contrário dos outros cinco personagens citados (Gama, Patrocínio, Princesa Isabel, Rui Barbosa e Rio Branco) não lhe foi dedicada uma homenagem isolada em alguma das 64 edições, aparecendo costumeiramente nas edições que promovem uma homenagem coletiva dos vultos do passado. Ausente em outros jornais da imprensa negra paulistana, a figura de Glicério ganhava um culto de contorno mais regional, por parte da imprensa em geral e políticos campineiros. Se nos artigos que tratam da Abolição seu nome não é sempre lembrado, o mesmo não se pode dizer quando é abordado o tema da ética na República. O jornal constrói a imagem de Glicério como portador de princípios inabaláveis, republicano convicto e honesto. Ao longo do jornal é possível perceber um sentimento de pertencimento à cidade, expresso através de homenagens a campineiros ilustres — em sua grande maioria brancos —, referindo-se sempre aos “bons frutos” nascidos nessa terra.

Outro nome que parece receber um destaque menor quando lembrado é Joaquim Nabuco⁸³. Ele é citado em alguns artigos, também como importante abolicionista, mas seu

⁸¹ *Getulino*, nº 41, (13/05/1924), p.01.

⁸² Francisco Glicério de Cerqueira Leite (1846 - 1916) nasceu em Campinas e destacou-se como propagandista da abolição e da república em Campinas no fim do século XIX e início do século XX, angariando grande publicidade por suas ligações com o núcleo republicano dessa cidade, que já contava com o futuro presidente Manoel Ferraz de Campos Salles. Com o fim do Império, foi eleito deputado federal e senador, além de ter sido convidado a ocupar a pasta do Ministério da Agricultura e Obras Públicas na administração Deodoro da Fonseca. Foi fundador do Partido Republicano Federal e dirigente do Partido Republicano Paulista. É possível conferir a biografia de Francisco Glicério nas obras de Raymundo Faoro, *Os donos do poder*. São Paulo, Globo/Publifolha, 2000. vol. 02; e Clovis Glycerio G. de Freitas, *Jornada Republicana: Francisco Glycerio*. São Paulo, Plexus Editora, 2000.

⁸³ Joaquim Nabuco pertencia a uma importante família pernambucana, sendo o pai um dos principais políticos do Partido Liberal. Após a morte deste, foi eleito para o Parlamento, utilizando-se de seu cargo para defender o fim da escravidão e tornar-se um dos principais representantes do abolicionismo brasileiro. Tendo recebido forte oposição da aristocracia cafeeira em virtude de suas idéias, Nabuco perdeu duas eleições seguidas para a Câmara após o fim de seu primeiro mandato. Em seu auto-exílio em Londres escreveu uma das principais obras da literatura abolicionista brasileira: *O Abolicionismo*. Após a Proclamação da República, perdeu espaço no cenário político

retrato nunca fora publicado, bem como nenhum artigo tratava unicamente dele, como no caso de Rui Barbosa, Princesa Isabel, Visconde do Rio Branco, José do Patrocínio e Luiz Gama. Não encontrei indícios capazes de responder satisfatoriamente à questão de por que Nabuco não é tão celebrado quanto os outros citados. No caso da Princesa Isabel e do Visconde do Rio Branco, a assinatura de leis então interpretadas como marcantes no processo de abolição da escravidão podem servir de resposta, pois Nabuco não esteve ligado à aprovação de nenhum projeto de maior popularidade. Por serem reconhecidamente negros, Patrocínio e Gama representavam a presença do próprio beneficiário do discurso abolicionista no combate à escravidão, fator que também os diferencia de Nabuco. Mas e quanto a Rui Barbosa? Ele era fazendeiro e político como seu colega e, mesmo tendo participado ativamente das discussões e feito um parecer sobre o projeto da Lei dos Sexagenários (1885), seu nome também não é associado a grandes realizações na área legislativa, sendo lembrado pela sua participação no Congresso de Haia e pelas propostas sobre educação⁸⁴. Por que Rui Barbosa ganhava maior destaque que Nabuco no *Getulino*?

Personagem ilustre no meio político do Império e determinante na construção da estrutura de poder do novo regime republicano, Rui Barbosa não foi apenas celebrado como abolicionista. Candidato oficial à presidência da República em duas eleições (1909 e 1919) — além de desistir da campanha em outras duas (1905 e 1913), apesar do apoio de seus correligionários baianos —, sua dedicação política e as bandeiras que levantou nesses dois momentos o alçaram à condição de representante da lisura e decoro político⁸⁵. Como revela Raimundo Faoro, na campanha presidencial de 1919, ainda que pertencesse à aristocracia e mantivesse um discurso não muito distante dos políticos da coligação “café-com-leite”, Rui Barbosa aparecia para as classes urbanas como a oposição ao *status quo*, único político capaz

brasileiro, sendo nomeado para o serviço diplomático brasileiro nos Estados Unidos, onde viria a falecer em 1910. Ver: Clóvis Moura, *Dicionário da Escravidão Negra...*, p.48-51.

⁸⁴ Sobre a atuação de Rui Barbosa no Congresso Nacional no período dos debates abolicionistas conferir Celia M. M. de Azevedo, “Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro”. *História: questões e debates*, Curitiba, nº 09, pp.38-65, 1988.

⁸⁵ Todas as informações sobre Rui Barbosa foram retiradas de Raimundo Faoro, *Os donos do poder*, vol. 2.

de derrubar a hegemonia das oligarquias vistas por elas como atrasadas e autoritárias⁸⁶. É possível que, atravessando um momento de grande notoriedade e popularidade, especialmente no meio urbano, onde se encontravam as camadas sociais que decidiram apoiá-lo, Rui Barbosa tivesse alcançado, desse modo, intensa visibilidade nos jornais da grande imprensa e, por conseguinte, atraído mais a atenção dos jornalistas do *Getulino*. Quanto a Nabuco, falecido em 1910 e vinculado unicamente ao serviço diplomático no exterior desde o fim do Império, também foi gravado na história como um dos principais abolicionistas, beirando quase um processo de canonização⁸⁷. Mesmo assim, na década de 1920, a exposição de Rui na imprensa parecia sobrepujar a de Nabuco, podendo ser essa uma das possíveis respostas para a maior visibilidade do primeiro no *Getulino*.

Não podemos ignorar que, dentre todos os homenageados pelo jornal, a única figura feminina tenha sido a da Princesa Isabel. A supremacia masculina entre os homenageados é bastante evidente, em que pese a Princesa ser lembrada em quatro números diferentes do periódico. A ausência de outros personagens femininos, principalmente nas homenagens dirigidas a pessoas que não participaram necessariamente do movimento abolicionista, pode ser tomada como expressão das relações de gênero encontradas na década de 1920 no Brasil⁸⁸. A própria constituição da imprensa negra é resultado de tais relações, como demonstra Regina Pahim Pinto, cujas pesquisas encontraram somente 15 mulheres colaborando nestes jornais entre outros 244 jornalistas do sexo masculino⁸⁹. Por ter sido a signatária da Lei Áurea, a Princesa angariou para si a imagem da grande redentora, como os próprios abolicionistas negros afirmavam. Sua ligação inquestionável com o fim da escravidão fê-la tornar-se visível em uma sociedade patriarcal, devendo figurar entre os grandes vultos do

⁸⁶ *Ibid.*; vol. 2, pp.221-234.

⁸⁷ Celia M. M. De Azevedo. "Quem precisa de São Nabuco?". In: *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo, Annablume, 2004.

⁸⁸ A visão dos jornalistas do *Getulino* acerca da posição da mulher na sociedade não deixa dúvidas quanto à sua abordagem patriarcal. A mulher acaba sendo sempre representada como a guardiã do lar e responsável pela criação dos filhos, como veremos no capítulo 5.

⁸⁹ Regina Pahim Pinto, "O movimento negro em São Paulo: luta e identidade". São Paulo, Dissertação de Mestrado/USP, 1993, p.64.

passado brasileiro, independente de seu sexo. Porém, a homenagem não significava a superação dos estereótipos sociais atribuídos à figura da mulher na década de 1920. Ao lhe conferirem, ao lado das qualidades de estadista, os atributos de boa mãe, esposa fiel e filha dedicada, os jornalistas reproduziram sua concepção de mulher ideal. A Princesa Isabel e a construção de sua imagem como a “Redemptora”, serão analisados com mais atenção no próximo tópico, bem como a questão de gênero no interior do discurso do *Getulino* será abordada no próximo capítulo.

Isabel, Gama, Patrocínio, Rui Barbosa e Rio Branco eram apresentados como tendo em comum sua convicção, traçada pelos redatores do jornal, de ardorosos defensores da abolição da escravidão. A celebração dos atos destas cinco figuras já traz, em si, o julgamento que os redatores fazem do processo de luta contra a escravidão: a liberdade foi concedida aos escravos — eis a razão para a princesa branca ser o alvo de tanta adoração — graças à luta empreendida pelos bravos e insistentes abolicionistas, fossem eles negros ou brancos. Como vimos no tópico anterior, a própria celebração do 13 de maio em detrimento de alguma outra data relacionada ao Quilombo de Palmares, alvo apenas de um artigo nos dois anos do jornal, denota a reprodução do discurso hegemônico sobre o papel de passividade do negro e de ativismo do abolicionista branco no período escravista.

O benemerito brasileiro [Rui Barbosa] (...) não obstante pairar, qual águia altaneira, acima das miserias da terra, ouviu, entretanto, os gemidos dos que choravam pela liberdade, e, compadecido de sua dor, formou fileira ao lado dos abolicionistas, sem temer que tal attitude lhe adviessem prejuízos políticos.⁹⁰

Abolicionista de coração [Rio Branco] fez-se advogado ardoroso da grande causa pela qual luctou até ver decretada a henemerita lei n.º 2040 de 28-09-1871, que tornou livres os brasileiros filhos de escravos.⁹¹

⁹⁰ *Getulino*, nº 02, (05/08/1923), p.01. (colchetes meu)

⁹¹ *Getulino*, nº 10, (30/09/1923), p.01.

Em meio a tantos elogios, que enalteciam a coragem e bravura de Rui Barbosa e Rio Branco, devemos observar que muitos textos de Rui Barbosa apresentavam uma visão aristocratizada do escravo, ou seja, sob o olhar de alguém que está inserido no sistema escravista. Celia Azevedo demonstrou que os abolicionistas brasileiros construíram a imagem do escravo sob a forma de um perigo no interior da família brasileira, uma espécie de tumor que iria matando a humanidade do senhor e de sua família⁹². Jamais assimilado no discurso abolicionista como um irmão, sempre visto em posição de inferioridade em relação ao branco, o escravo era descrito como um problema a ser superado e não como um ser humano a ser salvo.

Se os abolicionistas apresentavam tal visão acerca do escravo, como o jornal poderia ignorá-la, celebrando o “humanitarismo” de Rio Branco e Rui Barbosa? Talvez a resposta esteja na forma como os próprios articulistas do jornal vislumbravam seus antepassados. Para eles, a escravidão foi responsável por incutir uma série de vícios no indivíduo negro, em função da ausência do ambiente familiar, da promiscuidade à qual estavam submetidos na senzala e pela crueldade a que foram submetidos.

Somos viciados, somos incultos, somos atrasados e analfabetos?

A culpa não é nossa: interrogae os quatrocentos annos de nosso ferrenho captiveiro, interrogae o miserável regimem de obscurantismo em que fomos creados, interrogae a lei do atavismo e da hereditariedade.

*O nosso livro foi o chicote e a nossa escola foi a senzala.*⁹³

Tal concepção também é encontrada no discurso de muitos abolicionistas, que acreditavam ter a escravidão o poder de degenerar o cativo e animalizá-lo⁹⁴. O cruzamento

⁹² Celia Azevedo, *Abolicionismo Estados Unidos e Brasil*, pp.99-146.

⁹³ *Getulino*, nº 54, (28/09/1924), p.02.

⁹⁴ Celia Azevedo, *Abolicionismo Estados Unidos e Brasil*, pp.102-103.

entre o discurso abolicionista e este produzido pelo *Getulino* indica a incorporação do primeiro pelo segundo, cujo efeito acabava por ser favorável na visão dos redatores em um cenário de luta pela ascensão social do indivíduo negro. Os redatores se valeram da própria imagem do africano e de seus descendentes criada em um meio social racista, para propagandear a sua regeneração social. Em alguns artigos, mesmo a forma como o negro é pintado pelo jornal parece reproduzir fielmente o discurso abolicionista, como podemos averiguar:

*Analfabetos, embrutecidos, alcoolicos, inconscientes, carregam no organismo uma pesadissima contribuição de males hereditarios e heranças atavicas, os pretos constituiram no momento [da escravidão] um **perigoso invasor na harmonia social da nação.*** (grifo meu)⁹⁵

Os articulistas acabavam por construir também uma imagem racializada do escravo, fortemente condicionada por uma tradição escravocrata de concepção dos afro-descendentes, interiorizando a inferioridade e, desse modo, incorporando o discurso hegemônico em circulação na sociedade, além de reforçá-lo. Neste sentido, é mais compreensível que os articulistas ignorassem os pressupostos racistas inerentes ao discurso de Rui Barbosa e outros abolicionistas brancos. Em vez disso, destacavam o “sentimento humanitário” dos mesmos, colocando-os no mesmo patamar que os abolicionistas negros e outros heróis criados pelo jornal.

Quanto aos abolicionistas negros, como José do Patrocínio e Luiz Gama, a origem humilde de muitos deles e o fato de serem negros, não escondem sua posição diferenciada no interior da sociedade escravista brasileira. Graças a seus dotes intelectuais e à relativa tolerância das elites brancas em relação à ascensão social de indivíduos negros, alguns desses abolicionistas obtiveram uma posição de destaque na sociedade. O fato de Patrocínio e Gama possuírem livre trânsito nos meios intelectuais brasileiros não significava a aceitação da ascendência africana dos mesmos pela elite branca, mas tão somente “um esforço refinado de

⁹⁵ *Getulino*, nº 04, (19/08/1923), p.02.

esquecimento disso”, nas palavras de Celia Azevedo⁹⁶. Ainda segundo essa autora, alguns abolicionistas negros, com exceção de Gama, acabavam por assimilar a visão escravista acerca do escravo, encarando “o mundo afro-brasileiro circundante com olhos tão estrangeiros quanto os dos seus companheiros brancos”⁹⁷.

A partir dessas considerações, temos que a exaltação das figuras de José do Patrocínio e Luiz Gama, posta a cabo pelo *Getulino*, não significava, de forma alguma, a aceitação, por parte dos redatores, do escravo como alguém dotado de virtudes, como qualquer ser humano. Mesmo no caso de Luiz Gama, reconhecidamente de orientação mais radical em sua atuação pelo fim da escravidão⁹⁸, as homenagens que lhe foram prestadas silenciaram acerca de sua visão positiva do escravo. Jogado em uma “mesma sacola” com nomes como Patrocínio, Francisco Glicério, Antônio Bento e Campos Sales, Luiz Gama foi despido de seu radicalismo e da sua luta pela defesa das qualidades do indivíduo negro, independentemente de sua situação. Ao adotar o pseudônimo deste abolicionista para dar nome ao jornal, seus redatores tiveram mesmo de tapar os olhos diante de muitas das poesias e cartas deixadas por ele, nas quais considerava legítima a reação violenta do escravo à escravidão⁹⁹.

Além do abolicionismo, como pré-requisito de maior importância para elencar os principais heróis a serem criados, um outro rol de qualidades surgia para a promoção de outros personagens. O patriotismo, a inteligência, o caráter moral, a devoção ao trabalho e a religiosidade cristã apareciam como virtudes comemoradas pelo jornal. Os vultos do passado seriam assim erigidos como exemplos para o presente, ícones a serem respeitados e, mais que isso, imitados. Desse modo, o atavismo do negro seria superado pelo aprendizado no presente.

⁹⁶ Celia Azevedo, *Abolicionismo Estados Unidos e Brasil*, p.124.

⁹⁷ *Ibid.*; p.123. Elciene Azevedo também sustenta interpretação semelhante a respeito da convivência de Gama entre indivíduos de grande relevância política e ideológica de seu tempo. Conferir: Elciene Azevedo, *Orfeu de Carapinha...*, pp.136-138

⁹⁸ Luiz Gama apresentava uma postura muito mais crítica acerca da escravidão, atacando-a com grande intensidade. Porém, ao contrário da visão senhorial, típica dos abolicionistas brancos, seus ataques buscavam valorizar o escravo em seu direito à liberdade, sua beleza e suas virtudes. Para maiores detalhes, consultar: Elciene Azevedo, *Orfeu de Carapinha*. Campinas, UNICAMP, 1999, pp. 65-76; e também Celia Azevedo, *Abolicionismo Estados Unidos e Brasil*, pp.141-142.

⁹⁹ Elciene Azevedo, *Orfeu de Carapinha...*, pp.68-69.

Como já foi dito, os redatores do jornal retratavam o escravo a partir do mesmo prisma do discurso abolicionista do século passado. Desse modo, ao retratarem os grandes indivíduos negros do passado, selecionados como heróis para o presente, é perceptível que em alguns casos eles se deixaram levar pela vontade de embranquecê-los. Assim como os abolicionistas, os jornalistas do *Getulino* sentiam dificuldade em ver no negro a pureza de sentimento e racionalidade, precisando aproximá-lo do branco.

Além de Patrocínio e Gama, outros nomes costumeiramente lembrados no jornal foram os do Conselheiro Rebouças e seu filho, o engenheiro André Rebouças, celebrados como exemplos para o negro no presente¹⁰⁰. Sua ascensão social se deu em meio ao regime imperial, contando com a simpatia de Pedro II. Valorizado pelo seu apego ao trabalho e pela forma honesta como construiu sua reputação dentro da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, o Conselheiro Rebouças foi revestido com a própria mensagem do jornal, alicerçada na defesa da ascensão pelo trabalho e pelo mérito próprio. Porém, após quatro colunas enumerando as qualidades desse nobre homem, o jornal não fez nenhuma referência à negritude do Conselheiro. Quando não se omitia a ancestralidade africana dos Rebouças, buscava-se atenuá-la, classificando-os como “mulatos”.

(...) [o Conselheiro Rebouças] *nunca titubeou norteá-la* [sua vida] *só pelo caminho difícil e espinhoso do trabalho e das provações, no intuito nobre e severo de dar à Família a cultura de um nome tradicionalmente grande, desde a existencia brilhante e gloriosa do notavel Conselheiro Rebouças.*¹⁰¹

¹⁰⁰ A família Rebouças ganhou grande destaque no Brasil Imperial tanto pelas realizações do pai, Antônio Pereira Rebouças, e do filho, André Pereira Rebouças, quanto pela proximidade que obtiveram junto ao Imperador D. Pedro II, permitindo-lhes freqüentar a corte. Mesmo sem instrução formal, o pai obteve do Imperador a autorização para atuar como advogado em todo o território brasileiro, graças ao seu autodidatismo. Sua capacidade oratória o levou a ser eleito deputado no Parlamento, sendo logo depois agraciado com a nomeação de Conselheiro do Império por D. Pedro II. O filho André formou-se em engenharia, tendo construído diversas obras para o Império, além de efetuar viagens ao exterior como meio de aprimorar seus conhecimentos. André se destacou também como um abolicionista obstinado. Conferir: Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

¹⁰¹ *Getulino*, nº 46, (06/07/1924), p.01. (colchetes meu)

O mesmo se dá com José do Patrocínio, tratado como grande representante da “raça negra”, tratado pelo jornal como “mulato”¹⁰². A condição de “mulato” parece conceder a Patrocínio e Rebouças a aura final para sua integração e, concomitantemente, para confirmarem a presença constante da idéia de um Brasil branqueado e unido em torno da bandeira nacional. O princípio de que a comunhão nacional devia se colocar como prioridade acima de quaisquer disputas, apresentava-se desde o primeiro número do jornal, o que também é constatado nessas homenagens feitas a Patrocínio e Rebouças.

Também valorizado como grande patriota, Luiz Gama seria homenageado não apenas pelos retratos e artigos, como também pela própria escolha do nome do jornal¹⁰³. São repetidos os elogios a esse grande vulto do passado brasileiro. Além de sua luta decidida contra a escravidão, também é celebrado pela sua coragem, inteligência, trabalho e amor filial (em seus poemas por várias vezes registrou sua dor após ter sido separado de sua mãe).

*Chamou-se Luiz Gonzaga Pinto da Gama e legou à sua Pátria e a posteridade esse nome recommendado pelas primícias de seu talento, a nobreza de seu character e a **altivez de sua alma tão branca como a verdade.** (grifo meu)¹⁰⁴*

A passagem acima, publicada em um artigo no mês de agosto de 1924, reproduzia um discurso proferido pelo editor-chefe do *Getulino*, Lino Guedes, em comemoração à abertura do *Grêmio Dramático Luiz Gama*, em Campinas. Chama a atenção no pronunciamento de Guedes as suas palavras finais, aproximando-o de um jargão bastante comum na época em que escrevia: eis aí um negro de alma branca! Utilizada com o intuito de dar maior intensidade ao elogio feito a um negro, revestindo a alma deste de brancura, ela percorria a fala não apenas

¹⁰² *Getulino*, nº 38, (13/04/1824), p.01.

¹⁰³ Como vimos na Introdução desse trabalho, Luiz Gama também ficou conhecido como o getulino em virtude da repercussão que uma de suas obras em especial atingiu: *Trovas burlescas de Getulino*. Desse modo, como o próprio jornal revela no editorial de seu número inicial (*O Getulino*, nº 01, 29/07/1923), seu nome é uma homenagem a esse grande abolicionista negro.

¹⁰⁴ *Getulino*, nº 50, (24/08/1924), p.02.

dos brancos, como também dos próprios negros. Em uma sociedade impregnada pelo forte discurso racializante, naturalizador das diferenças entre os seres humanos, era de se esperar que Guedes não conseguisse perceber o toque pejorativo dessa frase. Os redatores do jornal fazem parte dessa sociedade e, além disso, “entram” em um discurso que os antecedia e já desenvolvera as regras para sua aceitação como científico. Inferiorizado em tudo, o negro, quando capaz e vitorioso em suas realizações, era despido da sua negritude e aproximado do branco, pois um negro inteligente só podia ter alma branca; afinal, como diziam as teorias de teor racista, a capacidade intelectual do negro era muito aquém da do branco. Em outro artigo, voltado a homenagear um jurista negro respeitado pelas suas decisões corretas e de alta capacidade técnica, novamente se faz presente esse vocabulário racializante:

*Admirei o seu talento desde essa hora. Não lhe vi a cor.
Elyseu César, quando orava, fazia-se branco (...)*¹⁰⁵

Não podemos cobrar de Guedes e dos demais articulistas a capacidade de “sair” desse discurso, de olharem para a sociedade na qual construíram seus valores — numa relação complexa entre representações sociais e suas próprias escolhas como jornalista e negro — como alguém de fora. Por serem parte do mundo no qual escreviam, ajudando a construí-lo, bem como a negá-lo, eles se valiam das mesmas ferramentas conceituais e lingüísticas de um discurso racializante para elogiar e dar valor ao negro, não discernindo como as palavras podem assumir conotação negativa. Um outro exemplo disso é a grande quantidade de vezes que aparecem no jornal expressões como “a negra situação...”, “o lado negro deste ato...”, ou, uma ainda mais expressiva para esta discussão:

*Corujas da família das “rasga-mortalhas”
estridentemente, soltavam o seu canto horripilante, o qual
sacudia a negra alma de bandido dos agregados, e
mergulhava no mais profundo pavor.*¹⁰⁶ (grifo meu)

¹⁰⁵ *Getulino*, nº 28, (03/02/1924), p.01.

¹⁰⁶ *Getulino*, nº 10, (30/09/1923), p.02.

A alma branca seria clara referência à boa índole, logo, é bastante coerente que a alma negra fosse sinônimo de marginalidade. A presença dessa outra expressão, entre várias outras de mesmo tom em relação à palavra negro, reforça o que afirmei anteriormente. Surgindo na linguagem corrente, recheada de expressões essencializantes, as palavras “negro” ou “negra” simplesmente passavam despercebidas quando não faziam referência explícita ao afro-descendente, do mesmo modo que até os dias atuais termos como “mulato”, “denegrir” e “judiar” perpassam discursos de diferentes procedências nos dias atuais.

A religiosidade cristã também aparece como um atributo bastante valorizado pelo jornal. Dessa forma, um ex-escravo, chamado Tito de Camargo Andrade aparece como único campineiro negro já falecido a ser homenageado pelo jornal. O compositor Carlos Gomes, também campineiro e afro-descendente, receberia homenagens, contudo o jornal se exime de revelar a tonalidade de sua pele. Mestre Tito, como era comumente conhecido o ex-escravo, ganhou o apreço da população negra de Campinas em função de seus esforços na construção da primeira Igreja de São Benedito na cidade. Descrito como um homem trabalhador, bom pai de família e muito devotado ao culto católico do santo negro, ele representava o ideal masculino que o jornal buscava estimular entre seus leitores. Ao lado dele, o bispo de Campinas D. João Nery, também falecido à época, seria lembrado algumas vezes pela sua bondade e doação aos pobres da cidade, uma alma cristã a serviço da beneficência.

O projeto, traçado pelo jornal, de servir como uma espécie de guia para a juventude negra da cidade, revelava-se na seleção de personagens feita aqui e sua construção enquanto exemplos de integridade e honestidade. Personagens negros e brancos apareciam juntos, lado a lado, como era o grande sonho dos redatores para o futuro.

¹⁰⁷ *Getulino*, nº 16, (11/11/1923), p.02.

Não importa a coroa, todos são reis

*Dos captivos a enorme desgraça
Entronou-se no seu coração
E por ter libertado a raça
Viu seu throno lançado no chão!
Mas um throno maior, sobre as almas,
Conquistou essa grande Senhora
Que entre bênçãos e louros e palmas
Se tornou Isabel – Redemptora!
Digna Filha de Pedro Segundo
De seu Pae recebendo as lições (...)¹⁰⁸*

Apesar da diversidade de opiniões em diferentes assuntos, nos artigos que tomam como tema a luta abolicionista, uma afirmativa ganhava o *status* de consenso absoluto entre os jornalistas do *Getulino*: os representantes da família imperial concentraram suas forças na luta pelo fim da escravidão. Tratada como um dos grandes desejos de Pedro II e consumada por um gesto da pena da Princesa Isabel, a abolição de 1888 é comemorada efusivamente pelo jornal.

A imagem de Pedro II que se cristalizou na lembrança de muitos brasileiros é a de um Imperador sem escravos, benigno com os homens negros que circulavam na corte, simpático à causa abolicionista. Adotando uma simbologia que mesclava aspectos próprios da cultura europeia com as vicissitudes brasileiras (mestiçagem e o clima tropical, entre outros), Pedro II buscou afirmar sua autoridade em meio a uma aristocracia arreada e instável politicamente. Para tanto, o Imperador manteve uma postura ambígua quanto à escravidão e, como revela Schwarcz, “usou timidamente de seu poder de forma mais explícita no sentido de apressar a abolição desta”¹⁰⁹. Porém, a inocência do Imperador e de sua família diante da persistência do regime escravista foi persistentemente defendida pela imprensa negra em geral,

¹⁰⁸ *Getulino*, nº 30, (17/02/1924), p.02. Trata-se de um hino composto por Múcio Teixeira para inauguração de um monumento em homenagem à Princesa Isabel, no Rio de Janeiro, em 1924.

¹⁰⁹ Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p.324.

na qual se insere o *Getulino*. Era a mesma postura assumida por políticos e intelectuais de inclinação monarquista¹¹⁰.

*(...) haja vista o visconde de Itaborahy quando, como presidente do conselho ministerial, reagindo contra a vontade benfazeja do Imperador, se oppunha à emancipação.*¹¹¹ (grifo meu)

*O imperador, porem, parecia preocupado com o problema e, tal como o fizera com os conservadores desde 1868 até 1871, buscava, entre os liberaes quem quizesse assumir a responsabilidade de officialisar o movimento libertador.*¹¹²

Pedro II foi moldado segundo a imagem de um monarca paternal, cuja preocupação social se destacava no sentido de conceder a liberdade àqueles que se encontravam escravizados. Para os articulistas do *Getulino*, não faltaram provas do esforço do Imperador em extinguir a infame instituição escravista. Valendo-se de sua autoridade, nomeou diferentes ministérios com a esperança de obter o apoio parlamentar para tal empreitada, contudo seus esforços pareciam não atingir o resultado esperado.

*No tempo da Monarchia a vontade do Imperador e a boa disposição de um ministerio esbarram por vezes na resistencia parlamentar, não logrando o que pretendiam mesmo quando a pretenção consubstanciava uma idéia humanitaria...*¹¹³

¹¹⁰ Quanto à forma como os jornais exaltaram a família imperial, conferir: Regina Pahin Pinto, "O movimento negro em São Paulo: luta e identidade", pp.198-199; Marina Pereira de A. Mello, "O ressurgir das cinzas: negros paulistas no pós-abolição". São Paulo, Dissertação de Mestrado/USP, 1999, pp.117-120; Petrônio J. Domingues. "Uma história não contada: negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo". São Paulo Dissertação de Mestrado/USP, 2000, pp.274-275. Na questão que envolve os interesses políticos de cunho monarquista envolvidos com a defesa da referida inocência da família real, ver Daibert Jr., *Isabel: a redentora dos escravos*, 81-141.

¹¹¹ *Getulino*, nº 03, (12/08/1923), p.01.

¹¹² *Getulino*, nº 48, (10/08/1924), p.01.

¹¹³ *Ibid.*; p.01.

O paladino da abolição, como o monarca foi retratado, enviava projetos para o Parlamento, nomeava chefes de gabinete simpáticos à idéia de abolir a escravidão, concentrava suas forças nesta luta que parecia ser o motor de sua existência. Contrapondo-se à suposta vontade imperial, surgia no jornal a imagem de um Parlamento dominado por interesses ligados à grande lavoura, alheio aos clamores de Pedro II e da sociedade, unicamente imbuído da vontade de manter o condenável regime escravista, acreditando ser ele o fruto de sua prosperidade.

Apesar da insistência do Imperador, Olinda foi demorando a convocação do Conselho de Estado. (...) Só no anno seguinte o novo Ministério, presidido por Zacharias de Góes e Vasconcellos, fez discutir no Conselho de Estado os projectos de Pimenta Bueno, cujas idéas capitaes foram então acceitas, menos da fixação do prazo para a abolição total. (grifo meu)¹¹⁴

Mesmo em outro artigo, como o da passagem acima, persistia o esforço de jogar sobre os parlamentares todo o ônus da manutenção da escravidão no país. Fosse o Conde de Itaboraí ou o Marquês de Olinda, políticos que ocuparam a função de primeiro-ministro, todos pareciam boicotar o Imperador, até o momento em que Vasconcellos, finalmente atendendo àquele que o nomeara para o cargo de chefe do gabinete de ministros, FEZ o projeto de abolição ser discutido. Tendo o poder Moderador à sua disposição, é difícil entender como o Imperador, tão decidido a pôr fim ao regime escravista, tinha suas opiniões seguidamente ignoradas. Apesar das fortes críticas dirigidas ao Imperador pelos republicanos, recorrentes entre os últimos anos do Império e os primeiros da República, os articulistas descartavam qualquer tipo de olhar crítico sobre os fatos que cercavam o Poder Moderador, que claramente denunciavam a postura ambígua de Pedro II, já citada no início deste tópico.

¹¹⁴ Getulino, nº 27, (27/01/1924), p.02.

Com o mesmo afincamento com o qual defenderam a inocência do Imperador perante a manutenção da ordem escravista, os redatores do jornal também centraram esforços na cristalização da imagem da Princesa Isabel como a “protetora da raça negra”.

*Isabel, a Redemptora é bem a encarnação do amor ao próximo, é o anjo protector da raça negra, a quem ella num gesto de bondade concedeu liberdade relativa em 28 do andante dando-a plena e integral em 13 de Maio de 1888.*¹¹⁵

Valendo-se da expressão cunhada pelo abolicionista José do Patrocínio¹¹⁶, ainda no século XIX, o jornal concederá a Isabel atributos unicamente positivos. Sua generosidade e humanitarismo são celebrados como os responsáveis por levá-la a “conceder” a liberdade aos escravos brasileiros. Os verbos “conceder” e “dar” não devem passar despercebidos no trecho acima. Alinhando-se com a perspectiva já apresentada pelo jornal em outros artigos acerca da abolição, esta homenagem à Princesa ignorava os esforços dos próprios cativos contra a escravidão em séculos de exploração. Aos leitores é transmitida a impressão de que os antigos cativos deviam sua liberdade à própria sociedade que os explorava.

Tal veneração à família imperial brasileira por parte do jornal, não deve, entretanto, ser interpretada simploriamente como resultado exclusivo da gratidão por um gesto do passado (a Abolição de 13 de maio) que, década após década, fora ornamentado na literatura nacional pela aura do humanitarismo. Menos ainda como uma espécie de nostalgia provocada pela nova realidade competitiva do pós-abolição, como defende Marina Pereira Mello, levando o afro-descendente a sentir a ausência das relações paternalistas próprias do Império, possivelmente personificadas nos membros da família imperial¹¹⁷. A história da família imperial, do mesmo modo que a escravidão e a África, encaixavam-se no complexo jogo de construção de uma memória coletiva posta a cabo pelo jornal.

¹¹⁵ *Getulino*, nº 10, (30/09/1923), p.01.

¹¹⁶ Schwarcz, *As barbas do Imperador*, p.438.

¹¹⁷ Marina Mello, “O ressurgir das cinzas”, p.118.

*Com a morte desta grande Princesa justamente adorada pelo mundo inteiro pelos seus raros dons políticos aliados às extraordinárias qualidades da mãe de família brasileira e ao espírito altamente cristão que presidia todos os seus actos (...)*¹¹⁸

Ao recriar a imagem da boa princesa que trouxe a liberdade aos indefesos e sofridos cativos brasileiros, os jornalistas também a definiram sob o olhar que dirigiam à mulher do presente no qual estavam inseridos. Além da performance política já destacada e elogiada da Princesa, sua vocação para a maternidade e sua devoção religiosa são celebradas como os valores que, finalmente, arrematam todas as condições para que ela se tornasse a mulher ideal. Tal visão corrobora a forma como o jornal em si interpreta o papel social da mulher: boa mãe, boa esposa, um anjo dedicado ao lar e preocupada com a formação moral de seus filhos¹¹⁹. A imagem de Isabel em seu simulacro de “mulher” como exposto neste parágrafo, já era, aliás, impulsionada desde o tempo da abolição, novamente pelo seu mais ardoroso correligionário pós-Treze de Maio, José do Patrocínio:

*Toda esta grande revolução social (...) foi feita por um coração, e esse coração aninha-se no peito de uma senhora, que é filha, que é esposa, que é mãe, reunindo as três fases sublimes da mulher, da humanidade! Filha, quis aureolar o reinado de seu pai; esposa,, reabilitou o lar doméstico, reabilitando o trabalho que é ma consolidação e a moralização da família (...)*¹²⁰

Harmonizando-se com essa imagem do feminino, Pedro II, por seu turno, seria investido também dos valores que, de algum modo, representavam o modelo de homem ambicionado pelo *Getulino* da década de 1920.

Como, pois, desse consórcio [matrimônio de Pedro I e da Imperatriz Leopoldina] nasceu Pedro de Alcantara,

¹¹⁸ *Getulino*, nº 18, (25/11/1923), p.01.

¹¹⁹ Sobre a representação construída pelo jornal para a mulher, conferir o próximo capítulo, no qual também serão discutidas outras representações que pesavam sobre o elemento feminino no Brasil.

¹²⁰ Extraído de Daibert Jr., *Isabel, a “Redentora dos escravos”*, p.102.

*marido fiel e pae bondoso, esculpriosos estadista homem de estudo e de serenidade, sem ambições perigosas e singelo democrata e desprendido até do conforto e do luxo que até seduz os animaes de raça?*¹²¹

Imediatamente nos vêm à cabeça a tradicional e conhecida imagem do monarca com sua longa barba branca, olhos ternos e pose austera, sentado ao lado da Imperatriz e em cujo ombro se apoiava a mão da filha, Isabel. “Marido fiel e pai bondoso”, eis as qualidades que primeiro se inscreviam na apresentação do monarca. A imagem do feminino, desenhada a partir da princesa Isabel, encontrava sua metade simétrica na representação do masculino encarnada pelo Imperador.

Completando essa imagem de forte apelo familiar, o articulista ainda reconhece em Pedro II a serenidade, o deleite pelos estudos e o respeito à democracia. Pode-se afirmar que tal representação não se originou das colunas do *Getulino*. Ainda no século XIX, através de pinturas e fotografias, o Imperador buscou retratar a si mesmo com símbolos próprios da modernidade, como livros, globos terrestres e vestimenta cosmopolita, como nos revela Schwarcz¹²². Não restam dúvidas quanto à imagem do Imperador que se fixou na nossa historiografia: um homem moderno, culto e equilibrado.

Contudo, esta representação não deixa de ser útil aos redatores do *Getulino* na década de 1920. Para os redatores do jornal, a educação era fundamental no processo de “qualificação” do negro para sua ascensão social e aceitação por parte dos brancos, que mantinham semicerradas as portas da cidadania à penetração daquele. Desenhava-se assim, o perfil de homem e mulher acalentados pelo *Getulino* para os anos futuros: dedicados à família, cultos e diligentes.

Acredito que o *Getulino* concebeu o Imperador emprestando do passado as representações acima descritas, mediadas por um discurso moderno que definia qual o padrão

¹²¹ *Getulino*, nº 63, (30/11/1924), p.03. (colchetes meus)

¹²² Schwarcz, *As barbas do Imperador*, pp.323-333.

de comportamento adequado a um homem de respeito e posição. A presença de termos próprios do discurso do racismo científico, em outro artigo qualificativo das virtudes do Imperador, reforça essa afirmação da força que o presente exercia sobre a imagem do passado nos textos desses jornalistas.

Dados os antecedentes pittorescos de seu progenitor, Pedro I, príncipe irrequieto e folgazão, era de esperar que o segundo monarca brasileiro, colhido pelas taras do atavismo, fosse também um indivíduo patusco e dado a cavallarias altas (...)

Se não quizermos aceitar uma predestinação exceptual que nelle confirmasse o Direito Divino, temos, surpresos, de o incluir na categoria dos “self made man...”¹²³

No trecho acima, o articulista deixa transparecer a luta travada ao longo dos vários números do *Getulino*. Alinhando-se a teorias racistas muito em voga em sua época, ele reconhece, tacitamente, a idéia de que os aspectos comportamentais do indivíduo não dependem de sua vontade, mas de fatores como a hereditariedade (atavismo)¹²⁴. Por isso, “era de se esperar” que Pedro II tivesse os mesmos vícios que o pai. Contudo, “surpresos”, o articulista e seus leitores devem reconhecer que o jovem monarca venceu o atavismo e tornou-se um homem repleto de virtudes.

Essa análise sobre a ascendência de Pedro II, claramente dialógica em relação ao debate sobre “raça” e hereditariedade que se desenvolvia naquela época, não é gratuita. Devemos atentar para seu caráter didático, ao servir como exemplo para os leitores do jornal. A mensagem é evidente: assim como o Imperador, o negro do presente também poderia se livrar dos vícios do passado, *fazendo-se a si mesmo (self made man)*.

A postura comemorativa que o jornal assumiu em relação a Pedro II e Isabel, em detrimento de outros personagens do passado, não foi fruto unicamente da intencionalidade de seus redatores. Nas primeiras décadas da República, em meio a novos símbolos e rituais,

¹²³ *Getulino*, nº 63, (30/11/1924), p.03.

¹²⁴ O debate racial das décadas citadas foi apresentado no capítulo I.

persistiu uma imagem muito positiva destes membros da família imperial¹²⁵. Sem dúvida, a escolha dos redatores levou em consideração o apego de seus leitores a essas representações. Porém, não foi somente através de uma política oficial que elas se impuseram no imaginário social.

É certo que a historiografia brasileira, principalmente sediada nos salões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), trabalhou no sentido de manter em curso o processo de mitificação do Imperador Pedro II e da Princesa Isabel, iniciado ainda durante seu reinado. Como nos revela Daibert Jr., a proximidade do fim do Segundo Reinado, levava os defensores da monarquia brasileira a se articularem na consolidação da imagem de Isabel como a futura governante do país. Nesse sentido, atrelá-la à causa abolicionista aparecia como uma estratégia adequada, diante do desgaste que o regime escravista sofria ao longo da década de 1880¹²⁶.

Entretanto, é importante considerar que para a consolidação do mito, a receptividade popular teve de existir. Entre negros e brancos, determinadas formas de apreender o mundo à sua volta, contribuíram para a aceitação da imagem de Pedro II construída pelos veículos oficiais.

Nesse sentido, Schwarcz destaca que “em pleno território brasileiro, reis e nobres africanos, vendidos como escravos por motivos de guerra ou por simples desafetos (...) buscaram reconstruir estruturas políticas e religiosas de suas terras distantes”¹²⁷. Em sintonia com Schwarcz, Daibert Jr. defende a tese de que o Imperador brasileiro foi incorporado, mas as práticas culturais trazidas de várias regiões africanas não se anularam por isso. Segundo ele, Pedro II conviveu, no imaginário dos afro-descendentes, junto de reis e rainhas africanos celebrados a cada festa popular brasileira, que como muitos outros elementos de nossa cultura, nasceu nas senzalas para depois adentrar à casa-grande¹²⁸. Enquanto o Imperador branco era

¹²⁵ Schwarcz, *As barbas do Imperador*, pp.495-527.

¹²⁶ Daibert Jr., *Isabel, a “Redentora dos Escravos”*, p.85.

¹²⁷ Schwarcz, *As barbas do Imperador*, p.14.

¹²⁸ Daibert Jr. *Isabel, a “Redentora dos Escravos”*, pp.163.

aclamado nas sacadas do palácio imperial, os reis e rainhas negros eram coroados todo ano nas Congadas e Cavalhadas. Entremeadas pelo cotidiano dos terreiros de religiosidade africana, essas festas despertaram o sentimento de simpatia dos afro-descendentes para com a instituição monárquica, sem dúvida, contribuindo para a mitificação de Pedro II e Isabel, como argumentou Daibert Jr¹²⁹.

Abolida a escravidão, nem todos os libertos captaram em sua retina o reflexo redentor da Princesa e do Imperador. Não por acaso, 600 deles reunidos no Largo São Benedito, em Campinas, redigiram um manifesto afirmando que a abolição era obra do “povo e do exército brasileiro”¹³⁰. Contudo, os discursos inflamados de José do Patrocínio em defesa da família imperial e o surgimento de vários batalhões da Guarda-Negra¹³¹, espalhados por grandes cidades brasileiras, são mais evidências no sentido de confirmar a atração que a monarquia brasileira exerceu sobre os afro-descendentes após a abolição.

Apesar dos esforços insistentes das novas autoridades republicanas que se alçaram ao poder em 1889 para encontrar um novo herói nacional, no seio da população e também da militância negra no Brasil, por muitas décadas ainda seria mantido o culto quase sagrado às figuras da Princesa Isabel e de seu pai, o Imperador Pedro II¹³². Sua construção como os grandes batalhadores na luta contra a escravidão apenas sofreria uma contestação mais consistente em meados da década de 1970, quando, segundo Regina Pahim e Celia Azevedo, o movimento negro assume uma postura mais crítica em relação ao seu passado¹³³. A fusão entre uma imagem que emergia do passado com os valores defendidos no presente (da década

¹²⁹ *Ibid.*; pp. 163-167.

¹³⁰ Maria L. de S. R. Ricci, *Guarda Negra: perfil de uma sociedade em crise* (mimeo), Campinas, 1990, p.132.

¹³¹ A Guarda-Negra teve como propositos o próprio José do Patrocínio, então deputado imperial. Sua idéia obteve boa acolhida no ministério Ouro Preto, logo após a abolição, sendo posta em prática. Formados exclusivamente por homens negros, os batalhões da Guarda Negra se arrogavam a tarefa de defender o trono imperial, cerceando os possíveis abusos cometidos pelos republicanos contra a Princesa e seu pai. Conferir: Ricci, *Guarda Negra: perfil de uma sociedade em crise*.

¹³² Sobre o processo de instituição dos novos símbolos concernentes ao regime republicano então proclamado, conferir: José M. de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

¹³³ Celia M. M. de Azevedo, “13 de Maio e Anti-Racismo”. In: *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo, Annablume, 2004, pp.87-88; Regina Pahin Pinto, “O movimento negro em São Paulo: luta e identidade”, pp.383-387.

de 1920), revestiu a imagem desses soberanos com a roupagem do futuro desejado pelos redatores do *Getulino*.

Que África queremos?

Ao analisar as culturas expressivas daquilo que denominou de “Atlântico Negro”, Paul Gilroy destacou a formação de comunidades de sentimento e interpretação em torno das áreas cuja presença africana era sentida, como por exemplo na América anglófona e no próprio continente africano¹³⁴. No processo de construção de uma memória coletiva responsável por dar suporte a tais comunidades, não poderiam estar ausentes as representações sobre o território a partir do qual projetavam sua origem, ou seja, a África. No *Getulino*, ela aparece em vários artigos, permitindo-me esboçar um desenho de como ela foi apropriada e interpretada pelos seus jornalistas, construindo assim mais uma representação possível sobre ela.

Como demonstraram Stuart Hall, estudando o pan-africanismo no Caribe, e Kwame Appiah, em suas análises sobre a África, é impossível pensar esse continente como uma unidade territorial homogênea, portadora de uma cultura comum transmitida a todos os seus habitantes e os descendentes destes que, porventura, tenham sido deslocados para outros continentes¹³⁵. Cada região e sua população, no interior da África, apresentavam costumes e práticas bastante distintas, aspecto que explica porque os próprios africanos não se reconheciam como semelhantes. Como destacaram Fernando Rosa Ribeiro e Patrícia de Santana Pinho, o conceito de África foi inventado, bem como as tradições africanas, por intelectuais negros norte-americanos fundadores do discurso pan-africanista¹³⁶. Circulando

¹³⁴ Paul Gilroy, *O Atlântico Negro*, p.369.

¹³⁵ Em seu livro *Da Diáspora: identidades e mediações culturais* (Belo Horizonte, UFMG/UNESCO, 2003), Hall compilou uma série de artigos escritos por ele em diferentes publicações, refletindo sobre o conceito de Diáspora, discutindo em vários deles a questão da África como uma representação, com destaque para “Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior”, pp.40-41. Com relação a Appiah, conferir seu livro *In my fathers house* (New York, Oxford University Press, 1993), com maior atenção para os capítulos VIII e IX, nos quais discute a questão referente à construção da identidade africana.

¹³⁶ Fernando Rosa Ribeiro, “O que é ser negro ou africano, afinal de contas?”, *Estudos Afro-Asiáticos*, 27, pp.203-211, 1995; Patrícia de Santana Pinho, *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo, Annablume, 2004, pp. 58-60.

através de diferentes meios, como jornais da imprensa negra editados nos Estados Unidos, livros e palestras ministradas por seus representantes, o pan-africanismo contribuiu para a mitificação da África como a terra de origem de todos os negros espalhados pela América e Europa, constituindo-se em uma comunidade imaginada para muitos militantes negros¹³⁷. Valendo-se das mesmas ferramentas conceituais da cultura ocidental à qual tentavam se opor, os defensores do pan-africanismo passaram a veicular a idéia de que existiria uma consciência comum africana, uma essência compartilhada por todos os negros.

Vários artigos do *Getulino* acusam o contato de seus redatores com o discurso do pan-africanismo, indicando possivelmente um diálogo com as representações veiculadas por ele. Em um artigo dedicado a informar os leitores sobre a realização de um congresso negro nos Estados Unidos, os redatores parecem até mesmo confirmar um contato mais direto com algumas organizações pan-africanas norte-americanas.

É esse congresso organizado sob os auspícios da Associação Universal para melhorar a sorte dos negros, e presidido pelo Sr. Marcus Garvey, contando mil delegações do mundo inteiro, principalmente dos Estados Unidos, das Índias Occidentaes e da Africa do Norte. O seu objectivo é formar uma vasta união politica destinada a proteger e a fazer respeitar os direitos da raça negra. (...)

*O encerramento desse congresso dar-se-á em Fevereiro do anno proximo, com uma grande exposição, onde figurará uma colleção completa do Getulino encadernado a marroquim, a qual irá attestar o grau de adiantamento da nossa gente no Brasil.*¹³⁸

O militante negro jamaicano Marcus Garvey foi um dos principais líderes do pan-africanismo tanto nos Estados Unidos como no Caribe, servindo de inspiração para muitos líderes ansiosos por dar forma a uma identidade africana e negra primordial. Ao citar a UNIA (Universal Negro Improvement Association), entidade fundada em 1914 por Garvey, os

¹³⁷ Pinho, *Reinvenções da África na Bahia...*, p.28.

¹³⁸ *Getulino*, nº 58, (26/10/1924), p.02.

redatores demonstravam, ao menos, saber de sua existência e receber algum tipo de informação acerca das suas propostas¹³⁹. A afirmação, no fim da citação, de que o jornal teria enviado uma mostra de sua coleção completa ao congresso, para ser posta em exibição ao final dele, praticamente confirma a existência de algum tipo de conexão direta com os organizadores do congresso. Em vista dos colaboradores do jornal, como Evaristo de Moraes, destacado advogado negro do Rio de Janeiro, e Lacerda Werneck, jornalista possivelmente branco e oriundo de uma família tradicional carioca, essa hipótese se torna plausível, pois ambos poderiam ter acesso à literatura norte-americana e, mesmo, a militantes daquele país, servindo de ponte entre estes e os redatores do *Getulino*.

Em outro artigo, o jornal reproduz a opinião de um militante negro, presente ao Congresso já divulgado, sobre o agendamento do próximo encontro mundial dos negros para Paris, no ano seguinte. Distante poucos dias do anúncio inicial, essa informação demonstra como as notícias chegavam com certa rapidez aos redatores do *Getulino* e, além disso, que o conteúdo desses congressos não era de todo desconhecido dos membros do jornal.

“Não ha vantagem em falar com temor do formidavel movimento pan-negro. Elle não é contra a França ou contra a raça branca. Qualquer agitação que possa existir e contra certos methodos de civilização que duram demasiado tempo e devem desaparecer.(...)”¹⁴⁰

Por fim, a reprodução de um artigo extraído de um jornal português (a fonte não é citada pelo jornal), discutindo duas correntes distintas e rivais no movimento pan-africano norte-americano e europeu, confirmam estarem os redatores do *Getulino* atualizados em relação aos debates travados pelo movimento pan-africano¹⁴¹. Neste artigo, Garvey é novamente citado,

¹³⁹ Marcus Garvey defendia uma proposta de separação total entre as “raças” negra e branca no interior dos Estados Unidos, além de se mostrar favorável ao retorno dos afro-descendentes à África, tomando o que lhes pertenceria das mãos dos brancos. Garvey foi uma das vozes mais ouvidas do movimento pan-africano e é muito citado por diversos outros militantes norte-americanos. Conferir: Rhoda Lois Blumberg, *Civil rights: the 1960's freedom struggle*. Boston, Twayne, 1991, p.25.

¹⁴⁰ *Getulino*, nº 63, (30/11/1924), p.01.

¹⁴¹ *Getulino*, nº 28 (03/02/1924), p.02.

dessa vez como opositor de um grupo pan-africano caracterizado como pacifista e integracionista, liderado por W. E. B. Du Bois e sediado na NAACP (National Association for the Advancement of Colored People)¹⁴². Pela correção das informações prestadas pelo artigo sobre esses dois militantes e suas idéias, não há como negar o fato do discurso pan-africanista ser conhecido pelos articulistas do *Getulino*, mesmo se mediado pelo relato de outros colaboradores ou pela imprensa de língua portuguesa. Apenas como especulação, acredito terem sido duas as motivações dos redatores para reproduzir esse artigo português. Primeiro, pelo aspecto didático do texto, pois compara de forma imparcial as duas correntes, apesar de emitir um julgamento no final, quando as considera mais inimigas entre si que dos próprios brancos. Segundo, pelo fato de estar no idioma português, pois os responsáveis pelo *Getulino* podiam não dominar a leitura em língua inglesa, detalhe que lhes restringia o acesso aos textos originais de Du Bois e Garvey.

*De tudo isto concluímos nós, "por nossa conta e risco", que ha presentemente duas correntes em divergencia, quanto áquillo a que ambas chamam a emancipação dos negros. Uma dirigida pelo americano Burghardt du Bois preconisa a união dos homens de cor para, pela propaganda, obter dos governos dominadores o maior numero de garantias possivel a favor dos dominados; outra, chefiada por um outro americano, o tal Marcus Garvey, que pretende conseguir a apropriação da Africa em favor dos negros, ou queiram ou não os brancos; estas duas correntes são (pelo menos assim nos pareceu) mais inimigas uma da outra que dos proprios brancos*¹⁴³.

¹⁴² W. E. B. Du Bois desenvolveu sua militância após ter concluído sua graduação em sociologia na Fisk University e sua pós-graduação na Harvard University, percorrendo o sul dos Estados Unidos, onde pode conhecer a realidade segregacionista daquela região. Suas primeiras obras se voltaram para o debate a favor da integração, contudo com uma proposta oposta à de Booker T. Washington, diretor do Tuskegee Institute. Enquanto este defendia uma integração sob a tutela da elite branca e a partir da absorção de um comportamento por ela definido, Du Bois afirmava a necessidade do negro norte-americano reivindicar sua cidadania, conciliando sua identidade negra com a nacional. Conferir: David L. Lewis, *W. E. B. Du Bois: biography of a race*. New York, R. Holt, 1990; e também minha monografia de conclusão da graduação, "Semeadores de Esperança em um Campo Devastado: estudo comparativo das propostas integracionistas de três líderes negros nos Estados Unidos". Campinas, IFCH, 2002.

¹⁴³ *Getulino*, nº 28, (03/02/1924), p.02.

No discurso pan-africanista, como demonstraram Appiah e Gilroy, a África foi significada como um espaço mítico, recuperada em seu passado pré-conquista europeia como um mundo civilizado e culturalmente superior ao de seus invasores¹⁴⁴. Como analisou Fernando Rosa Ribeiro, valendo-se do mesmo instrumental conceitual das sociedades ocidentais que buscava criticar, os intelectuais do pan-africanismo “tiveram de construir uma cultura e identidade negra e africana que se contrapusessem às identidade e cultura européias que os rejeitavam como inferiores”¹⁴⁵.

É importante perceber, no caso do *Getulino*, também uma mitificação da África, porém sob um enfoque muito mais tênue se comparado aos relatos produzidos pelos intelectuais negros americanos. A forma a partir da qual o jornal representará a África segue na mesma direção já apontada por Ribeiro na experiência americana, ou seja, seu imaginário será constituído por imagens captadas por olhos habituados em uma cultura ocidental, conduzidos por valores próprios da sociedade na qual se inseriam.

São reduzidas as referências feitas no jornal ao continente africano, constituindo-se de artigos pequenos, com poucas linhas e posicionados sempre nas páginas intermediárias do jornal. Atenção especial foi concedida à Abissínia, atual Etiópia, destacando o reinado de seus monarcas como exemplos dignos de serem lembrados para exaltar a capacidade dos povos africanos. Na edição de número 46 uma pequena nota comenta descobertas arqueológicas da época feitas em sítios neste país africano.

Rainha de Sabá era negra

*Pinturas existentes nesses tumulos provam evidentemente que todos aquelles monarchas eram negros como o povo que governavam. Inscricções encontradas em Saboea mostram ter sido esta a cidade de onde a formosa rainha sahiu para ir visitar Salomão. É provavel portanto que ella tenha sido negra como os demais soberanos da Ethiopia.*¹⁴⁶

¹⁴⁴ Appiah, *In my fathers house*; Gilroy, *Atlântico Negro*.

¹⁴⁵ Fernando Rosa Ribeiro, “O que é ser negro ou africano”, p.208.

¹⁴⁶ *Getulino*, nº 46, (06/07/1924), p.02.

Como Hall constatou, a Etiópia assumia importante significado no discurso pan-africanista, sendo mitificada como o berço do primeiro reino cristão controlado por soberanos negros¹⁴⁷. Se não incorporaram esse mito completamente, os articulistas do *Getulino*, ao menos, dialogaram com ele, visto sua tendência em associar a Etiópia aos negros e valorizar sua história. Essa primeira citação confirma esse intuito. Referindo-se a uma história inventada no século XIII por uma dinastia etíope, o jornal busca subsídios para afirmar a origem negra dos monarcas desse reino. Como revelou John D. Fage, boa parte da população etíope se convertera ao cristianismo ao longo do século IV, inclusive seus soberanos, resistindo posteriormente à expansão islâmica entre os séculos VII e VIII¹⁴⁸. Após um período de decadência comercial e política devido ao isolamento do país, resultado da tomada do norte da África pelos árabes, a dinastia salomônica conseguiu restaurar seu poder e criou, como meio de legitimá-lo, a lenda de que os reis da Etiópia descendiam do matrimônio entre o rei bíblico Salomão e a rainha do reino de Sabá¹⁴⁹.

Por ser uma das três únicas nações livre do continente africano no início do século XIX e, também, por possuir uma população de maioria cristã, a Etiópia aparenta ter exercido certa atração nos articulistas do jornal. Como vimos, os redatores tinham contato com o discurso pan-africano, possivelmente sua fonte para conhecer esta nação africana, razão pela qual a reproduzem também sob um enfoque mítico. Os articulistas não deviam ter acesso a maiores informações sobre a Etiópia por meio de outras fontes, a não ser os próprios jornais brasileiros, pois em um artigo no qual se propuseram a analisar a história desse país, chegaram a transmitir uma informação equivocada.

Poucos países revelam, como a Abyssinia, tão assinalada mudança em tão curto período, que são os dez annos decorridos desde a morte de seu "velho grande

¹⁴⁷ Hall, "Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior", in: *Da Diáspora*, p.42.

¹⁴⁸ John D. Fage, *História da África*. Lisboa, Edições 70, 1978, p.63-65. Ver também Elizabeth Isichei, *A History of African Societies to 1870*. New York, Cambridge, 1997, pp.202-208.

¹⁴⁹ *Ibid.*; p.126.

homem”, Menelick, cujo espírito progressista era por tal forma notável que a Itália achou acertado conceder a independência ao seu antigo império da Etiópia.¹⁵⁰

Entre 1883 e 1889, buscando satisfazer seu projeto imperialista na África, a Itália inicia uma aproximação com nobres rivais ao imperador etíope João IV na tentativa de desestabilizar seu reinado e lhe tomar o território. Dominando o sul da Etiópia e mantendo um acordo com João IV para ser seu sucessor, o rei Menelique recebeu apoio e armas dos italianos para confirmar sua ascensão ao trono em 1889¹⁵¹. Contudo, ao contrário do que previam seus antigos aliados, Menelique não permitiu que controlassem a Etiópia em um regime de protetorado, levando a uma incursão de tropas italianas ao país que acabaram por ser derrotadas em 1896, sepultando por quarenta anos os interesses imperialistas da Itália sobre este país¹⁵².

A Itália falhara ao tentar invadir e conquistar a Etiópia, não sendo esta parte do império italiano como afirmava erroneamente o jornal, tendo caído sob domínio italiano apenas em 1936¹⁵³. A afirmação de que a Itália teria cedido a independência à Etiópia parece ser fruto de uma interpretação equivocada do “Acordo Ucciali”, assinado entre o governo italiano e Menelique¹⁵⁴. Sendo entendido por cada um dos signatários de forma conflitante, o acordo não confirmou o reconhecimento do Estado Etíope pelos italianos e, sim, foi sucedido pelo confronto entre os dois. Certamente, o jornal retirou esses dados de outra fonte, importando os erros que constatamos para seu próprio artigo, aspecto que demonstra o conhecimento precário dos articulistas do *Getulino* sobre as nações africanas. Essa constatação reforça a hipótese do

¹⁵⁰ *Getulino*, nº 26, (20/01/1924), p.02.

¹⁵¹ Fage, *História da África*, p.384.

¹⁵² *Ibid.*; p.392.

¹⁵³ Apesar do fracasso de Ádua (1896), quando foi derrotada pelas tropas do rei Menelique, a Itália voltaria a atacar a Etiópia em 1935 e 1936, sob o regime fascista de Benito Mussolini, desta vez logrando êxito.

¹⁵⁴ Por este acordo, inicialmente firmado em 1889, Menelique cedia a Eritréia aos italianos em troca do apoio destes ao seu reinado. Entretanto, os italianos viram a assinatura deste acordo como a aceitação, por parte de Menelique, da condição de protetorado que desejavam impor à Etiópia, fato que não se confirmara, levando à tentativa de invasão italiana. Com o fracasso dessa, O Tratado de Paz de Addis Abeba anulou esse acordo anterior e confirmou a independência da Etiópia. Conferir: *Histoire de L'Erythrée*. Disponível em www.erythree.com/milhist.htm. Acesso em 15/08/2005. Ver também: Fage, *História da África*, p.392.

contato destes com o discurso pan-africanista, pois não possuíam informações suficientes para construir uma representação original da Etiópia.

O jornal representou Menelique como um monarca exemplar, responsável pela prosperidade e progresso do seu reino. No artigo *A Abyssinia*, o articulista discutiu a existência da escravidão na Etiópia como um aspecto negativo diante da rara condição de nação livre gozada pelo país, porém destacava — como visto na citação da página anterior — ser essa situação decorrente das rápidas mudanças pelas quais o país passara após a morte de Menelique. Durante o reinado deste, ao contrário, a paz e segurança imperavam no país.

*No tempo de Menelick, uma criança podia conduzir uma vacca da capital ao mais remoto ponto da Abyssinia sem ser molestada; mas hoje, essa mesma criança, agora homem, seria arrebatada antes de ter caminhado muito e vendida como escravo em alguma cidade distante*¹⁵⁵.

Representado como um monarca progressista e moderno, Menelique teria como realizações selecionadas pelo jornal para exaltá-lo, a construção de ferrovias, a instalação de telefones, além da criação de bancos, escolas, saneamento e hospitais. A ordem e o direito aparecem como aspectos importantes de seu reinado, estável e duradouro.

*Durante o seu reinado [de Menelick] de um quarto de seculo, o velho rei construiu a sua capital, abriu estradas, construiu linhas ferreas, installou telephones, promoveu a criação de bancos, escolas, saneamento, abastecimento dagua, hospitaes e um regime definido de direito e de ordem*¹⁵⁶.

A orientação religiosa cristã é outro atributo conferido pelo jornal ao rei Menelique e seu reino, detalhe importante para um jornal que se alinhava ao catolicismo e dele extraía muitos dos valores transmitidos aos seus leitores.

¹⁵⁵ *Getulino*, nº 26, (20/01/1924), p.02.

¹⁵⁶ *Ibid.*; p.02. (colchetes meu)

A Abyssinia gosa tambem de situação particularmente distincta entre os paizes indigenas do continente, visto como desde o IV seculo é considerada nação christã. O arrogante successor de Menelick, entretanto, trazia a sua santa cabeça envolta num vistoso turbante musulmano e fazia o seu povo voltar o rosto para Meca, no intuito de ver satisfeito os seus desejos de um harem. Mas quando elle foi deposto, em 1916, e uma filha de Menelick, Waizem Zaudite, e Râs Taffari foram proclamados soberanos do paiz, restaurou-se a antiga fé.¹⁵⁷

A forma como o jornal constrói a imagem do sucessor de Menelick segue a lógica da defesa do cristianismo; logo, ele deve ser caracterizado negativamente como arrogante e orientado por um impulso pessoal e imoral, ou seja, possuir um harém. Segundo o jornal, o povo etíope não orava na religião islâmica por desejo próprio, mas porque seu soberano o obrigava a isso, pois ele “fazia” o povo voltar o rosto para Meca. Essa ressalva absolve a Abissínia, como nação, de ter passado por essa mudança de religião, sendo regatada pelos herdeiros de Menelick e reconduzida ao cristianismo.

Em outro artigo, dessa vez homenageando outro soberano africano, o rei Khama, o *Getulino* ressalta a disposição deste em combater costumes contrários à moral cristã¹⁵⁸. A poligamia, comum entre muitas das civilizações africanas, é concebida aqui como um problema e seu combate, uma ação a ser elogiada.

Prevalecendo a polygamia entre o seu povo, elle fez uma tenaz propaganda contra esse costume, tendo obtido resultados.¹⁵⁹

A religiosidade cristã não era um tema ausente nos discursos do pan-africanismo, fonte de onde o jornal parece ter retirado as informações sobre a Etiópia. Ao analisar as visões

¹⁵⁷ *Ibid.*; p.02.

¹⁵⁸ Khama liderou os Nguatos até 1923, ano de sua morte, tendo se utilizado do interesse dos britânicos pelo território que ocupava (atual Botsuana) para se proteger do avanço de civilizações africanas rivais. Conferir: Fage, *História da África*, p.334.

¹⁵⁹ *Getulino*, nº 14, (28/10/1923), p.02.

construídas por Alexander Crummell e Edward W. Blyden sobre a África, Appiah demonstrou como eles compartilhavam de uma visão sobre “raça” semelhante à da maioria dos europeus, lutando por encontrar uma essência africana unificadora para a população negra no mundo¹⁶⁰. Porém, Crummell e Blyden imaginavam essa essência a partir da rejeição das culturas nativas do continente africano e condicionada a uma inspiração cristã a ser alcançada com o passar do tempo¹⁶¹. Blyden, em especial, buscava conferir à África a condição de berço da civilização. Ele defendia o retorno de todos os afro-descendentes à sua terra de origem, onde formariam uma grande nação negra ligada por laços de solidariedade fundamentados na experiência do deslocamento e da escravidão¹⁶².

Apesar do cristianismo marcar sua presença no discurso pan-africanista, não acredito ter sido essa a fonte responsável pelos julgamentos estabelecidos pelo *Getulino* sobre a devoção cristã dos reis Menelique e Khama. Como apontarei no capítulo IV, o jornal seguiu um posicionamento favorável ao catolicismo em diferentes questões, incluindo representações da mulher e da família. Sua preocupação com o cristianismo aparece mais como resultado das experiências dos articulistas como pertencentes a uma cultura que teve no discurso católico uma de suas forças constituintes.

Como demonstrei, o discurso pan-africanista não era desconhecido dos articulistas do *Getulino*, ao qual tinham acesso através de outras publicações possivelmente disponibilizadas por correspondentes situados em centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, locais que costumavam receber jornais de outros países como, por exemplo, Portugal. Da mesma forma, pelo conteúdo de artigos que abordavam as propostas de alguns dos militantes negros dos Estados Unidos, como Garvey e Du Bois, é possível supor que o conteúdo dos debates no interior do pan-africanismo fosse conhecido por eles. Porém, o jornal

¹⁶⁰ Appiah, *In my fathers house*, pp.21-23.

¹⁶¹ *Ibid.*; pp.21-23.

¹⁶² Gilroy, *Atlântico Negro*. pp.388-396.

não incorporou plenamente tal discurso, nem se posicionou ao lado de alguma linha, como a separatista ou a integracionista.

A visão que os articulistas construíram da África teve, sem dúvida, inspiração nas representações que circulavam no movimento pan-africano, mas este não parece ter ajudado a alterar a concepção dos jornalistas do *Getulino* a respeito de seu papel na sociedade brasileira. O caminho de volta para a África não aparece em nenhum momento no jornal como uma possibilidade, bem como não se faz nenhum tipo de referência explícita a uma essência africana que ligasse os negros brasileiros a seus semelhantes de outras partes do mundo. A mitificação posta a cabo no jornal é muito mais tênue e limitada se comparada àquela promovida por Blyden, Du Bois ou Garvey, pois que a África como berço de todos os negros não é uma representação anunciada, mas apenas insinuada pela forma como o jornal valoriza a Etiópia e seus reis.

Capítulo IV

Nosso presente: combate aos vícios e disciplina moral

*Pretos, mulatos, meus irmãos em raça,
Abandonae a orgia em que viveis;
Deixae o baile, a casa da desgraça,
E reparae depois o que sereis!*

*O tempo aproveitae — a vida passa —
Do Livro utilizae as sabias leis
Aproveitae ao menos esta graça:
A de instruir-vos e, depois vereis*

*Quão grande e pernicioso é o remelecho
Das danças e do baile e o seu desfeicho,
Bem triste, onde a moral jamais se expande!*

*Deixae o baile, a escola pernicioso
Onde se murcham pétalas de rosa
Ao barulhento som do jazz-band.¹*

O poema de Augusto Márquez, transcrito acima, retrata bem a postura do jornal em relação ao presente de seus leitores. Os redatores e articulistas do *Getulino* desejavam moldar o indivíduo negro a partir de suas próprias concepções de moralidade e respeito. Proclamando-se “protetores dos homens de cor”, os redatores do jornal traçaram para si mesmos a missão de estabelecer a linha que delimitava a atuação social do negro, tanto para que fosse aceito pela parcela branca da sociedade, quanto para marcar sua condição de negro e combater o que classificavam como “preconceito de cor”.

Praticamente em todas as edições do jornal são encontrados artigos direcionados a condenar comportamentos tratados como desviantes, da mesma forma que apresentar um guia

¹ *Getulino*, nº 56 (12/10/1924), p.03.

de como abandoná-los e se inserir na sociedade. No próprio editorial do jornal, Florêncio evocava a expressão em latim — criada pelo dramaturgo francês Molière — que usava em sua coluna no jornal *Diário do Povo* para caracterizar o objetivo do *Getulino*: *ridendo castigat mores*, que pode ser traduzida por “rindo se castigam os costumes”.

Dialogando com as representações historicamente construídas a respeito da mulher, do lazer, da família, da religião, entre outras, os responsáveis pelo jornal se posicionaram gradualmente em relação ao papel social do negro e deram um contorno ao seu próprio “eu”, construindo uma identidade própria. Do mesmo modo, eles construíram em oposição ao “eu” o seu “outro”, uma representação do que seria não ser negro, pois as identidades se firmam através da diferenciação. É sob este enfoque que analisarei o surgimento do imigrante europeu e dos Estados Unidos em diversos artigos do jornal.

Como chamar meu semelhante: o jogo das palavras no jornal

Os redatores do *Getulino* adotaram, ao longo das suas 64 edições, a temática racial como assunto privilegiado nos debates promovidos no jornal, posicionando-a em matérias de primeira página escritas pelos seus principais colaboradores. Voltando-se para a população negra da cidade, o jornal buscava discutir as teorias raciais correntes em sua época, muitas vezes as utilizando como ferramenta para valorizar o negro a seu modo. Esse consumo promovido pelos jornalistas abre espaços para que se compreenda a forma como eles operavam com conceitos como raça, evolução, atavismo, entre outros, delimitando, de certo modo, sua própria identidade.

Como Oracy Nogueira já demonstrou, a identificação racial do indivíduo delineou-se historicamente no Brasil mais pela tonalidade da cor da pele (marca) que pela ancestralidade africana (origem), podendo-se reconhecer uma linha de cor bastante flexível, permitindo inclusive que negros de pele mais clara sejam considerados brancos². Dessa forma, diferentes

² Oracy Nogueira, *Tanto Preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.

termos foram espontaneamente criados com o intuito de classificar as pessoas de acordo com a tonalidade de sua pele, cada qual sendo representado de acordo com a posição social de cada um. Assim, palavras como negro, homem de cor, mulato, patricio e homem pigmentado, dentre outras, são comumente utilizadas no universo dos jornais pesquisados para essa dissertação. O *Getulino* também se utilizou delas para nomear o indivíduo negro, algumas seguindo aparentemente uma lógica e outras não.

Ao menos nos primeiros números do jornal, como evidencia o seu editorial de abertura, fica notória a preferência nos artigos pelo uso de termos que sejam mais abrangentes, como “homens de cor” e “raça pigmentada”, descartando-se o uso de “negro” ou “preto”, apesar dessa última palavra aparecer em seu dístico.

(...) trabalhar pelo bem geral, o que faremos com o possível humor e empenhando nossas forças a favor da raça pigmentada.

(...) esse jornal é a prova máxima de uma vontade terrêa e porá em evidencia, o bello nucleo de letrados de cor existente em Campinas.

(...) não apparecemos aqui para lutar cegamente contra os nossos irmãos em cor, porém, teremos que condemnar os seus erros e vícios.³

Ao longo do jornal, o uso do termo “homens de cor” parece responder a uma estratégia simples, qual seja, abarcar toda a população negra da cidade, inclusive àqueles chamados na época de “mulatos”. Ao lado dele, a palavra “patricio”, freqüentemente usada no século XX para denominar uma pessoa da mesma nacionalidade, serve como sinônimo para designação do afro-descendente, também sendo bastante comum a sua utilização.

(...) não podemos comprehender porque os nossos patricios (referimonos ás pessoas de côr) abandonam as arborisadas e oxygenadas aleas do jardim, para circunda-lo.⁴

³ *Getulino*, nº 01 (29/07/1923), p.01.

⁴ *Ibid.*; p.03

A ressalva entre parênteses na citação acima demonstrava o desejo do autor em não confundir os leitores, podendo passar a impressão de que “patricios” se referisse aos demais brasileiros, por isso ressaltou estar falando das “pessoas de cor”. Suponho que a ancestralidade africana inspirou os jornalistas a se apropriar da palavra nesse sentido, também empregado em outras matérias do jornal, confirmando, desse modo, a negociação com as representações correntes sobre a África e não sua negação, como vimos no capítulo anterior.

Quanto aos termos “negro” e “preto” passam a aparecer com bastante frequência nas edições seguintes, inclusive sendo possível traçar algumas tendências em relação ao seu uso.

Precisamos, na defesa dos brasileiros pretos, registrar um facto, injurioso ás moças de cor (...) Injusto é prohibir-se que as mãos de moças pretas sejam recusadas para os serviços da fiação ou da tecelagem da materia prima (...) Ás moças de cor aconselharemos que, — de fôrma alguma — não penetrem nos humbraes do rico estabelecimento, em busca de emprego, pois melhor lhes será trabalhar em outros, não menos honrados, mistéres. (...).⁵

Creemos ser por indole ou um mal do sangue, que todos os pretos se julgam inferiores a qualquer mortal que não tenha a pele da côr da sua ...⁶

Promovendo-se um levantamento cuidadoso ao longo do jornal, foi possível determinar uma preferência clara dos seus redatores e articulistas pelo uso da palavra “preto”. Em praticamente todos os artigos que se debruçavam sobre questões de caráter racial, ela está presente, referindo-se principalmente a indivíduos — o preto brasileiro, o homem preto, os pretos de São Paulo — e, com uma frequência bem menor, também se referindo à coletividade — a raça preta, a gente preta. Quanto às mulheres, tal preferência foi levada ao seu extremo,

⁵ *Getulino*, nº 07 (09/09/1923), p.01.

⁶ *Getulino*, nº 22 (23/12/1923), p.01.

pois não consegui encontrar nenhum registro como “mulher negra”, sendo sempre usados os termos “preta” e “de cor” para identificá-las nas linhas do jornal. Em artigos que procuravam enaltecer a mulher, como no concurso de beleza ou em homenagens, “moça de cor” foi a designação mais recorrente. Já nos artigos com teor de crítica, debate e reivindicação à sociedade ou ao poder público, imperava a expressão “mulher preta” ou “mulheres pretas”.

Em menor escala, a palavra “negro” também aparece muito, tanto associada a palavras de aspecto individual quanto coletivo — o homem negro, o brasileiro negro, a raça negra. Ela parece ser mais utilizada nos artigos que falam de forma mais genérica da população negra, associada, por exemplo, às palavras raça e homem, significando uma imagem coletiva. Da mesma forma, é muito utilizada em momentos que o articulista adota uma postura de crítica a um grupo ou à uma espécie de negro universal.

Mas, porque o negro norte-americano não nos convenha como elemento de colonização, não devemos levar a medida ao ponto radical de vedar a entrada no território nacional do negro de qualquer procedencia.⁷

O Brasileiro negro, esse é naturalmente inimigo do trabalho, é indolente e preguiçoso, mas não por sua culpa.⁸

Não precisamos recapturar os antecedentes que deram origem, á formação de duas correntes de homens pretos em Campinas (...) Grandes são as luctas a mantermos nestas columnas, e para os triunphos completos, são precisos grandemente a união e solidariedade dos nossos irmãos em cor (...) Quem não è comnosco, é contra nòs, porque o momento do homem negro no Brasil, não comporta mais delongas, estamos num seculo de luctas.⁹

Percebi nos diferentes artigos do *Getulino* um uso mais comum da palavra “preto” em relação à palavra “negro”, passando-me a impressão de que os jornalistas se sentiam mais

⁷ *Getulino*, nº 31 (24/02/1924), p.01.

⁸ *Getulino*, nº 05 (26/08/1923), p.02.

⁹ *Getulino*, nº 06 (02/09/1923), p.01.

confortáveis no uso dessa palavra. Essa hipótese é reforçada na medida em que as homenagens feitas a personagens negros do passado e do presente costumavam ser acompanhadas por composições como “esse preto ilustre”, “o preto”, “o literato preto”, entre outras. Em raras homenagens a palavra “negro” era utilizada e, quando acontecia, logo era substituída por *preto* ou *de cor* na oração seguinte, como aconteceu no caso do jornalista Deocleciano do Nascimento.

*O poeta negro Deocleciano Nascimento esteve em Campinas (...) Ainda agora acabamos de receber a visita honrosa do poeta Deocleciano Nascimento, jornalista, guarda-livros diplomado, estudante, e distinto homem de côr que ilustra o cenaculo literário nacional.*¹⁰

Pelas informações coletadas acima, acredito que a palavra “negro”, ainda que não assumisse um sentido negativo no interior do jornal, acabava sendo usada de forma mais contida em relação a outras designações¹¹. Ao contrário, “preto” e “de cor” ascendiam como denominadores preferenciais, passando a impressão de maior respeito e proximidade com aquele que assim era chamado. Uma explicação possível para essa diferenciação entre as palavras é o significado que assumiam no período escravista.

Segundo Hebe Gomes Castro, no período colonial existiram diferentes termos usados para designar um homem livre no Brasil. Nos documentos, quando ao lado do nome de um indivíduo aparecia a palavra “branco”, automaticamente os colonos sabiam se tratar de um homem livre¹². Do mesmo modo, os libertos eram nomeados de formas diferentes. No caso dos africanos e seus descendentes de pele mais escura, eram-lhes atribuído o termo “pretos”, enquanto aqueles de pele mais clara costumavam ser chamados de “pardos livres”. Já a

¹⁰ *Getulino*, nº 21 (16/12/1923), p.02.

¹¹ Regina Pahim Pinto reproduz um artigo extraído do jornal *A Voz da Raça* no qual seu autor destaca que é mais polido chamar uma pessoa de “preto” que de “negro”. Regina p. Pinto, *O Movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1993, p.284.

¹² Sílvia H. Lara também confirma a existência desta nomenclatura. Conferir seu artigo “Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII”, in: Cristiana Bastos (org.), *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa, ICS, 2002, pp.212-213.

palavra “negro” era destinada aos africanos e descendentes que permaneciam sob a tutela da escravidão. Castro argumentou que “a noção de ‘cor’, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas”¹³. Ela também ressaltou que, com o advento do Império no Brasil, as palavras “preto” e “pardo”, esta sem o adjetivo “livre” a acompanhando mais, permaneceram como identificadores da liberdade, enquanto “negro” se manteve portando o significado de escravo¹⁴. A partir dessas informações fica evidente a imensa carga negativa que esta última palavra carregava consigo ao longo do século XIX, não por definir a tez de uma pessoa, mas pela condição social que revelava, constituindo-se mesmo em ofensa aos ouvidos de quem se libertara da escravidão.

Com o fim da escravidão é de se imaginar que tais categorias — negro, pardo e preto — passassem por uma resignificação, sobretudo se levando em consideração as teorias sobre as “raças”, então em circulação. A emergência das teses racistas que advogavam a superioridade racial do europeu — aclamado como ariano — e sua adequação por parte dos intelectuais brasileiros às particularidades nacionais na época tal como destacadas por eles, propiciaram o surgimento de teorias que propunham o branqueamento como solução para os problemas nacionais. A miscigenação passou a ser vista, por parte significativa destes cientistas, como vital para esse processo e a tonalidade da cor da pele associada à posição social de cada indivíduo assumiu importância fundamental no Brasil para a classificação de uma pessoa como negra, ao contrário dos Estados Unidos, onde o racismo de origem atuava seguindo um critério denominado *one drop rule*, que minimizava o fenótipo nessa classificação¹⁵.

¹³ Hebe M. da C. Mattos Gomes Castro, *A cor inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Niterói, Dissertação de Mestrado/UFF, 1993, p.123. vol.01

¹⁴ *Ibid.*; p.124.

¹⁵ *One drop rule* pode ser traduzido por “uma gota de sangue”, ideologia norte-americana segundo a qual basta o indivíduo possuir uma única gota de sangue negro em seu organismo, ou seja, ter uma descendência africana, por mais longínqua que seja, para ser classificado como negro na sociedade. Conferir: Celia Maria Marinho de Azevedo, *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo, Annablume, 2004, p.15.

Getulino... Com o desprezo e emphase pronunciam não os brancos e tão pouco os pretos, mas os “descascados” que se julgam mulatos, o nome sublime do «Getulino», o mensageiro da paz...

(...) É corriqueiro o adagio que pontifica: “Escapou de branco, negro é”. Potanto Fulano ou Beltrano, de azambada cor, não pode negar que a sua origem está na zenzala, assim como muitos que se dizem brancos também não fazem...”¹⁶

A passagem acima é importante para confirmar o que argumentei acima, pois que a tonalidade mais clara de pele daqueles que eram chamados de mestiços era determinante nas representações que deles se fizeram, contribuindo para a interiorização das mesmas eles mesmos. Apesar do racismo também atingi-los, os negros de pele mais clara, comumente chamados de “mulatos”, demonstravam certa preocupação em negar sua origem africana se valendo da confusão de cores de pele que marcava a sociedade brasileira. Brookshaw verificou esta tendência também na literatura do início do século XX, sendo o “mulato” representado como uma pessoa em constante crise existencial, invejando a pureza do branco e negando a sua filiação ao negro¹⁷.

Aos redatores do *Getulino* interessava muito conquistar essa parcela da população negra de tez mais clara, pois apesar da dura crítica tecida na citação acima, o mestiço será celebrado nos moldes da teoria do branqueamento em muitos artigos. Portanto, tê-los como leitores era essencial ao projeto de comunhão nacional traçado pelo jornal, uma vez que considerava a si mesmo como o único representante legítimo da “raça negra” em Campinas. Para tanto, era necessário usar com cuidado as palavras, de modo a fazer os chamados mulatos se reconhecerem no discurso do jornal. Acredito que seja esse o motivo do jornal utilizar, em seu primeiro número e, também com certa regularidade nos demais, os designadores homem/ mulher/ gente “de cor”.

¹⁶ *Getulino*, nº 31 (24/02/1924), p.02.

¹⁷ David Brookshaw, *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.64.

Maciel constatou existir na imprensa campineira da época uma hierarquia no uso das palavras em relação aos seus habitantes negros, como no caso de “homens de cor” que seria “uma referência para aqueles que pareciam melhor situados na escala sócio-econômica e que, em decorrência desse fato, eram reconhecidos como pessoas de bem”¹⁸. Desse modo, essa denominação parece ter adquirido um tom mais formal e respeitoso, fator pelo qual os redatores e articulistas do *Getulino* também estenderam seu uso ao gênero feminino.

A palavra “negro”, por outro lado, mesmo sendo resignificada, uma vez que com o fim da escravidão deixou de significar uma condição social, manteve-se associada a atributos negativos. Como demonstrou Celia Azevedo, o próprio movimento abolicionista brasileiro, já no século anterior, colaborou no sentido de associar à imagem do escravo negro uma série de vícios que o desmereciam diante da civilidade dos brancos¹⁹. Devemos ter em mente que o passado é recuperado através da memória e das representações que se faz a partir dela, processo no qual a experiência participa ativamente. O redator-chefe do jornal era filho de escravos e seu secretário era contador de *malungo*, ou seja, seus laços com um passado escravista eram fortes. O termo “negro” devia trazer-lhes a lembrança de um passado difícil, que não viveram intensamente, mas seus pais sim, além da forte representação do escravo animalizado pela escravidão, obra dos abolicionistas e assumida em muitos artigos do jornal. Não o abominam e excluem, porém o usam de forma mais distanciada, genérica, ao contrário de preto, usado como tratamento comum, próximo ao nome de homenageados e quando falam em tom mais íntimo com seus leitores.

Eis, meus irmãos, concorrei para a união que deve haver entre os homens pretos não só daqui, como de todo Brasil, alistando-vos sob a nossa bandeira que deixará ver a sacrosanta inscrição.

A genese da nossa raça, a brasileira, — alias, ainda em periodo de caldeamento, — repousa em trez elementos heterogeneos: o indigena, cujo amor, cujo coração,

¹⁸ Maciel, *Discriminações raciais*, p.70.

¹⁹ Celia M. M. de Azevedo, *Abolicionismo...*, pp.101-115.

*personifica-se na immortal Moema; o negro cujo estoicismo reside em Henrique Dias e o branco em cujo denodo, nenhum homem excedeu Mathias de Albuquerque, no septentrião e Estácio de Sá no meio-dia.*²⁰

Apesar da grande imprensa da cidade na época fazer uso da palavra “preto” para distinguir dos “homens de cor” aqueles que não teriam recursos nem moral suficientes para assim ser chamados, os articulistas do jornal parecem ter preservado em sua memória o sentido positivo da mesma, anteriormente invocada para identificar os libertos²¹.

Religiosidade católica e relação com demais religiões

Como vimos no capítulo II, aos julgamentos relacionados à sua leitura das teorias raciais então em voga os redatores somavam a inspiração religiosa como um outro componente para a possível reabilitação do negro na sociedade. Sua vinculação com o tradicionalismo católico fica evidente no tratamento que dispensaram em relação a outras religiões e na busca de relacionar a Igreja com a luta pela abolição da escravidão no Brasil.

*Como base solida da moral exprime a religião catholica, a mais sublime lei, de todas as leis reunidas, dissipando o turvo véo que envolve as almas [trecho ilegível] irremediavelmente atiradas ao pântano das novas crenças.*²²

A citação acima foi escrita por Gervásio de Moraes, um dos redatores do jornal, demonstrando seu alinhamento, também seguido pelos demais articulistas, junto à religiosidade católica. É interessante observar a diferença estabelecida em sua fala entre o catolicismo e outras manifestações religiosas. Inicialmente é de se considerar o uso da palavra “religião” no caso da primeira, enquanto as demais religiões acabam sendo tratadas como “crenças”,

²⁰ *Getulino*, nº 64 (20/12/1924), p.04.

²¹ Maciel trabalha com as formas como tais palavras eram encetadas no interior da grande imprensa de Campinas. É importante observar que o professor Evaristo de Moraes, colaborador carioca do *Getulino*, não segue essa tendência, usando sempre a palavra *negro* em seus artigos. Ver Maciel, *Discriminações raciais*, p.70.

²² *Getulino*, nº 48 (10/08/1924), p.02.

combinando com o próprio teor de exaltação do catolicismo. A agressividade em relação às outras religiões é evidente, pois as associa a metáforas que remetem à escuridão e dúvida, como “o turvo véu” e “o pântano”. A forma como construiu sua oração, leva-me a crer na incapacidade de Moraes de enxergar, nas demais religiões, expressões legítimas de crença, ainda que o jornal não chegasse a combatê-las diretamente.

Em um caso pelo menos, o jornal expressou um elogio a uma religião evangélica por esta ter enviado missionários negros ao Brasil com o objetivo de pregar entre a população negra do país, buscando obter conversões. Apesar de elogiar a iniciativa pela atenção prestada aos negros, demonstrando ser o pertencimento étnico mais forte que o religioso neste caso, o autor do elogio não se exime de lembrar que o jornal não se filia ao credo evangélico.

Conquanto não sejamos adeptos do credo evangelico, achamos digna de applauso tal idea, pois que indiscutivelmente revela boa vontade e um certo interesse pela raça a cuja defesa nos consagramos.²³

O comentário inicial — “conquanto não sejamos adeptos do credo evangélico” — seria desnecessário se, para quem o escreveu, o fato de ser católico não tivesse tanta importância. Esta afirmação transmitia a noção de que católicos e evangélicos não pensavam da mesma forma nem costumavam concordar quanto a suas práticas, por isso a ressalva feita quando a atitude de um é aplaudida pelo outro. Mas perceba como a desconfiança permanecia, pois a idéia revelava “certo” interesse e não simplesmente interesse.

Por esses motivos, causou-nos dolorosa surpresa o ataque de que recentemente o Brasil foi victima, em conspicua revista norte-americana, por parte de um missionario protestante e professor de conhecido colégio do Rio.

Injusto, brutal, calumnioso, ingrato esse ataque apenas fez mal ao seu dezasiado autor, denotando nelle pessima indole e deficiencia de espírito de observação e critica que o inhabilitam para

²³ Getulino, nº 25 (13/01/1924), p.03.

Revoltado com um comentário racista, publicado em uma revista estrangeira, de um missionário protestante americano, professor de uma escola carioca, o articulista Affonso Celso não lhe poupa críticas, revelando também em seu ataque a imagem que fazia da religião do missionário, genericamente classificada como protestante. Nas palavras do articulista, a conduta do missionário demonstrava má índole e, nesse sentido, o desabilitaria a ensinar as palavras de Jesus (ministério eclesiástico), mesmo se o fizesse representando outra religião. Mas perceba como “outra” aparecia para o articulista como sinônimo de “falsa”. Se as outras são falsas, existe uma verdadeira, que não só este articulista, bem como seus redatores, assumem ser a católica.

A Igreja, instituição responsável pela transmissão da fé católica, foi representada pelos artigos do jornal como a portadora da verdadeira fé, cuja associação com os ensinamentos de Cristo a mantiveram como hegemônica.

*Surgem atraves das grandes iniciativas novas leis, novas religiões, mas no final predomina aquella que trás ostentado a figura do maior phylosofo de todas as eras. Pois que, o sementeiro do christianismo reuniu nos sectarios de sua doutrina, um verdadeiro nucleo de incansaveis reproductores d'uma crença sadia (...)*²⁵

Para os colaboradores do *Getulino*, a Igreja Católica olhava pelos negros tanto no presente quanto no passado, adotando iniciativas concretas no sentido de combater a escravidão quando de sua existência, bem como de abrir as portas de seus centros de formação a párocos negros, os quais seriam tratados em pé de igualdade com os seminaristas brancos.

²⁴ *Getulino*, nº 07 (09/09/1923), p.01.

²⁵ *Getulino*, nº 48 (10/08/1924), p.02.

*Enquanto o catholicismo assim instrue os nossos irmãos desprezados, outros conterraneos daquelles americanos pretendem, com luvas de pelica, enxotal-os dos Estados Unidos (...)*²⁶

*Leão XIII applaudiu sem reservas a acção do episcopado nacional [brasileiro] que já havia manifestado seu apoio á propaganda [aboliconista] (...)*²⁷

*Não só no Brasil houve escravos. Toda a America teve por largos lustros esta praga innominável, contra a qual a Igreja sempre se bateu com valentes armas nas mãos.*²⁸

A forma como o jornal se posicionou em relação ao catolicismo e às demais religiões, tratadas simplesmente como evangélicas ou protestantes, atesta a religiosidade dos colaboradores do jornal, ingrediente importante na concepção de vida dos mesmos. Para eles, os ensinamentos católicos proporcionavam a base moral com a qual as autoridades católicas no Brasil, da colônia até o império, orientaram boa parte da população negra brasileira para a religiosidade vista como verdadeira. Pertencer ao catolicismo, tomado como o comportamento adequado e normal, significava encontrar aceitação social, enquanto comungar outro credo se constituía no desvio, no estranho, ou seja, no anormal. Porém, penso ser possível traçar como hipótese que as religiões não-católicas foram divididas em dois grupos pelos jornalistas do *Getulino*: as que mesmo falsas, eram vistas como credos possíveis, e aquelas interpretadas como “não-religiões”.

*Os catholicos romanos, os scismaticos, os protestantes dos mil e um ritos em que se subdivide a seita lutherana, os espiritas, os espiritualistas, todos elles se curvam a Jesus Christo (...)*²⁹

²⁶ *Getulino*, nº 21 (16/12/1923), p.02.

²⁷ *Getulino*, nº 47 (13/07/1924), p.01.

²⁸ *Getulino*, nº 55 (05/10/1924), p.02.

²⁹ *Getulino*, nº 44 (15/06/1924), p.01.

Na passagem acima, escrita por José de Nazareth — pseudônimo do jornalista José Ignácio de Lacerda Werneck —, crivada por um olhar egocêntrico em relação aos evangélicos (os cismáticos, ou seja, aqueles que se separaram) e irônico com os protestantes (mil e um ritos, sendo todos associados ao Luteranismo de forma simplista), identificam-se além desses dois segmentos religiosos, os espíritas e ainda os espiritualistas, contudo não é feita nenhuma menção a qualquer prática religiosa ligada, em sua origem, à população negra. A ausência de designações como umbanda e candomblé é completamente concebível, seja pelos primeiros terreiros de candomblé terem se organizado no estado de São Paulo apenas por volta de 1940, ou por essas palavras constarem dos registros policiais somente por volta de 1920³⁰. Porém, devemos nos deter com maior cuidado sobre essa questão, pois outros termos poderiam ser utilizados para identificar essas manifestações religiosas.

Uma grande parcela dos africanos e seus descendentes se convertera ao catolicismo, em um processo no qual resquícios da religiosidade africana foram paulatinamente “domesticados” no interior do culto católico, sendo apagada da memória a sua origem³¹. Também não devemos esquecer que essa troca ocorreu em duplo sentido, pois a Igreja Católica no Brasil também aceitou determinadas práticas ligadas a uma memória africana, como as Congadas, demonstrando que os próprios negros também eram capazes de promover imposições ao culto católico. Porém, outro fruto dessa negociação cultural entre as práticas católicas e as diversas práticas africanas foi a sua reconfiguração nos espaços denominados de terreiros, onde se originaram novas expressões religiosas marcadas pelo sincretismo, como o candomblé e a umbanda³².

³⁰ Reginaldo Prandi, *Os candomblés de São Paulo*. São Paulo, Edusp, 1991, p.22; Yvonne Maggie, *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992, pp.187-190.

³¹ Roger Bastide, *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo, Pioneira/USP, 1971, pp.181-185. Vol. 01.

³² Existem diferentes trabalhos que abordam o tema da negociação cultural entre o catolicismo e as religiões africanas no Brasil. Além do tradicional estudo de Roger Bastide citado na nota anterior, outros exemplos seriam os livros já citados de Reginaldo Prandi, *Os candomblés de São Paulo*, e Yvonne Maggie, *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*.

Em Campinas, Maciel verificou a existência de muitos terreiros desde o início do século XX, como revelavam diversos artigos estampados em jornais da cidade sobre batidas policiais e detenção de “feiticeiros”³³. A influência exercida pela Igreja Católica na cidade, bem como os estereótipos negativos construídos em torno da figura do negro, lançaram na clandestinidade as expressões religiosas vinculadas aos ex-escravos, interpretadas como feitiçaria e bruxaria. O posicionamento do jornal a esse respeito pode servir como indicativo para compreendermos qual a imagem de cultura negra elaborada por seus jornalistas em suas mentes.

Em uma primeira leitura, não se encontra nenhuma referência direta às religiões reconhecidas como ligadas à população afro-descendente no país, como a umbanda e o candomblé, a não ser por um artigo reproduzido de um jornal baiano de autoria do médico Nina Rodrigues, reconhecido teórico das raças no Brasil e que não era colaborador regular do jornal³⁴. Porém, isso não significa que elas não se fizessem presentes ao longo das vidas dos redatores do *Getulino*.

Um artigo publicado em um jornal da grande imprensa de Campinas, em 1904, pode nos ajudar a compreender a forma como tais expressões religiosas eram interpretadas socialmente. Atentemos para a forma como o jornalista descreveu uma cerimônia que presenciou em um terreiro:

³³ Maciel, *Discriminações raciais*, pp.102-107.

³⁴ Neste artigo (nº 64, 20/12/1924), Nina Rodrigues analisava a originalidade e capacidade da cultura material produzida pelos africanos trazidos para o Brasil. Para tanto, descrevia no artigo esculturas desta “cultura negra”, emitindo um julgamento que as inferiorizava quando comparadas à escultura produzida por artistas brancos, fruto da visão racializada do negro que marcava seu período de atuação e à qual ajudou a difundir. De forma breve, cita o vodu e os orixás, ligando a produção das peças que analisava a cultos religiosos originários da África. No final do artigo, conclui afirmando que a arte negra demonstrava o estágio inferior que o negro ainda ocupava em relação ao branco, devido à sua rusticidade e desproporção das formas humanas. Porém, ele ainda fazia uma ressalva: apesar desses “defeitos” ainda era possível encontrar no fundo a “gema que reclama polimento e lapidação”, vislumbrando no negro a condição de evoluir para aproximar sua arte da produzida pelo branco. Camuflado pelas afirmações de que havia reinos notáveis na África e que a arte negra apresentava traços elogiáveis por determinados ângulos, o julgamento de contorno racista feito por Nina Rodrigues passava despercebido aos olhos dos redatores do *Getulino*. Em uma sociedade tomada por conceitos como raça, civilização e progresso, Nina Rodrigues aparecia para muitos negros — Correia Leite, militante negro de outro jornal, reconheceu os méritos de Nina Rodrigues em sua autobiografia — como um estudioso respeitável, pois voltara sua atenção ao estudo da cultura negra. Ver José Correia Leite, ...*E disse o velho militante José Correia Leite...*, p.166.

O samba, o mais requebrado, regado à questão pinga com raízes de gengibre aquecida ao fogo, era tudo. (...)

Pretos, mulatos, caboclos numa mazela sem conta, em miserável mulambo, ali estavam juntos à fogueira ao relento. (...)

De repente rompe o alarido e num crescente ensurdecedor aos gritos de óiém a feiticeira', ao toque de bombos e pandeiros, ao ronco de 'paitas', sai da palhoça, toda risonha, uma crioula alta esbelta e mal trajada empunhando um pandeirinho e toda 'política', chegava-se perto da fogueira 'gingando' o corpo.(...)

Quebrando o silente intervalo da festa, eis que de um pulo salta no meio do círculo, um preto retinto, espaduado, carapinha basta, alva dentuça, camisa aberta ao peito e diz que está enfeitado (...)

Nem bem acabou de falar salta-lhe na frente um caboclinho franzino que também arrastou as asas e disse léreas primeiramente depois aceitando o repto... (...)

Engalfinharam-se. Obra dum nada, o preto baqueou subjugado.

Terminada a luta, os contendores amigos de novo, se foram cada um para seu lado.³⁵

Como Maciel apontou, o trecho acima não retrata apenas uma roda de samba, uma reunião cujo objetivo principal seria a diversão a partir da dança. O cenário descrito e as ações dos participantes revelam, na verdade, um ritual bastante comum nas religiões reconhecidas como afro-brasileiras³⁶. A incorporação dos orixás (que o cronista pode ter identificado como feitiço), a participação ordenada do público e a coreografia dos componentes que ocupavam o centro do terreiro não deixam dúvidas quanto a isso. A transferência de escravos das áreas decadentes do Nordeste para a lavoura cafeeira de Campinas, a partir da lei de abolição do tráfico de escravos no território brasileiro (1850), pode ter contribuído para a transmissão de

³⁵ *Cidade de Campinas* (19/06/1904). Citado em Maciel, *Discriminações raciais*, pp.103-105.

³⁶ Maciel, *Discriminações raciais*, p.105.

práticas religiosas ligadas aos negros daquela região àqueles adquiridos no continente africano e depois introduzidos como escravos em São Paulo e Rio de Janeiro³⁷.

Julgadas como feitiçaria, trabalhos voltados para provocar o mal a alguém, tais manifestações religiosas foram duramente reprimidas pelas autoridades policiais, com diligências constantes às casas de possíveis curandeiros e a prisão de grande número de pessoas em vários centros urbanos pelo Brasil³⁸. A imprensa da época colaborou para construir a representação do negro desordeiro e perigoso, envolvido com medicina africana (curandeiros), terreiros de feitiçaria e prostituição³⁹. Às religiões e expressões culturais ligadas aos negros, fora totalmente vedado o estatuto religioso, sendo simplesmente associadas a danças exóticas ou magia negra.

Em uma das edições do *Getulino* encontramos o seguinte relato sobre uma cerimônia acontecida ainda no período escravista:

No terreiro varrido em frente às senzalas uma fogueira crepitava alegre (...) Os negros haviam acabado uma caroa nesse dia e tiveram permissão para folgar.

Ao som de instrumentos grosseiros dançavam; eram esses instrumentos dous atabaques e varios adufes.

Acocorados, segurando os atabaques entre as pernas, encarapitados, debruçados nelles, os dous africanos velhos, mas ainda robustos, faziam-nos resar, batendo-lhes nos conros retezados, ás mãos ambas, com rythmo sacudido, nervoso, feroz, infreme.

Negros negras formados em vasto circulo, agitavam-se palmeavam compasadamente, rufavamadufes, aqui e ali. Um

³⁷ Os diversos livros escritos por Nina Rodrigues a respeito do candomblé nos dez primeiros anos do século XX entre a população negra da Bahia confirmam a extensão dessa prática religiosa naquela região. Sobre o crescimento da população escrava no período posterior a 1850, em Campinas, conferir o livro de Rosana Baeninger, *Espaço e Tempo em Campinas*. Campinas, CMU-UNICAMP, 1996, p.22-23.

³⁸ Maggie, *Medo do feitiço...*, pp.187-190. Como a autora revela nessas páginas, até o ano de 1927 expressões como macumba e candomblé estariam ausentes das fontes pesquisadas por ela, como relatórios policiais e depoimentos dos próprios detidos por envolvimento com práticas então denominadas de espiritismo, curandeirismo e feitiçaria. Essas práticas eram consideradas perigosas, nocivas e fruto do charlatanismo de seus responsáveis.

³⁹ Lilia M. Schwarcz constatou que a imprensa paulistana, especialmente a partir de 1890, publicava grande número de contos alegóricos sobre o negro brasileiro. Neles, predominou os estereótipos de bêbado, feiticeiro, dançarino exótico e portador de profundos vícios conferidos ao indivíduo negro, tornando-se uma representação corrente no imaginário da época. Ver: *Retrato em branco e negro*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p.150; Celia M. M. de Azevedo também abordou o negro no imaginário das elites no final do século XIX em seu livro *Onda Negra, Medo Branco*. São Paulo, Annablume, 2004.

figurante, no meio, saltava, volteava, baixava-se, erguia-se, retorcia os braços, contorcia pescoço, sapateava em um phrenesi indescrepível, com uma tal prodigalidade de movimentos, com uma tal desperdício de ação nervosa e muscular, que teria estafado um homem branco em menos de cinco minutos. (...)

A voz do cantor, fresca modulada, de um timbre sombrio, um encanto inexplicável.

Fechando-se os olhos não se podia crer que sons tão puros saíessem da garganta de um preto sujo, desconforme, hediondo, repugnante.

A resposta coral, melopéia inharmonica, mas cadenciada em quebras de uma tristeza suavíssima (...)

O dançarino (...) moderou um pouco os movimentos. Entreparou ante de um dos da roda, banboando-se, fazendo-lhe gaifonas, como que reptando-o para que saísse a terreiro.

O desafiado aceitou a provocação, saíu-lhe ao encontro, dançando, saracoteando também.⁴⁰

Assim como o jornal da grande imprensa, o articulista do *Getulino* demonstrou no texto acima relativa ignorância sobre o evento que descrevia, classificando-o como uma roda de samba. Novamente, a coreografia dos participantes e o ambiente da reunião atestam uma cerimônia religiosa, muito provavelmente pertencente à umbanda⁴¹. Ainda mais notáveis, são as semelhanças na construção narrativa do texto e na seqüência dos atos próprios do ritual. Primeiramente, pinta-se o cenário com vários negros e negras ordenados, batucando em um ritmo cadenciado. Em seguida, inicia-se a música frenética, extraída de instrumentos associados à musicalidade africana, como os atabaques e os pandeiros, todos dançando em um ritmo alucinante, observando um dançarino principal ao centro da roda, cujo comportamento

⁴⁰ *Getulino*, nº 26 (20/01/1924), p.02.

⁴¹ Descarto a possibilidade da descrição se referir a uma roda de capoeira, pois em um artigo escrito pelo redator Lino Guedes em outra edição, a capoeira é citada como patrimônio nacional, provando que conheciam essa prática (reconhecida na década de 1930 como esporte). Em seu estudo sobre os candomblés no estado de São Paulo, o sociólogo Reginaldo Prandi verificou que, em fins de 1940, começariam a surgir os primeiros centros de candomblé no estado, ao passo que já existiam 85 centros umbandistas registrados nos cartórios. Em virtude da perseguição policial, acredito que esse número possa ser ainda mais elevado, pois muitos terreiros simplesmente permaneciam ocultos às autoridades, não se registrando. Maggie identifica o ano de 1920 como a origem da oficialização da umbanda no Rio de Janeiro, fruto de um esforço dos terreiros então classificados pela polícia como de "baixo espiritismo" para se registrarem nas delegacias como associações religiosas. Já os termos candomblé e macumba simplesmente estariam ausentes de qualquer relato até o ano de 1927. Baseado nessas informações,

indicava a possessão espiritual. Por fim, o possuído convida um dos participantes ao enfrentamento (perceba que nos dois textos o termo usado é o mesmo: *repto/reptando*), meramente ritual. No primeiro artigo, da grande imprensa, a sensualidade da *crioula alta, esbelta, jingando e suando*, retoma o tema muito comum na literatura escravista da promiscuidade das africanas, enquanto o segundo artigo se concentra na animalização e essencialização do indivíduo negro, caracterizado pela aparência repugnante, falta de higiene e força descomunal (pois como dito no artigo, a ação “teria estafado um homem branco em menos de cinco minutos”)⁴².

Por estar situada no passado, a descrição do articulista nos impõe uma dúvida: estaria ele apenas reconstituindo uma cena à qual teve acesso por intermédio de outras fontes, sem tê-la presenciado realmente, ou ao contrário, situá-la no passado foi uma opção deliberada?

Duramente reprimidas pelas autoridades policiais, essas manifestações religiosas da população negra eram realizadas em espaços relativamente afastados e, quando não, o temor de uma denúncia levava seus participantes a limitarem o acesso ao ritual, restringindo o conhecimento amplo sobre sua dinâmica. Ao tratá-las como um “samba”, o articulista do *Getulino* demonstra certo desconhecimento em relação ao que descreve, possivelmente por não ser freqüentador dos terreiros. A possibilidade de o articulista ter presenciado uma cena como a que descreve existe, visto os terreiros serem muito comuns em Campinas, bem como também podia ouvir os relatos de pessoas ligadas a essas manifestações religiosas⁴³. Acredito que tanto esse articulista, quanto os redatores do jornal, não tivessem conhecimento profundo das práticas efetuadas nos terreiros, porém não podiam as ignorar de todo, visto serem

penso que as cerimônias descritas pelos artigos citados estejam vinculadas à umbanda e não ao candomblé. Conferir: Reginaldo Prandi, *Os candomblés de São Paulo*, p.22; e Maggie, *Medo do feitiço...*, pp.190-191.

⁴² Schwarcz observou a difusão dessa representação da mulher negra como a “crioula” envolvente e sensual que arrasta os homens à perdição moral. Ver: Schwarcz, *Retrato em preto e branco...*, pp.225-226

⁴³ Os vários artigos sobre a repressão policial a curandeiros e terreiros, coletados por Maciel nos jornais campineiros, não deixam dúvidas quanto à existência de religiões ligadas a ancestralidades africanas em Campinas. Conferir: Maciel, *Discriminações raciais*, pp.102-107.

jornalistas, tendo contato contínuo com diferentes pessoas da comunidade negra. Diante disso, proponho que a descrição feita pelo *Getulino* seja interpretada como o resultado de um diálogo entre a impressão colhida nesses contatos e as representações que se faziam correntemente na imprensa acerca da umbanda, aparentemente inacessível à sua compreensão. Daí resulta a grande semelhança entre os dois artigos reproduzidos nas páginas anteriores, novamente comprovada nas palavras do redator Benedito Florêncio:

Serão talvez nossos discípulos nesta jornada esplendida, discípulos que honram o mestre humilde, mas jamais serão fantoches; desses muitos que conhecemos a obedecer no palco scenico da magica negra os impulsos impudicos dos cordeis movimentadores.

(...) podendo os nossos (?) continuarem também a ser os dansadores de bailes a tostão ou os cultores de sambas a quentão no palco scenico da vida protectora.⁴⁴

De forma semelhante ao artigo presente no jornal da grande imprensa, possivelmente escrito por um jornalista branco, neste trecho reaparecem as expressões “magia negra” e “samba a quentão” (que nada mais é que pinga com gengibre). A associação acaba sendo iminente, possivelmente se tratando novamente de uma cerimônia própria da umbanda, visto estes elementos estarem presentes ao imaginário que se construiu sobre esta religião. O relato de José Correia Leite, outro militante negro, porém com atuação na capital, contribui para confirmar essa hipótese do diálogo com as representações culturalmente construídas sobre os cultos ditos africanos.

(...) A religiosidade de matriz africana tinha muito pouca manifestação. No começo não havia terreiro. Praticava-se o que se conhecia com o nome de feitiçaria, em lugares muito distantes. (...) Na época o samba era dança de terreiro, com batida de bumbo. Não se conheciam as palavras “candomblé” e “umbanda”.⁴⁵

⁴⁴ *Getulino*, nº 61 (16/11/1924), p.01.

⁴⁵ José Correia Leite, *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. São Paulo, SMC, 1992, p.56.

Depondo sobre a vida no interior da militância negra paulistana, Leite também confirma o conhecimento limitado que possuía acerca dos cultos que identificava como de matriz africana, reproduzindo o mesmo estereótipo encontrado nos jornais brancos e também no *Getulino*, ou seja, tratava-se de um samba.

Mas como analisar a presença desses artigos no jornal? Isolados em edições intermediárias, acredito que estes comentários do jornal a respeito da religiosidade africana ligada à população negra tenham um significado. Diante da missão que o jornal traçara a si mesmo no seu editorial de abertura, muitos de seus artigos carregam em si um ensinamento ou crítica de caráter moralista, tentando impor aos seus leitores uma determinada visão de mundo.

Posicionando-se claramente ao lado do catolicismo e condenando o que classificavam como vícios de seus patrícios, podemos supor que o jornal buscava, ao retratar a cena como parte do passado, promover uma crítica velada a um fato recorrente do presente. O tom exótico com o qual é revestida a cena descrita pelo *Getulino* como “samba”, bem como os atributos negativos confiados ao indivíduo negro (repugnante, hediondo, desconforme) envolvido nela, demonstram para mim o posicionamento condenatório do jornal em relação a tais práticas, ainda que preserve certa ambigüidade, pois elogia a bela voz do dançarino. Ao representar a cena do terreiro no passado e associá-la aos escravos (tudo se passa diante da senzala), o jornal tenta representar esse “samba” como uma realidade superada, que deveria ser deixada para trás. Não por acaso, os vícios que acometeriam os negros no presente, identificados pelo jornal, eram interpretados como resultado do longo período de escravidão ao qual eles foram submetidos, ou seja, teriam sido herdados do passado. Os vícios são ruins e estavam ligados à escravidão, bem como esse “samba” também, logo, a mensagem é evidente: abandone os dois no passado.

É necessário destacar, contudo, que o único artigo do *Getulino* que acabava por abordar uma cerimônia religiosa que imagino ter origem entre praticantes negros é este que citei. Há um relativo silêncio dos redatores quanto a esse tópico. Se nos jornais da grande

imprensa os curandeiros, por exemplo, eram continuamente condenados, eles simplesmente não existem nas páginas do *Getulino*. Esta ausência pode ser tomada como um indício de que os redatores não se sentiam bem em condenar tais práticas, supostamente ligadas à origem africana. A homenagem feita pelo jornal à memória de um ex-escravo, chamado Mestre Tito pode contribuir para confirmar essa hipótese.

Tito de Camargo Andrade foi um escravo africano pertencente a uma tradicional família da cidade, responsável pelo seu sobrenome. Popularmente chamado de Mestre Tito, obteve sua alforria e foi responsável por recolher donativos nas ruas da cidade para construir uma capela dedicada a São Benedito. Como esclarece Benedetti, o início da construção esteve em suas mãos, porém com sua morte as obras foram concluídas pela proprietária de terras Ana de Campos da Paz Gonzaga⁴⁶. A associação de Mestre Tito com a construção da Capela de São Benedito lhe valeu homenagens tanto do *Getulino* quanto da imprensa tradicional de sua época.

*Tendo constituído familia honrada, e grandemente devoto de São Benedicto, votou sua existencia ao trabalho da construção de uma capella ao Santo patrono de sua raça. (...) Honrar-lhe a memoria é um dever dos corações catholicos bem formados (...).*⁴⁷

Mestre Tito era católico e participava ativamente da Irmandade de São Benedito, como atesta o próprio jornal em outro artigo. Porém, a historiadora Margarita Barreto comprovou que ele também exercia a função de curandeiro, que como vimos, era bastante criticada pelos órgãos de imprensa na medida em que era inserida nas práticas de “magia”⁴⁸. Na homenagem prestada pelo *Getulino* e escrita pelos seus redatores não é feita sequer uma referência a esse fato, apenas se elogiando a postura católica de Mestre Tito. Apenas em outro

⁴⁶ Luiz R. Benedetti, *Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido*. São Paulo, Editora Paulinas, 1983, p.91.

⁴⁷ *Getulino*, nº 24 (06/01/1924), p.02.

⁴⁸ Margarita Barreto. *Vivendo a História de Campinas*. Campinas, Mercado de Letras, 1995, p.37.

artigo, escrito por um historiador e jornalista branco da cidade, surge um comentário a respeito: “Dedicava-se também á pratica de curar feridas dos negros captivos”⁴⁹.

Tanto Lino Guedes quanto Benedito Florêncio freqüentavam o Clube Culto à Ciência, onde intelectuais e pessoas de destaque na cidade se reuniam⁵⁰. Um dos freqüentadores dessas reuniões era o bispo de Campinas Dom João Batista Nery, que escrevera um artigo sobre uma prática classificada por ele como *cabula* e, pela descrição, muito semelhante à umbanda⁵¹. Tendo falecido apenas em 1920, à frente da diocese de Campinas, não há como determinar se Guedes o conheceu, mas é bastante provável que Florêncio o tenha conhecido. Tendo se constituído em um combatente ardoroso do que ele identificava como “feitiçaria africana” em Campinas, é difícil acreditar que este não tenha sido um assunto de algumas das reuniões realizadas nesse clube, bem como sido discutido com as pessoas com as quais o bispo se relacionava. A própria homenagem feita pelo jornal à memória de D. João Nery em sua edição número 11 (07/10/1923), com um retrato dele e um agradecimento pelos serviços prestados em nome da religião católica na cidade, é uma prova da admiração que os redatores nutriram pela conduta deste religioso. Em outra pequena homenagem ao bispo, o articulista — provavelmente um dos editores, pois não é assinada — chega mesmo a reconhecer o contato verbal com ele:

O saudoso prelado que era entre nos immensamente bemquisto pelas suas generosas qualidades de coração e pelo seu character exemplar, deixou no seio da nossa sociedade um grande vacuo, enorme falta cujas proporções é facil aquilatar pela dor visivel que se estampou nos rostos — reflexo do coração de quantos tiveram um dia a ventura de

⁴⁹ *Getulino*, nº 28 (03/02/1924), p.01.

⁵⁰ Não consegui determinar a data exata de criação do Clube Literário, mas é possível que sua fundação tenha se dado já nos primeiros anos de funcionamento do colégio de mesmo nome, por volta de 1874.

⁵¹ Um trecho do artigo pode ser encontrado em Nina Rodrigues. Assim resume o bispo a prática da qual falava: “A nosso ver a *Cabula* é semelhante ao *Espiritismo* e á *Maçonaria*, reduzidos a proporções para a capacidade africana e outras do mesmo grau. (...) Como se vê, são eloqüentes vestígios de uma religião atrasada e africana que, transportada para o Brasil, aqui se misturou com as ceremonias populares da nossa religião e outras associações e seitas existentes, resultando de tudo isso perigosa amalgama, que só serve para offender a Deus e perverter a alma”. Conferir: Raimundo Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*. 5.ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977, pp.376-377.

travar conhecimento com a «alma subtil como uma flor etherea», que foi a de D. Nery⁵².

Após analisar todas essas evidências é possível conectá-las de modo a pensar que os redatores do *Getulino* conheciam a existência de terreiros na cidade e as cerimônias neles realizadas; indo além, imaginavam que parte de seus leitores devia freqüentar os mesmos. A formação católica de Guedes e Florêncio, bem como seu círculo de relacionamentos, devia-lhes dizer intimamente para combater e denunciar tais práticas, porém diante da difusão das mesmas no interior da população negra — a campanha movida contra os curandeiros pelo bispo Dom Nery é prova disso —, adotar essa postura podia levá-los a se distanciar do público que queriam conquistar.

Relativo desconhecimento e prudência aparentam ter sido as razões para que os redatores do jornal não se pronunciassem sobre o assunto, apenas se dedicando a publicar um artigo do médico Nina Rodrigues, na última edição, estabelecendo um estudo crítico, porém racista, do candomblé baiano.

Instrumentos para purificação: família e educação

Ao definir os comportamentos considerados desviantes, ou seja, responsáveis por afastar o indivíduo negro do padrão de conduta eleito como dignificante pelo jornal, os redatores e articulistas revelaram os valores e instituições que prezavam. Para superar práticas consideradas por eles como vícios e problemas que prendiam o homem negro ao passado escravista e o impediam de progredir, o *Getulino* advogou a favor dos benefícios proporcionados pela educação formal, pela dedicação à família e ao trabalho honesto.

Para os redatores, os grandes males que afligiam a “raça” negra eram o analfabetismo e a falta de instrução formal. Através de contos, críticas curtas e artigos, buscaram desenhar a imagem do analfabeto como um indivíduo incapaz de defender seus

⁵² Getulino, nº 28 (03/02/1924), p.02.

próprios interesses e de encontrar colocação social. Em um conto, o jornalista de pseudônimo Vulpiano narrou a história de dois cegos que viviam juntos e esmolavam com a ajuda de um menino órfão. Certo dia, sem razão, desconfiaram que o menino estivesse roubando para si parte das esmolas recolhidas e o dispensaram. Em pouco tempo, na ausência de alguém capaz de lhes guiar, os cegos foram enganados por um estudante, sendo humilhados e brigando entre si. O julgamento moral, efetuado por Vulpiano ao final do conto, não deixa dúvidas quanto ao seu propósito:

E os analfabetos?

Estes são cegos voluntarios em vez de sympathia, causam-nos o espanto, a supreza que nos inspiraria um passaro que tendo toda a amplidão do ceo para voar, viesse espontaneamente encerrar-se entre as grades de uma pequena gaiola.⁵³

Considerando o analfabetismo como um problema de ordem individual, mais que social, Vulpiano comparou a atitude de uma pessoa pouco interessada em aprender a ler à postura dos cegos do conto que, por uma desconfiança infundada, dispensaram o seu guia. Para ele, o analfabetismo funcionava como uma gaiola, uma jaula, que impedia o indivíduo de ser livre, agir e ser respeitado como uma pessoa autônoma. Ao invés de inspirar a piedade, a passividade diante da chance de se alfabetizar deveria gerar indignação.

Para os redatores do jornal e seus colaboradores, a aparência de nada valia, apesar da pessoa demonstrar preocupação com o asseio e refinamento, se ela não portasse o que há de mais importante para o indivíduo negro naquele momento: a capacidade de ler e escrever. Ao descrever a aproximação entre rapazes e moças no interior dos salões de baile, os redatores repreendiam aqueles que se vestiam elegantemente, pois a vestimenta não combinava com a necessidade de pedir ajuda para ler o programa de músicas, em virtude de seu analfabetismo.

⁵³ *Getulino*, nº 48 (10/08/1924), p.01.

Quem ha que já não teve oportunidade de assistir um baile, feito exclusivamente por pretos? Portanto será desnecessario que descrevamos a riqueza dos vestuarios das damas (...) cavalheiros que, muito bem postos, em anatenas casacas, esguios fracks e risonhos smokings, dansam com desenvoltura, causando pasmo a qualquer bailarino russo.

(...) Ao notarmos tanto luxo, "cahimos das nuvens" (...) quando para ver o nome de uma contradansa, dar um endereço, chegam-se ellas a nós com certo acanhamento e dizem: o que vamos dansar? Ou escreva-me aqui o meu endereço, porque "eu não sei ler" (...)

Que desleixo! Grande Deus, para esses que em 35 annos de liberdade não encontraram ainda a porta duma escola, não haverá por essas alturas algum terremoto disponivel?⁵⁴

Novamente aqui se destacava a falta de autonomia do analfabeto, forçado a solicitar a ajuda de outros para se orientar ou guardar alguma informação dada por outrem. A vestimenta aparecia como incapaz de esconder o grande mal que afligia aqueles saídos da escravidão. Nesta crítica também se associa o analfabetismo com ausência de iniciativa pessoal, ou seja, foram essas pessoas que não encontraram a porta da escola, menosprezando qualquer responsabilidade que outras instituições de caráter social — poder público omisso — e cultural — a escola preconceituosa — pudessem ter.

Essa postura confirma a própria mensagem transmitida pelo jornal ao longo de diversos artigos cujo enfoque eram os temas da educação, família e valores capazes de transformar um indivíduo em uma pessoa honesta e socialmente admirável. Postulava-se que a ascensão social do negro na sociedade dependia unicamente de suas próprias forças, da sua capacidade em reconhecer os desafios colocados à sua frente e em se afastar dos vícios herdados do passado através da adoção de determinados comportamentos.

⁵⁴ *Getulino*, nº 24 (06/01/1924), p.01.

As vantagens, pois da instrução não podem admitir contestação de especie alguma.

Ella constitue uma condição de progresso, e é hoje o empenho constante de todos os povos civilizados.

Cumpre, porem, que tratando-se da educação intellectual não fique esquecida a formação do character, que póde constituir o que chamamos a educação moral.⁵⁵

São abundantes os artigos dedicados a debater o tema da instrução no *Getulino*, reconhecendo a educação formal como modelo privilegiado para formação dos jovens brasileiros. Neles predomina a associação de uma educação intelectual com outra de tendência moral, como evidenciado na passagem acima. A primeira entendida como disciplinas que transmitam conhecimentos técnicos, fornecendo aos jovens conteúdos sobre Geografia, História, Física e demais áreas componentes dos currículos escolares no país. A segunda representando ensinamentos morais dirigidos à religiosidade, convivência familiar e comportamentos socialmente aceitos. Para os redatores e articulistas uma pouco representava sem a outra, a formação do profissional só seria completa com a formação moral do homem ou mulher, cada um destes com funções pré-determinadas.

À instrução também se ligam outras duas categorias, o progresso e a civilização. Entendido como avanço técnico e riqueza material, o progresso só seria atingido por meio de um sistema educacional eficiente, uma preocupação séria dos países civilizados. Porém é curioso perceber como, no mesmo artigo citado acima, o autor fundiu princípios ligados à racionalidade científica do período no qual vivia (como o progresso e a civilização) com fundamentos subjetivos.

Os males que este convívio fatal [entre corrupção e progresso] sempre produz, nós os vemos todos os dias nos tristes espetáculos das sociedades em ruína, porque não lhes fortalecem as bases em que ergueram os bons

⁵⁵ *Getulino*, nº 08 (16/09/1923), p.01.

Reforçando o argumento anterior de que sem a formação moral de pouco adiantava a instrução intelectual, o articulista submetia o progresso (categoria de base racional) a forças de base subjetiva, no caso conhecimentos ligados à tradição, como religiosidade e moral. Ao estabelecerem tal argumentação, os redatores e articulistas do *Getulino* dialogavam com um discurso que já vinha sendo difundido no ambiente educacional paulista. Ao analisar o conteúdo dos programas de História dos ginásios públicos e privados entre as décadas de 1920 e 1930, Circe Maria F. Bittencourt constatou a circulação de um discurso que associava as categorias civilização e progresso⁵⁷. Herdado do sistema educacional francês, pautado na busca de consolidar um ensino laico, no Brasil esse discurso acabou por incorporar a influência do catolicismo, assimilando também valores próprios de uma moral cristã⁵⁸.

Esse discurso valorizador da educação formal, assim como a concepção de miscigenação exposta pelos jornalistas do *Getulino*, era cruzado pelo nacionalismo latente do jornal. Ao propor a formação do cidadão através da educação intelectual e moral, os redatores não se esqueciam de pregar a necessidade do ensino cívico voltado para o amor à pátria, obtendo por meio da instrução a uniformização da nação, construindo um povo coeso e unido.

*É de hontem o nosso despertar ante essa inilludível exigencia do promover, sem mais delonga, a educação civica da mocidade e do povo, incutindo-lhes, desde o ensino primario até as escolas superiores (...) esse sentimento de accendrado amor á patria e ás suas glorias, o respeito á familia (...) Esta parte, essencial na educação de um povo culto, sempre foi no Brasil completamente falha, ou melhor, de toda nulla, pois não ha muito que surgiu a iniciativa patriótica de Olavo Bilac e Coelho Netto a excitarem o natural impulso dos moços e o ardor civico das massas.*⁵⁹

⁵⁶ *Ibid.*; p.01.

⁵⁷ Circe Maria F. Bittencourt, *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo, Loyola, 1990, pp.79-92.

⁵⁸ *Ibid.*; pp.79-80.

⁵⁹ *Getulino*, nº 11 (07/10/1923), p.01.

*Terá duplo efeito [a educação], evidentemente, porque então a raça negra amparará a si própria num trabalho titanico e indestructivel e coadjuvará para que a nacionalidade caminhe forte, cohesa e una apta, para enfrentar os vendavaes.*⁶⁰

A referência feita pelo articulista Affonso Celso a Olavo Bilac e Coelho Neto comprova o acesso que os jornalistas da época, entre eles os colaboradores do *Getulino*, tinham aos livros didáticos produzidos entre as décadas de 1910 e 1920. Além destes dois escritores citados, outros como Afrânio Peixoto e Basílio de Magalhães também escreveram livros didáticos nas duas primeiras décadas do século XX, sendo comum a todos voltar sua atenção para a construção de um sentimento nacionalista entre os jovens, discutindo questões como “raça” e nação⁶¹. Absorvendo o discurso fortemente impregnado pelo nacionalismo de que a educação era a solução do problema brasileiro, instrumento único para transformar um povo heterogêneo e dividido em uma nação culturalmente homogênea, os artigos do *Getulino* acabaram promovendo a repetição dos argumentos usados por Bilac, Magalhães, Peixoto e tantos outros, desse modo defendendo também a educação cívica entre os seus leitores⁶².

Retomando a discussão sobre os valores morais que permeavam a noção de educação no *Getulino*, podemos ver nessa fixação da idéia de ser estritamente necessário transmitir valores religiosos e sociais ao indivíduo, a convicção dos redatores e colaboradores do jornal de que o negro carregaria vícios do passado e estes precisavam ser superados. Para

⁶⁰ *Getulino*, nº 13 (21/10/1923), p.03. (colchetes meus)

⁶¹ Sobre a produção de livros didáticos e a ligação destes com o nacionalismo republicanos do início do século XX conferir: Bittencourt, *Pátria, civilização e trabalho*, pp.135-160; e Thomas E. Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, pp.170-191.

⁶² É necessário ressaltar que Bittencourt e Skidmore também reconheceram a importância da Liga de Defesa Nacional —fundada em São Paulo, em 1916, pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo — na intensificação e circulação do discurso nacionalista que era reproduzido nos livros didáticos. Aproximando-se até mesmo dos militares, a Liga patrocinou palestras e reuniões com o objetivo de difundir a urgência em educar os jovens no sentido de servirem à pátria e assumirem suas responsabilidades cívicas. Bittencourt, *Pátria, civilização e trabalho*, pp.130-132 e Skidmore, *Preto no branco*, pp.172-177.

isso, não bastariam os conhecimentos técnicos, não adiantaria formar o negro como advogado ou médico, era imprescindível formá-lo como cidadão.

Todas estas maculas que, extinguindo o caracter, não podem ser excessivamente combatidas pela instrução, encontra na educação moral um poderoso meio que as aniquilará de uma vez.

*Começada no lar, pela familia, continuada na escola pelo mestre e fortalecida na sociedade pelo exemplo geral, a educação moral facilita os progressos da instrução (...)*⁶³

Insistindo na importância da educação moral, o autor acaba aqui externando sua crença de que os vícios e desvios de comportamento precisavam ser combatidos no lar, na escola e nas ruas, através de um esforço conjunto entre família, escola e sociedade. O código de moral assumido pelo jornal seguiria, como assumido nos artigos, um modelo associado ao cristianismo, e no interior da doutrina cristã, assume lugar privilegiado a ordem familiar.

*Este sentimento aviltante e insidiador [a perfídia], que germina no coração do homem é prova evidente de que o ente que não receber educação perfeitamente sã, baseada nas regras da moral christã, tornar-se-a um fardo social, ou por outra um terrível demolidor das nobres aspirações humanas.*⁶⁴

*Talvez ainda não haja sido creada por falta de professores competentes. É a escola de paes e mães de familia que fiquem sabendo bem educar seus filhos, em vez de deixal-os ao Deus dará, emquanto vão a reuniões, cinemas e chas-dansantes.*⁶⁵

O jornal assumia a família como uma instituição sólida e necessária para a formação do caráter de uma pessoa, criticando veementemente toda ação capaz de ameaçá-la. Os contos apareciam como instrumento privilegiado na tentativa de inculcar nos leitores do *Getulino*

⁶³ *Getulino*, nº 08 (16/09/1923), p.01.

⁶⁴ *Getulino*, nº 59 (02/11/1924), p.02.

⁶⁵ *Getulino*, nº 58 (26/10/1924), p.02.

o respeito e atenção a ela como caminho para regeneração. Em um deles, intitulado “Expição Heróica”, a morte prematura do pai pega de surpresa um jovem garoto que não se dedicava à família nem aos estudos, levando-o a sentir remorso por sua conduta.

*Um estremecimento sacudiu todo o corpo do menino; pobre pae, tinha morrido em a sua ausencia, e elle que tanto tinha faltado ao dever de bom filho, não recebeu na hora derradeira, do honrado velho, a benção e perdão de suas faltas; era esse o castigo de tanto mal praticado!*⁶⁶

Arrependido, o garoto altera de imediato seu comportamento, tornando-se um filho e aluno exemplar, deixando orgulhosa sua mãe. Após alguns meses, conquistara na escola a coroa de excelente estudante pelo ótimo desempenho nos exames, indo depositá-la sobre a lápide do túmulo de seu pai, um meio de se desculpar pelos erros cometidos no passado.

Passados os dias de nojo, Pedrinho pareceu a todos da aldeia um ser transformado. Ninguém mais o vio correr pelos campos em horas do estudo. O mestre via-o cada dia progredir nos estudos pelos grandes esforços que fazia para recuperar o tempo desperdiçado. (...)

*Chegou finalmente o dia dos exames e Pedrinho alcançou o primeiro logar (...) chamado a mesa o pequeno sentiu sobre a cabeça a coroa escolar, emquanto na sala reboava uma salva de palmas. Depois de receber muitos abraços Pedrinho sahiu a procura de sua mãe e ao encontrá-la disse: desejo levar esta coroa ao tumulo de meu pae. Ella lhe dirá decerto o quanto soffremos, mamãe.*⁶⁷

O conto não apenas remete à importância do amor filial e à devoção aos estudos, como encerra em suas linhas a própria mensagem principal do jornal: abandona os vícios que te acometiam no passado e percorre no presente o caminho da educação e da dedicação familiar, colhendo, no futuro, os frutos de suas escolhas. A família aparece sempre como fator

⁶⁶ Getulino, nº 56 (12/10/1924), p.02.

⁶⁷ *Ibid.*; p.02.

de coesão e conscientização para a vida do indivíduo, um primeiro passo para a obtenção do sucesso em sua trajetória.

Em outro conto, novamente o amor por um membro da família desperta o arrependimento e evita a consecução de um erro. Tendo descoberto o adultério praticado pela esposa e ainda apaixonado por ela, o marido saca de uma arma para dar cabo à própria vida e resolver de forma abrupta seus problemas, quando então um pequeno gesto evita a tragédia anunciada.

*(...) Mas eis que assoma a porta uma linda creança de quatro annos que corre para elle e innocente solta uma exclamação que commove aquelle coração de pae: — Papá! Elle comprehende toda a leviandade de seu acto de desespero, e atirando longe de si o revolver, suspende nos braços a creancinha e murmura entre lagrimas: Quero viver só para ti minha filha!...*⁶⁸

A leitura desses recortes não deixa dúvidas da posição estratégica ocupada pela família na mensagem transmitida pelo jornal aos seus leitores. Porém, algo devia perturbar os redatores para que insistissem tanto em afirmar tal instituição. Qual a razão desse apego em defesa da família? A organização familiar entre a população negra escaparia de forma incisiva às representações da família nuclear que circulava na sociedade, a ponto de justificar tal preocupação?

Estudos mais recentes rechaçaram a hipótese, defendida por Fernandes, de que as condições impostas à população negra no período escravista impossibilitaram-na de constituir famílias estáveis, respondendo então pelo seu estado de “anomia social” verificado após a abolição⁶⁹. Analisando a organização familiar entre os escravos em Campinas, Cristiany Miranda Rocha apontou a inconsistência das afirmações de Fernandes também para o caso dessa cidade, verificando que no interior das senzalas e das residências senhoriais a população

⁶⁸ *Getulino*, nº 16 (11/11/1923), p.01.

⁶⁹ Um dos primeiros estudos nesse sentido no Brasil foi efetuado por Robert W. Slenes em *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

negra escravizada organizou núcleos familiares consistentes⁷⁰. Com essa informação, torna-se difícil acreditar em um cenário no qual uma boa parte dos habitantes negros de Campinas não buscassem organizar suas famílias dentro dos padrões então aceitos como corretos no interior de uma sociedade de moralidade cristã, ou seja, um grupo formado pelo pai, a mãe e filhos em uma relação de fidelidade entre os parceiros. As próprias seções do jornal me servem de fonte para confirmar essa hipótese no caso do meio social no qual se inseriam os redatores do *Getulino*.

Um dos quadros mais regulares do jornal era composto de pequenas notas comemorando aniversários, casamentos, nascimentos, batizados e demais festejos. Reunidos sob o título de “Vida Social” esses micro-eventos relatavam a linhagem familiar dos noivos, aniversariantes e crianças em seus primeiros anos de vida, parabenizando a todos pelo momento de felicidade. A presença dessas notas em todas as edições do jornal me faz crer que a família, em sua asserção cristã como o jornal a entendia, não era algo incomum entre a população negra.

A preocupação em afirmar o papel central da família na vida de um indivíduo por parte do jornal não me parece significar a ausência dela em seu meio, mas sim a circulação de um discurso responsável por perpetuar a imagem do negro como ser social incapaz de construir um ambiente familiar solidário. Tanta preocupação por parte dos redatores do *Getulino* aparece como uma resposta positiva a esse discurso preconceituoso e moralizante com o qual conviviam. Além disso, o período em questão, caracterizado pelas fortes mudanças no comportamento feminino, também assistiu a um processo crescente de valorização da instituição familiar entre a elite branca, como reação a tais mudanças. A aprovação do *Novo Código Civil de 1916* é um indício dessa tendência. Em uma de suas seções, o referido código regulamentava os direitos e deveres que competiam a marido e mulher no interior do

⁷⁰ Para obter dados mais detalhados acerca da família escrava em Campinas ver Cristiany M. Rocha, *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1999, p.18-20.

matrimônio, estabelecendo normas de conduta tanto para um quanto para outro, atribuindo às atividades ligadas ao sexo masculino superioridade em relação às executadas pela mulher. Como resumiram Maluf e Mott, o código conferiu um atributo essencial a cada um deles e, assim, “se ao marido cabia prover a manutenção da família, à mulher restava a identidade social como esposa e mãe (...) A ele, a identidade pública; a ela, a doméstica”⁷¹. Além do *Código Civil*, no mesmo ano foi lançado o compêndio *O Lar Feliz*, como uma espécie de manual voltado a orientar as jovens esposas em seu aprendizado para dominarem as necessidades do lar.⁷² Estes dois documentos, seguindo as convenções que se perpetuavam desde o século XIX, impunham à mulher a prisão no interior das representações construídas sobre ela até então, ou seja, dona do lar, mãe e guardiã moral da família⁷³.

Tanto Schwarcz quanto Brookshaw detectaram, na imprensa e nas obras de intelectuais do período compreendido entre a passagem dos séculos XIX para o XX, a propagação de uma imagem do homem negro como violento e embriagado e da mulher negra como lasciva e imoral⁷⁴. A instituição familiar aparecia como uma realidade impossível para tais personagens, incapazes de uma união calcada no respeito e fidelidade como exigia a moral católica da época. Maciel identificou com relativa surpresa que os casos de agressão entre pais e filhos, referindo-se às famílias negras, ganham mais projeção a partir de 1900 e, curiosamente, em um único jornal, intitulado *Cidade de Campinas*⁷⁵.

*Talvez ainda não haja sido criada por falta de professores competentes. É a escola de pais e mães de família que fiquem sabendo bem educar seus filhos, em vez de deixá-los ao Deus dará, enquanto vão a reuniões, cinemas e chás-dansantes.*⁷⁶

⁷¹ Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, “Recônditos do mundo feminino”. In: NOVAES, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998, p.379. Vol. 03.

⁷² *Ibid.*; p.374.

⁷³ Sobre as representações da mulher nas primeiras décadas da República, conferir: Luzia Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. pp.62-95.

⁷⁴ David Brookshaw. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.64; Lília M. Schwarcz, *Retrato em branco e negro*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p.225-226.

⁷⁵ Cléber da S. Maciel. *Discriminações raciais...*, p.176.

⁷⁶ *Getulino*, nº 58 (26/10/1924), p.02.

Campinas acha-se na phase desoladora dessa contaminação, as suas arterias, hontem moderada e normal, agita-se hoje em pulsações violentas.

Descansou sobre ella, uma chusma de microbios que em pouco tempo dominou as cabeças femininas! (...) Como prova disto, germinou atravez d'uma loucura quase incuravel o corte do cabelo e os trajes semi-nús attingindo o extremo de expor as carnes⁷⁷.

Os homens responsáveis pelos artigos do *Getulino* viveram em um período de intensa mudança de costumes, como apontou Nicolau Sevckenko, advindos da expansão do cinema, de novas linguagens literárias e artísticas, além de facilidades propiciadas pelos avanços tecnológicos a partir da Primeira Guerra Mundial⁷⁸. Novas atitudes, especialmente assimiladas pelos mais jovens, contribuíram para reforçar a impressão racista, então difundida pelos meios de comunicação, da insuficiência da família negra saída da escravidão, seja na suposta dificuldade em se instituir ou na degeneração pela qual estaria passando.

A valorização da família não se tratava apenas de uma estratégia consciente de militantes interessados na ascensão social do indivíduo negro, manipulando dessa forma um discurso corrente a seu favor. Outros artigos que demonstram a intensa proximidade dos redatores e articulistas com o catolicismo e, ao mesmo tempo, um olhar crítico em relação a novas danças e ao papel social da mulher, comprovam que eles compartilhavam de alguns pressupostos do discurso estigmatizador do negro como desprovido do sentimento familiar. Aparece em suas críticas uma forte crença na necessidade de se superar os vícios do passado escravista, adotar um comportamento irrepreensível e demonstrar respeitabilidade. A família seria, para eles, uma porta não apenas para sua integração social, como também para sua própria regeneração.

⁷⁷ *Getulino*, nº 47 (13/07/1924), p.02.

⁷⁸ Nicolau Sevckenko, *Orfeu extático na Metrópole*, 1992.

Dança e esporte: a disciplinarização do corpo

Como já citamos, Sevcenko registrou na década de 1920 importantes mudanças de comportamento em curso na sociedade, em intenso diálogo com as transformações culturais. A Primeira Guerra representou, para ele, uma espécie de divisor de épocas, na medida em que introduziu avanços tecnológicos que ganharam espaço na vida cotidiana, acelerando-a e, também, alterou a própria percepção da realidade nas pessoas.

A aceleração típica de uma metrópole em crescimento estimula as pessoas a adotarem práticas que acompanhem esse mesmo ritmo, como revelou Sevcenko⁷⁹. Nesse sentido, a educação física nas escolas, as danças nos salões e os esportes nos clubes ganham maior projeção no período. Os órgãos de imprensa promovem campanhas positivas para despertar a população para a atividade física. Pelos artigos do *Getulino* chego à conclusão de que algo semelhante acontecia em Campinas, haja vista os artigos que destacavam a ligação entre saúde moral e física.

A gymnastica com o seu grandioso fim de envolver as forças musculares e dar ao corpo a graça, ligeireza e robustez, tão precisas em multiplas ocasiões na vida, encontra na escola primaria (...) incontestavel acolhimento por parte dos educadores. Ella praticada intelligentemente combate muitas doenças e corrige bastantes defeitos organicos.

*A gymnastica escolar tem por fim exclusivo desenvolver racionalmente as forças phisicas das creanças, harmonizando-as com as suas faculdades intellectuaes.*⁸⁰

Convertido em uma espécie de máquina nesse artigo acima, o corpo humano deve seguir seu próprio ritmo, liberando sua energia vital à vida. A atividade física, se praticada inteligentemente, conseguiria harmonizar corpo e alma, combatendo doenças e preservando a saúde não apenas física, como também a mental. Para esse intento, o *Getulino* concebia a

⁷⁹ *Ibid.*; p.84.

⁸⁰ *Getulino*, nº 09 (23/09/1923), p.01.

escola, além de ambiente de educação moral e intelectual, também como espaço apropriado para a educação física.

*No Brasil a instrução primaria ainda não teve organização conveniente e definitiva, quando ela é a base unica de toda a educação nas suas diferentes modalidades, desde os exercícos e jogos que dão vigor e saude ao corpo, até a aquisição dos conhecimentos necessarios á formação completa do espirito e o seu aparelhamento para a conquista das diversas carreiras (...)*⁸¹

Como destacaram Margareth Rago e Vera Marques, a década de 1920 se notabilizou pelo amadurecimento de um discurso disciplinador, no qual se articulavam o interesse privado e o poder público, vislumbrando nas escolas e fábricas os ambientes perfeitos para formação do corpo e do espírito⁸². No diálogo com esse discurso, os redatores e articulistas do *Getulino* impunham à escola mais uma função: disciplinar o corpo e seus movimentos.

*Por conseguinte a escola e o quartel em seu campo instrutivo de cultura physica, marcham paralelamente em prol da formação physica do cidadão que só aguarda o momento de ser chamado como servidor fiél da Patria.*⁸³

Ao defender a necessidade da educação moral, física e profissional, o jornal novamente concordava com o discurso higienista e disciplinador que colocava o homem como fortemente influenciado pelo meio no qual estaria inserido⁸⁴. Por essa lógica, a escola e a família se complementavam no tocante à educação moral e física dos jovens, combatendo todos os desvios que pudessem ameaçar a saúde do corpo e da mente; portanto a insistência

⁸¹ *Getulino*, nº 11 (07/10/1923), p.01.

⁸² Margareth Rago. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p.18-19; Vera R. Beltrão Marques, *A medicalização da raça*. Campinas, Editora UNICAMP, 1994, pp.101-110.

⁸³ *Getulino*, nº 09 (23/09/1923), p.01.

⁸⁴ O início da difusão desse discurso higienista com o qual claramente os articulistas e redatores do *Getulino* dialogam, pode ser situado na segunda metade do século XIX, tomando-se como parâmetro os dados levantados por Schwarcz (*O espetáculo das raças*. São Paulo, Cia das Letras, 1993) e Chalhoub (*Cidade Febril*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996).

na união dessas duas instituições. Os redatores e articulistas do *Getulino* acabaram idealizando o indivíduo perfeito, fundindo nele as virtudes que tanto ambicionavam para seus jovens leitores negros: saúde física, moral e intelectual.

Ao ler alguns artigos do jornal, pude confirmar uma das constatações feitas por Sevcenko em seu estudo sobre a metrópole paulistana: existia uma euforia pelo novo, pela adrenalina constante⁸⁵. Ao lado da atividade física, estimulada nos jornais da época, surgiram também os chamados modismos, ligados à agitação que parecia tomar conta da cidade.

Vieram depois outras manias. Vieram outros recreios, de acordo com a evolução dos tempos e o progresso da sciencia.

*O cinema, futebol, o morphinismo, a cocainomania, cada qual por sua vez, empolgou, durante alguns annos, a predileção dos cidadãos.*⁸⁶

Sentindo-se em um período de rápidas transformações, o articulista confirmava aquilo que já foi dito no início deste tópico: a tecnologia e os novos padrões culturais originários da Primeira Guerra Mundial provocavam uma sensação de aceleração. A busca por estimulantes capazes de ampliar o prazer e despertar ainda maior emoção se disseminara na sociedade da década de 1920. Porém, adotando a postura de buscar a harmonia entre corpo e mente, o *Getulino* rejeitaria qualquer substância capaz de afetar tal equilíbrio. Desse modo, os excessos foram condenados. Pelos textos expostos acima, a morfina e a cocaína começavam a se espalhar pela sociedade, penetrando o meio juvenil ansioso por novos estimulantes. Porém, o crescimento do consumo dessas substâncias também contribuiu para o surgimento de campanhas de combates a esses vícios, associados à degenerescência do corpo, como verificou Sevcenko⁸⁷.

⁸⁵ Nicolau Sevcenko, *Orfeu extático na Metrópole*, pp.82-88. Maluf e Mott verificaram o crescimento no consumo de substâncias como a morfina e a cocaína através das matérias de jornais do período. Conferir: Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, "Recônditos do mundo feminino", p.373.

⁸⁶ *Getulino*, nº 24 (06/01/1924), p.03.

⁸⁷ Nicolau Sevcenko, *Orfeu extático na Metrópole*, p.84.

De que lhe serve instigar-se tanto em exercicios durante o dia, nos gymnasios, em campos de atletismo e no mar, se, á noite, todas as energias adquiridas em esforçados treinos, vão-se levados pelos toxicos que por ahi se vende clandestinamente em lojas e bordeis (...)

*E assim, limpando a cidade de duas pragas que a infestam, uma que ataca no corpo, outra que a affecta na alma a juventude honesta fará obra de saneamento hygienico e moral (...)*⁸⁸

É instigante perceber como as palavras higiene e moral parecem se atrair mutuamente nos artigos do *Getulino*. Esse discurso higienista, intimamente relacionado aos princípios que compunham as sociedades eugênicas fundadas no Brasil, fora amplamente consumido pelos responsáveis por esse jornal da imprensa negra⁸⁹. A eugenia, na própria definição de seus criador, Francis Galton, seria “o estudo dos meios que estão por trás do controle social, que podem beneficiar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, tanto física quanto mentalmente”⁹⁰. Em suma, uma ciência voltada a analisar as diferentes contribuições que cada “raça” podia legar às gerações futuras, propondo intervenções técnicas no cruzamento entre elas, a fim de depurar as populações e selecionar os indivíduos fisicamente e mentalmente melhor dotados.

Em meio às várias teorias voltadas à análise da qualidade “racial” da população brasileira, Chalhoub identifica a emergência, entre o fim do século XIX e início do XX, de um discurso médico preocupado com as medidas de caráter higiênico capazes de colaborar para a solução do “problema racial” brasileiro⁹¹. Dessa forma, este autor descreve as propostas dessa corrente higienista de aplicação de ações práticas coordenadas pelas autoridades públicas para

⁸⁸ *Getulino*, nº 21 (16/12/1923), p.01.

⁸⁹ Nancy Stepan verificou a ligação mais estreita entre eugenistas e higienistas durante os últimos anos da década de 1910, quando os primeiros passaram a se aproximar mais dos teóricos das “raças”. Nancy L. Stepan, *The hour of eugenics*. Ithaca, Cornell, 1991, p.157.

⁹⁰ Citado em B.Marques, *A medicalização da raça*, p.35. São muitos os autores que analisaram com maior profundidade a emergência da eugenia a partir de 1883, quando Galton enunciou seus argumentos favoráveis ao aprimoramento das populações através de métodos seletivos, entre eles a própria esterilização daqueles tidos como indesejáveis. Entre esses estudos, julgo conveniente indicar: Nancy L. Stepan, *The hour of Eugenics*; e Stephen J. Gould, *A falsa medida do homem*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

⁹¹ Chalhoub, *Cidade Febril*, p.35.

sanear habitações coletivas, combater doenças e disciplinar os corpos para garantir-lhes saúde e disposição. Apesar de concordar com esta última afirmação de Chalhoub, Marcos Chor Maio discorda no tocante ao predomínio de um caráter racista imputado a esse discurso médico por este autor. Para Maio, havia duas vertentes ideológicas que empregavam em suas análises aspectos do conhecimento médico e sanitário da época⁹². Uma delas, talvez a identificada por Chalhoub, atribuiria ao “conceito de raça papel demiúrgico no processo de compreensão e intervenção na dinâmica societária”, e operaria “com uma visão determinista biológica”⁹³. A outra, “de matriz ambientalista” e “alicerçada na tradição médico-higienista”, assumiria uma posição claramente a-racista, encontrando no sanitarismo as repostas para os problemas da constituição do povo brasileiro⁹⁴.

Ao defender a saúde da alma e do corpo, os articulistas do *Getulino* buscavam uma juventude ideal, um indivíduo negro socialmente ativo, neste sentido se inspirando em discursos de orientação higienista. Guedes, Florêncio e Moraes não compartilharam da crença de uma parcela dos eugenistas brasileiros que acreditavam ser a contribuição do negro na formação do tipo nacional sempre pernicioso, mas não se abstiveram de depurar a “raça” para depois introduzi-la na constituição de um povo “genuinamente brasileiro”⁹⁵.

Assim como os eugenistas brasileiros, e também os higienistas, dada a aproximação entre ambos, os redatores do jornal defendiam a purificação do meio no qual o negro se inseria, afastando dele toda sorte de “venenos sociais” que pudessem afetar sua saúde moral e física. Para se constituir como parte de um “povo brasileiro”, o negro deveria estar livre de quaisquer vícios, renegando os tóxicos e a bebida, além de apelar para os resultados benéficos da educação⁹⁶.

⁹² Marcos Chor Maio, “Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX”. In: Simone Monteiro e Lívio Sansone (orgs.), *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro, FioCruz, 2004, pp37-38..

⁹³ *Ibid.*; p.37.

⁹⁴ *Ibid.*; p.37-38.

⁹⁵ Sobre a relação entre eugenia e nacionalismo conferir B. Marques, *A medicalização da raça*, pp.55-57.

⁹⁶ A seguinte análise de Marques acerca das propostas defendidas pelos eugenistas brasileiros contribui para identificar a intertextualidade entre eles e o *Getulino*: “Assim, os supostos ‘venenos sociais’ como o álcool, a

*De um grupo que vemos quasi sempre atravessar a cidade, num grande alarido, cheio de bomboleio, formado de rapazes que seriam fortes esperanças da Patria, si o alcool e outros vicios não os dominassem (...)*⁹⁷

Dentre os tantos vícios que o homem fraco e sem caracter, deixa-se arrastar por elle, descurando frequentemente da familia e tornando-se, na maioria das vezes, pernicioso a seus semelhantes.

*(...) Um individuo que tenha por vicio uso do alcool, ainda póde não sem algum custo abster-se delle, desde que com paciencia se lhe explique o mal que produz com seu uso.*⁹⁸

O jornal faz inúmeras referências negativas quanto ao uso dessas substâncias, seja em artigos cuja crítica é explícita, como o do trecho acima, ou na forma de lições de moral transmitidas através de contos. Em todos eles, a bebida e o jogo são representados como inimigos da família e da pátria. No conto intitulado “Tio Joaquim”, os redatores contam a história de um homem abastado que, após perder a mulher e o filho, entregara-se ao jogo e se afastara dos pais, perdendo toda a sua riqueza e sendo forçado a mendigar nas ruas⁹⁹.

Nessa seleção de práticas condenáveis ou elogiáveis, a dança acaba assumindo lugar privilegiado no discurso do jornal. A dança, considerada também uma atividade física, ganha destaque como prática que rejuvenesce de forma eficaz essa “máquina” denominada corpo humano, também contribuindo para o diálogo envolvendo educação moral e física.

(...) a dança é a expressão mais justa da alegria de um povo. Só dança quem é alegre.

*(...) O sr. Barbosa acha as mulheres americanas muito formosas e elegantes, attribuindo-lhes essas qualidades peregrinas no sport da dança a que ellas se dedicam desde a infância.*¹⁰⁰

prostituição, a ‘libertinagem’, dentre outros, assumiram o papel de causa da degeneração, tornando necessário o apelo à educação, como antídoto para todos os males”. *Ibid.*; p.59.

⁹⁷ *Getulino*, nº 05 (26/08/1923), p.01.

⁹⁸ *Getulino*, nº 28 (03/02/1924), p.02.

⁹⁹ *Getulino*, nº 16 (11/11/1923), pp.01-02.

¹⁰⁰ *Getulino*, nº 49 (17/08/1924), p.02.

Novamente corpo e mente são associados, num fluxo que converge para o ideal de um corpo perfeito, de uma saúde perfeita, para o indivíduo socialmente aceito. Também podemos observar uma tendência nos artigos a uma essencialização da identidade.

*A dança é a expressão gesticular de um povo. (...) Além do prazer estético, da criação de estilo em que todo o corpo fala uma eloqüente linguagem de rythmos, a dança é a feição mais clara da exteriorisação de caracter de um povo.*¹⁰¹

Eis novamente o discurso higiênico se apresentando no jornal, revestido também dos princípios eugenistas, essencializando uma categoria construída historicamente, como é o caso da identidade nacional. Através da dança se tornaria possível traçar um perfil de uma determinada nacionalidade, como se fosse uma característica hereditária.

Mas a dança também sofreu críticas nas linhas do jornal. Um dos ritmos comentados pelos redatores e articulistas foi o maxixe, estilo nascido da mistura entre elementos da polca, da habanera e do lundu, este último identificado como originariamente afro-brasileiro¹⁰². Nascido no início do século XX no carnaval carioca, o maxixe conquistou a apreciação de grande número de pessoas, independentemente de posição social, constituindo-se em uma moda nas décadas de 1910 e 1920.

*E o maxixe era a nossa expressão, era o nosso rythmo, era a nossa demonstração individual, como a giga para Escócia, o “can-can” para Paris (...) Grande extensão territorial sob influencia de meio e clima diversos, no Brasil havia varias dansas regionaes tão diferentes uma das outras (...) Mas como uma lingua que mais ou menos a todos liga (...) o maxixe era a **dança** geral, o sentimento rythmico que todos sentiam, a grande **dansa** federal.*¹⁰³

¹⁰¹ Getulino, nº 30 (17/02/1924), p.02.

¹⁰² Sobre o maxixe e sua penetração social no início do século XX, ver Jota Efege, em particular *Maxixe : a dança excomungada* (Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1974).

¹⁰³ Getulino, nº 30 (17/02/1924), p.02.

A empolgação em descrever o maxixe como dança nacional, revestindo-a de atributos positivos, porém essencializantes, é indiscutível no texto do redator do *Getulino*, Lino Guedes. Em seu diálogo com as diferentes teorias que misturavam nacionalidade e “raça”, ele tratava a dança como uma emoção, um sentimento que é sentido pelo corpo, respeitando-se determinada hierarquização associada ao condicionamento do meio físico. Assim, em determinados lugares, o frio ou calor teriam estimulado o nascimento de determinados ritmos, porém, alguma característica essencial do brasileiro fez com que o maxixe fosse sentido por todos, que se renderam à sua atração, independentemente de sua região de origem. A dança se revestia, dessa forma, em atributo essencial de um povo, através do qual seria possível inclusive traçar-lhe o caráter.

É necessário lembrar, contudo, que os redatores não assimilaram de forma simplista o discurso essencialista que provinha dos teóricos racistas. Se, por um lado, utilizavam-se da nomenclatura própria de um discurso higiênico, como vimos nas páginas anteriores, por outro, também ignoraram críticas originadas do discurso racial a práticas vinculadas à população negra. O maxixe pode ser utilizado como um bom exemplo disso. Como apontam Elias Saliba e Fernando Moraes, este estilo de dança foi duramente criticado e combatido pela imprensa na década de 1910, além de receber a inimizade do presidente Hermes da Fonseca¹⁰⁴. Sua disseminação pelas ruas do Rio de Janeiro, durante os festejos de carnaval, sendo dançada tanto por foliões negros quanto por brancos, não impediu que fosse estigmatizada como uma dança imoral. A origem do nome desse estilo de dança comprova tal situação: fruto de plantas rasteiras, o termo se referia a coisas baixas e de mau gosto¹⁰⁵. Apesar disso, o *Getulino* a consagra como dança nacional, estilo que combinaria com o brasileiro, arrebatando-lhe os sentimentos.

¹⁰⁴ Fernando Moraes apresenta comentários sobre as críticas ao maxixe no vídeo produzido pela GNT e dirigido por ele, com o título *Chiquinha Gonzaga: a primeira maestrina brasileira* (1999); Elias Thomé Saliba analisa esse aspecto do maxixe em seu artigo “A dimensão Cômica da vida privada na República”, presente em Fernando Novaes (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998, pp.290-365. Vol. 03.

¹⁰⁵ Saliba, “A dimensão Cômica da vida privada...”, p.319.

Um outro artigo pode ser interpretado como uma defesa dos estilos brasileiros, uma vez que condena ritmos importados dos Estados Unidos e de outros países. Ele classifica o *jazz band*, o *fox trot*, o *tango* e o *onde-step* como danças modernas e as critica por terem subvertido a beleza e arte de dançar.

Caricatura duma expressão rythmica de arte a dança de agora serve apenas para estimular as secreções organicas, excitar apetites adormecidos e permitir ás meninas casadouras o antegozo dos prazeres carnaes.

*(...) Ao som dum fox trot desengonçado, estridulado por uma orchestra que parece estar quebrando louça, saltam para o meio da sala dois seres agarrados com unhas e dentes como se estivessem travando uma luta corporal.*¹⁰⁶

Sob o olhar do articulista, essas danças classificadas por ele como modernas pecavam pelo movimento frenético, tido por desengonçado, em oposição à valsa e à polca, que para ele se traduziam numa evolução lenta, delicada e ritmada. O possível excesso de sensualidade para os rígidos padrões de comportamento da época ascende como mais um aspecto a ser rejeitado, concentrando sua irritação mais contra as moças que contra os homens. Perceba-se a acidez do comentário quanto às meninas: são elas que não deveriam ter o antegozo dos prazeres carnaes. Porém, é interessante observar que uma das principais críticas ao maxixe, feitas por vários jornalistas mais conservadores na grande imprensa, era exatamente a sensualidade e a aproximação exagerada dos corpos, tomada assim como indecorosa¹⁰⁷.

Em outra edição do jornal, um pequeno poema confirma essa rejeição do jornal às danças modernas, pois o dedica aos “dançarinos modernos” e possui o título de “A Escola do Vício”. O teor do poema também confirma essa idéia:

Pretos, mulatos, meus irmãos em raça,

¹⁰⁶ *Getulino*, nº 49 (14/08/1924), p.02.

¹⁰⁷ Saliba, “A dimensão Cômica da vida privada...”, p.320.

*Abandonae a orgia em que viveis;
Deixae o baile, a casa da desgraça,
E reparae depois o que sereis!*

*Quão grande e pernicioso é o remeleicho
Das danças e do baile e o seu desfeicho,
Bem triste, onde a moral jamais se expande!*

*Deixai o báile! a escola perniciosa
Onde se murcham petalas de rosa
Ao barulhento som do jazz-band.¹⁰⁸*

Aparentemente o poema condenava qualquer salão de baile e todo tipo de dançarino, porém o título, a dedicatória e a última linha do poema demonstram ser a crítica novamente dirigida às danças importadas. A única crítica que tratava das demais danças praticadas nos salões de baile freqüentados pela população negra, não condenava a prática de dançar em si, muito menos um ritmo em particular. Seu descontentamento se voltava para outros detalhes que estivessem associados à dança como, por exemplo, o conteúdo das letras.

*Precisamos já e já pôr cõbro a esse genero de modinhas
que vai avassalando tudo, mascarado com a denominação
de tango, maxixe, choro ou samba.*

*De modo geral, com raríssimas exceções, as letras, que
acompanham essas musicas traduzem sempre sabedorias
immundas ou menos asseiadadas.*

*(...) Eu, porém sou menos otimista e mais radical; para
os autores e cantadores de modinhas, de tangos e maxixes
proporia uma entrevista com a policia, com direito desta lhes
applicar duas duzias de bolos toda a vez que escrevessem
ou cantassem semelhantes porcarias.¹⁰⁹*

O autor da crítica acima, identificado pelo pseudônimo de “Forasteiro”, não criticou esses ritmos de dança, mas as letras que os acompanhavam em sua execução. A presença de determinadas expressões atentaria contra a moral, na medida em que dotava essas letras de

¹⁰⁸ *Getulino*, nº 59 (02/11/1924), p.03.

¹⁰⁹ *Getulino*, nº 12 (13/10/1923), p.03.

erotismo e sensualidade, traduzidos pelo autor como sabedorias imundas e menos asseíadas¹¹⁰. Porém, o autor deixa clara a distinção entre letra e ritmo, ao dizer que tais letras se mascaram sob a denominação de tango, maxixe, choro ou samba.

Relações de gênero: mulheres e jornalistas

A equipe regular de jornalistas do *Getulino* era constituída exclusivamente por jornalistas do sexo masculino. Os nomes femininos encontrados em artigos são enviados de outros jornais e cartas de leitoras, também raros no jornal, e não encontrei qualquer referência à participação de mulheres na elaboração do jornal em números que homenageavam seu próprio pessoal de redação. A mulher acaba sendo introduzida no jornal como assunto, objeto de avaliação e julgamento moral, formato que me permitiu entender melhor as relações de gênero nas quais se inserem os responsáveis pelo *Getulino*.

Nos diferentes artigos escritos a respeito do gênero feminino, foi-me possível perceber a tentativa do jornal de situar a mulher nos limites de uma função social definida a partir de um estereótipo bastante corrente na sociedade brasileira do início do século¹¹¹. Sua importância na sociedade era constantemente defendida, porém desde que aprisionada no invólucro essencialista construído pelo jornal.

Como fazer desaparecer o estado de anarchia social em que vivemos? Fazendo reflectir na sociedade o sol do coração da mulher por uma completa educação de sua alma; que se conheça, que governe, que viva e vivifique para seus filhos, physica e moralmente, fazendo com que a mulher seja em toda a parte o que a Natureza nos indica que deve ser.(...)

¹¹⁰ Saliba identifica nas letras do maxixe uma tendência à satirização de certas representações de caráter conservador da sociedade, como eram os casos da mulher e do casamento. Ao invés da mulher reclusa ao lar e singela, emerge das letras do maxixe a mulher sensual e arisca rodopiando nos salões, assim como o matrimônio estável e equilibrado é substituído pelas brigas indecorosas, traições e desrespeito às funções masculina e feminina. Ver Saliba, "A dimensão Cômica da vida privada...", pp.319-325.

¹¹¹ Maluf e Mott, "Recônditos do mundo feminino", pp.373-380.

*A mulher foi criada para mãe, para doce companheira do homem, e nesse conceito, a sua constituição física e moral é para o completo desenvolvimento de tal missão.*¹¹²

Neste trecho a mulher aparece como a salvação para a superação de um suposto “estado de anarquia social” citado pelo articulista, que podemos imaginar como mudanças de costume em marcha no meio social durante a década de 1920. Porém, ela somente estaria apta a cumprir essa missão de purificação física e moral da sociedade se respeitasse os desígnios naturais, não ansiando por fugir de sua suposta vocação essencial: ser mãe e dona do lar. Os redatores, responsáveis por esse texto promoviam, desse modo, a naturalização de certas características atribuídas culturalmente à mulher no interior das relações de gênero.

Vós, philosophos e sabios de todas as sciencias, não vedes no homem a intelligencia, a força, a acção, as energias, o impulso, a alma de toda a alma humana?(...)

*A mulher jamais conseguiria isso sem deixar de ser mulher; o seu coração pode ser recto, heroico, sublime, mas deve ser terno. Assim é a verdadeira mulher.*¹¹³

Opondo o gênero masculino ao feminino, eles imaginavam a existência de determinados atributos inerentes à condição biológica de cada um deles. Dessa forma, ao homem coube a racionalidade humana, representada pela inteligência, força e ação, enquanto à mulher, apesar de reconhecer nela uma série de qualidades, restaria a emotividade representada pelo coração terno. Emerge dessas linhas a imagem de uma mulher verdadeira cujo sinal característico é a ternura, sem a qual não pode ser concebida como tal. Ainda que buscasse superar suas limitações, seria impossível para ela se emparelhar com o gênero oposto.

Supponhamos, por momento, que a mulher, á força de energicos empenhos e por torturas de seu pensamento, conseguisse modificar na apparencia a ordem natural da sua

¹¹² Getulino, nº 06 (02/09/2003), p.01.

¹¹³ Getulino, nº 06 (02/09/2003), p.01.

*verdadeira condição e chegasse a atingir os cargos reservados aos homens, que conseguisse vestir a negra toga do austero magistrado (...) e quantas qualidades e predicados são da genuína representação da personalidade científica e artística do homem. A forma feminina estaria ridicularmente disfarçada.*¹¹⁴

Seguindo em sua análise da função social da mulher, os redatores mantiveram sua coerência ao apontar que qualquer tentativa feminina de negar seus atributos naturais só poderia resultar em fracasso e gerar problemas. Por fim, concluíram que semelhante resistência às leis da natureza seria a comprovação da anormalidade, ação de “cérebros histéricos”.

A mulher, pois, é a companheira do homem, formada á sua imagem e semelhança, mas a mulher deve ser apenas mulher, mas verdadeira e integra mulher. Esta é a possível e conveniente perfeição sua; toda outra pretensão, além de perigosa é seguramente prejudicial em seus resultados. (...)

*A mulher, se deveras se aparta desas estupendas alocações, producto de cerebros hystericos (...)*¹¹⁵

Para compreender a origem desse debate em torno das diferenças entre homens e mulheres tanto no âmbito biológico quanto no cultural, os trabalhos de Margareth Rago e de Ana Paula Vosne Martins, ambos abordando a produção de um saber médico a esse respeito, podem ser bastante elucidativos¹¹⁶. Discutindo os contornos dados por Jean Jacques Rousseau a Sofia, personagem feminino de seu livro *Émile*, Rago descreve a forma como ele “reproduz e aprofunda a representação burguesa da mulher”¹¹⁷. Emerge uma visão que se torna dominante, de que haveria dois sexos estáveis, complementares contudo opostos, e que todas as ações de homens e mulheres deveriam se guiar por essa diferença, constituindo-se assim os papéis de

¹¹⁴ *Getulino*, nº 06 (02/09/2003), p.01.

¹¹⁵ *Ibid.*; p.01.

¹¹⁶ Rago, *Do Cabaré ao lar*, Ana Paula Vosne Martins, “A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX”. Campinas, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2000. Ver também Fabíola Rohden, “A construção da diferença sexual na Medicina”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19, pp.201-212, 2003.

¹¹⁷ Rago, *Do Cabaré ao lar*, p.81.

cada um nas relações de gênero. Rosseau definia como naturais essas diferenças e acentuava a necessidade da mulher não fugir a tais determinações, ocupando o papel que lhe cabia na família e na sociedade¹¹⁸. No século XIX esse discurso de diferenciação entre os gêneros é acentuado, duvidando-se inclusive da presença da razão nas mulheres e tornando mais rígidos os limites de separação entre o que seria o homem e a mulher¹¹⁹.

Como demonstraram Rago, V. Martins e Rohden, o pensamento médico do século XIX adotou como tema recorrente, associado a outros saberes construídos sob a égide de ciência, o discurso da influência do meio sobre o comportamento humano. Ao determinismo biológico se somava então a noção de “propensão natural”, segundo a qual o ambiente podia levar a movimentos, mudanças, contudo direcionadas pelas forças naturais¹²⁰. Desenhada como frágil, delicada e vulnerável física e moralmente, a mulher devia se dedicar ao mundo doméstico, deixando ao homem o mundo do trabalho¹²¹.

A tônica das análises promovidas pelo *Getulino* a respeito da posição social da mulher demonstra inegavelmente uma incorporação desse discurso. A naturalização de certas características, ligadas necessariamente à emotividade, à dedicação a maternidade e à negação de qualquer chance de subvertê-las para assumir funções masculinas, além do uso de termos também comuns ao saber médico do período, posiciona os redatores e articulistas do jornal no interior das regras desse discurso sobre as diferenças entre os gêneros masculino e feminino. Como indicaram Rago e V. Martins, houve a popularização desse saber médico através de revistas e jornais, além das próprias políticas públicas envolvendo o aleitamento materno, atingindo desse modo mesmo as famílias mais humildes¹²².

¹¹⁸ *Ibid.*; p.81.

¹¹⁹ Thomas Laqueur, em seu estudo clássico sobre corpo e gênero, argumenta que a oposição razão/emoção utilizada ao longo dos últimos três séculos para diferenciar homens e mulheres — também visível nestes trechos extraídos do *Getulino* — teve início com a difusão dos ideais iluministas no século XVIII. Ver: Thomas Laqueur, *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

¹²⁰ Fabíola Rohden, “A construção da diferença sexual...”, p.205-206.

¹²¹ V. Martins, *A medicina da mulher*, pp.287.

¹²² V. Martins mostra que, na entrada do século XX, começaram a aparecer obras produzidas por esse saber médico voltadas ao público leigo, como o *Dicionário Chernovitz*, o jornal *A mãe de família*, organizado pelo DR. Carlos A. de Paula Costa, e o livro *Arte de formar o homem de bem*, escrito pelo Dr. Domingos Jaguaribe Filho. Todas elas reproduziam a imagem da mulher como mãe, protetora da família e formadora do caráter dos filhos. A questão do

A mesma idéia, presente nas citações extraídas do jornal que julgavam fruto de histeria qualquer tentativa feminina de se igualar ao gênero masculino, além de apontar para os seus efeitos negativos sobre a mulher, pode ser encontrada no discurso de um médico muito consultado na medicina brasileira até o início do século XX:

“(..) tristes exemplos atestam todos os dias a inutilidade, e até o perigo de obrigar as meninas à cultura das ciências, e demonstram os inconvenientes de uma aplicação muito sustentada, e a perniciosa influência que ela exerce sobre a saúde. A excitação prolongada do cérebro não se limita só a fazer dele o centro exclusivo de ações e movimentos, enfraquecendo a energia dos outros órgãos; mas a força também a tomar-se a sede de uma suscetibilidade, que ocasiona cefalgias, doenças nervosas, e outras muitas afecções, que envenenam os mais belos dias da existência das mulheres ... A espécie de império, que exercem na sociedade, exige que elas não sejam ignorantes; porém não lhes é devido o mesmo grau de instrução dos homens, cujos destinos partilham e embelezam. O estudo moderado das artes de recreação é o único que lhes convém; porém somente como meio de adoçar as tristezas, suavizar o aborrecimento da solidão, lançar sobre o curso de sua vida doces e agradáveis distrações, de variar enfim os prazeres distraíndo-as em seus trabalhos”¹²³

As semelhanças com os textos encontrados no *Getulino* são muito visíveis. A compleição física delicada que impede a competição com o homem, a quem ela deve se associar como companheira, complemento de sua vida, além das doenças que sobre ela poderiam incidir se lutasse contra a natureza, assuntos presentes nas citações que já expus aqui. Essa justificativa amparada essencialmente num discurso médico ao longo do século XIX seria revista pelo *Código Civil de 1916*, porém a naturalização das diferenças entre os gêneros foi mantida, ainda que sob a terminologia jurídica. O argumento da fragilidade feminina para

aleitamento materno foi uma das principais preocupações das autoridades de saúde pública do Brasil na época, levando à elaboração de campanhas abrangentes para instruir as mães, detectadas tanto por V. Martins quanto por Rago. Conferir: Rago, *Do Cabaré ao lar*, p.78-79; V. Martins, *A medicina da mulher*, pp.249-250.

¹²³ Texto do médico J. T. Mello, extraído de sua tese *A Higiene da Mulher Durante a Puberdade e Aparecimento Periódico do Fluxo Catamenial* e citado em Fabíola Rohden, “A construção da diferença...”, p.210.

vedar à mulher maior autonomia social seria substituído no *Código* por outro, que afirmava a necessidade de um dos conjugues se dedicar ao lar enquanto o outro ao trabalho, estando a mulher tradicionalmente ligada à esfera doméstica¹²⁴. Apesar de ter se afastado da justificativa biológica, tal argumento continuava a naturalizar o gênero feminino, fixando a mulher na função de mãe e dona do lar.

Mesmo em artigos que buscam integrar a mulher à questão cívica, definindo suas contribuições para com a nação, esse estereótipo de fragilidade, submissão e ternura segue sendo utilizado para definir seu papel pelo *Getulino*. O campo de guerra, então considerado âmbito exclusivamente masculino, reconhecia a necessidade da presença feminina, porém sob a manutenção dos papéis sociais já representados nos tempos de paz. Desse modo, os rifles e canhões somente se manifestariam sob a tutela do homem, pois a bravura e força a ele competiam. À mulher, sempre associada com a delicadeza, doçura e carinho, restava prestar socorro aos soldados feridos, confortando-os na dor e na ausência de suas esposas e mães. Em qualquer situação, como fica evidente, os gêneros deveriam manter os seus papéis sociais intocados.

Amando-a [a pátria] com ardor, a mulher tem assim como o homem, o dever de lhe prestar piedosas homenagens filiaes, e de lhe demonstrar o seu affecto em realizações praticas, que são os actos de civismo que estiverem de accordo com a delicadeza do seu sexo.

(...) ella [a mulher] como em todos os actos de sua vida, não pensará em competir com o homem, envergando a farda e disparando os fuzis... mas, adaptando as suas aptidões individuaes, encarregar-se-á da tarefa caridosa da direcção e serviço dos hospitais; do preparo da alimentação, da hygiene dos acampamentos, da lavagem da roupa; e, (...) ella concorrerá para a victoria final, — alimentando o soldado, curando o ferido, tratando o enfermo, animando o desfallecido, lenindo e encorajando o guerreiro, nas horas de desconforto e se saudade!¹²⁵

¹²⁴ Marina Maluf e Maria L. Mott, "Recônditos do mundo feminino". p.379.

¹²⁵ *Getulino*, nº 07 (09/09/1923), p.01.

Como vimos anteriormente, o jornal imputava à família grande responsabilidade no processo de educação dos jovens, ao lado da escola. Na avaliação dos redatores e articulistas do jornal, emerge unicamente a imagem da família organizada, coesa e harmônica, condição exigida para transmitir valores morais sólidos e capazes de angariar respeito à comunidade negra ambicionada por eles. Neste sentido, estes jornalistas concederam à mulher a batuta de regente moral do núcleo familiar, naturalizando categorias tais como mãe e esposa, guardada dos filhos e companheira do homem. Apenas um meio saudável e isento de más influências poderia formar a mulher perfeita capaz de seguir as supostas funções que a natureza lhe impunha. O concurso de beleza promovido pelo jornal em 1923 ajuda a comprovar tais afirmações.

O nome da vencedora do concurso foi divulgado na décima primeira edição do jornal, acompanhado da quantidade de votos recebidos. A jovem se chamava Laís de Moraes e, no número seguinte, concedeu uma entrevista para Lino Guedes, na qual é discutida a posição da mulher na sociedade.

— *És catholica?*

— *Apostolica e romana. E quem não o será nascendo nesta episcopal cidade, neste paiz que teve como primeiro symbolo e civilisação a cruz (...)*

— *Não tenho namorados e nem podia tel-os, pois é escasso o tempo que me sobra para estar em companhia docil de minha mãe, que adoro quanto deve adorar uma filha que bem comprehenda os seus deveres filiaes (...)*

*E, assim foi que nos retiramos sob o dominio da mais agradavel impressão e confortados com a suavidade da paz que impera naquelle lar, onde o trabalho tem seu throno e a honradez é cultivada com rara devoção (...)*¹²⁶

O lar perfeito foi claramente definido nesta passagem. Dominado pela paz e harmonia, esbanja honradez e dedicação ao trabalho, guardando em seu interior a dama católica e casta, mais preocupada com suas obrigações filiais que com possíveis envolvimentos amorosos. Diante de tal revelação, Guedes afirma ter ficado confortado e feliz e nem poderia

¹²⁶ *Getulino*, nº 12 (13/10/1923), p.01.

ser outra a reação, pois Laís de Moraes se encaixava bem no ideal feminino acalentado pelo jornal. Outra resposta dada por ela a Guedes deve tê-lo deixado ainda mais comovido e contente, pois se alinhava a vários artigos do jornal menosprezando as chamadas danças modernas.

O baile, apesar de ser a criação soberba e maravilhosa de Terpsycore, não tem a minha sympathia, porque os modernos adeptos da dansa não sabem cultivarem-na como era mister.¹²⁷

Já discutimos antes o posicionamento contrário do jornal à penetração das danças modernas, identificadas com ritmos estrangeiros, na sociedade. Penso ser interessante reconhecer aqui uma impressão que parecia comum a muitas pessoas no período em que o jornal circulava, visto os comentários dos articulistas, redatores e leitores do jornal: uma sensação de relaxamento dos valores morais.

Os anos seguintes à Primeira Guerra Mundial presenciaram novidades tecnológicas, alterações em alguns hábitos e a difusão da cultura de massa através de diferentes suportes materiais, tais como as revistas estrangeiras e o cinema norte-americano. Maria Inês M. Borges Pinto confirma a forte influência dessa cultura de massas sobre a imaginação feminina¹²⁸. A forma como a mulher consumiu esses novos produtos culturais colocou em xeque o velho estereótipo que associava o gênero feminino à maternidade e submissão, levando à sua reescrita. Fosse entre as moças mais abastadas ou mesmo entre as mais humildes, a mulher audaciosa, atraente e independente foi transportada das telas hollywoodianas para seus sonhos, distanciando-se da clausura do lar. Aquelas que não tivessem condições de adquirir as roupas de suas atrizes preferidas nas lojas mais caras, resolviam o problema comprando tecidos mais baratos nas lojas de departamento e solicitando a solidariedade de costureiras

¹²⁷ *Ibid.*; p.01

¹²⁸ Maria I. M. Borges Pinto. "Cultura de massas e representações femininas na paulicéia dos anos 20". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, 1999, pp.153-154.

próximas, muitas vezes a própria mãe¹²⁹. O hábito de freqüentar o cinema não era exclusivo das classes mais privilegiadas, tendo se difundido entre jovens de todas as origens sociais, como é o caso da própria Laís de Moraes, com suas próprias palavras:

Sou frequentadora do Rink e assidua porque assistindo filmes artísticos em que trabalha o meu predilecto Buck Jones, ouço os sons agradaveis da orchestra e como você deve saber idolatro a musica (...)

Dotada de dois cinemas, o Coliseu e o Rink, a cidade de Campinas também sofreu forte influência da cultura de massas norte-americana. Os filmes exibidos costumavam estar em sintonia com os lançamentos da época, ou seja, era curto o espaço de tempo que separava a exibição de um longa-metragem nos cinemas estadunidenses e nos brasileiros, por isso Laís de Moraes gostava dos filmes de *farwest* feitos pelo ator Buck Jones que, na década de 1920 vivia seu auge. As jovens campineiras devem ter se entregue com grande ardor às novidades proporcionadas pelas telas de cinema, pois não foram poucas as reações negativas aos novos costumes das moças da cidade.

Diferentes articulistas e até mesmo um leitor abordaram as novas modas que se instauravam entre as moças da cidade. Para um articulista chamado Druzilio, o cinema Coliseu causa espanto àqueles que desejavam apenas assistir a um bom filme:

A luz projecta, após o aviso da campainha, tudo está quieto não se nota a não ser, homens fumando, melindrosas abanando-se.

Mas como em tudo ha justiça, n'uma das vezes que teria de haver esse pequeno intervallo, talvez por esquecimento o operador não tocou o sinal de acorde p'ra cuspir a claridade bateu em cheio. Nossa senhora, julguei estar dentro de uma casa, aonde os donos estavam a vontade, sem receios de serem incomodados.

¹²⁹ *Ibid.*; p.154.

Foi uma calamidade, só se via pulos nas cadeiras e exclamações de sustos, os senhores «gaviões» calmamente voltavam nas suas primitivas posições, como se nada si tivesse passado! Que vergonha (...)¹³⁰

O cinema se convertia, nas primeiras décadas do século XX como um espaço apropriado para que os jovens casais românticos se encontrassem e ali, protegidos pela escuridão da sala, pudessem se aproximar e tocar, algo impensável diante de pais orientados por uma rígida etiqueta de comportamento. Subvertendo os velhos padrões impostos pelo discurso, as jovens damas demonstravam não ser tão frágeis como se supunha. Para o horror de alguns articulistas, elas podiam inclusive fazer suas próprias escolhas individuais, como alterar seu penteado.

De a tempos a esta parte algumas senhoritas deram para imitar as artistas da tela, cortando os seus formosos cabellos á bébé, moda esta que as torna ridículas e as espõe aos risos e chacotas (...)

Isto de cabellos á bébé é muito bonito para artistas da scena muda, jovens que, pela influencia do meio, bebem e fumam, praticando toda a sorte de desaíños que a sua carreira artística requer, mais nunca para uma moça que sonha com um ideal mais santo, com um futuro mais risonho o qual seja o de colaborar como esposa na escala descende.¹³¹

Descambou sobre ella, uma chusma de microbios que em pouco tempo dominou as cabeças femininas!... Como prova disto, germinou atravez d'uma loucura quase incuravel o corte do cabelo, e os trajes semi-nús atingindo o extremo de expor as carnes. (...)¹³²

Novamente o cinema aparece como um ambiente hostil à boa formação das jovens campineiras, pois é de suas telas que se disseminou a péssima influência de cortar os cabelos

¹³⁰ *Getulino*, nº 30 (17/02/1924), p.02.

¹³¹ *Getulino*, nº 32 (02/03/1924), p.02.

¹³² *Getulino*, nº 47 (13/07/1924), p.02.

“à bébé”, ou seja, bem curtos com as franjas laterais se voltando para os olhos. Um simples estilo novo de cabelo desperta reação acalorada em dois articulistas diferentes, levando-os mesmo a associar outros vícios, no entendimento do jornal, à figura das moças que o adotavam. Nestas passagens, é evidente a concepção de que o meio podia desviar a mulher de suas atribuições naturais, levando-a, por exemplo, a se pautar pelo exemplo das atrizes, tomadas pelo jornal como degeneradas, totalmente corrompidas pelo ambiente ao qual eram expostas. Um dos leitores do jornal propôs um remédio bastante perspicaz ao enviar uma carta à vencedora do concurso de beleza do *Getulino*:

Onde entram o riso, a musica e o champagne, não cabe uma virtude. Onde moram a dedicação, o labor quotidiano do lar e a oração, não cabe um deboche.(...)

As vossas viagens de triumphos augmentam de um modo extraordinario a vossa evidencia e a vossa fama de mulher bonita.

O vosso retrahimento na quietude do vosso lar, vos trazeirá momentaneo esquecimento.

*Deveis preferir o último.*¹³³

A reclusão no lar aparecia como solução para as influências nefastas que as festas, os bailes, as ruas causavam sobre o gênero feminino. Para esse leitor, a mulher não devia se furtar de suas atribuições domésticas em benefício de exposição social, pois esta última lhe desviaria do caminho que todo pretendente desejaria para sua amada: a quietude do lar.

As diversas notas sociais veiculadas pelo jornal, além de outras críticas direcionadas a proprietários de salões que faziam promoções para atrair as moças e, com elas, mais rapazes, são indícios de que essa acalentada imagem da mulher reclusa no lar, dedicada aos filhos e ao marido estava em processo de esfacelamento¹³⁴. Em seu lugar uma nova concepção de mulher era construída paulatinamente pelo posicionamento que as jovens

¹³³ *Getulino*, nº 27 (27/01/1924), p.02.

¹³⁴ Na edição de número 58 (26/10/1924), o *Getulino* condena as promoções feitas por um proprietário de salão de danças que não cobrava entradas de moças que trouxessem consigo um acompanhante do sexo oposto, este último tendo de arcar com determinado valor para adentrar ao baile.

começavam a assumir diante da vida social na relação com as novas representações associadas à modernidade. Como destacou Mireya Suárez, o caráter construído e mutável da condição de gênero nos permite perceber como a categoria *mulher* pode sofrer alterações com o passar das épocas, como é o caso aqui¹³⁵.

Conexões com outros jornais negros de Campinas e São Paulo

Através das páginas do próprio *Getulino*, encontrei cartas e citações que comprovam a manutenção de uma determinada correspondência com outros periódicos. No caso da grande imprensa, essa comunicação parece ter sido meramente formal, fruto de um cerimonial comum no meio jornalístico que consistia em anunciar o nascimento de um novo órgão de imprensa da cidade. Quanto à imprensa negra, tais contatos foram muito mais freqüentes, ora marcados por trocas de cortesias, ora por ataques diretos.

Em sua segunda edição, o *Getulino* trouxe a reprodução de dois comentários feitos, cada qual, pelos dois jornais tradicionais da cidade. A *Gazeta de Campinas* se limitou unicamente a agradecer o envio de um exemplar do jornal à sua redação e comentar em quatro linhas curtas o seu nascimento. O *Diário do Povo*, ao contrário, reservou meia coluna para apresentar o *Getulino* aos seus leitores, inclusive citando o nome de seus diretores e redatores. No texto, o *Diário* buscou ressaltar as qualidades do jornal, porém o fez no interior de um discurso típico da época, acentuando as diferenças.

É redactor-chefe do citado semanario, Lino Guedes, moço de côr dos mais esforçados (...)

*Como secretario da redacção está Gervasio de Moraes, que bons versos já tem escripto e que é uma esperança promissora de sua raça.*¹³⁶

¹³⁵ Mireya Suárez, "Desconstrução das categorias 'mulher' e 'negro'". Grupo de Trabalho Temas e problemas da População Negra no Brasil - XV Encontro Anual da ANPOCS. n.º 133, 1992, p.11.

¹³⁶ Trecho extraído do jornal *Diário do Povo* e reproduzido em *Getulino*, n.º 02 (05/08/1923), p.01.

Lino Guedes poderia ser apenas um rapaz esforçado, mas era um “moço de cor dos mais esforçados”, bem como Gervásio de Moraes era “esperança promissora” apenas “de sua raça” e não do meio literário, da sociedade ou do Brasil. Configura-se nestas frases as regras de um discurso racializado naturalizador da diferença, que precisava ser constantemente anunciada, identificando-se o jornal como feito por homens negros, tendo redatores negros e articulistas negros. Para Guedes e Moraes, cuja produção intelectual também incorria na lógica desse mesmo discurso, tornava-se difícil perceber qualquer ar de menosprezo nele. Ao contrário, devolviam o elogio de forma recíproca:

O Diário do Povo, paladino dos fracos e dos oprimidos a cuja frente se vê o batalhador incansavel para o progresso de sua terra, Alvaro Ribeiro, brilhantemente secundado pelo sr. Tasso Magalhães, assim se pronunciou a nosso respeito (...)

A sinceridade parece ter sido real na composição dos elogios acima, afinal os citados ainda foram homenageados em outras edições do jornal, privilégio conferido a poucos indivíduos brancos de seu tempo¹³⁷. Contudo, nunca é demais lembrar que dois dos maiores responsáveis pelo nascimento do jornal, Lino Guedes e Benedito Florêncio, trabalhavam no *Diário* paralelamente às suas atividades no *Getulino*. Provavelmente esse fato tenha servido como um estímulo a mais para que fossem eloqüentes os elogios feitos ao *Diário*.

Além da *Gazeta* e do *Diário*, outros jornais de pequena circulação, cujos redatores eram brancos, também noticiaram o nascimento do *Getulino*, mas tão somente dentro de um cerimonial comum na imprensa da época, em poucas e secas linhas. A ausência de novas referências nos jornais da cidade não indica, necessariamente, que o *Getulino* não tenha recebido atenção dos órgãos de imprensa ou tenha sido menosprezado pelo público campineiro. A meu ver, os jornais tradicionais da cidade não o consideraram como um

¹³⁷ Podemos afirmar de que se tratavam de pessoas brancas pelo fato do jornal não tê-los identificado como negros, ação comum nas homenagens realizadas a outras pessoas quando fossem afro-descendentes, além das fotos indicarem que possuíam pelo clara.

concorrente, devido à sua temática com enfoque específico na população negra da cidade. A própria forma como os jornais divulgaram seu nascimento contribui para essa interpretação, visto se referirem várias vezes ao fato do jornal ser um “órgão para defesa dos interesses dos homens de cor”. As boas relações de Guedes e Florêncio no interior dos órgãos de imprensa também colaboraram para que o jornal mantivesse certa proximidade com jornais tradicionais da cidade. Prova disso é uma festa oferecida pelo *Grêmio Dançante Luiz Gama* (GDLG) — órgão ligado ao *Getulino* — em homenagem ao *Diário do Povo* pela inauguração de um hospital para crianças na cidade¹³⁸, além, também, de uma reunião entre os proprietários dos dois jornais¹³⁹.

Se o *Getulino* não era um concorrente para a grande imprensa de Campinas, o mesmo não se pode dizer quanto à imprensa negra local. Como já foi abordado em outro capítulo, a cidade teve vários jornais dessa modalidade, porém apenas um deles chegou a conviver com o jornal de Guedes e Moraes. Fundado no final de 1920, o periódico intitulado *A Protectora* manteve um diálogo bastante tenso com o *Getulino*, ambos se constituindo em adversários declarados¹⁴⁰. Em função de se ter preservado apenas o número inicial deste outro jornal, os dados que consegui levantar sobre o mesmo são exíguos, obtidos através dos artigos do próprio *Getulino*, no qual se percebe um diálogo conflituoso entre eles.

Ainda que tenha mantido sua existência com extrema dificuldade, pois o *Getulino* afirma que, após o quarto número publicado, o quinto só viria a público doze meses depois, *A Protectora* e a entidade responsável por sua elaboração, a *Associação Protetora dos Brasileiros Pretos* (APBP), despertou considerável irritação em Lino Guedes e nos seus companheiros. Ao todo, estes dois jornais trocaram ofensas e ataques em oito edições diferentes, dentro do espaço de um ano. A ausência de qualquer artigo ofensivo e os inúmeros textos compartilhados

¹³⁸ *Getulino*, nº 03 (12/08/1923), p.01.

¹³⁹ *Getulino*, nº 42 (01/06/1924), p.02.

¹⁴⁰ Segundo os próprios artigos publicados pelo *Getulino*, a redação do jornal *A Protectora* se situava na rua Ferreira Penteado, tendo como diretor o sr. Albino de Souza Aranha. Aparentemente, ela teve uma circulação bastante curta, com a confecção de poucos exemplares e um grande espaçamento entre eles. A primeira edição deste jornal data de 1920, porém não encontrei nenhuma referência à sua continuidade entre esta data e 1923.

entre o *Getulino* e seus congêneres paulistanos contraria essa hostilidade presente no âmbito campineiro. Baseado nessas constatações, acredito que este periódico tenha nascido da insatisfação dos seus redatores com o trabalho que vinha sendo desenvolvido pela diretoria da APBP, levando-os a se apresentar como alternativa ao jornal editado por ela. O tom mais agressivo do editorial na primeira edição do *Getulino* — já discutido no primeiro capítulo — e as divergências presentes já nos três números seguintes são uma evidência do relacionamento conflituoso entre esses dois periódicos.

O debate entre eles tem início após uma manifestação de repúdio da *A Protectora* ao lançamento do *Getulino*. O nascimento deste último fora interpretado pela primeira como uma ação de desunião no interior da “classe negra”, sendo atribuída ao GDLG a responsabilidade por adotar uma postura prejudicial ao negro campineiro. Sem demora, o *Getulino* respondeu às acusações em sua terceira edição, afirmando estar apenas se defendendo.

A situação de desharmonia que se evidencia actualmente entre os homens de cor de Campinas, não foi provocada, como mentirosamente se afirma, pelos membros do “Luiz Gama”, ou pelo grupo chefiado pela corrente que apoia e mantém este jornal.¹⁴¹

A resposta denuncia a existência de rivalidades no interior da militância negra campineira, dando a entender que tal situação tenha se agravado no presente. Intensificava-se uma divisão em dois blocos na cidade, com um grupo de agremiações lideradas pelo GDLG se opondo à APBP. Insistindo sempre em sua inocência diante dos ataques que recebia, os redatores do *Getulino* permitem identificar nas entrelinhas de seus textos a ruptura de uma militância que aparentava unidade e, em pouco tempo, fragmentara-se.

(...) as primeiras agressões surgiram quando da festa famosa da “Elite” e ficaram perfeitamente caracterizadas, no festival brilhante dos “Aliados” e no grande espectáculo do “Luiz

¹⁴¹ *Getulino*, nº 03 (12/08/1923), p.01.

Gama”, em benefício do Hospital das crianças, iniciativa dos nossos illustres colegas do “Diário do Povo”.

Para maior clareza da atitude dos mentores da APBP, vieram depois os discursos violentos, o celebre boletim-convite e as homenagens ao revdo. conego Olympio de Castro, sem a participação das sociedades «Federação Paulista dos Homens de Cor», «Gremio Dramatico Luiz Gama», «Alliados» e «Elite».¹⁴²

A passagem acima revela o desentendimento entre diferentes associações voltadas para a população negra na cidade, razão que explicava a divisão no meio negro à qual os dois jornais se referiam, comprovadamente anterior à própria fundação dos mesmos. Ligados ao G. D. Luiz Gama, os proprietários e redatores do *Getulino* acusavam a APBP de ser a responsável pelo conflito, possivelmente boicotando os eventos organizados por outras entidades — *Alliados, Federação Paulista dos Homens de Cor, Elite* e *G. D. Luiz Gama* —, além de excluí-las daqueles promovidos por ela mesma. Desenhava-se, dessa forma, a constituição de dois blocos antagônicos entre a militância negra campineira.

Respondendo às acusações que *A Protectora* direcionou a eles, Guedes e Moraes assumiram para si o discurso democrático de que seu jornal era aberto a todos, sem se restringir a nenhum tipo de exclusivismo decretado por uma associação. Segundo eles, uma entidade estaria restringindo a participação de outros militantes em seus eventos; daí o ato de abrir o jornal à participação de todos, como diziam Guedes e Moraes, aparecer como uma qualidade discernível entre os dois periódicos.

Estamos aqui para trabalhar em pról da classe, porém, com o auxílio e sympathias de todas as aggremações desta cidade; nossas columnas pertencem a essas, e a todos os grupos de homens de cor existentes no municipio, no Estado, no Brasil.

¹⁴² *Ibid.*; p.01.

O «Getulino» não é egoista, enfrentará até os «poderosos» de domínio efêmero, porque não é jornal convencionalista e não vive de commodismo.¹⁴³

Identifico, embutida nessa defesa, a acusação feita ao periódico concorrente de se fechar à participação de outras agremiações que não a sua mantenedora. Além disso, a afirmação de que enfrentará os “poderosos de domínio efêmero” pode ser interpretada como uma resposta a acusações que vinculariam o *Getulino* à imprensa tradicional, em especial ao *Diário do Povo*. Se não enfrentava os poderosos tradicionais, pois parecia colher vantagens dessa relação, o jornal se colocava contra outros órgãos que se mantinham na ofensiva desde seu início, porém o *Getulino* insiste que eles seriam derrubados de sua condição de ataque.

E, os homens do «protectorado», já devem estar convencidos dessa grande verdade, porque este periódico è o resultado do fel e vinagre que derramaram no nosso meio. Quem planta ventos, colhe tempestades!...¹⁴⁴

No trecho acima, os redatores do *Getulino* finalmente confirmaram, sem meias palavras, que foi a situação de conflito entre as diferentes entidades voltadas para os homens negros de Campinas a razão de seu nascimento. Esse debate demonstra, de certo modo, serem insuficientes estudos que afirmavam que a única motivação para que negros criassem jornais próprios fosse o desejo de se comparar aos brancos, criando uma imprensa paralela a fim de registrar os eventos específicos da população negra¹⁴⁵. A configuração de um estado de conflito interno denuncia a existência de relações de poder no interior da militância negra, cuja lógica não se restringe unicamente à contraposição entre negros e brancos.

¹⁴³ *Ibid.*; p.01.

¹⁴⁴ *Ibid.*; p.01.

¹⁴⁵ Como exemplos desse tipo de argumentação temos Roger Bastide, “A imprensa negra no Estado de São Paulo”. *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo, Perspectiva, 1973; e também Mirian N. Ferrara, “A imprensa negra paulista”. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1986.

Nos debates travados nas edições seguintes podemos achar a resposta para a desavença entre os periódicos citados. Na edição seguinte à primeira carta, os redatores do *Getulino* se propuseram a responder à seguinte pergunta elaborada pelo *A Protectora*.

«... na nossa mocidade onde está um empreiteiro de obras, um medico, um advogado, um padre carregando em suas veias o puro sangue do negro, e que sejam de Campinas?»¹⁴⁶

Aparentemente se tratava de uma pergunta inserida em um contexto de crítica aos jovens negros da cidade, pouco diligentes em relação aos seus estudos, ou de uma denúncia dos efeitos gerados pelo preconceito na sociedade. Apesar do *Getulino* também cobrar maior empenho dos jovens no aspecto relativo aos estudos e reconhecer em muitos casos a existência do preconceito, respondeu essa pergunta com certa ironia e de forma condescendente com o discurso de que partia do próprio negro as causas de seu atraso.

Afirmando que, logo após a escravidão, os negros se encontravam em total estado de atraso, embrutecidos e inconscientes, incapazes de se integrarem à sociedade em um prazo inferior a vinte anos, o *Getulino* tentou demonstrar como seria impossível para a “raça” negra possuir algum médico ou bacharel em 1923. A lógica de seus argumentos consistia em afirmar a dura jornada trilhada pelo negro desde o fim da escravidão, combatendo os vícios herdados do cativo e educando pacientemente as futuras gerações. Portanto, os primeiros médicos e advogados negros estariam se formando somente a partir de 1924, após os vinte anos de “regeneração” e outros quinze necessários para se graduarem nestes cursos. Apesar de apontar os casos de preconceito na sociedade, o *Getulino* costumava adotar um posicionamento menos crítico e mais conciliador, postulando, sempre que possível, que o preconceito perdia força e estava desaparecendo.

¹⁴⁶ *Getulino*, nº 04 (12/08/1923), p.02.

Em um número posterior, novamente o jornal retoma o debate com seu concorrente, desta vez criticando a postura do mesmo para com o imigrante estrangeiro.

Vocífera "A Protectora" do alto da sua sabedoria, que o estrangeiro chega ao Brasil, váe para a fazenda, passa á cidade, seus patricios dão-lhe lugar de servente, põe-lhe a colher e o martello na mão, e dias depois elle é mestre, é empreiteiro, está no primeiro plano, sendo o preferido.

Emquanto isso, o negro por misericórdia continua o amassador de barro, o carregador de caçambas".

*Perguntamos agora: quem é o culpado disso tudo?*¹⁴⁷

A crítica de *A Protectora* aos imigrantes e àqueles que lhes davam emprego em detrimento do negro, analisada em conjunto com a citação anterior que perguntava onde estariam os médicos e advogados negros, são indícios de um posicionamento mais agressivo desse jornal no tocante à relação entre o negro e a parcela branca da sociedade, tanto nacional quanto imigrante. Condenando a atitude deste periódico, o *Getulino* partiu em defesa dos estrangeiros residentes no Brasil, afirmando sua importância para a economia nacional. Em contrapartida, imputou à indolência do branco nacional e à incapacidade cultural do negro, ambas fruto direto do passado escravista, a culpa pelo sucesso do imigrante diante da morosidade dos brasileiros. Neste mesmo capítulo veremos a relação do *Getulino* com os imigrantes, por isso não apresentarei maiores detalhes dessa defesa neste momento.

Delineia-se no debate entre os dois jornais o pomo da discórdia, que consiste em denunciar o preconceito como principal barreira ao avanço do negro ou depositar sobre este último a responsabilidade pela sua própria condição. O jornal *A Protectora* se alinharia ao primeiro caso, enquanto o *Getulino*, ao segundo.

Assim como já se confirmara no editorial do jornal, a constante necessidade do *Getulino* em afirmar sua posição de vítima perante os ataques de outros periódicos da imprensa negra fazem parte mais de um jogo de retórica que de um fato em si. Após um ano de silêncio,

¹⁴⁷ O *Getulino*, n.º 05 (23/08/1923), p.02.

A *Protectora* lança seu quinto exemplar, comemorativo do 13 de Maio, sem efetuar nenhuma referência direta ao *Getulino*, atendo-se a discutir a importância da data para a população negra. Porém, os redatores deste último não se esquivaram da chance de comentar essa nova edição, sendo bastante críticos em relação ao seu conteúdo.

Os redatores se diziam surpresos com a nova edição, bastante diferente daquela que os atacava há um ano atrás, reconhecendo no artigo principal uma verdadeira confissão de culpa pelos ataques feitos à mocidade negra no ano anterior.

Sem ofensa ou humilhação, o seu artigo de fundo, representa um verdadeiro acto de contrição quando explica a intenção que teve ao deixar escapar aquela sentença que tão péssimos resultados acarretou (...)

Os nossos agressores, porém, cedo reconheceram a diretriz errada e o grande abysmo que vinham de cavar, provocando aquella explosão que separou a família de côr campineira.¹⁴⁸

Colocando-se imediatamente em uma posição de superioridade, como se com eles estivesse a razão, Guedes e Moraes reafirmaram os erros cometidos pelo jornal concorrente, em um movimento de evidente auto-afirmação, o que demonstrava ter sido esse debate bastante intenso no interior da comunidade negra da época. O relativo descaso dos redatores ao analisar essa nova edição buscava esconder uma preocupação clara com o ressurgimento da *A Protectora*; por isso a resposta tão rápida. As disputas no interior da militância negra da cidade pareciam estar ainda de pé, apesar do esmorecimento dos debates nas páginas do *Getulino*, que só registraria novos embates em dois números subseqüentes, dando pouco destaque a eles.

A postura intolerante do jornal com críticas recebidas de outros órgãos da imprensa negra me leva a reconhecer um desejo dos seus redatores em impor seu trabalho e ideologia como dominantes no meio negro campineiro. Tratando seus adversários como detratores da

¹⁴⁸ *O Getulino*, n.º 43 (08/06/1924), p.02.

“raça”, recusava-se a aceitar outro caminho para a ascensão do negro, buscando dar ao seu discurso o estatuto de verdade. Qualquer nova iniciativa sempre é tratada com desconfiança e ressalvas, de certo modo com expressões que busquem demonstrar superioridade.

Conforme rumores que já nos chegaram aos ouvidos, não será para admirar o aparecimento aqui de um outro periódico, dedicado á defesa da nossa classe.

Embora sabendo quem é o pae da creança, muito folgámos com a novidade, mesmo porque não temos medo de caretas...¹⁴⁹

Na edição de número 50, comemorando um ano de existência, Gervásio de Moraes escreve um artigo tentando resumir os esforços e vitórias do jornal no período. Nele, novamente a vitimização ganha força, com referências seguidas aos ataques sofridos, à covardia de seus adversários, em especial *A Protectora*, e à imensa luta necessária para que o *Getulino* não se deixasse vencer pelos seus opositores.

*Mao grado a nossa divisa — **Ridendo castigat mores** — tivemos que transportar para bem distante a nossa orientação afim de tomarmos uma defensiva contra golpes vibrados pelas costas, os quaes fracassaram ante as energicas repulsas e a altiva attitude dessa **mocidade que é uma lastima.**¹⁵⁰*

Em vários artigos, especificamente nas críticas curtas aos costumes sociais, a expressão “essa mocidade é uma lástima” fora usada freqüentemente. Em tom irônico, os redatores parecem tê-la tomado de empréstimo dos seus próprios adversários no interior da militância negra, o que indicaria que, aos olhos de parte dos militantes, Guedes, Gervásio e outros colaboradores seriam tratados como jovens de pouca experiência¹⁵¹. No mesmo artigo, o

¹⁴⁹ *Getulino*, n.º 11 (07/10/1923), p.02.

¹⁵⁰ *Getulino*, n.º 50 (24/08/1924), p.01.

¹⁵¹ Na edição de número 46 (06/07/1924), em sua página 02, os redatores fazem referência a uma frase dita pela *A Protectora* que teriam considerado ofensiva à mocidade negra campineira, levando à resposta por parte dos elaboradores do *Getulino*.

próprio Gervásio contribuiu para comprovar essa imagem, ao elogiar Guedes como o “moço jornalista orientador da intelectualidade preta campineira”.

Neste ponto pode-se afirmar que os anos de 1923 e 1924 marcam uma evidente disputa de liderança entre a militância campineira. Nesse embate, existem algumas indicações que me levam a perceber no discurso do *Getulino* uma oposição entre o velho e o novo. De um lado, a APBP aparece nos artigos deste jornal como a agremiação que já existia, cuja postura foi recusar as novas propostas de atuação feitas por este novo órgão de imprensa que surgia. Críticas sobre a morosidade da APBP na aplicação de suas propostas, representada como a instituição que possuía um belo discurso, mas uma prática vazia, colaboravam nessa imagem de envelhecimento que lhe era destinada¹⁵². No extremo oposto, o grupo ligado ao *Getulino* aparece como renovação, um grupo mais recente buscando transformar em ações práticas suas idéias.

As críticas de *A Protectora* à sociedade pareciam se voltar especificamente aos efeitos nefastos do preconceito racial sobre a população negra da cidade, reclamando providências para mudar a então situação de abandono na qual ela se encontrava. A forma como o *Getulino* buscou justificar sua atuação, marcando suas particularidades, dá-me a entender que seus adversários não depositavam sobre o próprio negro qualquer responsabilidade sobre os problemas que o afligiam. A mensagem deste jornal era bastante clara e incisiva:

‘Nossa attitude não é combater a classe; o que fazemos é condemnar seus erros e combater os phariseus que nela existem.

*Para se levantar um edificio firme onde existe um ameaçando ruinas, torna-se precisa a demolição: é isso que estamos fazendo.*¹⁵³

¹⁵² *Getulino*, n.º 46 (06/07/1924), p.02.

¹⁵³ *Getulino*, n.º 45 (22/06/1924), p.02.

Para os redatores do *Getulino*, a falta de ação da APBP estava justamente na ausência de um discurso desta que demonstrasse aos seus “patrícios” o caminho a percorrer, as atitudes e comportamento necessários à extinção dos vícios que o homem negro carregava da herança de seus antepassados imersos na escravidão. Contrapunham-se duas visões antagônicas: de um lado, o negro era unicamente vítima da exclusão perpetrada pela sociedade; de outro, o negro aparecia como co-responsável pelos males que o afligiam. Envoltos por essa oposição, ocorria também uma disputa por hegemonia na condução do movimento negro na cidade, na qual cada contendor atacava sem tréguas o outro, em um esforço de desqualificá-lo para se afirmar.

A relação do *Getulino* com outros jornais da imprensa negra espalhados pelo estado seguiu um rumo distinto se comparada à sua experiência em Campinas. O jornal manteve uma relação bastante intensa com os jornais *Kosmos* e *Clarim da Alvorada*, verificada pelos muitos artigos compartilhados entre os três, pela participação conjunta dos jornalistas em mais de um jornal e pelas visitas regulares que a direção de um fazia à do outro¹⁵⁴. Tomemos como exemplo disso, a colaboração de Lino Guedes e Gervásio de Moraes no *Clarim da Alvorada* assim que se mudaram para São Paulo em 1926 e a contribuição de Diocleciano do Nascimento e Jayme de Aguiar escrevendo artigos para o *Getulino* por alguns meses.

Contudo, após o fechamento do jornal e a mudança de seus redatores para São Paulo, essa situação harmoniosa parece ter se convertido em desavença pessoal, envolvendo mais especificamente Lino Guedes. Nesse sentido, o relato de José Correia Leite, militante negro paulistano que manteve ligação com Guedes e dirigiu o jornal *Clarim da Alvorada* por alguns anos, pode nos ajudar a esclarecer esse ponto.

(...) O Benedito Florêncio era um grande orador. O Gervásio de Moraes também tinha esse pendor, essa vocação de oratória. O Lino Guedes nem tanto. Era um negro isolado.

¹⁵⁴ Exemplos desse relacionamento amigável podem ser encontrados na visita que a diretoria do *Getulino* fez à diretoria do jornal *Kosmos* em São Paulo, noticiada na edição nº 57 (12/10/1924) e na homenagem prestada pelo *Clarim da Alvorada* aos editores do *Getulino*, presente na edição nº12 (25/01/1925, ano II) deste jornal paulistano.

*Foi na época o único negro a editar livros de poemas. Do meu modo de ver, ele procurava fazer um tipo de poesia imitando as Trovas Burlescas, do Luiz Gama. O Lino Guedes nem sempre agradava o meio negro com o trabalho literário dele.*¹⁵⁵

Não há dúvida alguma de que Leite não alimentava qualquer simpatia por Guedes, e outros comentários em seu livro apenas reforçam essa idéia. A trajetória literária do ex-redator do *Getulino* parece estar na origem de tal rejeição. Um artigo escrito em 1953 por Afonso Schmidt, reconhecido escritor modernista brasileiro, confirma essa possibilidade, ao reproduzir um diálogo travado com Guedes anos antes.

Lino Guedes, poeta negro nascido em Socorro, distinguiu-me com sua amizade. Sempre que nos encontrávamos na rua, tínhamos uma conversinha:

— Você tem lido meus poemas? — perguntava-me ele.

— Tenho, mas estou triste... Você escreve não como um poeta de sua raça, mas como um branco que se interessa pelos negros. Ora, você, neto ou bisneto de africanos, vivendo no meio de sua gente sentindo no próprio coração o sofrimento dos seus irmãos de cor, deveria arvorar a bandeira das suas reivindicações...

Seu rosto doente se assombrava:

— Não posso, meu caro. Sou muito mal compreendido. Muitos de meus parceiros não gostam de mim...

E numa voz sumida, cheia de ressentimentos, concluía a frase:

*— Esses, mal orientados, chegam a dizer que eu conto histórias de pretos para divertir os brancos.*¹⁵⁶

O diálogo demonstra que o próprio Guedes tinha consciência da hostilidade que encontrava em muitos companheiros negros, imputando-lhes a falta de compreensão como causa de tal sentimento. O comentário de Schmidt permite identificar uma determinada expectativa sobre a obra de Guedes, possivelmente compartilhada por outros militantes.

¹⁵⁵ José Correia Leite, *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. São Paulo, SMC, 1992, p.38.

¹⁵⁶ *Diário do Povo* (10/10/1953).

Esperavam ver nele um combatente ardoroso e um crítico voraz do preconceito racial que existia em sua sociedade. De certa forma, seus companheiros buscaram nele uma essência, por ser negro acreditavam que apresentaria determinado comportamento, mas acabaram se decepcionando. Em sua análise, Brookshaw reforça esse argumento, dizendo que “Guedes era criticado por muitos de seus contemporâneos, que o consideravam muito afastado, sem um objetivo ou sentimento por sua gente”¹⁵⁷.

O ano de 1930 marcou a ruptura definitiva de Guedes com seus ex-companheiros, após a troca de acusações e ofensas no mês de agosto. A desavença tem início após a publicação de um artigo escrito por Lino Guedes no jornal *O Progresso*, no qual comenta a vinda do militante negro carioca Vicente Ferreira para São Paulo.

O ex-batalhador escriptor negro com muitas obras publicadas, *soubemos que chegára ha pouco nesta capital. Não passa portanto de ave de arribação. Pardal entre canarios. Era natural que esse Calabar da Raça Negra apparecesse em S. Paulo, donde sempre parte o grito de todas as idéas aproveitaveis.*¹⁵⁸

Destacado orador nos eventos realizados por associações voltados ao público negro no Rio de Janeiro, Vicente Ferreira se mudou para São Paulo na década de 1930, beneficiando-se de seus contatos com membros do Partido Republicano Paulista (PRP). Como afirmou José C. Leite, ele era pouco conhecido entre os militantes paulistanos e se apresentava como professor e autor de diferentes livros, até descobrirem que, na verdade, era semi-analfabeto e ditava seus textos para que alguém os escrevesse¹⁵⁹. Apesar da descoberta, continuou sendo bem recebido no *Clarim da Alvorada* e nos demais eventos organizados pelas entidades paulistanas. Contudo, Guedes parece ter traçado como metal pessoal desacreditar Ferreira junto aos demais militantes.

¹⁵⁷ David Brookshaw, *Raça e cor na literatura brasileira*. p.182.

¹⁵⁸ *O Progresso*, nº27 (20/08/1930, ano III), p.06.

¹⁵⁹ José Correia Leite, *...E disse o velho militante...*, p.71.

Ironicamente, Guedes se referiu a Vicente Ferreira como o “ex-batalhador escritor negro com muitas obras publicadas”, em uma evidente provocação ao fato de ser ele semi-analfabeto. Em seguida, comparou Ferreira a um personagem histórico do período colonial, Domingues Fernandes Calabar, reconhecido como traidor dos portugueses nas batalhas contra os invasores holandeses no século XVII. É interessante cruzar essas duas ofensas feitas a Ferreira para compreender a rejeição de Guedes por ele.

Tanto no *Getulino* quanto no *Progresso*, a orientação que Guedes empreendeu às redações que dirigia visava estimular a educação, a família e o trabalho como ingredientes necessários à ascensão do negro no Brasil. Ao se fazer passar por professor, autor de livros, Ferreira causou-lhe forte indignação, uma vez que pervertera um dos seus ideais consagrados à integração do negro na sociedade: a importância da educação. Não é difícil imaginar a forte convicção presente em Guedes de que cabe mais ao indivíduo que à sociedade os esforços para sua ascensão. Como já vimos na sua biografia, ele era filho de escravos e perdera o pai muito novo. Somente com ajuda de protetores da família, combinada ao seu próprio esforço, ele galgou os degraus da educação formal e se projetou no meio jornalístico e literário. É possível concordar com Brookshaw de que para Guedes “o progresso moral e social dos negros envolvia um processo de aburguesamento interno, bem como externo, e não a mera imitação da aparência dos brancos, o que poderia causar escândalo ou desrespeito se adotado pelos negros”¹⁶⁰. Eis que para ele, Ferreira aparecia como um engodo, não mais que um oportunista tentando obter uma colocação confortável em São Paulo, utilizando-se apenas da aparência, algo que Guedes condenava seguidamente em artigos do *Getulino*.

O ataque de Guedes acabou colocando contra ele seu antigo companheiro de redação e amigo, Gervásio de Moraes. Em um artigo escrito no *Clarim da Alvorada*, em 23 de agosto do mesmo ano, Moraes tratará Lino Guedes como “Editor”, confirmando em seus ataques as impressões colhidas nos parágrafos anteriores.

¹⁶⁰ David Brookshaw, *Raça e cor na literatura brasileira*, p.181.

Si amparo eu tive de uma familia que até aqui eu cultuei grande respeito, e a cujo seio não levei compromisso algum, quer immoral, social ou politico, tambem tu o tiveste de uma outra, a qual te deu oportunidade para aquella “questãozinha” de ordenança ser minorada com tua “essencia”.

(...) a ponto de não terem tempo [os pretos de São Paulo] para lerem a tua portica digressão na lama dos cortiços, de onde acredito ter o cysne sahido preto de carvão.¹⁶¹

As afirmações de Moraes são bastante esclarecedoras em alguns aspectos. Primeiramente, fica claro que Guedes contou com a proteção de uma família em algum momento de sua vida, tanto que a influência social desta parece ter contribuído para livrá-lo de alguma situação desconfortável, tratada como “aquela questãozinha”. Confirma-se assim a hipótese de que ele foi apadrinhado por uma família quando se encontrava em dificuldades pela perda do pai, tendo convivido em um ambiente familiar privilegiado. Acredito que o aburguesamento de que fala Brookshaw ao se referir a Guedes encontra seu início aqui, onde absorveu as representações sobre o negro, sobre a família e a moral católica disseminadas pela parcela branca da sociedade. Também o final da citação revela certo desprezo pela sua obra e, possivelmente, pela sua posição então privilegiada como um dos poucos poetas negros a editar suas obras.

A crítica de Schmidt sobre a poesia de Guedes ressurgiu aqui: seria ele tal qual um branco a fazer poesias sobre o negro. Gervásio de Moraes ironiza o título de uma das principais obras poéticas de seu antigo companheiro de redação, *O Canto do Cisne Preto*. Os críticos acreditam que Guedes estivesse retratando a si mesmo quando deu esse título ao livro, jogando com a oposição entre negro e branco¹⁶². Não por acaso o primeiro poema do livro tem o título de “Pórtico”, bem como a imagem do cortiço aparece como moradia dos negros em outros, termos utilizados na fala de Gervásio de Moraes. O trocadilho deste é incisivo ao dizer

¹⁶¹ *Clarim da Alvorada*, nº29 (23/08/1930, ano VII), p.02. (colchetes meus)

¹⁶² Zilá Bernd, *Introdução à literatura negra*. São Paulo, Brasiliense, 1988, pp.73-74.

que fora de lá que o cisne saíra preto, como que a afirmar que Guedes fazia poesia para brancos, apesar de ser negro. No mesmo exemplar do *Clarim da Alvorada*, o jornalista Luís de Souza segue a mesma trilha:

(...) da lavra do autor daquela obra que é quase um poema, que, tecendo um hymno, misto de ternura á mulher negra, transformou suas irmãs da raça, sendo negras, em francezas... nos dando a impressão daquelles loucos que os guardas dos jardins de Roma encontraram exercitando nos braços, a estatua de Julia (?)... E é só o que pode produzir essa mentalidade obscura, parca, doentia, inclusive o desgraçado Cysne Preto que canta o seu próprio funeral.¹⁶³

A crítica permanece ácida, pois “aquela obra” — está se referindo novamente ao *O Canto do Cisne Preto* — é “quase um poema”, responsável por embranquecer as moças negras, algo visto como condenável. Mais contundente que Moraes, Luís de Souza não poupa desagravos a Guedes, tratando-o como uma mente doentia.

Enfim, Lino Guedes se construiu como um *self-made man*, um jovem negro que conseguiu ascender de uma família marcada pela escravidão a uma posição de respeitável intelectual negro da imprensa paulistana, atuando em jornais de grande porte inclusive. A educação representou para ele um instrumento para sua respeitabilidade, bem como a convivência em um meio favorecido socialmente — a sua ligação com uma família abastada, a participação no *Clube Literário Culto à Ciência* e com jornalistas dos jornais mais tradicionais — fê-lo crer no trabalho e na moral rígida como as ferramentas para a integração social de seus irmãos negros.

Nesse sentido, penso ser necessário repensar a seguinte proposição de Brookshaw: “A mistura de humor e resignação, a falta de revolta social ou cultural em seus poemas [de Guedes], eram apreciados pelos críticos brancos porque correspondiam ao estereótipo do

¹⁶³ *Clarim da Alvorada*, nº29 (23/08/1930, ano VII), p.03.

negro desprezioso e modesto que o homem branco estava condicionado a aceitar¹⁶⁴. Não se tratava de ausência de revolta social ou cultural, pois Guedes não reconhecia no comportamento da sociedade os problemas do negro, os quais acreditava estarem nele mesmo. Um de seus poemas reflete bem sua opinião e também aquela que imprimiu aos jornais que dirigiu:

(...) *Raça mais desconfiada
Como é a nossa não tem!
Não tem em geral tempero
Nos modos, e ao desespero,
Leva qualquer um cristão.
Fala sempre em preconceito
E sem nunca andar direito
Na vida... quer ter razão!*¹⁶⁵

O imigrante: admiração e ódio

Em 1905, o jornal negro *Baluarte*, cujo redator era Benedito Florêncio, criticava a contratação de imigrantes para a Guarda Civil de Campinas, pois as autoridades públicas simplesmente ignoravam existirem muitos negros brasileiros disponíveis para ocupar essas vagas, simplesmente os excluindo¹⁶⁶. Um pouco mais à frente, em 1930, trabalhando então no *Clarim da Alvorada* e já tendo rompido a amizade com Lino Guedes, Gervásio de Moraes exigia das autoridades um tratamento mais justo, acusando-as de favorecer os imigrantes¹⁶⁷. Se nutriam certa repulsa pelo imigrante em outros momentos de suas carreiras, Florêncio e Gervásio mantiveram, durante sua permanência na redação do *Getulino*, um posicionamento bem contrário. A presença de ambos no corpo editorial do jornal, selecionando os assuntos a serem discutidos nele, não evitou a adoção de uma postura simpática deste jornal aos

¹⁶⁴ David Brookshaw, *Raça e cor na literatura brasileira*, p.182.

¹⁶⁵ Lino Guedes. *Negro preto cor da noite*. São Paulo, Gráfica Cruzeiro do Sul, 1936, p.19.

¹⁶⁶ *O Baluarte*, 15/01/1904, p.01.

¹⁶⁷ *O Clarim da Alvorada*, nº 25 (13/04/1930, ano VII), p.02.

imigrantes¹⁶⁸. Uma possível resposta para isso seja a influência de Lino Guedes sobre eles, pois mesmo em outro jornal dirigido por ele na década de 1930, o *Progresso*, não encontrei nenhuma crítica mais direta aos imigrantes.

São poucos os artigos que se dedicavam a analisar a presença do imigrante na cidade, mesmo assim, é possível perceber neles um sentimento de simpatia para com italianos, portugueses e outras nacionalidades que chegavam ao país. Prova disso foi o esforço dos redatores do *Getulino* em defender os imigrantes perante os ataques feitos a eles por outro jornal da imprensa negra campineira.

*Como braço forte da prosperidade nacional, suportando com a tenacidade heroica, as situações e as crises, sobressaiu sempre, como elemento infatigável, o estrangeiro trabalhador.*¹⁶⁹

Assim, o salvador da classe, o venerando “moisés” da raça, revoltou-se contra os estrangeiros, e começou vomitar jacobinismo vermelho contra esse braço forte, contra esse elemento poderoso do progresso e engrandecimento do nosso Estado.(...) ¹⁷⁰

O imigrante é retratado nas passagens acima não como um concorrente, mas como um aliado no processo de estruturação capitalista do país, mais um braço forte a contribuir no trabalho da grande indústria e da grande lavoura. Discordando da posição de outro jornal negro, a quem denomina de “Moisés da raça”, que culpava o imigrante pelo fracasso do negro na sociedade, pela falta de empregos e dificuldades para que o negro ascendesse economicamente, o *Getulino* imputava aos próprios brasileiros a culpa por suas mazelas.

¹⁶⁸ Em relação a esse assunto, o *Getulino* parece ter se distanciado completamente dos seus congêneres paulistanos, pois P. Pinto atesta que a população negra de São Paulo nutria intenso preconceito em relação ao imigrante europeu, interpretando-o como um competidor no mercado de trabalho e colaborador no sentido de marginalizar ainda mais o negro na sociedade brasileira. Conferir: P. Pinto, *O Movimento negro em São Paulo*, p.153-155.

¹⁶⁹ *Getulino*, nº 11 (07/10/1923), p.01.

¹⁷⁰ *Getulino*, nº 05 (26/08/1923), p.02. O uso do termo “jacobinismo vermelho” pelo jornal pode indicar uma orientação anti-socialista, contudo a ausência de demais artigos que se posicionem a respeito de ideologias políticas de esquerda impede que eu possa desenvolver alguma hipótese mais consistente sobre esse tema.

O Brasileiro branco, deixou-se vencer pelo elemento estrangeiro, devido á sua indolencia característica, devido á pessima educação do passado, onde elle, apenas aprendeu a receber e gastar o fructo do trabalho escravo.

Vem dahi esse phenomeno extraordinario, do estrangeiro ser a maior potencia da actividade nacional.

O Brasileiro negro, esse é naturalmente inimigo do trabalho, é indolente é preguiçoso, mas não por sua culpa.

O nosso negro é atavicamente, uma victima do passado e do viciado captiveiro de quatrocentos annos.(...)

As acusações feitas pelo jornal *A Protectora* contra os imigrantes demonstravam a penetração destes e seu rápido sucesso econômico, contrastando com a parcela negra da população, habitante da cidade há anos, porém ainda envolta pela miséria material. Os dados levantados por Ulysses Semeghini comprovam essa ascensão rápida por parte dos imigrantes: em 1920, eles eram proprietários de metade das propriedades agrícolas e de oito em cada dez indústrias da cidade¹⁷¹. A expansão cafeeira, acompanhada de um processo de industrialização que se intensificou na década de 1910, serviu de atrativo para muitos imigrantes fixarem residência em Campinas. Segundo o censo realizado em 1920, eles já representavam 20% da população campineira, ultrapassando em mais de 5.000 pessoas o total de negros¹⁷².

Para o *Getulino*, a razão destes bons resultados obtidos pelos imigrantes não residia unicamente em sua vontade e aptidão ao trabalho. A indolência do branco e a preguiça do negro eram fortes componentes para impedir que os nacionais competissem com os europeus. Inicialmente utilizando atributos de ordem cultural, os redatores seguiam a linha que já haviam traçado a respeito da posição do negro na sociedade, também a estendendo aos brasileiros brancos. Ambos eram vítimas do seu próprio passado comum, no qual a escravidão regia a existência deles. O branco se deixara dominar pela indolência diante das comodidades proporcionadas pela exploração do trabalho escravo, nunca se preocupando em aprender um ofício, segundo o jornal. Já o negro, castigado e humilhado pelas condições que o cativo lhe

¹⁷¹ Ulysses Semeghini, *Do Café à Indústria: Uma cidade e seu tempo*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991, p.84.

¹⁷² Rosana Baeninger, *Espaço e Tempo em Campinas*, p.35-36.

impunha, passou a renegar o trabalho, vendo nele o sofrimento e não a dignidade. O europeu, por sua vez, por não ter em seu passado a experiência do cativo e do trabalho compulsório, traria consigo o desejo de prosperar e a dedicação ao trabalho.

Ao final do mesmo artigo, entretanto, influências anteriormente tomadas como culturais — o efeito da escravidão sobre negros e brancos — transformavam-se em atributos naturais, pois tais problemas eram então resumidos como “defeito racial”.

Ora, se isso tem acontecido ao branco, com muito mais razão tem que acontecer ao preto brasileiro.

*E, perguntamos: que culpa tem os estrangeiros desse nosso defeito racial?*¹⁷³

Como já foi dito antes, os redatores e articulistas do jornal estavam inseridos em uma formação discursiva marcadamente racializante, na qual conceitos como raça, natureza e cultura se confundiam constantemente na busca de uma resposta específica às expectativas da elite intelectual brasileira. O tratamento dispensado aos imigrantes e o teor da defesa destes pelo *Getulino* acabavam dialogando diretamente com as representações que foram construídas sobre o imigrante e do negro entre fins do século XIX e início do XX.

Celia M. M. de Azevedo abordou as diferentes representações que foram feitas sobre o negro e o imigrante no Brasil do século XIX, no interior de um processo abolicionista e, também, de construção da nacionalidade brasileira¹⁷⁴. Ela constatou a vitória dos projetos imigrantistas sobre outras propostas baseadas no aproveitamento dos trabalhadores nacionais e, desse modo, a consolidação do discurso que caracterizava o imigrante europeu como racialmente superior e necessário à depuração do povo brasileiro, embranquecendo-o e conduzindo-o ao progresso¹⁷⁵. Segundo ela, ao enxergar no imigrante um braço forte, necessário ao progresso do país, e nos nacionais a indolência e a morosidade, os redatores do *Getulino* reproduziram um discurso que se consolidara no Brasil a partir dos anos 1880.

¹⁷³ *Getulino*, nº 05 (26/08/1923), p.02.

¹⁷⁴ Celia M. M. de Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco*.

¹⁷⁵ *Ibid.*; pp.139-149.

Enquanto outros periódicos associavam à imagem do imigrante a desordem e a desestabilização da unidade nacional, tratando-o como um corpo estranho na sociedade brasileira, o *Getulino* considerava o imigrante como mais um dos ingredientes indispensáveis à formação da nação.

Isto prova evidentemente que nenhuma Nação, somente com o cunho característico de vida própria, poderá fazer-se sem o escambo utilitaríssimo de outras nacionalidades.(...)

*S. Excia. [o Ministro da Justiça] quer, segundo o que vemos das suas instruções, continuar a obra do passado, apurando apenas os intuitos e as qualidades dos elementos adventícios do trabalho, para que só entrem para a communhão nacional, individuos uteis ao nosso progresso.*¹⁷⁶

Nas citações feitas até o momento, o trabalho aparece como principal qualidade do imigrante, bem como serve de instrumento ao longo do jornal para cobrar do negro a superação de seus vícios. Ao exigirem dos seus leitores negros a dedicação ao trabalho e a negação de determinados prazeres, como o álcool, Guedes e Moraes demonstraram ter assimilado a imagem do escravo negro vadio e ocioso pintada ainda no período escravista, no interior de um discurso voltado a impelir os libertos ao trabalho ou a desqualificá-los para a atração de imigrantes. A partir do enfraquecimento da instituição escravista, a aristocracia imperial — depois convertida em republicana — passou a defender uma espécie de pedagogia do trabalho como estratégia para manter sob controle uma grande massa de libertos que trariam em seu sangue o germe da discórdia¹⁷⁷. Erigia-se, dessa forma, um discurso que classificava o trabalho — atividade de grande importância sob o ponto de vista produtivo dos proprietários — como positivo e o ócio — tudo aquilo que não revertia em lucro aos proprietários — como negativo, resultado da natureza supostamente viciada do negro.

¹⁷⁶ *Getulino*, nº 11 (07/10/1923), p.01.

¹⁷⁷ Celia Azevedo analisou estratégias defendidas pelos deputados provinciais com o intuito de controlar o tempo dos chamados agregados, os trabalhadores livres, muito deles libertos, em *Onda Negra, Medo Branco* (pp.108-120). Sidney Chalhoub também constatou a emergência disso que podemos denominar pedagogia do trabalho com o advento da Abolição de 13 de Maio em *Trabalho, Lar e Botequim* (pp.65-78)

Entre os artigos que defendiam a presença do imigrante em terras brasileiras, também aparecem outros de teor crítico, condenando atitudes racistas da parte de imigrantes, porém evitando a generalização, mantendo o foco sobre o indivíduo responsável pelo ato.

O interessante que aviltante proceder è nesta plaga de S. Cruz praticada por aquelles que o nosso Governo importa; e, que aqui chegam em terceira classe de qualquer cargueiro...

*Em Piracicaba, a rainha das espumas, o sr. João Baptista Cardinalli proprietario do Restaurante e Bar Aurora recusa servir nesse estabelecimento todo e qualquer Brasileiro que por ventura tenha a pelle pigmentada.*¹⁷⁸

Apesar do posicionamento favorável à imigração de europeus, a crítica acima põe à mostra a existência de atos de hostilidade de imigrantes europeus contra cidadãos negros. As disputas sociais envolvendo negros e imigrantes foram constantes e levaram, em muitos casos, ao extremo da enfrentação física, com mortes e prisões. Sem dúvida, a miséria material na qual estavam inseridos e a disputa direta pelos meios de sobrevivência na sociedade foram fortes causas para essa hostilidade de um para com o outro, como afirmou Chalhoub, porém não foram as únicas¹⁷⁹. Ao abordar a vida cotidiana dos imigrantes no Brasil, Zuleika Alvim constatou que eles se consideravam, desde o momento que desciam do navio, superiores aos negros, mantendo relações marcadas ora pela colaboração para melhor se adaptar à nova terra, ora pela agressividade¹⁸⁰. José C. Leite descreveu os italianos como educados e generosos com os negros, porém isso não lhes impedia de ver o negro como alguém inferior. Além de restringir-lhe o acesso aos seus clubes e entidades de auxílio, rejeitavam qualquer enlace amoroso deste com as moças italianas¹⁸¹. A rejeição do negro pelo imigrante demonstrava existir, *a priori*, uma representação de inferioridade a seu respeito, aprendida no interior da própria cultura européia, de onde escreviam muitos teóricos racistas. As

¹⁷⁸ *Getulino*, nº 46 (06/07/1924), p.02.

¹⁷⁹ Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e Botequim...*, p.111.

¹⁸⁰ Zuleika Alvim, "Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo". In: Novais, F. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998. vol.03, pp.272-275.

¹⁸¹ José C. Leite, *...E disse o velho militante...*, p.52.

representações que então circulavam sobre o negro e o imigrante no imaginário nacional também devem ser consideradas como responsáveis pelo acirramento das relações cotidianas entre os dois elementos, à medida que enfatizavam diferenças entre suas supostas identidades raciais.

A necessidade de se identificar o responsável pela ação racista como imigrante, além de marcar a condição desfavorável sob a qual veio (“aqui chegam em terceira classe de qualquer cargueiro”), coloca a importância da diferenciação para o negro, fazendo-o ver o imigrante como o *outro*. A diferença, nesse caso, opera num duplo sentido. Por um lado, o imigrante aparece como trabalhador, diligente e próspero, servindo de modelo a ser seguido pelo negro, ainda imerso no vício e na indolência. Por outro, são constatadas a origem estrangeira e a miséria no início da vida daquele no Brasil, aspectos que impõem limites à exaltação da sua superioridade e ainda garantem ao negro uma válvula de escape para exigir seus direitos com base na sua identidade nacional.

Os artigos que tratam do imigrante não costumam trazer o nome do autor, o que nos faz crer que tenham sido escritos por um dos redatores, confirmando a orientação do jornal de vislumbrar a imigração europeia como um benefício para o país. Isso se confirma nas demais reclamações que o *Getulino* direciona aos imigrantes, nas quais a indignação se dá devido à ocorrência de um ato racista por um imigrante e não devido à imigração estrangeira propriamente dita. Tal postura editorial é visível no protesto do jornal contra as entidades de ajuda mútua dos imigrantes que registravam em seus estatutos a proibição da aceitação de sócios negros. Defendendo a atitude da *Federação dos Homens de Cor*, que abriu suas portas aos necessitados de cor branca, o *Getulino* não deixa de citar os imigrantes.

*Bello gesto de brasileiros, que não immigram, graças a Deus, para paiz algum, para que lá chegados, dando por paus e por pedras, escoiceando a propria sombra, offendam os nativos...*¹⁸²

¹⁸² *Getulino*, nº 23 (30/12/1923), p.01.

Com uma estratégia semelhante à que foi adotada em relação aos adversários da imprensa negra, os redatores do *Getulino* buscaram colocar suas impressões sobre o imigrante, quando em tom de repreensão, como um ato de defesa. Em suas respostas, identifica-se sempre o indivíduo ou instituição da qual teria partido o ataque, sem o uso de uma linguagem mais dura, como a que foi utilizada contra o jornal *A Protectora*. Em alguns casos, recorria-se à personalização da crítica a um ato racista, evitando associá-lo a um órgão mais representativo da comunidade imigrante. Esse estratagema pode ser visualizado na forma como o *Getulino* dirige uma crítica ao jornal da comunidade italiana campineira, chamado *Il Pasquino*, poupando-o e depositando toda a culpa no autor do artigo. O fato deste jornal ter sido o veiculador do artigo, na medida em que o selecionou para publicação, pouco importava.

Com pretensões a truão de feira ou palhaço de circo barato apareceu no Il Pasquino um tal seu aquelle que, não se sabe porque, tentou redicularisar o concurso de belleza promovido por esta folha. (...)

O remelento informante do Il Pasquino fallou de um certo cheirinho que, disse, havia no recinto onde se realizou o baile, na ocasião do encerramento do concurso, fallou em sentido indeterminado, "um certo cheirinho", entretanto podia muito bem afirmar de que perfume se tratava, por isso que lhe é muito peculiar, porque sempre acompanhou ao local do baile o tal cheirinho de formagio. ¹⁸³

Enfim, o jornal evitava atritos de ordem coletiva, possíveis no caso de generalização de uma crítica a um grupo específico, como o dos imigrantes europeus, buscando na condenação individualizada a estratégia para combater atos racistas. Carregando à sua frente a bandeira da inserção social através do processo de miscigenação, o jornal procurava ver no imigrante mais um exemplo de perspicácia a ser seguido que um inimigo a ser combatido.

¹⁸³ *Getulino*, nº 15 (04/11/1923), p.02.

Conclusão

.....

A dor é um inimigo respeitável da existência humana sobre tudo a dor moral. Precisamos ter sangue frio, coragem e persistência para minorá-la e destruí-la. Nesse combate singular sempre nos valorizarmos, sempre subirmos no juízo da própria consciência.¹

Lino Guedes e um grupo de letrados negros liderado por ele encontraram na fundação de um jornal dedicado à população negra o remédio para a dor da qual fala o trecho do poema acima. Por ser uma dor coletiva e não individual, era preciso lutar em conjunto no interior de uma militância, pois somente atacando a causa da doença esse sofrimento poderia ser debelado. Insatisfeitos com o trabalho dos militantes já estabelecidos na cidade em outras instituições, os jornalistas fundadores do *Getulino* iniciaram um trabalho próprio, buscando denunciar os atos de preconceito racial bem como identificar e corrigir aquilo que classificavam como erros do negro.

Através dos artigos, contos e editoriais, Guedes e seus companheiros buscaram não apenas protestar ou lançar condenações à exploração que pesou sobre o homem negro no Brasil durante séculos. Interpretar a atitude desses jornalistas como uma expressão automática de resistência ao preconceito significa empobrecer o largo campo de reflexão e subjetividade que acompanha o sujeito na história. O jornal não assumia a forma simplificadora de um muro de contenção do preconceito, mas uma linha aberta de diálogo com a sociedade e as representações culturais que nela circulavam, sendo reproduzidas, reinterpretadas ou reinscritas. Por essa razão, além de sua dimensão como órgão de protesto, o discurso do *Getulino* deve também ser analisado como um instrumento educacional, outra função ambicionada por Guedes para o periódico que dirigia.

¹ *Getulino*, nº 64 (20/12/1924), p.14.

Como foi possível ver nesta dissertação, o *Getulino* abordou inúmeros assuntos em suas páginas, passando do comportamento dos jovens nos bailes negros à memória dos soberanos africanos e suas realizações. Porém, diante de jornalistas experientes e colaboradores destacados, como Evaristo de Moraes, seria ingênuo imaginar que, de edição a edição, não existiria uma linha a costurar os diferentes artigos, tênue e dispersa, sem dúvida, porém visível àqueles que buscassem neste jornal um caminho a seguir. Guedes não negava os efeitos maléficos do ódio racial sobre os negros de sua cidade e país, mas também não escondia a crença de que tão nefasto quanto o preconceito seria também a própria acomodação do negro diante dele. Por essa razão, ele conduziu o jornal no sentido de registrar os atos de humilhação e desrespeito ao negro, condenando-os, porém dirigindo a este as críticas sobre comportamentos que, para os membros do *Getulino*, apenas colaboravam e davam razão aos racistas. O passado escravista e a ignorância recebiam a culpa por terem depositado sobre o negro vícios persistentes no presente. Logo, os jornalistas traçaram como solução para esse problema educar e guiar moralmente seus irmãos na direção do trabalho, da família nuclear e da religiosidade católica. A mensagem do *Getulino* era simples: antes de exigir respeito por parte do branco, o negro precisava respeitar a si mesmo, aprendendo a ler, assumindo adequadamente as funções definidas na época para a mulher e para o homem dentro da família, celebrando e pautando-se pelos personagens de um passado mítico, aguardando um futuro de realizações e ascensão social.

A defesa do negro, colocada em ação pelo *Getulino*, fora efetivada no interior de uma sociedade impregnada por discursos que reproduziam a idéia de “raça”, construindo representações negativas do negro e naturalizando as diferenças. Como membros dessa sociedade, Guedes e seus colegas estavam dentro dessa teia discursiva, portanto é através das categorias criadas por ela que eles organizariam sua proposta de ascensão social para o negro. Por essa razão, o discurso do jornal opera com conceitos essencializadores, por vezes atribuindo ao negro determinadas características inatas. A apropriação dessas categorias, feita pelo *Getulino*, demonstra como a relação entre o negro e o discurso hegemônico sobre as

“raças” era mais complexo e dialógico que uma simples atitude de resistência consciente a este último.

A esse discurso hegemônico também foram associadas outras inspirações encontradas nos artigos do jornal, como as representações próprias do abolicionismo brasileiro do século XIX e outras do pan-africanismo, vertente bastante atuante na época através de nomes como Marcus Garvey e W. E. B. Du Bois. Através de outros colaboradores e mesmo das páginas dos jornais da grande imprensa, Guedes tomava conhecimento das idéias e propostas apresentadas nos congressos negros de âmbito mundial, onde se debatiam diferentes possibilidades para se constituir a africanidade e negritude dos afro-descendentes espalhados pelo mundo. Desse modo, a imagem do negro construída pelo jornal não advém de uma única vertente ideológica, mas se constrói como híbrida, resultado da inter-relação entre esses três discursos: o abolicionista, o racial (entendido como darwinista social e médico-higienista) e o pan-africano.

Sem dúvida, o pertencimento étnico serviu como mola mestra para esses jornalistas moldarem em seu jornal uma identidade negra a ser assimilada pelos seus leitores, sem perceber que construíam, na verdade, a imagem que faziam de si mesmos. Porém, como toda construção cultural, esta identidade foi erigida por eles, a partir de suas experiências não apenas como negros vivendo em uma sociedade racista, mas também como jornalistas e militantes. Desse modo, buscar nela um “perfil” do movimento negro seria recair no erro que mais critiquei aqui: a essencialização. O movimento negro, ao contrário do que alguns trabalhos fazem supor, não é homogêneo e facilmente enquadrado numa versão unitária. Ele convivia com a diversidade de opiniões e, principalmente, com conflitos entre militantes. A condição de ser negro era um fator preponderante para a atuação desses homens, porém não determinava suas atitudes e não impedia a oposição de idéias, como evidencia a passagem abaixo.

Não aparecemos aqui para lutar cegamente contra os nossos irmãos em cor, porém, teremos que rebater os seus ataques e condenar os seus erros e vícios. No

*terreno da defesa nos encontrarão sempre os vis detractores da classe, esses que por ahi vegetam prejudicando-a, e concorrendo para lançar a desunião no nosso meio.*²

Através de uma narrativa envolvendo a reprodução de um passado mítico da África e da violência da escravidão no Brasil, passando por um presente no qual valores morais corrigiriam vícios herdados e, enfim, terminando essa longa caminhada com a esperança de um futuro livre do preconceito e da estigmatização pela cor, esses diligentes jornalistas negros do *Getulino* sonhavam com a inserção social. Durante dezoito meses compartilharam um mesmo objetivo: valorizar o negro e encontrar para ele um espaço de atuação digna na sociedade brasileira. O fechamento do jornal em Campinas não significou o abandono desse ideal por parte dos seus redatores, mas apenas uma mudança de cidade. Em São Paulo, novamente tomariam de caneta, papel e obstinação para tentar mais uma vez, e mais outra, e outra, até que as divergências e desentendimentos os separassem.

Desprendendo-se dos ecos do discurso anti-racista atual, onde categorias tão velhas quanto o *Getulino* seguem sendo utilizadas mesmo após décadas de esgotamento de um discurso cientificista e essencialista, devemos voltar nosso olhar para o passado em busca desses atores negros e recuperá-los com o cuidado de desmistificá-los e não lhes arrancar o “direito” de pertencer à sua época. Do seu modo e sob a inspiração das categorias socialmente construídas com as quais conviviam, Guedes, Moraes, Florêncio e tantos outros, lutaram pelo fim do racismo e pelo devido reconhecimento da humanidade do indivíduo negro, contribuindo para um esforço ainda hoje presente no sentido de erradicar o preconceito racial da sociedade.

² *Ibid.*; p.01

Bibliografia Geral

.....

Arquivos consultados

Arquivo do Centro de Memória da UNICAMP / Campinas-SP
Arquivo Edgar Leuenroth / Campinas-SP
Arquivo Público de Campinas / Campinas-SP
Arquivo Particular da Rede Anhangüera de Comunicação / Campinas-SP

Bibliotecas consultadas

Biblioteca Municipal de Campinas / Campinas-SP
Biblioteca do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas / Campinas-SP
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP / Campinas-SP
Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP / São Paulo-SP

Fontes primárias

A) LIVROS

AMARAL, Leopoldo. *A cidade de Campinas em 1900*. Campinas, CCLA, 1900.
BONFIM, Manuel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1905.
DUQUE ESTRADA, Osório. *A Abolição: esboço histórico*. Rio de Janeiro, Ed. Leite Ribeiro, 1918.
FEDERAÇÃO PAULISTA DOS HOMENS DE COR. *Estatutos e Atas de reunião da Diretoria*.
GUEDES, Lino. *O canto do cisne preto*. São Paulo, Áurea, 1927.
_____. *Urucungo*. São Paulo, Gráfica Cruzeiro do Sul, 1932.
_____. *Negro preto cor da noite*. São Paulo, Gráfica Cruzeiro do Sul, 1936.
_____. *Vigília de Pae João*. Campinas, Hendi, 1938.
LACERDA, João Batista de. *O Congresso Universal das Raças*. Rio de Janeiro, Papelaria Macedo, 1912.
MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879 – 1888)*. 2.^a ed., Rio de Janeiro, UNB, 1984.
RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5.^a ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977 (1.^a edição: 1933).

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 4.^a ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1949 (1.^a edição: 1888).

VIANNA, J. Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2.^a ed., São Paulo, Editora Monteiro Lobato e Cia., 1933 (1.^a edição: 1922).

_____. *Raça e assimilação*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1934.

B) PERIÓDICOS

O Baluarte / Campinas (1904)

O Clarim da Alvorada / São Paulo (1925 – 1928)

A Comarca / Mogi Mirim (1923 – 1926)

Correio Paulistano / São Paulo (1922 – 1926)

Correio Popular / Campinas (1951)

Diário de Campinas / Campinas (1888 – 1898)

O Estado de São Paulo / São Paulo (1920 – 1926)

A Gazeta / São Paulo (1961)

Getulino / Campinas (1923 – 1926)

O Kosmos / São Paulo (1922 – 1925)

O Menelick / São Paulo (1915 – 1916)

O Progresso / São Paulo (1928 – 1932)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro / Rio de Janeiro (1911 – 1923)

Fontes secundárias

A) LIVROS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2000.

ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo*. Bauru, Editora EDUSC, 1998.

APPIAH, Kwame Anthony. *In my fathers house: África in the philosophy of culture*. Nova Iorque, Oxford Press, 1992.

ARENDDT, Hannah. *O sistema totalitário*. Lisboa, D. Quixote, 1978.

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites*. 2.^a ed., São Paulo, Annablume, 2004, (1.^a edição: 1987).

_____. *Abolicionismo Estados Unidos e Brasil, uma história comparada*. São Paulo, Annablume, 2003.

_____. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo, Annablume, 2004.

- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha : a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, UNICAMP, 1999.
- AZEVEDO, Eliane. *Raça: conceito e preconceito*. São Paulo, Ática, 1987
- AZEVEDO, Tales de. *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- BAENINGER, Rosana. *Espaço e Tempo em Campinas*. Campinas, CMU-UNICAMP, 1996
- BARBOSA, Irene M. F. *Socialização e Relações Raciais*. São Paulo, FFLCH/USP, 1983.
- BARBOSA, Márcio (textos e entrevistas). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo, Quilombhoje, 1998.
- BARCELOS, Luís C. *Escravidão e relações raciais no Brasil: cadastro da produção intelectual*. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1991.
- BARRETO, Margarita. *Vivendo a História de Campinas*. Campinas, Mercado de Letras, 1995.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo, Ed. Nacional, 1971.
- BENEDETTI, Luiz R. *Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido*. São Paulo, Paulinas, 1983.
- BERND, Zilé. *Introdução à literatura negra*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BHABHA, Homi K. *Os locais da Cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo, Loyola, 1990.
- BLOCH, M. *Introdução à História*. Lisboa, Verbo, 1965.
- BLUMBERG, Rhoda Lois. *Civil rights: the 1960's freedom struggle*. Boston, Twayne, 1991.
- BOWLER, Peter J. *Charles Darwin: the man and his influence*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo, Editora UNESP, 1992.
- _____. *O que é História Cultural?*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- CAMARGO, Oswaldo. *O negro escrito*. São Paulo, IMESP, 1987.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 8ª ed., São Paulo, T.A. Queiroz/Publifolha, 2000.
- CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo, Difel, 1972, vol. 01.
- CARVALHO, José M. de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- _____. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3ª ed., Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.
- _____. *A cultura no plural*. Campinas, Papirus, 1995.
- CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque: A história contada por jornais e jornalistas*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- _____. *Cidade Febril*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- _____. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, Editora UNICAMP, 2001.

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1988.
- COSTA, Emília. V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, 1977.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, EDUSC, 1999.
- DAIBERT JR. Robert. *Isabel: a redentora dos escravos*. Bauru, EDUSC, 2004.
- DECCA, Edgar S. de. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo, Brasiliense, 6.^a edição, 1997.
- DEGLER, Carl. K. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos EUA*. Rio de Janeiro, Labor, 1976.
- DU BOIS, William E. B. *As almas da gente negra*. Tradução Heloísa Toler Gomes. Rio de Janeiro, Lacerda, 1999.
- FAGE, John D. *História da África*. Lisboa, Edições 70, 1978.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro, Fator, 1983.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 10.^a ed., São Paulo, Globo/Publicfolha, 2000. vol. 02.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel, 1976.
- _____. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. *Negócios e ócios: histórias da imigração*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1997.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel, 1972.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ática, 1978. volumes 01 e 02.
- FONER, E. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1977
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura F. de A. Sampaio. São Paulo, Loyola, 1996. Coleção Leituras Filosóficas.
- FRANCO, Virgílio de M. *Outubro, 1930*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- FRANKLIN, J. H. *Da escravidão à liberdade: a história do negro americano*. Tradução Elcio G. de Cerqueira. de Rio de Janeiro, Nórdica, 1989.
- _____. *Raça e História*. Rio de Janeiro, Rocco, 1999.
- FREITAS, Clóvis Glycerio de. *Jornada Republicana: Francisco Glycerio*. São Paulo, Plexus Editora, 2000.
- FREITAS, Décio. *Palmares – A guerra dos Escravos*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, 20.^a ed., MEC, 1980. (1.^a edição: 1933)
- _____. *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro, 8.^a ed., Record, 1990. (1.^a edição: 1936)

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed., São Paulo, Editora Nacional/Publifolha, 2000.
- GENOVESE, E. *A Terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Tradução Maria I. Rolim. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- GILROY, Paul. *Against Race: imagining political culture beyonde the color line*. Cambridge, Harvard University Press, 2000.
- _____. *O Atlântico Negro*. São Paulo, Editora 34, 2001.
- GOLD, Stephen J. *A falsa medida do homem*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995
- GOULART, Edmo. *Antologia da poesia Campineira*. Campinas, Ind. Gráf. Mousinho, 1971.
- GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. *Campinas: dados históricos e estatísticos*. Campinas, Livraria Brasil, 1953.
- GUIMARÃES, Antônio S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, ED.34, 1999.
- _____. (org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. Tradução Andréa B. M. Jacinto. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1998.
- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.
- HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- HAWKINS, Mike. *Social Darwinismo in European and American Thought (1860-1945)*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. *A Era dos Extremos*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1996.
- HUNT, Lynn (org.). *A nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, s/d.
- IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- ISICHEI, Elizabeth. *A Hstory of African Societies to 1870*. New York, Cambridge, 1997
- LAPA, José R. do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros (Campinas: 1850-1900)*. São Paulo, EDUSP, 1996.
- LE GOFF, J. (org.) *Enciclopédia Einaudi*. Porto, Imprensa Nacional, 1984.
- _____. *História e Memória*. Campinas, Editora UNICAMP, 1996.

- LEITE, José C. *...E disse o velho militante José Correia Leite: Depoimentos e artigos*. São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- LEWIS, David L. *W. E. B. Du Bois: biography of a race*. New York, R. Holt, 1990
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LOPES, Helena T. *Negro e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, UNIBRADE, 1987.
- LORENZO, Helena C (org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. SP, Editora UNESP, 1997.
- MACIEL, Cléber da S. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas, Editora UNICAMP, 1987. Série Campiniana.
- MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.
- MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, FioCruz, 1996.
- MARIANI, *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.
- MARIANO, Júlio. *História da Imprensa em Campinas*. Campinas, Tipografia Paulino, 1946.
- _____. *Campinas de ontem e de anteontem*. Campinas, Maranata, 1970.
- _____. *Badulaque*. São Paulo, CEACH, 1979.
- MARQUES, Vera R. Beltrão. *A medicalização da raça*. Campinas, Editora UNICAMP, 1994.
- MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro, Conquista, 1977.
- _____. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo, Global, 1983.
- _____. *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- MARTINS, José P. Soares. *Campinas século XX: 100 anos de história*. Campinas, RAC, 2000.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.
- NORA, P. e LE GOFF, J. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro, 1995.
- NOVAES, F. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998. Vol. 03.
- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. *Discurso fundador*. Campinas, Pontes, 1993.
- _____. *Análise de Discurso*. Campinas, Pontes, 1999.
- _____. *Discurso e texto*. Campinas, Pontes, 2001.
- PAULA, Carlos F. de. *Culto à Ciência: monografia histórica*. Campinas, 1946.
- PENNA, Lincoln de A. *Uma História da República*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- PINHO, Patrícia de Santana. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo, Anna Blume, 2004.

- POLIAKOV, Léon. *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- POSTER, Mark. *Cultural history and postmodernity: disciplinary readings and challenges*. New York, Columbia University Press, 1997.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1969.
- PRANDI, Reginaldo. *Os candomblés de São Paulo*. São Paulo, Edusp, 1991.
- PUPO, Benedito B. *À margem histórica de Campinas*. Campinas, 1973.
- PUPO, Celso M. M. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth e GIMENEZ, Renato A. de O. (org.). *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas, UNICAMP-IFCH, 2000. Coleção Idéias.
- REDE ANHANGUERA DE COMUNICAÇÃO. *Campinas século XX: 100 anos de história*. Campinas, RAZ, 2000.
- REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês*. São Paulo, Brasiliense, 1986
- REIS, João J. e SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- RICCI, Maria L. de S. Rangel. *Guarda Negra: perfil de uma sociedade em crise*. Campinas, M.L.S.R.R., 1990.
- RODRIGUES, J. H. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro, 1964, 2 vols.
- SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- _____. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- SALLES, Iraci G. *Trabalho, Progresso, e a Sociedade Civilizada*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- SANSONE, Lívio. *De Africa a lo Afro: uso y abuso de Africa en Brasil*. Dakar, CODESRIA, 2001.
- SANTOS, Anízio F. *Eu, negro: discriminação racial no Brasil, Existe?* São Paulo, Loyola, 1988.
- SANTOS, Antônio da C. *Campinas, das origens ao futuro*. Campinas, Editora UNICAMP, 2002.
- SANTOS, Carlos José F. dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890 – 1915)*. São Paulo, Annablume, 1998.
- SANTOS, Gislene A. dos. *A invenção do "ser negro"*. Rio de Janeiro, Pallas, 2002.
- SANTOS FILHO, Licurgo de C. *A febre amarela em Campinas (1889 – 1900)*. Campinas, UNICAMP/CMU, 1996.
- SCHWARCZ, Lília M. *Retrato em branco e negro*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- _____. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo, IDESP, 1989.
- _____. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

- SEMEGHINI, Ulysses C. *Do Café à Indústria: Uma cidade e seu tempo*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na Metrópole*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- STEPAN, Nancy Leys. *The Hour of Eugenics: race, gender, and nation in Latin America*. Ithaca, Cornell, 1991.
- THOMPSON, Eduard P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. vols. 01, 02 e 03.
- WASHINGTON, Booker T. *Memórias de um negro*. Tradução Graciliano Ramos. São Paulo, Editora Nacional, 1940.
- WOODWARD, C. Vann. *The strange career of Jim Crow*. New York, Oxford University Press, 1974.
- XAVIER, Regina C. L. *A Conquista da Liberdade*. Campinas, CMU-UNICAMP, 1996.

B) ARTIGOS E OUTROS TEXTOS

- AZEVEDO, Célia M. M. de. "Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro". *História: questões e debates*, Curitiba, nº 09, 1988, pp.38-65.
- _____. "O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 30, 1996, pp.152-162.
- _____. "A nova história intelectual de Dominick LaCapra e a noção de raça". In: *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo, Annablume, 2004, pp.75-86.
- _____. "13 de Maio e Anti-Racismo". In: *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo, Annablume, 2004, pp.87-93.
- _____. "Quem precisa de São Nabuco?". In: *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo, Annablume, 2004, pp. 95-106.
- BASTIDE, R. "A imprensa negra no Estado de São Paulo". *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo, Perspectiva, 1973.
- CHARTIER, Roger. "O Mundo como Representação", *Estudos Avançados*, n.11, 1991, pp.173-191.

- CANO, Wilson. "Base e Superestrutura em São Paulo: 1886 - 1929". In: Helena C. De Lorenzo, *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. SP, UNESP, 1997, 235-254..
- CUTI (Luiz Silva). "Literatura negro-brasileira: notas a respeito de condicionamentos". *Estudos afro-asiáticos*, nº 08-09, 1982, pp.215-219.
- D'ADESKY, Jacques. "A dimensão intercultural da identidade brasileira". *Estudos afro-asiáticos*, nº 15, 1988, pp.134-144.
- DECCA, Edgar S. de. "Memória e Cidadania". *Departamento do Patrimônio Histórico*, São Paulo, DPH, 1992.
- DIAS, Maria O. da S. "Ideologia liberal e construção do estado do Brasil". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1980. Tomo XXX, pp.211-225.
- DOMINGUES, Petrônio J. "Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 03, 2002, pp.563-599.
- FIELDS, Barbara J. "Slavery, race and ideology in the United States of America". *New Left Review*, nº 181, 1990, pp.95-118.
- GOMES, Flávio dos Santos. "No meio das águas turvas. Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na corte". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 21, 1991, pp.75-96.
- GOMES, Tiago de M. "Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 02, 2003, pp. 307-331.
- GRANZIERA, Rui G.. "O Brasil depois da Grande Guerra". In: Helena C. De Lorenzo, *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. SP, UNESP, 1997, 135-142.
- HALL, Stuart. "Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior". *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003, pp.25-50.
- _____. "Notas sobre a desconstrução do 'popular'". *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003, pp.247-264.
- _____. "Que 'negro' é esse na cultura negra?". *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003, pp.335-351.
- HASEMBALG, Carlos A. "Discursos sobre a raça: pequena crônica de 1988". *Estudos afro-asiáticos*, nº 20, 1991, pp.187-195.
- LACAPRA, Dominick. "História Intelectual: repensar la historia intelectual y leer textos". In: RABINOW, Paul e LaCapra, Dominick. *"Giro lingüístico" e historia intelectual*. Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- LUZ, Marco A. "O contexto histórico das comunidades negras". *Estudos afro-asiáticos*, nº 08-09, 1982, pp.133-137.
- MAIO, Marcos Chor. "Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX". In: Simone Monteiro e Lívio Sansone. *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro, FioCruz, 2004, pp.15-41.

- MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. "Recônditos do mundo feminino". In: NOVAES, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998. Vol. 03.
- MATTOS, Olgária. "Memória e História em Walter Benjamin". In: *Departamento do Patrimônio Histórico*, São Paulo, DPH, 1992.
- MAUÉS, Maria A. M. "Da 'branca senhora' ao 'negro herói': a trajetória de um discurso racial". *Estudos afro-asiáticos*, nº 21, 1991, pp.119-130.
- MELO, Hildete P.; ARAÚJO João L.; MARQUES, Teresa C. de N. "Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: O caso da Cervejaria Brahma". *Revista Brasileira de Economia*, nº 57, 2003, pp.535-568.
- MIRANDA, Rodrigo. "Semeadores de esperança em um campo devastado: estudo comparativo das propostas integracionistas de três líderes negros nos Estados Unidos". Campinas, IFCH, 2002.
- MOURA, Carlos A. "Zumbi e o 20 de Novembro". *Estudos afro-asiáticos*, nº 08-09, 1982, pp.13-18.
- MOURA, Clóvis. "Sincretismo, acomodação, assimilação e luta de classes". *Estudos afro-asiáticos*, nº 08-09, 1982, pp.99-105.
- OLIVEIRA, Lúcia L. "Questão Nacional na Primeira República". In: Helena C. De Lorenzo, *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. SP, UNESP, 1997, pp.185-194.
- PERISSINOTO, Renato M.. "Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República". In: LORENZO, Helena C. De. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. SP, UNESP, 1997, pp.31-69.
- PINTO, Maria Inês Machado Borges. "Cultura de massas e representações femininas na paulicéia dos anos 20". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, 1999, p. 139-163.
- PINTO, Regina P. "Movimento negro e etnicidade". *Estudos afro-asiáticos*, nº 19, 1990, pp.109-124.
- RAMOS, Jair de S. "Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920". In: Marcos Choir Maio (org.), *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fio Cruz, 1996. pp.59-82.
- _____. RAMOS, J. de S. "Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna". *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. 10, 2003, pp.573-601.
- RIBEIRO, Fernando Rosa. "O que é ser negro ou africano, afinal de contas?". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 27, 1995, pp.203-211.
- _____. "Ideologia nacional, antropologia e a 'questão racial'". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 31, 1997, pp.79-89.

- _____. "A Construção da Nação (Pós-) Colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 03, 2002, pp.483-512.
- RIBEIRO, Renílson Rosa (org.), VALÉRIO, Mairon E., FRACCARO, Gláucia C. Candian. "O negro em folhas brancas: ensaios sobre as imagens do negro nos livros didáticos de história do Brasil". *Cadernos de Graduação*, nº 02, 2002, pp.01-125.
- ROHDEN, Fabíola. "A construção da diferença sexual na Medicina". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, nº 19 (Sup. 2), 2003, pp.201-212.
- SALIBA, Elias Thomé. "A dimensão Cômica da vida privada na República". In: NOVAES, F. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998. Vol. 03. pp.290-365
- SANT'ANA, Luiz C. R. "Humor Negro". *Estudos afro-asiáticos*, nº 26, 1994, pp.81-98.
- SARETTA, Fausto. "A política econômica da década de 1920". In: Helena C. De Lorenzo, *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. SP, UNESP, 1997, 217-234.
- SCOTT, Joan W. "The evidence of experience", *Critical Inquiry*, vol.17, nº 04, 1991, pp.773-797.
- _____. "Sobre el lenguaje, el género y la historia de la classe obrera". *História Social*, nº 04, 1989.
- SILVA, Denise F. Da. "Revisitando a 'democracia racial': raça e identidade nacional no pensamento brasileiro". *Estudos afro-asiáticos*, nº 16, 1989, pp.157-170.
- SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- SILVA, Lígia O. "A crise política no quadriênio Bernardes". In: Helena C. De Lorenzo, *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. SP, UNESP, 1997, pp.15-36.
- SLENES, Robert W. "África Coberta e Descoberta do Brasil". Dossiê Quinhentos Anos de América, nº 12, dez./91-fev./92, pp. 48-67.
- SOUZA, Jessé. "Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira". (Mimeo), 2000.
- SUÁREZ, Mireya. "Desconstrução das categorias 'mulher' e 'negro'". *Grupo de Trabalho Temas e problemas da População Negra no Brasil - XV Encontro Anual da ANPOCS*. nº 133, 1999, pp.01-16.

C) DISSERTAÇÕES E TESES

- BERRIEL, Maria M. de Oliveira. "Preconceito e percepção: um estudo sobre a ideologia racial brasileira". Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UFF, 1975.
- BRESCIANI, Maria S. M. "Liberalismo: ideologia e controle social". Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1976.

- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. "A cor inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista". Dissertação Mestrado, Niterói, UFF, 1993.
- CÓRREA, Mariza. "As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil". Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1983.
- COSTA, Belarmino C. G. da. "Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos". Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1999.
- DOMINGUES, Petrônio José. "Uma história não contada". Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2000.
- FERRARA, Mirian N. "A imprensa negra paulista". Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1986.
- MARTINS, Ana P. Vosne. "A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX". Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP, 2000.
- MELLO, Marina Pereira de Almeida. "O ressurgir das cinzas". Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1999.
- PINTO, Regina Pahin. "O Movimento negro em São Paulo: luta e identidade". Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1993.
- RIBEIRO, Renílson Rosa. "Colônia(s) de identidades : discurso sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil". Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 2004.
- ROCHA, Cristiany Miranda. "Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX". Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1999.
- SANTOS, Micenio. "13 de Maio, 20 de Novembro: uma descrição da construção de símbolos raciais e nacionais". Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1991.
- SILVA, Lúcia H. O. "Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição". Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP, 2001.
- VASCONCELOS, José A. "Quem tem medo da teoria? A história intelectual e a ameaça do pós-modernismo nas páginas da American Historical Review". Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2001.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP